

Ana María Sosa González
Maria Leticia Mazzucchi Ferreira
William Rey Ashfield
Organizadores



Patrimônio Cultural:

Brasil e Uruguai

os processos de patrimonialização e suas experiências



Patrimônio Cultural: Brasil e Uruguai

**os processos de patrimonialização e suas
experiências**

Ana María Sosa González
Maria Leticia Mazzucchi Ferreira
William Rey Ashfield

Organizadores

Patrimônio Cultural: Brasil e Uruguai

**os processos de patrimonialização e suas
experiências**



Pelotas, 2013



Rua Lobo da Costa, 447 - Térreo
CEP 96085-000 - Pelotas – RS
Fone (fax): (53) 3227.8411
editora.ufpel@gmail.com

Afiliada a A.B.E.U.

Direção

Denise Bussolleti

Diretora

Gustavo Andrade

Gerente de Operações

João Bordin

Chefe Seção Gráfica

Sector Produção

Alexandre Moreira, Carlos da Silva, Marcus Neves

Impressão/montagem/acabamento

Seção Pós-Produção

Eliziana Peter Braz, Luciana Vasconcelos, Morgana Riva

Comercial/distribuição

Seção de Pré-Produção

Isabel Cochrane

Administrativo

Gilnei Taves, Rosendo Caetano

Criação/Edição

Anelise Heidrich

Revisão

Pedro Cerveira (administrativo), Mayara Lemos (revisão),

Bibiana Cavalcanti, Felipe Delfino (criação/edição)

Bolsistas



Obra publicada pela Universidade Federal de Pelotas

Reitor:

Mauro Augusto Burkert Del Pino

Vice-Reitora:

Denise Petrucci Gigante

Chefe de Gabinete:

Margarete Marques

Pró-Reitor de Graduação:

Álvaro Luiz Moreira Hypolito

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Luciano Volcan Agostini

Pró-Reitora de Extensão e Cultura:

Denise Marcos Bussolleti

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento:

Luiz Osório Rocha dos Santos

Pró-Reitor Administrativo:

Antônio Carlos Cleff

Pró-Reitor Adjunto de Infraestrutura:

Gilson Porciúncula

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis:

Ediane Sievers Acunha

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas:

Sérgio Eloir Teixeira Wotter

Conselho Editorial

Pres. do Conselho Editorial:

Prof.^a Denise Marcos Bussolleti

Repr. das Ciências Matemáticas e Naturais:

Prof. Leonardo da Silva Oliveira

Repr. das Engenharias e Computação:

Prof. Darci Alberto Gatto

Repr. das Ciências Biológicas:

Prof.^a Marínes Garcia

Repr. das Ciências Médicas e da Saúde:

Prof. Francisco Augusto Burkert Del Pino

Repr. das Ciências Agronômicas e Veterinárias:

Prof. Carlos Eduardo Wayne Nogueira

Repr. das Ciências Humanas:

Prof. Jarbas Santos Vieira e

Prof.^a Carla Gonçalves Rodrigues (suplente)

Repr. das Ciências Sociais Aplicadas:

Prof. Jovino Pizzi e

Prof.^a Francisca Ferreira Michelon (suplente)

Repr. das Linguagens e Artes:

Prof.^a Ursula Rosa da Silva e

Prof.^a Mirian Rose Brum de Paula (suplente)

© Ana María Sosa González – 2013 – Todos os direitos reservados
© Maria Leticia Mazzucchi Ferreira – 2013 – Todos os direitos reservados
© William Rey Ashfield – 2013 – Todos os direitos reservados

*É proibida a reprodução total ou parcial desta obra para fins comerciais,
por qualquer meio, sem a autorização prévia, por escrito, dos autores.
Obra protegida pela Lei dos Direitos Autorais.*

Contato organizadores:

anasosagonzalez@gmail.com
leticiamazzucchi@gmail.com
willyrey915@hotmail.com

Endereço da obra

www.ufpel.edu.br/ich/ppgmp

Revisão:

Ana María Sosa González
Maria Leticia Mazzucchi Ferreira
William Rey Ashfield

Arte da capa:

Távola Grupo Design Gráfico

Fotografia da capa:

Ponte Int. Barão de Mauá,
Brasil /Uruguai
Acervo visual de Rodrigo Osório

Editoração eletrônica:

Távola Grupo Design Gráfico
www.tavolagrupocom.br

Catálogo na Fonte

Ubirajara Buddin Cruz – CRB 10/901

P314 Patrimônio cultural: Brasil e Uruguai: os processos de patrimonialização e suas experiências / org. Ana María Sosa González, Maria Leticia Mazzucchi Ferreira, William Rey Ashfield. - Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2013. - 243p.: il. color.

ISBN: 978-85-7192-950-0

1.Patrimônio cultural. 2. Processos de patrimonialização. 3. Brasil.
4.Uruguai. I. Sosa González, Ana María.II; Ferreira, Maria Leticia Maz-
zucchi. III. Ashfield, William Rey.

CDD:363.69

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – PPGMP, instância da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, com fomento do Programa Nacional de Pós-doutorado Institucional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – PNPDI/CAPES, sem a qual a realização deste trabalho não seria possível, e a Faculdade de Arquitetura, Departamento de Posgrados, *Diploma de “Especialización e Intervención en el Patrimonio Arquitectónico”* da Universidade da República –Uruguai- UDELAR, que tem dado seu apoio institucional no marco do Convenio entre ambos cursos, para a realização do presente livro.

Em especial, agradecemos aos colaboradores dessa obra coletiva, que se disponibilizaram a participar, contribuindo com a qualidade da publicação, em particular à professora Francisca Ferreira Michelin, e às discentes do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – PPGMP, Laura Ibarlucea e Natalia Gonçalves, pelo trabalho minucioso de revisão desta obra.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	6
SUMÁRIO	7
APRESENTAÇÃO: PATRIMÔNIO CULTURAL, BRASIL E URUGUAI	9

PARTE 1 - PATRIMÔNIO MATERIAL E SUA PRESERVAÇÃO NA REGIÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS, INSTITUIÇÕES E PROCESSOS DE SALVAGUARDA..... 12

EL PATRIMONIO ARQUITECTÓNICO EN URUGUAY Y SUS RELACIONES CON LA HISTORIOGRAFÍA Y EL ENSAYO LITERARIO (1920-1950).....	13
<i>William Rey Ashfield</i>	13
PONTE INTERNACIONAL BARÃO DE MAUÁ: PATRIMÔNIO BINACIONAL	32
<i>Ester Judite Bendjouya Gutierrez</i>	32

PARTE 2 - PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO EM URUGUAI E NO BRASIL: MUSEUS, ARQUIVOS E ACERVOS.....58

FOTOGRAFIAS PARA PREENCHER O VAZIO DE MEMÓRIA: ARQUIVOS DE IMAGENS DOS FRIGÍFICOS ANGLO EM PELOTAS/BRASIL E FRAY BENTOS/URUGUAI.....	59
<i>Francisca Ferreira Michelin</i>	59
BARRIO PEÑAROL, PATRIMONIO INDUSTRIAL.....	81
<i>Manuel Esmoris</i>	81

PARTE 3 - PATRIMÔNIO E TURISMO: RELAÇÕES E TRAJETÓRIAS ATRAVÉS DE ESTUDOS DE CASOS NO URUGUAI E NO BRASIL.....98

ARREDONDO Y SU PATRI-TURISMO: UNA EXPERIENCIA CON FUTURO	99
<i>Nery González</i>	99
PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE ÉPOCAS E IDENTIDADES DIFERENTES: SÃO BORJA, “TERRA MISSIONEIRA” E “CIDADE DOS PRESIDENTES”	118
<i>Ronaldo Bernardino Colvero</i>	118

PARTE 4 - LEGISLAÇÃO PATRIMONIAL NA REGIÃO: ASPECTOS JURÍDICOS, INSTRUMENTOS E PROBLEMAS..... 133

INSTITUCIONALIDAD DEL PATRIMONIO CULTURAL EN EL URUGUAY	134
<i>Alberto Quintela</i>	134
A EFETIVIDADE DA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL: DA LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS ÀS AÇÕES JUDICIAIS	150
<i>Renata Ovenhausen Albernaz</i>	150
<i>Ivana Morales Peres dos Santos</i>	150

PARTE 5 - PATRIMÔNIO IMATERIAL: NOVOS PATRIMÔNIOS, NOVOS LUGARES. ..182

MEMORIAS DE DOLOR Y SUS PROCESOS DE MUSEALIZACIÓN Y PATRIMONIALIZACIÓN EN URUGUAY Y BRASIL	183
<i>Ana María Sosa González</i>	183
<i>Maria Leticia Mazzucchi Ferreira</i>	183
LEPROSÁRIOS E HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS: LUGARES DE HISTÓRIA, LUGARES DE MEMÓRIA	202
<i>Juliane C. Primon Serres</i>	202
<i>Viviane Trindade Borges</i>	202
LAS FIESTAS DEL URUGUAY COMO PATRIMONIO VIVO.	220
<i>Antonio di Candia Cutinella</i>	220

**AUTORES. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO
CULTURAL 237**

SOBRE OS AUTORES.....	238
SOBRE O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL.....	242

APRESENTAÇÃO:

PATRIMÔNIO CULTURAL, BRASIL E URUGUAI

O livro que ora apresentamos é resultado de diálogos e aproximações entre pesquisadores brasileiros e uruguaios em torno do tema patrimônio cultural. As equipes envolvidas nessa tarefa são egressas do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, pelo lado brasileiro e da Universidad de la República – UDELAR-, pelo lado uruaio.

Os textos aqui apresentados refletem resultados de pesquisas e reflexões sobre processos de patrimonialização, políticas públicas e estratégias patrimoniais observadas em estudos de caso no Brasil e Uruguai, buscando entregar ao leitor elementos que se traduzam em análises comparativas entre essas duas realidades nacionais.

Na origem dessa obra foi fundamental a aproximação entre a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, através da professora Maria Leticia Mazzucchi Ferreira, a pós-doutoranda PNPDI-CAPEs Ana María Sosa González e o professor William Rey Ashfield da Universidad de la Republica.

Essa obra foi tecida a partir da necessidade de ampliar e fortalecer a Linha de Pesquisa Políticas de Memória e Patrimônio no MERCOSUL, no esforço de estabelecer estudos comparativos entre dois espaços nacionais que, se por um lado apresentam singularidades e contextos históricos e políticos bastante específicos, por outro lado compartilham passados, fronteiras e processos memoriais e patrimoniais, sendo exemplo disso a recente patrimonialização da Ponte Binacional Mauá, que une as cidades de Jaguarão, na margem brasileira e de Rio Branco, no lado uruguio.

É fundamental destacar também que esse livro se apresenta como um dos primeiros resultados do Acordo de Cooperação entre o Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural e a Universidad de la República – UDELAR (Vice-rectoría de Investigación y Estudios de Posgrado), pelo qual estamos desenvolvendo projetos conjuntos e participações, de ambos os lados, em atividades acadêmicas vinculadas à pós-graduação. Nosso objetivo é o de compartilhar as múltiplas experiências de pesquisa e intervenções patrimoniais, enriquecendo nossas trocas acadêmicas e profissionais, intensificando diálogos entre ambas as instituições e os programas acadêmicos respectivos, fornecendo outras possibilidades e materiais de consulta para a pesquisa de nossos alunos, assim como de outras instituições voltadas para fins correlacionados.

Nesse livro são abordados temas que se enquadram no campo da memória e patrimônio e que versam sobre as legislações patrimoniais, práticas de preservação e guarda de bens culturais, políticas públicas de memória e patrimônio, dispostos sob a forma de quadros que apontam para análises comparativas e relacionais.

O livro se divide em cinco partes com textos que seguem aos seguintes eixos temáticos: 1 - *Patrimônio material e sua preservação na região: políticas públicas, instituições e processos de salvaguarda*, discussões centradas sobre legislações de patrimônio nos dois países e ações de conservação e restauro do patrimônio material, capítulos assinados pelos professores William Rey Ashfield e Ester Judite Bendjoya Gutierrez. 2 - *Processos de patrimonialização em Uruguai e no Brasil: Museus, Arquivos e Acervos*, reflexões acerca da gestão de museus, processos de educação patrimonial, acervos museológicos e arquivos, com trabalhos de Francisca Ferreira Michelin e Manuel Esmoris. 3 - *Patrimônio e turismo: relações e trajetórias através de estudos de casos no Uruguai e no Brasil*, discussões centradas sobre as relações possíveis entre turismo – itinerários culturais-, patrimônio e os usos do passado como recursos para as economias locais a partir de dados de pesquisas de Nery González e Ronaldo Colvero. 4 - *Legislação patrimonial na região: aspectos jurídicos, instrumentos e problemas* com textos sobre as legislações patrimoniais e as instituições do patrimônio no Cone Sul, seus avanços e limitações, assinados por Alberto Quintela (Uruguai) e Renata Albernaz e Ivana Morales Peres dos Santos (Brasil). 5 - *Patrimônio imaterial em Uruguai e no Brasil: novos patrimônios novos lugares* com textos relativos ao patrimônio imaterial, processos e projetos recentes de patrimonialização, novos lugares, memórias em disputa, atores e conflitos. As contribuições nessa área são de Antonio di Candia, pelo Uruguai, Juliane Serres e Viviane Borges, Maria Leticia Maz-zucchi Ferreira e Ana María Sosa González pelo Brasil.

Refletir sobre as medidas adotadas, ou não, que possam garantir a salvaguarda do patrimônio cultural do extenso e diversificado panorama que constitui a nação brasileira, assim como no Uruguai, é um exercício possivelmente infundável, que se manifesta de diversas maneiras: relatos de experiências, revisão de literatura, relatório de ações específicas, análises de casos.

As reflexões que permeiam os textos deste livro, respondem às demandas instauradas pelos processos contemporâneos de patrimonialização. Estes processos se consolidam a partir de relações em geral complexas e problemáticas, envolvendo atores e agentes patrimoniais, territórios e legislações, dinâmicas sociais e normatizações. É no interior dessa complexa matriz que ocorrem os processos de patrimonialização, em geral tensionados entre a memória, fluida e emocional, e o patrimônio, com viés identitário e econômico.

Mesmo que não se pretenda estabelecer uma discussão especificamente conceitual sobre as políticas públicas do patrimônio cultural no Brasil e no Uruguai, o contexto acadêmico alimenta a efervescência analítica que traduz os debates sobre as estratégias de preservação do patrimônio. O que esses textos buscam pode ser em síntese, o exercício de reflexão sobre as práticas patrimoniais contemporâneas e sobre as possi-

bilidades de cooperações mais estreitas entre duas realidades do chamado MERCOSUL.

Pelotas, dezembro de 2013

Prof.^a Dr.^a Ana María Sosa González, PNPDI/CAPES

Prof.^a Dr.^a Maria Leticia Mazzucchi Ferreira

Prof. Dr. William Rey Ashfield

Parte 1 -

Patrimônio material e sua preservação na região:
políticas públicas, instituições e processos de salvaguarda.



EL PATRIMONIO ARQUITECTÓNICO EN URUGUAY Y SUS RELACIONES CON LA HISTORIOGRAFÍA Y EL ENSAYO LITERARIO (1920-1950)

William Rey Ashfield

Introducción

La historia de la arquitectura se enlaza siempre, y de manera inevitable, con el estado de la teoría y el ejercicio proyectual-constructivo contemporáneos a su relato. Mirar al pasado no es posible sin mirar al presente y, por tanto, aquella frase de Wölfflin -a la que, temerariamente, le incorporamos un cambio sutil- mantiene todavía una gran vigencia: *Arquitectura e Historia de la Arquitectura siguen caminos paralelos*¹.

Pero, no es esa relación única y directa lo que más interesa ahora -dado en parte por la existencia de distintas líneas de análisis-, sino la búsqueda de un enlace más complejo, que involucra a otros espacios del pensamiento. Esto es hacer referencia, por un lado, al peso y relación que tendrán ciertos intelectuales ajenos al campo disciplinar de la arquitectura -cuya reflexión se establece y difunde a partir de ensayos literarios que expresan su mirada estética, dando cuerpo a una nueva comprensión del pasado como parte de un proyecto de futuro- y el ejercicio de construir la historia y dar forma a un discurso sobre el patrimonio cultural, centrado en el valor de memoria que poseen los viejos edificios.

No se trata tampoco de buscar una relación unívoca entre esas partes, intentando descubrir un patrón cultural de base filosófica, histórica o estética como razón causal o desencadenante de cambios discursivos. No, más bien se piensa en relaciones diferentes, con sus idas y vueltas, que parecen estar más cerca de un sistema complejo que de una organización de tipo lineal. Lo que interesa ahora es establecer nuevas vinculaciones -unívocas y biunívocas- de esos textos con la producción historiográfica asociada a una emergente preocupación patrimonial.

¹ Su verdadera frase fue en realidad "Arte e Historia del Arte siguen caminos paralelos". In: Wölfflin, Heinrich. Conceptos fundamentales en la Historia del Arte. Madrid: Espasa Calpe, 1970.

Antecedentes

Se desconoce, al presente, el momento exacto en que el término *patrimonio* irrumpe en la escena cultural uruguaya. Pero es posible afirmar, en cambio, que hacia el último tercio del siglo XIX dicho término ya está presente en el discurso político-parlamentario, enmarcándose dentro del sentido general que hoy se le asigna al mismo. Sin embargo, algunas interesantes polémicas registradas en torno a afectaciones edilicias o a espacios urbanos emblemáticos en tiempos de la colonia (REY ASHFIELD, 2011), evidencian que, ya entonces, existía un cierto concepto de patrimonio y una internalización colectiva del mismo, que es anterior al uso más consciente del término que lo define.

No obstante, la idea de patrimonio en aquel siglo está más cercana a una construcción en proceso que a un concepto asumido y consensuado. Efectivamente, se trata de un tiempo de exploración, de identificación de rostros y escenas oficiales, de relatos historiográficos que aún no tienen una mirada común acerca de los hechos históricos. No hay, en definitiva, una historia oficial, aunque sí se establecen algunos estereotipos –la imagen pintada por Blanes de Artigas en la Ciudadela es un buen ejemplo en este sentido– resultado de ciertas visiones hegemónicas, algunas de las cuales llegarán a alcanzar un alto grado de apropiación social.

Por otra parte, no existen textos en directa referencia a nuestras artes, donde la arquitectura producida en el país sea abordada y analizada. Nuestros técnicos arquitectos se formaron, hasta 1885, en las academias europeas y lo producido en Uruguay no será materia de atención hasta bien entrada la segunda década del siglo XX.

En el conjunto de la intelectualidad continental de finales del siglo XIX se perciben variados discursos, agrupables en coros antagónicos acerca del concepto de lo americano y lo nacional, separados por referentes y paradigmas de distinto origen. Las miradas sobre el pasado no son por tanto, siempre convergentes, en particular cuando refieren al valor del pasado hispánico y su legado cultural a las nuevas repúblicas. Sin embargo, al comenzar el siglo XX, algunos textos tendrán un alcance continental, constituyéndose en referentes culturales que permitirán una reflexión social y estética alternativa. Dentro de estos pensadores se ubica, precisamente, José Enrique Rodó, cuya reflexión cultural –particularmente sus referencias al compromiso entre la tradición del pasado y el proyecto moderno– será uno de los ejes para ordenar el presente relato.

Arquitectura y ciudad, a través del ensayo literario

A pesar de la importancia intelectual de José E. Rodó en el contexto cultural uruguayo, así como de la trascendencia alcanzada por algunos de sus paradigmas estéticos en su concierto local, no ha sido abordado aún el verdadero alcance de su pensamiento en relación con la producción arquitectónica uruguaya, así como tampoco el reflejo de su particular visión de la modernidad en juego. Sin embargo, el discurso historiográfico recogerá de otros textos, más vinculantes con la arquitectura o con la doctrina urbana, una serie de premisas que ya estaban presentes en Rodó y que, sin embargo, se desconocieron o bien no fueron reconocidas en él, prefiriéndose una línea más directa entre los textos estrictamente disciplinares y la arquitectura proyectada o construida.

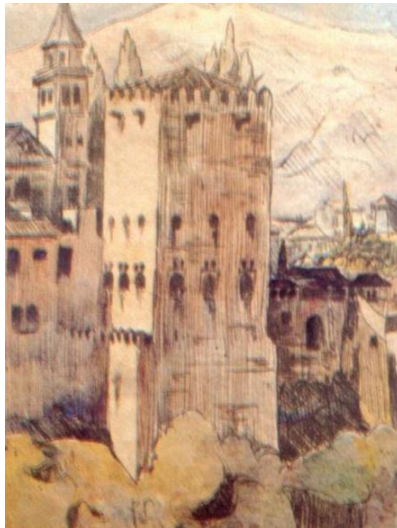
Este es, por ejemplo, el caso de los llamados *Apuntes de Viaje* de Julio Vilamajó. Este interesante texto, acompañado de imágenes y relevamientos, ha sido tratado fragmentariamente por la historiografía local, entendiéndose como una reflexión surgida de la experiencia directa de este arquitecto con el mundo mediterráneo y, muy especialmente, con los territorios del sur de España. No se ha apreciado, sin embargo, que ese viaje es, en realidad, el resultado de un convencimiento previo, donde pesa una mirada cultural en formación que lo lleva a seleccionar los lugares de interés y las posibles paradas dentro del mismo. En esa mirada cultural está en parte su formación académica, pero también sus lecturas personales y ciertos cuerpos de ideas que estaban instaladas en el Uruguay de la década de 1920, como es el caso, precisamente, del ideario rodoniano.

Figura 1 - Retrato de José Enrique Rodó.



Fuente: San Román, Gustavo, Rodó en Inglaterra: La influencia de un pensador uruguayo en un ministro social británico, Montevideo, Asociación de Amigos de la Biblioteca Nacional, 2002.

Figura 2 - Croquis de la Alhambra –Torre de Comares- de Julio Vilamajó



Fuente: LOUSTAU, Cesar. Vida y obra de Julio Vilamajó. Montevideo: Ed. Dos puntos, 1994.

Figura 3 - Croquis de la Alhambra – Fuente del jardín de Lindaraja-de Julio Vilamajó



Fuente: LOUSTAU, Cesar. Vida y obra de Julio Vilamajó. Montevideo: Ed. Dos puntos, 1994.

Por otra parte, se ha desconocido también la fuerte filiación arielista, expresada por muchos arquitectos uruguayos y también extranjeros, que en las sucesivas décadas de 1920, 1930 y 1940, se manifestaron desde diversos ámbitos como ser la Revista *Arquitectura* de la SAU (Sociedad de Arquitectos del Uruguay) o bien en otro tipo de publicaciones de diferente carácter e interés temático. El recuerdo de la figura de Rodó en el primer Congreso Panamericano de Arquitectura, realizado en Montevideo², es un verdadero manifiesto de identidad corporativo-profesional con su obra escrita.

Se intentará entonces observar una línea de aproximación entre ese pensamiento contextual y el discurso historiográfico que irá tomando cuerpo en la primera mitad del siglo XX y que, se considera, acompañará tanto a la enseñanza de la arquitectura como así también a la propia producción arquitectónica.

El peso de Ariel en la modelación de una actitud local frente a lo moderno es inocultable. A partir de un eclecticismo que no elude la aventura del cambio, es decir la aventura moderna, Rodó plantea la idea de navegar en un difícil equilibrio, que exige el fervor y la pasión renovadora matizada siempre con el respeto a la tradición que heredamos. Esta postura inscribe a su pensamiento dentro de un “racionalismo armónico”, teniendo por base un controlado eclecticismo que busca eliminar el conflicto³ en un “constante juego dialéctico de conciliación y síntesis de antinomias” como bien lo define Alberto Zum Felde (DE LEÓN, 2002, 13). El corolario arquitectónico de este discurso se vuelve evidente en una parte muy grande de nuestra producción, en particular me refiero a aquellas obras que denotan una suerte de síntesis entre elementos de la tradición historicista y una modernidad de base más conceptual que formal. Sin embargo, el peso de esta mirada trasciende a esa selección arquitectónica,

² La incidencia de Rodó es amplia en todo el espectro universitario, particularmente en las primeras promociones de arquitectos. Cándido Lerena Joanico y Román Berro, e incluso más tarde Horacio Terra Arocena, sólo por citar a algunos, fueron arquitectos de evidente filiación arielista. Importa recordar que en el Primer Congreso Panamericano de Arquitectos se trata, se acepta y se decide promover la idea del Dr. Julio Lerena Joanico para la edificación de una gran sala de conferencias, a manera de templo laico, en homenaje al autor de Ariel. Revista *Arquitectura*, SAU, Montevideo, Junio de 1927.

³ Es en esa línea que Eduardo de León refiere a la búsqueda de una “utopía armónica, de tránsito hacia nuestro propio sueño de modernidad, hacia nuestro propio occidente, el que tenemos por inventar y que elude la dimensión costosa de la modernización dura”. DE LEÓN, E. In: ZEA L. y TABOADA, H. *Arielismo y Globalización*. México: FCE, 2002. p. 13.

operando a la postre sobre manifestaciones aún más comprometidas con la experiencia moderna.

En un ensayo de reflexión más tardía que Ariel, Rodó expone algunas ideas más directamente vinculadas con la ciudad y la arquitectura. Pero esta vez su preocupación se centra en la cuestión de lo local y las tensiones producidas en relación a los cambios que produjo la visión de una enseñanza académica, generalista y de vocación universal. Se trata de un artículo recogido en su libro *“El Camino de Paros”* y titulado *“Ciudades con alma”*. Allí Rodó comenta:

[...] la armonía ha de proponerse conciliar las diferencias reales, no desvirtuarlas y anularlas. El cultivo del carácter local no contradice el designio de unidad. Mantener, en cada ciudad de las nuestras todo lo que importe, material o moralmente, un relieve de carácter, capaz de convertirse en hábito vivaz y en evocadora tradición; respetar las formas espontáneas y graciosas que el natural desenvolvimiento de la vida toma en cada sociedad humana, por encima de artificiosos remedos, leyes abstractas y simétricos planos, es una norma que siempre deberán recordar entre nosotros los que legislan, educan o gobiernan (RODÓ, 1967).

Este pensamiento contiene un sentido crítico que está dirigido a las ciudades americanas, en particular a las fuertes transformaciones operadas a fines del siglo XIX y comienzos del XX. Pero, si la reflexión rodoniana expresa la búsqueda de los valores propios a través de la consideración de formas *“espontáneas y graciosas”* y *“el cultivo del carácter local”*, manifiesta también sus reparos en torno a una arquitectura, posiblemente académica, que uniformiza y empobrece mediante *“leyes abstractas y simétricos planos”*. El planteo se aproxima bastante a discursos que tendrán lugar -algunas décadas más tarde- dentro del ámbito específico de la arquitectura y que también formarán parte de las valoraciones historiográficas del momento.

Otras miradas contemporáneas a Rodó parecen ser en este mismo tópico, mucho más incisivas aún. También desde el ensayo, Alberto Zum Felde – periodista, historiador y crítico literario- centrará su preocupación en la construcción de una identidad cultural americana⁴, escribiendo:

⁴ Se destacan entre estas reflexiones, las realizadas en sus ensayos: El problema de la cultura americana. Buenos Aires: Losada, 1943 y El Huanakauri, Montevideo: Maximino García, 1917.

do interesantes reflexiones en relación con la arquitectura en el apéndice a su libro *“Proceso histórico del Uruguay. Esquema de una sociología nacional”*, de 1919. Un año más tarde saldrá publicado en Madrid, en la revista de la Sociedad Central de Arquitectos, precedida por palabras preliminares de Leopoldo Torres Balbás. Zum Felde se refiere entonces a la arquitectura uruguaya de la época, bajo una fuerte mirada crítica, calificándola de cosmopolita, entendido el término bajo el designio de un sentido negativo:

Podríamos considerar este período como una copiosa inmigración estética; en efecto nos llegan todas las formas y los usos de las ciudades europeas, adaptándonos nosotros en crudo. El cosmopolitismo arquitectónico hace de la ciudad una especie de feria; todas esas formas, a modo de aluvión migratorio, cubren el suelo, suplantando y borrando todo lo anterior. Pero, a modo también del inmigrante humano, tendrán que sufrir un proceso de adaptación, resolviéndose en una generación nueva; en una palabra tendrán que nacionalizarse (ZUM FELDE, 1920, p.20)⁵.

El texto anterior expone su rechazo por los regionalismos y la recurrente copia de formas provenientes, fundamentalmente, de Francia. La crítica se centra en lo inadaptado que resultan las mismas para el territorio y el clima local⁶ y, por oposición, también se refiere a lo acertado de una arquitectura de “patios con cielo, amplias terrazas y azoteas, pórticos abiertos, fachadas vivas, colores frescos, jardines de fronda, claridades” (ZUM FELDE, 1920, p. 21). Pero, ¿no hay en esas palabras un sabor acorde con ciertas arquitecturas regionales, que bien podrían vincularse a nuestra

⁵ Estos comentarios fueron publicados también en la Revista *Arquitectura* de la Sociedad Central de Arquitectos de Madrid, Año III, Número 21, de enero de 1920, p. 20. Tiene incorporado un interesante texto preliminar de Leopoldo Torres Balbás en torno al mismo.

⁶ “Efecto de esa inmigración estética -dice Zum Felde- y de ese afán europeizante que caracteriza el período social, es la incongruencia de formas, que surgen sin relación y aún en oposición con el ambiente. Esas sombrías mansardas de pizarra con que coronan los edificios, esas fachadas grises y monótonas, esos jardincillos pelados y de juguetería, son incongruencias evidentes en el medio templado, de vientos lípidos y cielo luminoso, sin nieves ni humedades asiduas, cuyas cualidades climáticas se asemejan a las del Sur de Europa...” ZUM FELDE, A. In: TORRES BALBÁS, Leopoldo. Op. cit. p. 20.

cultura por una relación pasada o bien por la identidad de escenarios geográficos afines?

Zum Felde se anticipa, de manera muy temprana, a ciertos discursos modernos como el que años más tarde desarrollará el arquitecto Mario Payssé Reyes, preocupado también por la búsqueda de una arquitectura de carácter local. En forma determinante expresa, casi al final de este texto: “La estética arquitectónica ha de buscar, como condición esencial, la armonía entre las formas y el ambiente. Lo que está fuera del medio está mal; lo que es hermoso en París, puede ser horrible en Montevideo” (ZUM FELDE, 1920, p. 22).

Zum Felde se fundamenta en el contexto ambiental, geográfico, y se vuelve tan incisivo y determinante que parece acompañarlo un sentido radical, tan excluyente como el que aplica, a veces, a su crítica literaria. Si bien plantea soluciones de carácter general –no olvidar, que se trata de un crítico literario y no de un arquitecto–, parece evidente que estamos ante un *discurso de lo propio*, donde se arriesgan ciertas soluciones que tienen que ver con los espacios y la imagen de conjunto de una arquitectura vieja y nueva a la vez.

Tanto en Rodó como en Zum Felde, hay una necesidad de encontrar valores, esencias o “almas” de lo local. Menos definido en el primero y más objetivado en el segundo ambos coinciden, sin embargo, en sugerir al mundo europeo meridional o mediterráneo –con su larga experiencia de siglos– como referentes posibles para nuestras arquitecturas y ciudades. Pero ¿se trata de proponer un acto imitativo, que se centre simplemente en una traslación tácita de las experiencias hispanoárabes o europeo-meridionales?, ¿es la sustitución de un paradigma cultural por otro que parece mucho más ajustado a una realidad local?, ¿cuál es el límite necesario de ese paradigma mediterráneo?

Zum Felde parece responder a estas preguntas de manera casi explícita:

La estética imitativa –y por ende infantil– del [actual] período vive exclusivamente del figurín europeo. Hay figurines de arquitectura como hay figurines de modas y [...] literatura. Se confunde la cultura con el remedo, la ilustración con la repetición. [...] Es este, indudablemente, un período de crisis y de transición [...] quizás saludable, del que saldrá la definición del carácter propio. (ZUM FELDE, 1920, p. 22).

El discurso de Zum Felde forma parte de los cambios culturales provocados por la recepción, en Uruguay, de una línea del pensamiento latinoamericano que también irá madurando en otros intelectuales del

continente como el ecuatoriano Zaldumbide, o el mexicano Vasconcelos, herederos ambos del discurso arielista y también de algunas líneas de la vanguardia europea que, para ese entonces, empiezan a conocerse a través de distintas revistas culturales, una de las cuales es precisamente *La Pluma*, dirigida por el propio Zum Felde y que está en circulación durante los mismos años en que escribe el texto aludido.

Ambos vectores culturales, por un lado el de la reflexión acerca de la cuestión identitaria -marcada por el interés hacia una cultura local y la revalorización de una historia olvidada- y por otro el del compromiso con un tiempo nuevo definido por una experiencia diferente o alternativa en el mundo de las formas y una fe moderna que apunta a transformar el orden vigente-, se instalarán en la producción cultural uruguaya, durante aquella primera mitad de siglo. La arquitectura, precisamente, será uno de los escenarios claves para la síntesis de ambos, o bien para su coexistencia en un marco de tensión controlada.

La construcción historiográfica

Las décadas a las que hemos hecho referencia coinciden, en Uruguay con una emergente producción historiográfica. Es el tiempo de importantes trabajos de investigación, algunos de vocación amplia y otros de carácter más restringido o monográfico, referidos estos últimos a obras singulares del país o bien a historias de ciudades como es el caso de Colonia, Maldonado o Montevideo.

Son los tiempos de las primeras investigaciones sobre “arquitectura nacional” -si es que resulta válido este término-, tiempo de búsquedas en archivos poco explorados aún, particularmente en lo que refiere al análisis específico de arquitecturas como la de los tiempos coloniales o la de las primeras décadas de la república. Se trata de sacar a luz la información guardada en repositorios dentro del territorio uruguayo, o bien de las primeras exploraciones en los archivos peninsulares: españoles y portugueses. En ese arco de producción historiográfica -esto es, en el entorno de las décadas de 1920 a 1950- es importante explorar los cambios provocados por una intelectualidad interesada tanto en descubrir cómo construir un *ethos* local.

Tres aspectos son fundamentales para la comprensión de ese discurso historiográfico en materia de arquitectura y ciudad, durante la primera mitad del siglo XX:

a) La existencia de textos disciplinares, de contenido crítico, que constituyen una reflexión importante en relación a los caminos posibles de una arquitectura local, nacional o regional. Resulta interesante referirse, particularmente, a distintos artículos que tienen lugar en la revista Arqui-

itectura de la SAU, aunque también a las reflexiones que surgen de los primeros congresos panamericanos de arquitectos.

b) la necesidad de producir un *corpus* capaz de promover un proyecto consensuado de nación, libre de la conflictividad que caracterizó al siglo XIX, esto es, una historia concebida a partir de espacios de convergencia. Se trata en este caso de una dimensión que afecta también, o quizá mucho más, a las historias de carácter político y social.

c) el desarrollo de una incipiente actividad arqueológica, la promoción de acciones de conservación y restauración edilicia, la valoración del museo como institución custodia de los bienes simbólicos de la nación, el prestigio adquirido y consolidado por instituciones vinculantes a la historia y el creciente interés por el coleccionismo, son todos hechos que marcan el comienzo de la gestión patrimonial en Uruguay, pero que pesan también en la construcción de una historia de la arquitectura y la ciudad.

El primer aspecto a considerar, esto es, la coexistencia de una reflexión disciplinar de base crítica, acerca de una arquitectura propia con sentido local, regional o continental- con la historiografía pura y dura, es posible rastrear a partir de algunos artículos de la revista *Arquitectura de la Sociedad de Arquitectos del Uruguay* y la difusión de determinadas ponencias correspondientes a los primeros Congresos Panamericanos de Arquitectura.⁷

Textos de Alejandro Christophersen, Horacio Terra Arocena o Román Berro, publicados muchos de ellos en la revista ya citada, son bastante elocuentes en este sentido. En particular, resulta interesante Román Berro en su ponencia para el primer Congreso Panamericano de Arquitectos, en 1920, desarrollado en Montevideo. Allí plantea la interrogante acerca de si es posible la construcción de una arquitectura propia americana, entendiendo que el estado del arte adolecía entonces de distintos problemas. Son estos los mismos problemas que identifica Zum Felde desde la disciplina histórica: disociación entre la arquitectura, el clima y el paisaje, así como también la inconveniencia del uso de ciertos materiales que no forman parte de los recursos locales. Este discurso también se aproxima a Rodó, y de hecho lo cita en más de una oportunidad a lo largo

⁷Existen antecedentes de abordaje de estos textos en: GARCÍA MIRANDA, R. REY ASHFIELD, W. y RUSSI, M. Reflexiones acerca de la identidad en la producción arquitectónica uruguaya. Revista *Arquitectura*, SAU. Montevideo. 1993.

de la ponencia⁸. Este acercamiento se expone claramente en la búsqueda de un cambio capaz de equilibrar el pasado con el presente:

Hay que prevenirse también contra dos tendencias diametralmente opuestas que, por proceder ambas de un mismo origen, son análogas en el fondo. (...). Me refiero a la moda de las antigüedades y el futurismo -a ese estado de espíritu en que sólo parecen buenos los modelos cubiertos con el polvo de los siglos- o por el contrario, que no concede patente de belleza más que a las cosas que son totalmente extrañas y opuestas a las existentes (BERRO, 1921, p. 147).

En forma explícita y específica respecto de la arquitectura, Berro expresa una vocación imperante en el contexto nacional respecto a un cambio de rumbo que, sin caer en la copia de lo pretérito, evite cualquier expresión radical y excluyente. Es el camino de la modernidad suave y “polifónica”, que se iniciaría a partir de entonces en Uruguay, caracterizando una importante y significativa producción local. Una modernidad que Rodó había identificado como *La Tempestad* en su Ariel, pero una tempestad inevitable, que debía vivirse sin el riesgo de olvidar la experiencia de la historia.

Un texto como *El Cabildo de Montevideo* de Carlos Pérez Montero publicado en 1950, como resultado de una larga investigación iniciada en los años cuarenta-, muestra de qué manera se conjugan en su construcción historiográfica el pensamiento de los intelectuales antes mencionados con su preocupación por un *ethos* local, y el peso de un creciente interés patrimonial. A esto debemos sumar, un proceso de búsqueda de espacios convergentes en términos políticos y la revaloración de un pasado —el llamado colonial- que había comenzado hacía pocas décadas atrás y que ahora formaba parte sustancial de la nueva idea de nación.

Este texto de Pérez Montero es el resultado tardío de una iniciativa del Poder Ejecutivo⁹, del año 1943, para restaurar el edificio del Cabildo

⁸ La ponencia comienza con un acápite de Rodó que expresa: “Toda alma nacional es una agrupación de elementos ordenada según un ritmo que, ni tiene precedentes en lo creado, ni se reproducirá jamás, una vez roto aquel inefable consorcio. Mantener esta personalidad es la epopeya ideal de los pueblos”. In: BERRO, R. Es posible la formación de una arquitectura americana? Revista *Arquitectura*, SAU, Montevideo, Diciembre de 1921. p. 145.

⁹ Decreto del 31 de Marzo de 1943, firmado por el Presidente de la República Juan José Amézaga y su Ministro de Relaciones Exteriores José Serrato.

de Montevideo. Para entonces se encontraba absolutamente instalada en el país la preocupación por el patrimonio colonial, al tiempo que se consideraba ese acervo como “fecunda y edificante enseñanza sobre la razón y los sentimientos del pueblo...” (PEREZ MONTERO, 1950, p. 9) Se trata, sin duda, de un espacio convergente, que pertenece a la historia del país, libre de toda disputa política, y que era posible asociar también al ciclo artiguista. De forma expresa, Pérez Montero dice en su prefacio: “El Cabildo de Montevideo es un edificio-símbolo de nuestra patria. Mientras se construía en la época de la dominación española [...] se forjaba en Artigas la idea de nuestra independencia” (PEREZ MONTERO, 1950, p. 9).

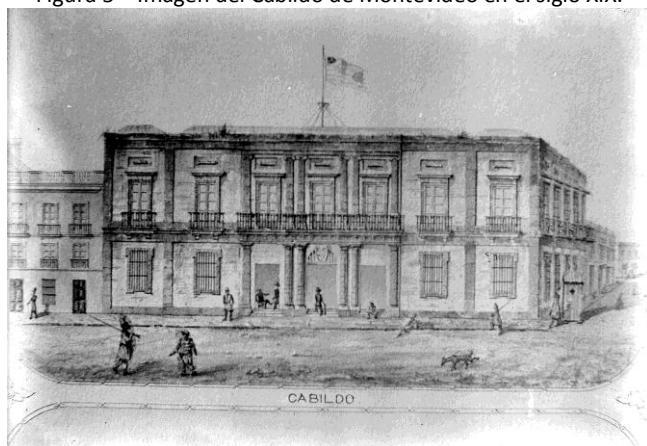
El texto recoge la mirada relacional, que es permanente en Rodó, acerca de los efectos pedagógicos del monumento en el colectivo social. Pero es interesante comprobar que esta idea ya está instalada en el propio Presidente de la República, Juan José de Amézaga, al redactar su decreto de restauración edilicia. Se trata de una mirada en el sentido de lo que Alois Riegl definía como valor histórico del monumento, aunque también se desprende un sentido rememorativo intencionado, que surgiría del propio edificio.

Figura 4 – Portada del libro “El Cabildo de Montevideo”.



Fuente: Foto propia. W. Rey Ashfield

Figura 5 – Imagen del Cabildo de Montevideo en el siglo XIX.



Fuente: PÉREZ MONTERO, C. El Cabildo de Montevideo. Montevideo: Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, 1950.

Figura 6 – Fotografía del Cabildo de Montevideo en el siglo XIX.



Fuente: PÉREZ MONTERO, C. El Cabildo de Montevideo. Montevideo: Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay 1950.

Aquí, el interés arqueológico-patrimonial precedió al discurso historiográfico, motivándolo para su investigación y conocimiento en profundidad. De esta manera, la historia puede ser vista como espacio para el estudio de los documentos, reduciéndose a una suerte de herramienta instrumental. Metodológicamente, se la podría identificar como filologista ya que, aunque subsidiaria de un interés arqueológico, recoge un sentido científico de fundamentación, relativamente análogo al que Julius Von Schlosser (1976) descubría en la nueva historia del arte.

El abordaje de la materia histórica presentará características que irán dejándose de lado con el correr de las décadas siguientes. Se trata de una historiografía muy fundada en el dato preciso, exploratoria de archivos y de fuentes primarias, que apunta muchas veces al estudio monográfico, y que traduce el clima moderado y sin conflictos del proyecto nacional en curso.

Sus principales actores, a excepción de Juan Giuria, no pertenecen al ámbito de la enseñanza de la historia de la arquitectura pero constituyen, igualmente, intelectuales de referencia en la materia. Distintos círculos, entre los que se destaca el Instituto Histórico y Geográfico fundado en el siglo XIX y la Sociedad de “Amigos de la Arqueología”, serán escenarios claves para la historia escrita, ya que las mismas se constituirán en potentes espacios de publicación, conjuntamente con la Revista Histórica, liderada por Juan Pivel Devoto.

Esta historiografía hará foco en distintas temporalidades, pero será su eje central el tiempo de la colonia y, en menor medida, los primeros años de la república¹⁰. Comienza el reconocimiento y valoración de edificios diversos, los grandes monumentos como la Matriz y el Cabildo tratados por el ya citado Pérez Montero, la arquitectura hospitalaria que tendrá un cultor en el Dr. Schiaffino, la genealogía y las relaciones de dominio catastral en Alejandro Apolant, la historia urbana de ciudades como Colonia del Sacramento y Maldonado por Fernando Capurro, la cartografía de Montevideo por Carlos Travieso, la búsqueda de una materialidad posible de la *Civilización Uruguaya* en Horacio Arredondo, o la más general *Arquitectura del Uruguay* escrita por Juan Giuria, con una asignación importante de espacio a los edificios coloniales. Esta historiografía cierra un verdadero ciclo en torno al estudio de la arquitectura y la ciudad colonial; los estudios posteriores -a excepción de algunos pocos trabajos entre los que debemos citar el excelente ensayo sobre *Fundación de Poblados en el Uruguay* de R. Álvarez Lenzi y *El Concepto de Arquitectura* de A. Lucchini-, resultan ser obras dependientes de dicha corpus histórico. También es interesante destacar el desinterés por la producción arquitectónica colonial y su matriz urbana, en particular durante las últimas tres décadas, a excepción de ciertos artículos como el publicado por Tomás Sprechmann en la revista

¹⁰ Algunos autores como Eugenio Baroffio, autor de un discurso histórico ajustado al trabajo de tipo monográfico, se ha cernido a las primeras décadas de los tiempos republicanos, más que a los tiempos coloniales, propios de otros autores.

Trazo durante los años ochenta, o bien estudios de investigadores extranjeros, de publicación bien reciente¹¹.

La dimensión arqueológica puede verse como una parte esencial de aquella historiografía anterior a los años cincuenta, prolongando la tradición decimonónica de identificar Historia del Arte y de la Arquitectura con Arqueología. Esto se traducirá - como bien lo explican Ponte y Cesio en su trabajo sobre *Arquitectura y Patrimonio en Uruguay*- en la creación del Instituto de Arqueología Americana¹², cuyo nombre explica a las claras tal vocación.

El tratamiento general de esta historiografía denota, como puede apreciarse, una gran empatía con el tiempo histórico tratado y una necesidad del “descubrir” ese mismo *tempo* a través de las viejas arquitecturas aún existentes. Esto refuerza aún más las relaciones entre historia, arqueología y patrimonio, logrando un nivel de relacionamiento que no se volverá a alcanzar ya más. A partir de los años setenta y ochenta, en cambio, el arquitecto comenzará a trabajar de manera más solitaria en materia de intervenciones en el patrimonio edilicio, con muy escaso apoyo del historiador académico o del arqueólogo, diferenciado éste último por la especificidad de su nueva formación universitaria, a partir de los años setenta.

Historia y patrimonio a través de la idea de monumento

La visión patrimonial en este período estaba marcada por la idea de monumento. Una idea de cuerpo cerrado, aislado, cuyo valor de singularidad exigía una contundente autonomía conceptual y espacial. Tal comprensión del monumento en tanto escultura, arquitectura o cualquier otro objeto, estaba acompañado a su vez por la mirada de estudios específicos y monográficos, muy frecuentes por entonces, con bajos niveles de contextualización.

La razón estriba en parte, en la ya citada dependencia de la historia con la mirada arqueológica y su subordinación al rescate o restauración de obras concretas. Sin embargo, hay también una explicación de base conceptual en la analogía de miradas fragmentarias que afecta a ambos campos. Me refiero a la ausencia de interpretaciones sistémicas, donde

¹¹ Es el caso del investigador español Emilio Luque Azcona, quien ha publicado trabajos como *Ciudad y poder: la construcción material y simbólica del Montevideo colonial*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 2007. También, y del mismo autor, debe considerarse *Arquitectura y mano de obra en el Uruguay colonial*, trabajo publicado en el año 2010.

¹² Creado en el año 1938.

más que un objeto *aislado* bien debería entenderse la idea de un objeto *vinculado*. A pesar de las teorías positivistas acerca del ambiente como determinante de la creación humana —léase la teoría del *milieu* de Hipólito Taine, aplicada a la historia del arte—, el concepto de monumento, puro y duro, se resiste a la mimetización con su ambiente. Su valor de historicidad o artísticidad exige la diferenciación, la separación respecto del contexto. Sólo es posible reparar en lo que se destaca, es decir, en lo que no se a-dhiere a lo que lo rodea.

Tanto los interesados en la materia patrimonial a lo largo de esa primera mitad del siglo XX, como de quienes se afiliaron en ese mismo período a una mirada moderna y rupturista, han comprendido de igual forma la lógica del monumento en el contexto cultural o natural: lógica de contraste y de claroscuro. Varias son las propuestas modernas que plantean esto, remarcando la dimensión objetualista del monumento, sin diferenciarse en nada del planteo sostenido por los patrimonialistas más conservadores. Este podría ser el caso —en el plano internacional— de Le Corbusier y su Plan Voissin, pero también de Mauricio Cravotto y su mirada urbana dentro del contexto uruguayo de los años treinta. Este último había liderado, precisamente, un plan para la Ciudad Vieja llamado *Plan General de Remodelación de la Península de Montevideo*, donde proponía el exclusivo mantenimiento de unos pocos edificios del pasado, como muestras sutiles del devenir temporal, manifestando así su vocación objetualista, de clara raíz moderna.

Sin embargo, lo anterior no significa que las operaciones de puesta en valor y rescate prescindieran de desarrollar acciones en los contextos inmediatos de los monumentos. Por el contrario, estas acciones fueron bastante frecuentes. Muchas veces tenían por objeto materializar una escenografía capaz de acentuar lo destacable del monumento, subrayando su singularidad y ejemplaridad como instrumento pedagógico. No era precisamente una contextualización histórica del espacio que rodea al mismo, pues alcanza con apreciar las propuestas de parquización realizadas para edificios bien distanciados en el tiempo como la Fortaleza de Santa Teresa y el Molino de Pérez para comprender las diferencias que separan a estos contextos de los que debieron existir originalmente.

Si bien el *valor histórico*, en el sentido más *riegleano* posible, es el que mueve la restauración de aquellas décadas, la reserva de verdad queda alterada en la propia idea de un monumento ubicado en un lugar ajeno al mismo. Valor histórico es para Riegl valor de información, valor de verdad y también por esto valor de enseñanza para las masas. Tal visión resultaba, sin duda, incongruente con la baja contextualización aplicada a los primeros monumentos restaurados en el Uruguay, cuya imagen fortalecía la individualidad del objeto pero alteraba o deformaba la información respecto del mismo.

Para comenzar a cerrar esta exposición se hace necesario volver al inicio y citar nuevamente a Rodó. Ya no para encontrar coincidencias sino divergencias conceptuales entre su ideario y esta mirada patrimonial afín con la idea de monumento. Me refiero a un corto ensayo (RODÓ, 1967) que escribe en Italia, coincidentemente con su ya citado "*Ciudades con alma*" y que también aparecerá publicado en la revista *Arquitectura*, años más tarde¹³. Se trata de un diálogo imaginario entre el Perseo de Benvenuto Cellini y el David de Miguel Ángel, ambos ubicados en la *Piazza della Signoria* de Florencia, donde el segundo comenta al primero: "Yo que te hablo, no soy ni una sombra de piedra; mi <<yo>> de verdad padece prisión en un museo"¹⁴.

Y se insiste aún en la crítica a los museos como verdaderos gabinetes de descontextualización artística, cuando al preguntar Perseo *¿qué cosa es un museo?*, el David responde:

Una cárcel para nosotros; una invención de las razas degeneradas, para juntar, en triste encierro común, lo que nació destinado a ocupar, según su naturaleza, ambiente y marco propio, cuando no a dominar en el espacio abierto, en la libertad del aire y el sol (RODÓ, 1967, p. 260).

Interesa ahora contextualizar esta reflexión. No es la idea inducida de llevar el arte a las masas —experiencia propia de los soviéticos durante los primeros tiempos de Lenin— ni tampoco el ejercicio de eliminar una estructura museística impropia para los tiempos modernos —propuesta de Marinetti, pocos años antes, en su manifiesto futurista— lo que motiva las palabras del robusto David. Se trata, por el contrario, de una idea coincidente con las miradas patrimonialistas más contemporáneas, en cuanto a la valoración de los contextos históricos y ambientales. Es esa capacidad de operar sobre el colectivo en tanto objeto público, desde un espacio que lo explica, lo que vuelve valorable al monumento del pasado. Por esto, es tan importante para Rodó el contexto como el objeto mismo; por esto también, es que prefiere al verdadero David en la *Piazza della Signoria* y no en la Academia.

Se trata también de una mirada que contradice la más tradicional visión decimonónica sobre el museo, en especial, su rol programático en la formación de las almas ciudadanas. Rodó, en cambio, se inclina por el más

¹³ Revista *Arquitectura*, SAU. Número especial.

¹⁴ Para esa fecha, el David de Miguel Ángel ya estaba ubicado en la Academia de Florencia.

directo contacto del arte con el lugar, con el topos a pleno sol, por donde pasa el demos, variado y heterogéneo.

Conclusiones

Los años cincuenta y sesenta asistirán a un lento cambio del paradigma historiográfico. Miradas más contextualistas se incorporarán como resultado de nuevas lecturas y apreciaciones, aún cuando pervivan viejos esquemas objetualistas que se proyectan sobre el campo patrimonial, historiográfico, arquitectónico o urbano.

Los cambios operados en la antropología y por ende en la arqueología, las miradas más sistémicas de la arquitectura y la asimilación *burckhardtiana* de la historia, materializada a través de la investigación y de nuevas publicaciones, estarán ya absolutamente instaladas en el Uruguay de los años setenta. Sin embargo, la nueva ley de Patrimonio, aunque fundamental para el país, recogerá todavía en 1971 la pretérita idea de monumento, aún ya consolidadas las bases conceptuales de un patrimonio urbano que empezaba –al menos en el plano internacional- a entenderse como conjunto y ambiente, a partir de la llamada Carta de Venecia.

Publicaciones tardías, como *Ideas y Formas en la Arquitectura Nacional* de Aurelio Lucchini, confirman –desde el propio título del trabajo-, el cambio de paradigma en la historia de la arquitectura. Una mirada culturalista que nos habla de contextos ideológicos, aunque no determinantes como en la vieja concepción positivista, sino dialogantes con el mundo de las formas. Una mirada que no es ajena a un formalismo implícito y que, por cierto, estuvo siempre presente en toda la historiografía nacional. Se abre entonces un espacio muy grande para obras poco apreciadas por los arquitectos de esos años: en particular, nos referimos a las expresiones eclécticas de finales del XIX y comienzos del XX. Las mismas empezarán a ser valoradas en coincidencia con sus indiscriminadas demoliciones edilicias –la mayoría de tal condición formal- en el centro histórico de la ciudad de Montevideo, en tiempos de la dictadura militar¹⁵.

Es una mirada más abierta, que incidirá años más tarde en el camino real de preservar obras arquitectónicas de diversos pasados. Una visión iniciada, paradójicamente, en la instancia hegemónica de una modernidad atrapada en concepciones cerradas, pero que empezará a cambiar a partir de los años ochenta, en Uruguay. ¿Cuánto pudo pesar la reflexión historiográfica en los cambios producidos más tarde en ese mismo

¹⁵ Se hace particular referencia a los trabajos de investigación y difusión del patrimonio edilicio y urbano desarrollado por el llamado Grupo de Estudios Urbanos, en la década de 1980.

campo y en el ejercicio proyectual de la arquitectura en nuestro país? No se tienen respuestas exactas para esta pregunta y quizá una reflexión orientada en ese sentido nos lleve muy lejos de los propósitos iniciales del presente texto.

Referencias

AINSA, Fernando. El centenario de Ariel: una lectura para el 2000. In: ZEA, Leopoldo y TABOADA, Hernán (comp.). **Arielismo y Globalización**. México: FCE, 2002.

BERRO, Román. Es posible la formación de una arquitectura americana? **Revista Arquitectura**, SAU, Montevideo, Diciembre de 1921.

LOUSTAU, Cesar. **Vida y obra de Julio Vilamajó**. Montevideo: Ed. Dos puntos, 1994.

LUQUE, Azcona E. **Ciudad y poder: la construcción material y simbólica del Montevideo colonial**. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 2007.

PÉREZ MONTERO, Carlos. **El Cabildo de Montevideo**. Montevideo: Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, 1950.

REY ASHFIELD, William. Relaciones entre el discurso histórico de la arquitectura y la defensa del Patrimonio Cultural en Uruguay. Simposio Internacional Arte y Patrimonio en España y América. Memoria y Percepciones. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 2011.

REY ASHFIELD, William. **Arquitectura Moderna en Montevideo**. Montevideo: Universidad de la República, 2012.

RODÓ, José E. **Obras completas**. Madrid: Ed. Aguilar, 1967 (2ª. Ed).

SCHLOSSER, Julius Von. **Literatura Artística**. Madrid: Cátedra, 1976.

TORRES Balbás, Leopoldo. Palabras preliminares. **Revista Arquitectura**. Sociedad Central de Arquitectos, Año III, N° 21, Madrid: enero de 1920.

WOLFFIN, Heinrich. **Conceptos fundamentales en la Historia del Arte**. Madrid: Espasa Calpe, 1970.

ZUM FELDE, Alberto. **El problema de la cultura americana**. Buenos Aires: Losada, 1943.

ZUM FELDE, Alberto. **El Huanakauri**. Montevideo: Maximino García, 1917.

PONTE INTERNACIONAL BARÃO DE MAUÁ: PATRIMÔNIO BINACIONAL

Ester Judite Bendjouya Gutierrez

Introdução

Este trabalho focou a Ponte Internacional Barão de Mauá que, ao atravessar o Rio Jaguarão, uniu as cidades de Rio Branco, no Uruguai, e Jaguarão, no Brasil. Seguiu o método comparativo da pesquisa histórica. O texto chamou a atenção sobre os reconhecimentos que a Ponte recebeu. Destacou ser o primeiro bem distinguido como patrimônio do MERCOSUL. Pautou os critérios de reconhecimento. Como resultado, encontrou semelhanças entre as arquiteturas do período colonial e a Ponte e demonstrou o preenchimento dos quesitos aplicados para a distinção. Para isso, narrou a história da ocupação nas margens do Jaguarão. Neste território da fronteira, expôs o jogo de xadrez entre as coroas ibéricas nos tempos coloniais e, mais tarde, entre o Uruguai e o Brasil. Discorreu sobre os tratados de limites necessários à concretização da Ponte. Apresentou projetos e contou sobre as obras transcorridas entre os anos de 1927 e 1930. Neste processo, apontou o trabalho conjunto nas comissões mistas. Realçou a construção do ramal ferroviário. Por fim, fez descrição da obra. Observou o avanço tecnológico do uso de concreto armado. Quanto à solução formal, anotou a permanência das torres, também conhecidos como fortins, construídas desde o início da ocupação ibérica. A linguagem neocolonial do monumento evocou passado comum às duas repúblicas sul-americanas.

Reconhecimentos

Este estudo sobre a ponte Internacional Barão de Mauá, construída sobre o Rio Jaguarão, unindo as cidades de Rio Branco, no Uruguai, e Jaguarão, no Brasil, iniciou em 2009, quando foi realizado o inventário do Conjunto Paisagístico do Centro Histórico da Cidade de Jaguarão e da Ponte. O trabalho foi coordenado pelo escritório da arquiteta e urbanista Simone Rassmussen Neutzling. Contou com a participação de quase 20 estagiários, da historiadora Claudia Daiane Garcia Molet e das arquitetas e

urbanistas Daniele Behling Luckow e Ester Judite Bendjouya Gutierrez. Neste caso, o inventário foi realizado como registro para o tombamento.¹⁶

Como resultado, em maio de 2011, o Conjunto e a Ponte foram reconhecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A Ponte, inscrita no Livro do Tombo Histórico, Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e das Artes Aplicadas, teve destaque como o primeiro bem binacional tombado pelo Brasil. Trinta e quatro anos antes, em 1977, a Ponte tinha sido distinguida como Monumento Nacional do Uruguai.

No final do ano de 2012, tornou-se o primeiro bem reconhecido como Patrimônio Cultural dos países integrantes do MERCOSUL. A partir de reuniões técnicas realizadas com a Comisión de Patrimonio Cultural de la Nación, do Uruguai, a proposta foi apresentada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Os critérios definidos para o reconhecimento do Patrimônio Cultural do MERCOSUL abrangem qualquer bem cultural, material e imaterial, que manifeste valores associados a processos históricos vinculados aos movimentos de autodeterminação ou expressão comum da região perante o mundo; expresse os esforços de união entre os países da região; esteja diretamente relacionado a referências culturais compartilhadas por mais de um país da região; e possa oferecer, no presente ou no futuro, fator de promoção para a integração dos países.¹⁷ No caso da Ponte, as apreciações ressaltaram as referências culturais compartilhadas pelos dois países, consideradas fator de promoção e de integração do bloco (Figura 1).

Figura 1. Ponte Internacional Barão de Mauá. Jaguarão, Brasil, e Rio Branco, Uruguai, 1930.



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fotografia desconhecido.

¹⁶ NEUTZLING, Simone R (coord.) Inventário para o dossiê de tombamento do centro histórico de Jaguarão. 2009. (Relatório Técnico). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério da Cultura.

¹⁷ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=16292&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso : 14 maio 2013.

Ocupações nas margens do Jaguarão.

A bacia do Rio Jaguarão compreende os atuais municípios de Aceguá, Bagé, Candiota, Herval, Hulha Negra, Jaguarão e Pedras Altas, no Brasil, e Rio Branco, no Uruguai. Tem como curso principal d'água o rio de mesmo nome. O rio possui 208 km de extensão. Nasce na serra de Santa Tecla, na coxilha das Tunas ou do Arbolito (município de Hulha Negra) e deságua na Lagoa Mirim. Na fronteira norte do Uruguai, na margem direita, tem como afluentes os arroios Las Cañas, de Sarandí de Barceló, e as Cañadas de las Barrancas, de Las Cachimbas, de Pajas, de la Cascada, Talavera, de los Ceibos e Sajón de Mendes. Na fronteira meridional do Brasil, na orla esquerda, estão os arroios Salsinho, Candiota, Candioteinha, da Mina ou da Divisa, Jaguarão Chico ou Guabiju, Butiá, do Bote, Sarandizinho, Camboatá, Barreiros, Carioca, do Meio, do Telho, dos Lagões e do Quartel-Mestre. Entre os cursos que deságuam diretamente na Lagoa Mirim, destacam-se os arroios Juncal e Bretanhas.

Originalmente, estas margens eram ocupadas por Charruas, Miananos e Guaranis. Ainda hoje, pode ser encontrado, em especial na boca do Rio Jaguarão, material arqueológico, como lascas de pedra em forma de lança e fragmentos de cerâmica que pertenciam a estes nativos.

Com a chegada dos espanhóis e portugueses, por volta do século XVIII, o Rio Jaguarão começou a ser percorrido. O primeiro navegador talvez tenha sido Luís Prieto (EMYGDIO, 1998, pp. 139-140). Os lusos começaram a atravessar a Lagoa Mirim, a penetrar nos cursos de água, a comercializar e a matar o gado chimarrão (xucro), para a retirada do couro, a extração do sebo e da graxa. Na sequência, levavam estes produtos para o porto em Rio Grande (EMYGDIO, 1998, pp. 139-140). No início do século XVIII, o comércio ilegal tanto de couro como de gado (vacum, cavalar e muar), também era realizado a pé. Outros artigos contrabandeados eram o pano europeu, a prata peruana, o ferro, o sal, as especiarias, a erva-mate, o fumo e os cativos (BOSCO, 2008, 31).

Em 1777, firmado pelas coroas ibéricas, o tratado de Tratado de Santo Ildefonso trouxe desentendimentos em relação à faixa de território compreendida entre os rios Piratini e Jaguarão. A partir de 1790, visando garantir as terras, os lusitanos iniciaram a distribuir sesmarias, principalmente para militares auxiliares. Algumas sedes de estâncias originárias destas doações até hoje conservaram elementos da arquitetura militar, como os fortins. A fim de permitir uma visualização ampla do terreno à sua volta, com formas circulares ou seccionadas, os fortins ou torres se constituíram em corpos que se sobressaíam aos demais. Um elemento bastante marcante foram as seteiras. Localizada próxima ao Rio Jaguarão, a sede da estância São João, por exemplo, manteve seu antigo fortim (GUTIERREZ, E. et all., 2009, pp. 168-218). (Figura 2).

Figura 2. Estância São João, Jaguarão, Brasil. 1912



Fonte: INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE JAGUARÃO. Apontamentos para uma monografia de Jaguarão. 2ª Exposição Agropecuária. Porto Alegre, 1912, s.p.

Por um lado, usando da tática do *uti possidetis*, os lusos, ao concederem as terras, forçaram o aumento da linha demarcatória (REICHEL, 2006, p. 50). Por outro, os espanhóis fundavam guardas. Em 1792, em resposta às doações lusitanas, em uma pequena elevação localizada na margem norte do Rio Jaguarão, os castelhanos construíram El Fortin de La Laguna. O lugar também era conhecido como Cerrito de Echenique ou do Juncal. No começo, esta instalação foi chamada de Fortin de la Laguna ou Fortindel Cerrito ou de Arredondo. Este fortim tinha o objetivo de conter o avanço luso-brasileiro. O autor do projeto foi o alferes de fragata e cartógrafo espanhol Joaquim Gudim, que fazia parte da comissão espanhola que tratava de demarcar os limites entre Espanha e Portugal, no sul do continente americano, definidos pelo referido Tratado (ALEJO, 1992, p. 22).

Em 1801, devido aos ataques dos portugueses, a guarda foi transferida para a margem direita do Rio Jaguarão, e passou a chamar-se Guarda de Arredondo. Em 1831, foi criado o Pueblo de Arredondo e, em 1856, a Villa Artigas. Em 1910, a Villa Artigas recebeu o nome de Rio Branco, em homenagem ao diplomata brasileiro, negociador do Tratado de Condomínio da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão, Barão de Rio Branco.

Tomado pelos portugueses em 1802, o Fortim de la Laguna passou a chamar-se Guarda da Lagoa e do Cerrito (ALEJO, 1992, p. 22). Em 31 de janeiro de 1812, D. João criou a freguesia que se viria chamara de Espírito Santo do Cerrito de Jaguarão (FRANCO, 1980, pp. 47-48). Em 1832, a freguesia passou à categoria de vila e, em 1855, à condição de cidade.

Até 1810, o Comando da Fronteira luso-brasileira não queria a formação de qualquer povoado. Permitia os fornecedores de víveres às tropas, os chamados *viandeiros*. Os negociantes aumentavam em função dos criadores e dos lavradores da vizinhança e também dos moradores da

Banda Oriental. Foram de 1811 as primeiras concessões de terrenos urbanos na guarda do Cerrito. Possivelmente, as doações foram decorrentes da campanha do “Exército de Pacificação” ocorrida entre 1811 e 1812, idealizada por D. Diogo de Souza, então governador da Capitania do Sul (MARTINS, 2002, p. 59). Estariam relacionadas com a necessidade de defesa da área, que poderia ser invadida, pelas forças das províncias do Rio da Prata.

Coincidentemente a esse relato, o Bispo do Rio de Janeiro sugeriu ao Regente a divisão da freguesia de São Pedro do Rio Grande e a formação de três novas freguesias: Pelotas; Canguçu e Jaguarão. Sobre a última, propunha:

[...] dar assento a igreja paroquial no lugar mais acomodado as circunstâncias, a Capela denominada a Guarda da Lagoa, o mais acompanhado de moradores, o mais fértil e mais bem disposto para o estabelecimento de Charqueadas, e próximo ao rio Jaguarão para facilitar a exportação de seus gêneros (MARTINS, 2002, p. 61).

Entre 1825 e 1829, o atual Uruguai foi anexado ao Império do Brasil como Província da Cisplatina. Em 1830, o Brasil reconheceu sua independência, o que resultou em uma dívida, acordada em um tratado firmado em 1918. Indiretamente, o pagamento seria feito através da construção de uma ponte sobre o Rio Jaguarão.

Tratativas para a construção da Ponte

As tratativas para a construção da Ponte iniciaram em 1875. Nesta data, a Comissão de Obras da Câmara Municipal de Jaguarão apreciou pedido de Miguel Luiz Le-Boiteux, José da Costa Carneiro, Joaquim José da Cunha e Izidoro B. Salart. Solicitavam o privilégio de construir uma ponte sobre o Rio Jaguarão. O pedido foi negado pela Câmara, pois o prazo de sessenta anos para o término das obras, estipulado no requerimento, foi considerado muito extenso Sul (MARTINS, 2002, p. 264). Durante os anos seguintes, os jornais locais continuavam a tratar do tema.

Em 5 de novembro de 1877, o jornal A Ordem argumentava sobre a “grande facilidade” que traria ao município a construção da ponte, entre as quais “o trânsito e a permuta de relações” entre Jaguarão e a vizinha vila de Artigas (hoje, Rio Branco). A matéria baseava-se em pedido com mais de 200 assinaturas de comerciantes e de proprietários da praça (SOARES, 2005, p. 17). As duas localidades eram importantes entrepostos comerciais da fronteira. Nas épocas de crescentes do rio, os negócios ficavam retardados e a construção da ponte ajudaria no desenvolvimento econômico de ambas (SOARES, 2005, p. 18), (Figura 3). Em 1877, no lado

uruguaio, ergueram o edifício da Alfândega (Figuras 4). A partir desta construção, iniciou a cobrança de tarifas para a entrada e saída de produtos entre Rio Branco e Jaguarão. A medida não foi suficiente para impedir o comércio ilegal na área.

Uma década depois, em 1887, mais dois novos projetos para construção de uma ponte foram apresentados à Câmara de Jaguarão. Tanto poderia ser uma ponte fixa quanto flutuante, ambas construídas de madeira. As ideias não prosperaram (SCHLLE, 2008, p. 5). Os vereadores não aprovaram porque a estrutura de madeira sugerida no projeto suportaria pequena capacidade de carga e ainda seria uma construção efêmera, que desmoronaria logo (MARTINS, 2002, p. 265).

Figura 3. Foto da enchente. Jul. 1928 Rio Jaguarão.



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fotógrafo: Fritz.

Figura 4. Prédio da Alfândega, 1877. Rio Branco, Uruguai. 2009.



Fonte: Acervo escritório Simone Neutzling. Pelotas. Fotógrafo: Rodrigo Osório.

No início do século XX, a necessidade de uma ponte que ajudasse a circulação de mercadorias e de pessoas aumentou. Em 1903, o comércio via transporte fluvial e lacustre alterou-se com a instalação da rede ferroviária em Artigas. Em Jaguarão, a linha férrea foi inaugurada vinte e oito anos mais tarde (MIRANDA, 2002, p. 271). Com a estrada de ferro, Rio Branco passou a escoar sua produção e a importar mercadorias de outras regiões. Não dependia das ligações portuárias. Jaguarão continuava praticamente sujeita à navegação pelo rio e pela lagoa.

Tratados

Brasileiros e uruguaios começaram a se reunir para chegar a acordos quando aos procedimentos necessários para a construção de uma ponte sobre o Rio Jaguarão. Primeiro foi necessário resolver algumas questões como a soberania do Brasil sobre as águas limítrofes. O Uruguai reivindicava que essas fossem compartilhadas, revogando o regime de “costa seca” que lhe fôra imposto pelo Brasil (Imagem 001). Para resolver esta questão, em 27 de abril de 1910 os dois países aprovaram o Tratado de Condomínio da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão (SOARES, 2005, pp. 20-21).

Nesse tratado, foi revista e modificada a linha limítrofe na Lagoa Mirim e no Rio Jaguarão, bem como a fronteira de navegação nestes locais. A soberania do Brasil para navegação nestes lugares tinha sido estabelecida em 1801 e confirmada nos pactos de 1851, 1852 e 1853. Pelo Tratado de Condomínio, somente embarcações brasileiras e uruguaias poderiam navegar e fazer comércio na Lagoa Mirim e no Rio Jaguarão. Para os uruguaios, ficou determinado que o trânsito entre o Oceano Atlântico e a Lagoa Mirim seria feito pelas águas brasileiras do Canal São Gonça-

lo, da Laguna dos Patos e da Barra do Rio Grande. Para demarcação da nova fronteira, uma comissão mista, nomeada por ambos os governos, levantou parte da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão, desde sua foz até o Arroio Lagoões. Além das operações topográficas e geodésicas, efetuaram sondagens. Essas medidas foram fundamentais para a determinação da nova fronteira (SOARES, 2005, p. 21).

Resolvida a questão referente às águas, com o Tratado de Condomínio, ainda restava decidir sobre os recursos financeiros que seriam utilizados na obra. Foi proposto utilizar uma dívida que o Uruguai tinha com o Brasil, decorrente dos empréstimos durante a Guerra de Oribe e Rosas (1851-1852) e a Guerra do Paraguai (1865-1870). Segundo o Tratado de 1918, os empréstimos que a República Oriental do Uruguai recebeu do Brasil, que outrora foram aplicados “[...] em lutas comuns pela liberdade sejam, no presente, destinados a fins comuns de progresso, bem estar e cultura, será aplicada em obras de benefício nas fronteiras de ambas as nações” (SOARES, 2005, p. 20).

Durante a primeira década do século XX, Carlos Barbosa Gonçalves¹⁸, presidente da Província do Rio Grande do Sul (Figuras 5 e 6), autorizou as obras que permitiram a franca navegação de vapores entre a Lagoa dos Patos e a Mirim, ligando Jaguarão a Rio Grande, o único porto marítimo do estado (Figura 7).

Figura 5. Despedida de Carlos Barbosa. Jaguarão. 4 fev. 1908.



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fotografia desconhecido.

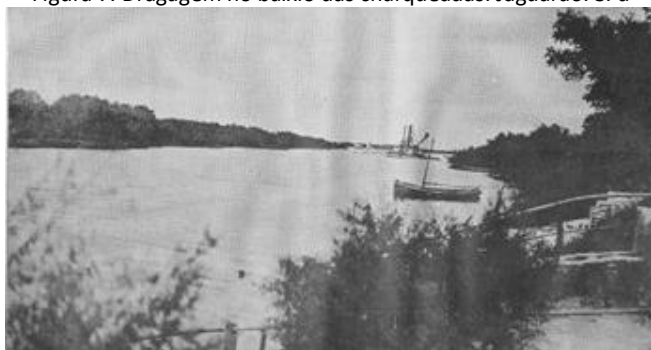
¹⁸ Carlos Barbosa Gonçalves fundou o Partido Republicano Rio-Grandense em Jaguarão. Foi vereador local, eleito em 1884, deputado provincial, eleito em 1891 e em 1907, vice-presidente do Estado nomeado por Julio de Castilhos em 1893, além de governador do Estado, entre 1908 e 1913, e senador, eleito em 1920 e em 1927.

Figura 6. Retorno de Carlos Barbosa. Jaguarão. 1913



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fotografia desconhecido.

Figura 7. Dragagem no baixo das charqueadas. Jaguarão. S. d



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fotografia desconhecido.

Em 1918, foi firmado o Tratado da Dívida, no qual ficou acordado que, em troca de um débito de aproximadamente cinco milhões de pesos uruguaios, o Uruguai se comprometia a construir uma ponte internacional sobre o Rio Jaguarão, entre as localidades de Jaguarão e de Rio Branco, ou então nas suas mediações. A localização exata ficaria a cargo de uma Comissão Mista, formada por integrantes dos dois países. O Tratado ainda definiu que a ponte devesse servir para todos os fins de trânsito e tráfego, para a passagem de pessoas, cavaleiros e veículos de qualquer classe, inclusive trens ferroviários (SOARES, 2005, pp. 21-22). Neste acordo, constou descrição geral da obra e especificação dos acessos (SOARES, 2005, p. 175).

Além da obra, o acerto previu a fundação de um Instituto de Trabalho para receber brasileiros e uruguaios, em igual número, buscando elevar a eficácia de todos os ofícios industriais, artes e ciências relacionadas com a terra. Nesse sentido, seriam desenvolvidos cursos de especialização, superiores e técnicos (SOARES, 2005, pp. 167-168). O Instituto do

Trabalho não teve sequência (SOARES, 2005, p. 38). Em 16 de fevereiro de 1928, portanto, durante as obras, o Tratado da Dívida foi modificado. O dinheiro que seria utilizado para o Instituto de Trabalho passou a ser destinado a três empreendimentos: a construção de uma estrada de ferro com 190 km, de bitola estreita, entre o Passo do Barbosa (ponto até onde vai o ramal que parte de Basílio) e Jaguarão; a construção de uma estrada de ferro de bitola larga entre Rio Branco e Trinta e Três; e a instituição de um patrimônio de 200 mil pesos ouro uruguaio para intercâmbio entre os dois países. A estrada de ferro colocaria Jaguarão a apenas dezoito horas de Montevideú, ao passo que na condição da época (1928) a viagem levava cerca de dois dias (SOARES, 2005, p. 55).

Em 5 de junho de 1920 reuniu-se na cidade de Jaguarão Comissão Mista formada por uruguaios e brasileiros para assentar a construção da Ponte Internacional. Por causa de divergências, somente em 2 de abril de 1924 é que foram publicados, simultaneamente no Rio de Janeiro e Montevideú, os editais de concorrência para construção da Ponte. Assim, a Comissão reuniu-se e analisou as quatro propostas recebidas. Depois de muita discórdia quanto às decisões a tomar, resolveram pela anulação da concorrência. Outro edital foi realizado em março de 1925. Neste ficou estabelecido o prazo de noventa dias para a segunda concorrência. Nove propostas foram apresentadas e, no dia 3 de julho do mesmo ano, a Comissão Mista reuniu-se novamente em Montevideú, entrando finalmente em acordo. A firma carioca E. Kemnitz & Cia foi a escolhida para construir a Ponte (SOARES, 2005, pp. 112-113).

Projetos e obras

Em 1913, a pedido de Carlos Barbosa, presidente da província do Rio Grande do Sul, o projeto de uma ponte de cimento armado foi elaborado pelo escritório de Rudolf Ahrons (1869-1915) Rudolf era filho de Guilherme Ahrons, que em 1862 desenhou o mapa da cidade de Bagé (Figura 6). Provavelmente, Rudolf tenha contado com a ajuda de Theo Wiederspahn (1878-1952), chefe do Departamento de Arquitetura da sua construtora. Em 1907 e entre 1911 e 1912, Rudolf Ahrons, brasileiro, formado engenheiro pela Universidade Técnica, em Berlim, lecionava primeiro “Projeto de Pontes”, no curso de Estradas, e depois, “Construções de Ferro e Cimento Armado”, na Escola de Engenharia, em Porto Alegre (WEIMER, 2004, p. 87) (Figura 8).

Com exceção das duas alfândegas e das rampas de acesso, o novo projeto correspondeu ao elaborado pelo escritório de Rudolf Ahrons. (Figura 9) A ponte desenhada pelo Escritório Ahrons (1913), por algum tempo (embora desconhecida e não estudada), foi a maior obra de concreto armado até então projetada no Brasil (SCHLEE, 2008, pp. 6-11).

Figura 8. Projeto de ponte de cimento armado para o rio Jaguarão, em frente a cidade de mesmo nome. Desenho do escritório de R. Ahons.



Fonte: SCHLEE. A. R. A ponte. In: Anais do III Seminário Docomomo Sul. Concreto. Plasticidade e Industrialização na Arquitetura do Cone Sul Americano. 1930/70. Porto Alegre. Docomomo Sul/PROPAR/UFRGS, 2008, s.p.

Figura 9. Vista geral da Ponte Internacional Barão de Mauá com seus nove arcos e quatro torres. No lado direito o Brasil, no esquerdo o Uruguai. 2009.



Fonte: Acervo escritório Simone Neutzling. Pelotas. Fotógrafo: Rodrigo Osório.

O projeto executivo foi realizado pelo engenheiro Quinto Bonomi Filho, assessor da delegação uruguaia. Bonomi contou com a colaboração do engenheiro Roque A. Aita. O Brasil indicou o engenheiro Arnaldo Pimenta da Cunha, que teve a ajuda do também engenheiro M. J. Moreira Fisher (Figura 10).

Literalmente, o relatório geral da Comissão Mista informava:

O sistema de nove arcos foi preferido depois de demorados ensaios de cálculo em três, cinco e em sete arcos, projetando-se em nove pela superioridade das condições técnicas, das quais resultaram menores espessuras das peças de construção, menor altura da obra, e outras vantagens determinantes de menores custos¹⁹ (Figura 11).

¹⁹ Descrição geral da obra. Documento reproduzido por SOARES, Eduardo Álvares de Souza. Ponte Mauá. Uma história. Porto Alegre: Evangraf, 2005. pp. 175-176.

Figura 10. Colocação do último pilar da Ponte Mauá (nº 2046), 1929. Da esquerda para a direita: Galle, engenheiro da companhia construtora; Fischer, representante brasileiro; Bonomi, diretor geral da obra; Kemnitz, chefe da companhia construtora, e Roque Aita, engenheiro uruguaio.



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fotógrafo desconhecido.

Figura 11. Construção dos arcos da Ponte Internacional Barão de Mauá, 1928.



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fotógrafo: Fritz.

Foram dezoito as justificativas da Comissão Mista para escolher o sistema de concreto armado. Entre as considerações estava a grande difusão da técnica na Alemanha, Estados Unidos, França e Itália, e a possibilidade de controle sobre a execução de cada peça no local, em relação às peças metálicas fabricadas em outros lugares. Os membros da Comissão Mista usaram como exemplo François Hennebique (1842-1921), construtor francês que em 1892 patenteou técnica de construção de estruturas em concreto armado. Argumentaram que a segurança das obras de concreto armado aumentava com a vigilância e fiscalização no canteiro; as obras de concreto formam monolitos isentos dos efeitos do fogo, das variações de temperatura e das oscilações, vibrações e trepidações resultantes dos choques dos ventos, da passagem de tropas em geral e dos veículos de rodagem; tais vantagens cresciam com o tempo; o cimento e o ferro eram de fácil aquisição; o emprego do concreto armado diminuía a seção dos pilares das pontes; a instalação de obras de concreto era mais

sumária do que a das metálicas; o surgimento de peso morto nas construções de concreto ficava compensado pela rigidez do sistema; os insucessos nas obras de concreto armado eram atribuídos a erros de execução.

Levantavam que no campo das construções metálicas existiam muitas dúvidas a respeito da origem dos insucessos obtidos e além das vantagens estéticas resultantes do requinte das formas, permitido pela plasticidade do material, as despesas de manutenção das pontes de concreto eram praticamente nulas. Apontavam para a impossibilidade de transportar peças metálicas entre Melo e Jaguarão. Ponderavam que os iates que circulavam pelo Rio Jaguarão eram de fraco calado e convés sem resistência para transportar peças grandes metálicas e que todo o material necessário para a fabricação de concreto armado, assim como a mão de obra, podia ser encontrado nos dois países. Por fim, ressaltaram que a obra em questão carecia de cunho de originalidade e de certa majestade em seu conjunto, compatíveis e correspondentes aos elevados sentimentos que conduziram os dois países à firma e à prática da letra do Tratado de 22 de julho de 1918.²⁰

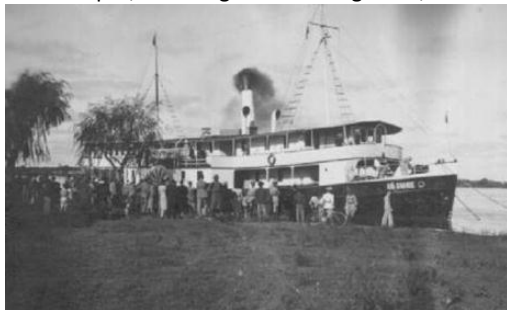
Durante o primeiro semestre de construção pouco ou nada pôde produzir a firma empreiteira. Verificaram que o terreno para as fundações não correspondia ao indicado nos planos e projetos organizados e aprovados pelos dois governos. Por isso, foi necessário modificá-los em suas condições técnicas e econômicas (SOARES, 2005, p. 114). No final de 1928, estavam finalizadas as desapropriações, no lado brasileiro e as expropriações, conforme a legislação uruguaia (SOARES, 2005, pp. 58-60).

No período de construção da ponte, a movimentação aumentou em decorrência dos barcos que traziam materiais – ferro, cimento e madeira – e mão de obra para a execução da obra (EMYGDIO, 1998, p. 154). Os passageiros eram transportados pela chata Caí e por duas gaiolas, como eram chamados os vapores Rio Branco e Rio Grande (Figura 12). Até junho de 1930, trabalharam na obra 6215 operários. Desses, 3348 atuaram no Uruguai e 2867 no Brasil. Eram 2813 brasileiros, 2001 uruguaios, 607 portugueses e 430 alemães. Os demais eram austríacos, espanhóis, dinamarqueses, italianos, suíços, suecos e mais representantes de 12 países (SOARES, 2005, p. 116), (Figura 13). O início das obras ocorreu em 21 de fevereiro de 1927. Em 30 de dezembro de 1930 foi inaugurada. Nesta data, os ministros das relações exteriores Rufino Dominguez (uruguaio) e Maurício Lacerda (brasileiro), representando os governos dos dois países,

²⁰ Relatório da Comissão Mista Executiva do Tratado de 22 de julho de 1918. Justificação da preferência do sistema – concreto armado. Material reproduzido por SOARES, ob. cit., pp.172-174.

deslocaram-se até o centro da ponte, e realizaram o ato simbólico de inauguração da mesma (Figura 14).

Figura 12. Barco a vapor, nas margens do rio Jaguarão, lado brasileiro, s. d.



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fotografia: desconhecido.

Figura 13. Trabalhadores na construção da Ponte Internacional Barão de Mauá, 1928.



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fotografia: desconhecido.

A ponte recebeu o nome Barão de Mauá, em homenagem àquele cuja participação nas negociações e nos empréstimos financeiros ao Uruguai, durante ao século XIX, foi essencial.

Ramal ferroviário

Outra importante inauguração que facilitou o intercâmbio em Jaguarão foi o ramal ferroviário originário da linha Rio Grande – Bagé. A estrada de ferro entre Rio Grande, Pelotas e Bagé teve sua construção aprovada pelo governo imperial em 1873. As obras começaram em Rio Grande e terminaram em Bagé em 1884.

Em 1894, o projeto para ligar a cidade de Livramento à linha Rio Grande – Bagé foi aprovado. Em outubro de 1900, a estrada foi prolongada até Cacequi. Uniu o trajeto Porto Alegre – Uruguiana. Ampliou a circu-

lação de passageiros e produtos entre cidades das zonas sul e central do estado do Rio Grande do Sul. O prolongamento até Livramento partiu de Cacequi e foi finalizado em 1910. A partir daí, as ferrovias nacionais foram conectadas às estaduais, o que possibilitou a circulação de mercadorias e pessoas entre o Rio Grande do Sul e outras regiões do país (SANTOS, 2007, pp. 75-78).

Segundo o Inventário Ferroviário no Rio Grande do Sul, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, a Estação Jaguarão estava localizada no ramal Basílio – Jaguarão, que unia a fronteira uruguaia com a Linha Rio Grande – Bagé (mapa 03). No ano de 1890, o governo estadual concedeu privilégios a Augusto César Leivas e ao engenheiro José Barbosa Gonçalves para a construção de uma estrada de ferro até Jaguarão. Após várias tratativas e determinações oficiais, entre os anos de 1911 e 1912 foram aprovados os estudos e assinados os contratos com os construtores. A obra foi realizada pela Empresa Construtora do Rio Grande do Sul e, finalizada pelo 1º Batalhão Ferroviário. Em 25 de março de 1932, o ramal Jaguarão – Basílio, da linha Rio Grande – Bagé, foi inaugurado em Jaguarão. A Estação Jaguarão era vinculada à de Rio Branco, no Uruguai. Porém, os trilhos tinham bitolas diferentes, que impediam o tráfego direto dos comboios entre os dois países. Do lado brasileiro a bitola media 1 m e do lado uruguaio, 1,445 m.²¹ (Figuras 15e 16).

Figura 14. Ponte Mauá no momento da sua inauguração. 30 dez. 1930



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fotografia: desconhecido.

²¹ RIO GRANDE DO SUL (Estado) Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul: Inventário das estações: 1874-1959. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Porto Alegre: Pallotti, 2002, p. 97.

Figura 15. Vista da Ponte Mauá, a partir do lado brasileiro em direção ao uruguaio. 1930.



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fotógrafo: desconhecido.

Figura 16. Um dos primeiros trens a cruzar a Ponte Mauá. 1930



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fotógrafo: desconhecido.

Características construtivas da Ponte

Em artigo publicado na Revista de Ingenieria, em dezembro de 1930, com o título, “Puente Internacional Mauá sobre El Rio Yaguarón”, Quinto Bonomi Filho analisou detalhes técnicos da obra.²² Para facilitar a descrição da obra, a dividiu em cinco partes principais: acesso brasileiro; ponte propriamente dita com as aduanas; acesso principal uruguaio, o da cidade de Cuchilla; acesso secundário uruguaio, rampa a Rio Branco, unin-do a vila à Ponte e, por último, a união do acesso principal com secundário (Figuras 17 e 18).

²² Artigo publicado na Revista de Ingenieria, em dezembro de 1930, com o título, “Puente Internacional Mauá sobre El Rio Yaguarón”, por Quinto Bonomi Filho. Documento apresentado por SOARES, ob. cit., pp. 117 – 125.

Figura 17. Ponte Internacional Barão de Mauá e os três acessos.

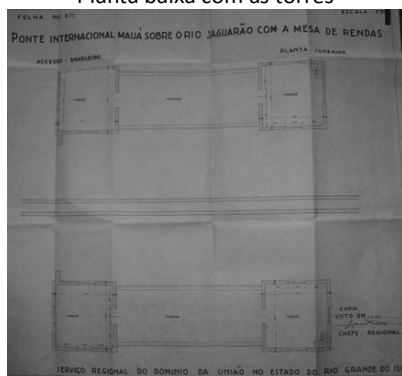


Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

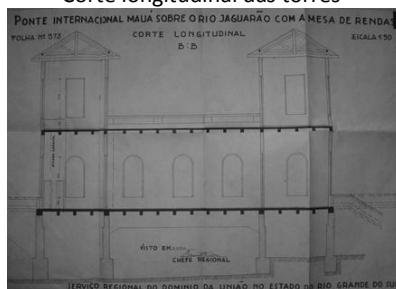
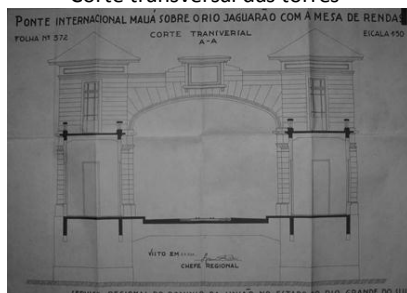
Figura 18. Cópia do projeto da Ponte Internacional Barão de Mauá. Jaguarão, 1940.
Implantação com acesso e torres



Planta baixa com as torres



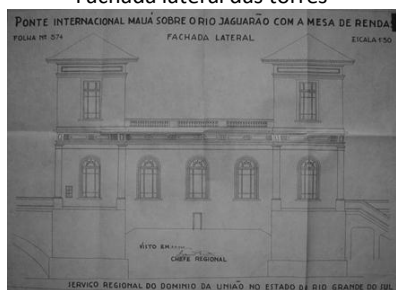
Corte transversal das torres



Fachada principal das torres



Fachada lateral das torres



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

O acesso brasileiro foi construído com o comprimento de 212 metros, desde seu início na atual Rua Uruguai até a entrada da Ponte entre os edifícios aduaneiros, com largura de 13 metros livre entre as balaustradas. O perfil transversal manteve passagem central de quatro metros para as vias férreas brasileira e uruguaia com, respectivamente, 1,0 m e 1,445 m de bitola. Ambos em simetria com o eixo principal da obra, os trilhos menores ficaram dentro dos maiores. De cada lado dessa passagem foi pensada outra de três metros de largura, para o trânsito de veículos em geral. Nas faces laterais externas foram colocadas calçadas para pedestres, com largura de 1,5m (Figura 19).

Figura 19. Vista panorâmica do acesso brasileiro, prolongamento da rua Uruguai. Jaguarão. Brasil, 2009.



Fonte: Acervo escritório Simone Neutzling. Pelotas. Fotógrafo: Rodrigo Osório.

Em função da necessidade de aterrar a margem brasileira para conectar o tabuleiro da ponte com a Rua Uruguai, o acesso foi constituído por dois muros laterais de concreto armado para sustentar este aterro (Figuras 20). A ponte propriamente, com comprimento total de 330 metros, foi projetada com 276 metros de tabuleiro e mais 27 metros de cada lado, correspondentes aos postos aduaneiros. O perfil transversal deste trecho, igual ao acesso brasileiro, com 13 metros de largura, se diferenciou pela forma de sustentação das calçadas, apoiadas sobre mãos-francesas (Figura 21).

Figura 20. Muro de Concreto. Jaguarão, 2009.



Fonte: Acervo escritório Simone Neutzling. Pelotas. Fotógrafo: Rodrigo Osório.

Figura 21. Detalhe das mãos-francesas, 2009.



Fonte: Acervo escritório Simone Neutzling. Pelotas. Fotógrafo: Rodrigo Osório.

Foi constituída com nove arcos, sendo os três centrais de 30 metros e os demais de 27 metros cada. Em ambos os lados se ergueram os edifícios fiscais/aduaneiros, com sete metros de altura e 27 metros de largura. Edifícios simétricos, construídos frente a frente, tiveram espaçamento entre eles correspondente à largura do tabuleiro, 13 metros. As quatro torres erguidas de cada lado da ponte, marcadas por pilastras nos cunhais, telhados em quatro águas cobertos com telhas cerâmicas de capa e canal, deram à construção uma aparência formal da vertente eclética do neocolonial brasileiro, que se manifestou na nossa arquitetura a partir dos anos de 1914²³ (Figuras 22 e 23).

Figura 22. Torres. Jaguarão, 2009.



Fonte: Acervo escritório Simone Neutzling. Pelotas. Fotógrafo: Rodrigo Osório.

²³ Apesar de alguns autores determinarem que o neocolonial caracterizou um novo estilo antagônico ao historicismo eclético europeu, adotamos a informação de LEMOS, Carlos. Ecletismo em São Paulo. In: FABRIS, Annateresa. Ecletismo na arquitetura brasileira. São Paulo: Nobel/USP, 1987. p. 75. Última tendência do ecletismo brasileiro, o neocolonial reviveu nas caixas murais dos prédios, as características plásticas dos edifícios construídos no período do Brasil Colônia, na utilização de coberturas com telhas de capa e canal, nos beirais salientes às paredes, nos frontões definidos por linhas curvas e contra-curvas decorados com volutas.

Figura 23. Detalhe: beiral e cimalha. Jaguarão, 2009.



Fonte: Acervo escritório Simone Neutzling. Pelotas. Fotógrafo: Rodrigo Osório.

As torres agrupadas duas a duas (Figura 24) receberam acabamento externo igual ao do restante da ponte e não sofreram grandes alterações em seu exterior. As esquadrias são de madeira, sendo as externas formadas por grandes vidraças, com verga em arco pleno no pavimento térreo, e reta no superior (Figura 25).

Figura 24. Torres agrupadas duas a duas. Rio Branco. 2009



Fonte: Acervo escritório Simone Neutzling. Pelotas. Fotógrafo: Rodrigo Osório.

Figura 25. Detalhe das esquadrias de madeira das torres. Rio Branco, 2009



Fonte: Acervo escritório Simone Neutzling. Pelotas. Fotógrafo: Rodrigo Osório.

Originalmente as torres possuíam dois pavimentos, com pisos em assoalho de madeira e ladrilhos hidráulicos, paredes de alvenaria e forros em laje, ambos rebocados e pintados. No acesso principal uruguaio, levando em conta os terrenos baixos e alagadiços da margem de Rio Branco, a ponte prolongou-se por um viaduto que passou a grande altura sobre a cidade, até encontrar solo mais elevado na localidade denominada Coxilha (Figura 26). Este “viaduto” ficou com comprimento total de 1.534 metros, assim distribuídos e a contar da cabeceira da ponte: trecho de 64 arcos de 14 metros de vão; trecho de aterro de 241,50 metros; trecho de quatro arcos de 14 metros de vão, trecho de 340,50 de terrapleno. A rampa de Rio Branco, como é chamado o acesso secundário uruguaio, partiu do ponto mais alto da Rua Artigas, na esquina com a Rua Lavalleja (Figura 27). Alcançou comprimento de 154 metros e largura de 6,70 metros, sendo 5,50 m para veículos e 0,60 m para pedestres, em cada lateral. Esta rampa foi o único trecho da ponte que não apresentou trilhos para o transporte ferroviário (Figuras 28 e 29).

Figura 26. Vista panorâmica do acesso principal uruguaio (viaduto). À direita os trilhos para transporte ferroviário. Coxilha, 2009.



Fonte: Acervo escritório Simone Neutzling. Pelotas. Fotógrafo: Rodrigo Osório.

Figura 27. Vista panorâmica do acesso secundário uruguaio, rampa de Rio Branco a partir da rua Artigas esquina com rua Lavalleja. Rio Branco, 2009.



Fonte: Acervo escritório Simone Neutzling. Pelotas. Fotógrafo: Rodrigo Osório.

Figura 28. Detalhe da rampa de Rio Branco a partir da torre em direção a rua Artigas. À esquerda, prédio da antiga Casa Azpiroz, construída na mesma época da Ponte e pela mesma empresa, E. Kemnitz & Cia Ltda. Rio Branco, 2009.



Fonte: Acervo escritório Simone Neutzling. Pelotas. Fotografia: Rodrigo Osório.

Figura 29. Detalhe dos arcos da rampa de Rio Branco, acesso secundário uruguaio. A direita prédio antigo prédio da Alfândega. Rio Branco, 2009.



Fonte: Acervo escritório Simone Neutzling. Pelotas. Fotografia: Rodrigo Osório.

A união dos acessos uruguaios teve comprimento de 37,86 metros, largura e distribuição das pistas de forma igual ao acesso principal: 10,25 metros, sendo 1,35 m de calçada, 5,50 m para veículos, e 3,40 metros para a estrada de ferro. Esta união, com a finalidade de facilitar a bifurcação do acesso principal, via Coxilha e da rampa, via Rio Branco, permitiu as combinações de trânsito de veículos automotores provenientes das três aglomerações conectadas. É neste ponto ainda que a linha férrea deixou o eixo central à estrutura e passou a ser lateral, lado esquerdo no sentido Jaguarão – Coxilha (Figura 30).

Figura 30. Vista panorâmica da união dos acessos uruguaios, a partir das torres em direção a Rio Branco. É neste ponto que a linha férrea deixa o eixo central da ponte e passa a ser lateral, ocupando o lado esquerdo da pista. Rio Branco, 2009.

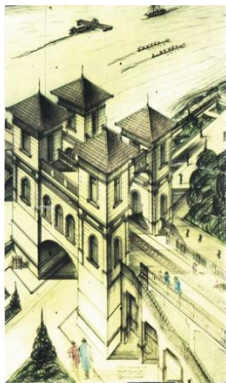


Fonte: Acervo escritório Simone Neutzling. Pelotas. Fotógrafo: Rodrigo Osório.

Diferente do restante da ponte, iniciou neste trecho a utilização de guarda-corpo metálico, distinto do acesso brasileiro e do tabuleiro que tem nas laterais fechamento com balaustrada. A largura total alcançou 10,25 metros, sendo 1,35 m de calçada para pedestres sustentada por mãos-francesas no lado direito da pista, sentido Brasil-Uruguai, 5,50 m para veículos ao centro, e 3,40 metros para a estrada de ferro no lado esquerdo.

Como foi exposto anteriormente, por um lado, a Comissão Mista propunha ao monumento “cunho de originalidade e de certa majestade em seu conjunto”. Por outro, na concepção de Bonomi, a escolha da linguagem neocolonial para os postos alfandegários era de “[...] construcción sencilla, dado su destino, y de línea sobrias y fuertes para armonizar con el resto de la obra”²⁴ (Figura 31).

Figura 31. Ilustração das torres da Ponte Mauá mostrando a aduana do lado brasileiro. Elaborado por Quinto Bonomi Filho, engenheiro diretor da obra, Montevideu, dez. 1928.



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

²⁴ BONOMI, Quinto. Puente Internacional Mauá sobre El rio Yaguarón, artigo apresentado por SOARES, ob. cit., p. 120.

Quinto Bonomi conseguiu aliar ideias que pareciam contraditórias. Na ponte propriamente dita, propôs quatro torres em cada lado da fronteira, construídas para abrigar as funções aduaneiras. Intencionais ou não, referenciavam a instalação fundacional, El Fortin de La Laguna e antigas sedes fortificadas de estâncias da região. Igualmente, o uso da linguagem neocolonial mostrava um passado comum.

Conclusões

Esta breve história da Ponte Internacional Barão de Mauá reforçou os critérios aplicados para o seu reconhecimento como patrimônio do MERCOSUL. Em primeiro, foi a maior obra de concreto armado até então projetada na região. Exclusivamente, os projetos, os cálculos e a fiscalização da execução foram realizados por profissionais uruguaios e brasileiros. O trabalho braçal da construção acolheu diversas nacionalidades. Este processo demonstrou valores associados a processos históricos vinculados aos movimentos de autodeterminação ou expressão comum da região perante o mundo. As tratativas diplomáticas e as diferentes comissões mistas expressaram os esforços de união entre os dois países da região. A solução formal dos quatro torreões e a inspiração na linguagem neocolonial relacionou referências culturais compartilhadas. Por fim, o reconhecimento e os consequentes esforços para a sua conservação e preservação foram, são e serão fatores de promoção para a integração dos países.

Referências

ALEJO, Jorge Aicardi. **Rio Branco. Un enfoque histórico y su ruralidad actual de cara al año 2000.** Rio Branco: Junta Autónoma Electiva de Rio Branco, 1992.

BOSCO, Setembrino Dal. **Fazendas pastoris no Rio Grande do Sul (1780-1889): capatazes, peões, e cativos.** Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Passo Fundo: 2008.

EMYGDIO, Décio Vaz. **Lagoa Mirim: um paraíso ecológico.** 3ª edição, Pelotas: Mundial, 1998.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Origens de Jaguarão (1790-1833).** Caxias do Sul: Ed. UCS, 1980.

GUTIERREZ, Ester J. B.; MOLET, Cláudia D. G.; LUCKOV, Daniele B.; NEUTZLING, Simone R. Estâncias fortificadas. In: MAESTRI, Mário e BRASIL, Maria do Carmo (org.). **Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudo**

sobre a economia pastoril no Brasil. Passo Fundo: Ed. UPF, 2009, pp. 168-218.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE JAGUARÃO. **Apontamentos para uma monografia de Jaguarão**. 2ª Exposição Agropecuária. Porto Alegre, 1912.

MARTINS, Roberto Duarte. **A ocupação do espaço na fronteira Brasil-Uruguai: a construção da cidade de Jaguarão**. Tese. (Doutorado em Histórias Especializadas) – Universidade Politécnica da Catalunha, 2002.

MIRANDA, Wilson Marcelino. **Arquitetura e urbanismo na fronteira Brasil / Uruguai: o espaço comercial construído em Jaguarão/ Rio Branco (1800-1840)**. Tese (Doutorado em Integração Regional). Universidade Federal de Pelotas, 2002.

NEUTZLING, Simone R (coord.) **Inventário para o dossiê de tombamento do centro histórico de Jaguarão**. 2009. (Relatório Técnico). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério da Cultura.

REICHEL. Heloísa Jochims. Fronteiras no espaço platino. In: BOEIRA, Nelson e Golin, Tau (coord.) **História Geral do Rio Grande do Sul**. Colônia. Passo Fundo: Méritos, v. 1, 2006.

RIO GRANDE DO SUL (Estado) **Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul**: Inventário das estações: 1874-1959. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

SANTOS, Carlos Alberto Ávila. **Ecletismo na Fronteira Meridional do Brasil**. Tese (Doutorado em Conservação e Restauro) Universidade Federal da Bahia, 2007.

SCHLEE. A. R. A ponte. In: **Anais do III Seminário Docomomo Sul**. Concreto. Plasticidade e Industrialização na Arquitetura do Cone Sul Americano. 1930/70. Porto Alegre: Docomomo Sul/PROPAR/UFRGS, 2008.

SOARES, Eduardo Alvares de Souza. **Ponte Mauá: uma história**. Porto Alegre: Evangraf, 2005.

WEIMER, Günter. **Arquitetura erudita da imigração alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2004.

Fontes iconográficas:

Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão

Barco a vapor, nas margens do rio Jaguarão, lado brasileiro. S. d.

Colocação do último pilar da Ponte Mauá (nº 2046). 1929.

Construção dos arcos da Ponte Internacional Barão de Mauá. 1928.

Cópia do projeto da Ponte Internacional Barão de Mauá. Jaguarão. 1940.

Despedida de Carlos Barbosa. Jaguarão. 4 fev. 1908.

Dragagem no baixio das charqueadas. Jaguarão. S. d

Enchente. Jul. 1928 Rio Jaguarão

Ilustração das torres da Ponte Mauá mostrando a aduana do lado brasileiro. Elaborado por Quinto Bonomi Filho, engenheiro diretor da obra, Montevidéu, dez. 1928.

Ponte Internacional Barão de Mauá. Jaguarão, Brasil, e Rio Branco, Uruguai. 1930.

Ponte Internacional Barão Mauá no momento da sua inauguração. 30 dez. 1930.

Ponte Internacional Barão de Mauá e os três acessos. S. d.

Retorno de Carlos Barbosa. Jaguarão. 1913.

Trabalhadores na construção da Ponte Internacional Barão de Mauá. 1928.

Um dos primeiros trens a cruzar a Ponte Mauá. 1930.

Vista da Ponte Mauá, a partir do lado brasileiro em direção ao uruguaio. 1930.

Parte 2 -

Processos de patrimonialização em Uruguai e no Brasil: museus, arquivos e acervos.



FOTOGRAFIAS PARA PREENCHER O VAZIO DE MEMÓRIA: ARQUIVOS DE IMAGENS DOS FRIGRÍFICOS ANGLO EM PELOTAS/BRASIL E FRAY BENTOS/URUGUAI

Francisca Ferreira Michelin

Introdução

Mesmo que em momento algum se tenha esperado que a fotografia trouxesse o passado de volta, ou levasse o espectador a ele – como só podem fazer as imaginárias máquinas do tempo –, é possível que no início da sua história, se tenha mantido, um pouco que seja, a expectativa em por meio dela iludir a inevitabilidade do esquecimento. Sejam quais for os fracassos ou os êxitos que tal forma de representação aportou à existência humana, o fato é que sua aplicabilidade continua corrente, se não igual em diferentes períodos, vez por outra semelhante. Este preâmbulo anuncia que o uso da imagem fotográfica no estudo que segue é esperançoso, embora desprovido de ingenuidade. Não se espera encontrar mais do que pistas em um acervo fotográfico. No entanto, melhor tê-las. Por meio delas a investigação é possível, ainda que não se tenha garantias de resultados. Contudo, não são os resultados que motivam a presente reflexão e, sim, a análise das possibilidades de um método que elegeu a imagem fotográfica para ilustrar aspectos de uma trajetória recente, marcada por recordações vacilantes. Em outras palavras, uma trajetória que já está se transformando em esquecimento.

Assim, o que se pretende discutir, confrontando o vazio de memória que se institui quando do Frigorífico Anglo de Pelotas resta pouco, é o valor que se atribuem às fotografias. Ou seja, busca-se verificar se quando minguam as palavras, as imagens se plenificam.

Em visita ao sistema patrimonial de Fray Bentos e diante do remanescente do Frigorífico Anglo na cidade de Pelotas é possível perguntar-se se as duas unidades, o Frigorífico uruguaio e o da cidade gaúcha, foram semelhantes. Não é, propriamente, uma resposta difícil. Porém, demanda muitas palavras, para que não seja incauta. Por um lado, ambas as fábricas foram muito parecidas, desde o nome. Por outro, há vários aspectos que as particularizam. Contudo, deseja-se acreditar que tanto os contrastes como as semelhanças as afirmam na expressão patrimonial que lhes é atribuída. Há em ambas, tal como se encontram no momento em que se escreve este texto, um silêncio evocador de um tempo irrevogavelmente findo.

A ocupação que lhes foi dada hoje é diversa daquela do passado. Em ambos os lugares há as evidências de uma indústria alimentícia fundada no abate e processamento de centenas de animais por dia existem, sem, no entanto, existir a presença da faina laboral. As atividades administrativas, culturais, educativas e outras desenvolvidas nesses locais, na atualidade, diluem a configuração que o espaço tinha em razão dos objetivos que os fizeram surgir. Outras pessoas, com metas diferentes, movimentam-se em ambos os espaços e relacionam-se com o que sobrou dos prédios e dos objetos de modo diverso. São, hoje em dia, ambientes distantes daqueles do passado, que tendo surgido anos após o fechamento das fábricas, nos mesmos prédios onde milhares de trabalhadores faziam, consecutivamente, o labor diário do processamento da carne, tornam opacos os fazeres e viveres que antes ali se davam.

Do presente e no presente é que se analisam, comparativamente, as duas unidades, refletindo sobre as razões que as fazem diversas, enquanto não se negam as semelhanças. Faz-se convergir diferenças e semelhanças para compreender o que pode ser observado em comum e para concluir que esses dois lugares, ao seu modo, guardam a trajetória da grande indústria frigorífica de capital estrangeiro em ambos os países.

No entanto, há uma grande diferença entre essas unidades. Enquanto que o remanescente uruguaio configura-se como um conjunto conservado, o de Pelotas resiste em poucos prédios. Em Fray Bentos e em Montevideo há uma documentação importante sobre esse frigorífico e pesquisadores publicaram estudos que fornecem muitos dados sobre a história da Fábrica. Muito diferente é a situação do Frigorífico de Pelotas. Não há objetos, documentos e restou pouco dos prédios que havia no local. Mesmo assim, a presença e disponibilidade para contar fatos de tantos ex-funcionários dessa indústria indica que há motivos para investigar e qualificar os remanescentes como lugares de memória.

E para fazê-lo, observa-se primeiramente a trajetória do Frigorífico de Pelotas, da sua origem ao seu fechamento. Em seguida, compara-se este ao de Fray Bentos, com base na bibliografia disponível, quanto à produtividade e ao impacto que tiveram nas sociedades nas quais se localizavam. Por fim, verifica-se se na aparente precariedade dos remanescentes da unidade de Pelotas não se evidenciam elementos de tempo, de trabalho e de conceitos que se encontram mais alterosos na magnitude do conjunto preservado em Fray Bentos. É nesse momento que a fotografia assume um papel importante.

Deseja-se concluir que o resultado dos percursos de ambos os locais mais os aproxima que os distancia e que é possível emprestar a voz que impregna a importância do Sistema de Fray Bentos ao frágil colosso mutilado de Pelotas.

O Frigorífico Anglo de Pelotas

A trajetória desta empresa na cidade de Pelotas não é tão evidente, apesar de ter se encerrado há pouco tempo. Quando se concretizou o seu fechamento nos primeiros anos da década de 1990, a documentação da fábrica foi levada para a unidade ativa na cidade de Barretos em São Paulo e quando o grupo retirou-se do Brasil e vendeu o último frigorífico, a documentação extinguiu-se, de algum modo. Então, mesmo informações básicas exigem esforço de localização de fontes para serem averiguadas. Ainda assim, foi possível traçar uma trajetória linear do surgimento do Frigorífico e espera-se, com o tempo, vir a obter maior detalhamento sobre o funcionamento da fábrica ao longo do seu meio de século de existência na cidade.

No presente, a constatação que se verificou nas fontes indica que o surgimento do Frigorífico deu-se em um panorama que se desenhava sob no mínimo três aspectos: a pecuária como atividade importante na economia gaúcha, o interesse de investidores na indústria da carne e a crescente demanda por produtos desta indústria. Pode-se considerar que a estrutura de comercialização da carne no Rio Grande do Sul iniciou no final do século XVIII, estando diretamente associada à produção saladeiril. Essa indústria surgiu próxima aos locais de criação do gado, onde havia formas de transportar o charque para as regiões consumidoras. Sob esse aspecto, a área do entorno da cidade de Pelotas, era favorável.

No entanto, segundo a historiadora gaúcha Sandra Pesavento (1980) houve um importante período de crise que se estendeu do final do século XIX até a Primeira Guerra e no qual se revelou que as condições locais da produção saladeira rendiam um produto com baixa concorrência, mesmo no mercado nacional. Durante o Conflito Mundial, o comércio local recebeu o alento de uma demanda que não poderia ser preenchida apenas pelo produto de melhor qualidade, favorecendo a sofrível produção sul rio grandense. A demanda pela carne congelada, nesse momento, promoveu o ingresso da indústria frigorífica no Brasil, em especial no Rio Grande do Sul, que dividia então, com a região do Brasil Central, as duas mais importantes áreas de criação de gado no país (ARAÚJO, 2003). O panorama tinha, dessa forma, o seguinte contorno: por um lado no Estado havia regiões com condições ideais para a indústria da carne; por outro não tinha estrutura econômica, infraestrutura e tecnologia para investir nessa industrialização tal como exigia o rentável mercado estrangeiro. Deste modo, produtores, industrialistas e investidores locais assistiam o ingresso dos frigoríficos estrangeiros, que também eram matadouros, sem reação e investida. A historiadora Neuza Janke (2007) enumerou, em seu estudo sobre o Frigorífico Anglo de Pelotas, a instalação das unidades dos frigoríficos Swift e Armour, em 1917, nas cidades do Rio Grande e Santana

do Livramento, em 1918 a construção da unidade da Swift em Rosário do Sul e da *Wilson and Co Ltda*, também em Santana do Livramento. Tal como estava acontecendo nos vizinhos países do prata, o capital norte-americano, por meio de um forte *trust*, aproveitava-se da situação favorável no Estado, onde não havia nenhum frigorífico nacional, para usufruir da farta matéria prima e das condições de transporte que as cidades ofereciam.

Diante desse quadro e como reação possível para o momento, investidores relacionados à pecuária ou à indústria saladeira reuniram-se para formar a “Companhia Frigorífico de Pelotas”, que deveria ser a sociedade mantenedora de um Frigorífico capaz de garantir melhores preços para os pecuaristas. Debalde esforços e intenções, o Frigorífico demorava a surgir enquanto as fábricas de origem estadunidense firmavam-se. O momento decisivo foi quando ingressou o capital do Banco Pelotense que, segundo o doutor em Economia Eugênio Lagemann (1985) teve “[...] participação direta na modernização da indústria da carne como maior acionista da Companhia Frigorífica Rio Grande”²⁵ (p. 108). Para a construção desse grande frigorífico o Município doou para a Companhia um terreno amplo às margens do São Gonçalo onde, em 1918, deu-se início à construção da planta industrial cuja capacidade prevista era o abate de 500 rezes por dia. Em dado momento, a construção da grande fábrica começou a vacilar.

Em 1919 o crescimento da economia gaúcha decresceu velozmente, fazendo instaurar-se a primeira grande crise que o Banco Pelotense viveu (LAGEMANN, 1985, p. 108). Essa crise levou os acionistas a tardarem a inauguração do Frigorífico e, depois de inaugurá-lo, se viram envolvidos em grandes dificuldades para manter a fábrica ativa. Em 1920, após alguns poucos meses de funcionamento, provou-se a insolvência do negócio. O frigorífico foi colocado à venda, antes mesmo que todos os setores construídos entrassem em funcionamento.

Em 1921 o Grupo *Vestey Brothers* comprou o frigorífico e o manteve escassamente ativo nos anos seguintes. Nesse período, a Companhia solicitou a troca do nome ao Governo Federal e, em dezembro de 1924, foi concedida a autorização solicitada para que a *The Rio Grande Meat Com-*

²⁵ A nomenclatura tanto da Companhia como do Frigorífico é diversa nas fontes. Nos Estatutos do Frigorífico Nacional a nomenclatura já sofre mudança. Respeitando o que consta em cada fonte, informa-se que o Frigorífico foi chamado de Frigorífico Sulriograndense, Frigorífico de Pelotas e Frigorífico Rio Grande. Trata-se, sob qualquer dessas nomenclaturas, do mesmo estabelecimento.

pany passasse a se chamar Frigorífico Anglo de Pelotas²⁶. A Companhia manteve o Frigorífico em funcionamento até 1926, quando o fechou, sem anúncio de reabertura.

Sobrevieram 15 anos até o mercado internacional tornar a solicitar intensamente produtos frigorificados e enlatados. Em meio ao Segundo Conflito Mundial, no ano de 1942, a empresa retomou o complexo, lançando a pedra fundamental da nova construção em 4 de abril. Em 20 meses, centenas de trabalhadores executaram o projeto da nova planta industrial, que deveria atender, ainda em tempo, as demandas de exportação geradas pela Guerra. Durante o ano em que o complexo foi construído, sabe-se, pelas notícias nos jornais locais, que havia emprego para vários segmentos de mão de obra e que a economia da cidade alimentava-se das necessidades desse empreendimento. A expectativa com que o tema é tratado pela imprensa local indica que, naquele momento, a cidade ainda não havia tido outro empreendimento com tamanho vulto.

A escolha da cidade para sediar a empresa do grupo inglês é explicável pelas condições que se apresentavam na região, no entanto, as expectativas com as quais foi anunciada a sua inauguração indica que houve um investimento grande da Companhia para a instalação do Frigorífico. Pode ter sido esse investimento que gerou a perspectiva de um incremento da economia local, expressada nas palavras do Secretário da Fazenda do Estado, durante o ato de inauguração: “Faço votos que a Sociedade Anônima Frigorífico Anglo, conquiste o seu objetivo fazendo com que Pelotas reviva as suas glórias passadas” (Diário Popular, 19/12/1943, p. 6).

Entende-se que a instalação dessa unidade em Pelotas durante a Guerra objetivava aumentar o lucro da empresa ao atingir a mesma rentabilidade das outras unidades já em funcionamento (Fray Bentos, no Uruguai; Berisso, na Argentina; Barretos e Mendes, respectivamente, em São Paulo e Rio de Janeiro) no atendimento ao mercado europeu. Com o abate de mil bois por dia, concomitante a quinhentos suínos, quinhentos ovinos e mil aves seria possível cumprir essa meta. O complexo já iniciava com os setores para produção de conservas de legumes e de frutas e, sobretudo, dos enlatados de carne. Segundo depoimentos obtidos, a produção dos itens variava conforme as safras, as demandas e outros fatores de mercado. A modernização, ampliação, redução, implantação ou exclusão de setores também atendia à lógica das exigências do mercado, sobremaneiri-

²⁶ ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Decreto nº 16.690 In Diário Oficial da União. Ano LXIII, nº 298, 14/12/1924, p.9. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2124025/dou-secao-1-14-12-1924-pg-9>. Acesso: 26 de agosto de 2012.

ra do exterior, que influenciava, inclusive, as normativas da vigilância sanitária. O fato, constatado em todos os dados, até o momento verificados, é que, durante cinquenta anos esse frigorífico manteve-se como um grande sistema fabril e, portanto, impactou decisivamente a vida econômica e social da região na qual esteve instalado.

Só a partir de 1970 diversos fatores confluíram para que surgissem novos frigoríficos nacionais, que se espalharam pelos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Maranhão e Pará. Esse crescimento determinou a saída das empresas estrangeiras, das quais a última a encerrar suas atividades com frigoríficos foi o Grupo *Vestey Brothers* que os vendeu, partindo definitivamente em 1993.

Antes da conclusão da venda, o maquinário e demais objetos que poderiam ser enviados para a unidade de Barretos foram retirados de Pelotas. O complexo foi adquirido por outra empresa e utilizado parcialmente durante algum tempo. Advieram tentativas de reativação de alguns setores, fizeram-se outros usos ocasionais dos prédios administrativos, desvinculados da função de trabalho e, por fim, veio o abandono. Portanto, quando a Universidade adquiriu parte da planta, os prédios já se encontravam vazios e muito danificados. Permanecia, ainda, parte das estruturas de ferro de algumas máquinas e o conjunto de edificações tal como se encontrava durante o funcionamento. Na ocasião em que o Anglo passou a ser da instituição, muitas pessoas vinculadas à UFPel o fotografaram. Esses registros evidenciam aspectos e elementos que a reforma suprimiu, mas não conseguem reconstituir visualmente o conjunto. No entanto, são importante evidência de perdas irreparáveis como da destruição dos prédios que se situavam do lado esquerdo, pela entrada, e que não ficaram com a Universidade.

A empresa que os adquiriu, derrubou-os para a construção de um investimento comercial que não foi concretizado.

Vê-se, na Figura 1, o conjunto de prédios que foi demolido e, especialmente, o prédio das conservas, que exibia, no seu frontão, o nome da empresa. A palavra Anglo destacava-se à beira do canal São Gonçalo e era avistada das pontes ferroviária e rodoviária que ligavam as duas margens do curso de água. Quando a reforma do edifício que sediaria a administração central da UFPel ficou pronta, a pintura gasta, mas ainda marcante, com o nome do Frigorífico, foi substituída pela sigla da universidade.

Figura 1 – Fotografia do complexo do Anglo tomada do canal São Gonçalo.



Fonte: Fotografia de Ana Lúcia Oliveira, cca. 2007. Acervo NEAB-FAUrb/UFPel

O número de letras é o mesmo em ambas as palavras, portanto, supõe-se que deva ter sido uma substituição gráfica fácil. Naquele momento, perdeu-se o vestígio de evidência mais imediata da presença desta indústria na cidade.

Curioso fato é que há fotografias dos edifícios sendo reformados, feitas pelo fotógrafo da Universidade naquele período, que se encontram espalhadas pelas paredes de corredores do prédio, em diferentes andares (Figura 2). São ampliações grandes, emolduradas com vidro, sem identificação ou legenda. Uma destas registra o prédio das conservas e o frontão com a sigla da universidade. O registro é feito de um dos prédios que já foi demolido. O prédio, assim fotografado, já antecipa o desaparecimento do frontão e a imagem, por sua vez, informa a destruição em curso. Não se flagra a intenção do fotógrafo vendo-se a imagem, mas o efeito desse quadro sobre o espectador é curioso, ainda que diferente conforme a subjetividade de quem o olha. Notoriamente atacado e vencido, o prédio parece encenar a memória desta fábrica, duas vezes apagada, e se resiste, parece ser só na representação.

Figura 2 - Fotografia do corredor do 4º piso do prédio da Administração Central da Universidade Federal de Pelotas, campus Porto, sediado no antigo prédio do abate do Frigorífico Anglo de Pelotas. Na parede estão colocadas fotografias desta indústria nos primeiros anos de aquisição pela UFPel.



Fonte: Fotografia de Jossana Peil Coelho, 2013. Acervo da fotógrafa.

Na atualidade, o conjunto remanescente apresenta-se formado por quatro grandes prédios, dos quais dois foram adaptados para ocupação por unidades acadêmicas e administrativas da Universidade Federal de Pelotas. Desses, três ocupam o lado esquerdo a partir do portão de entrada, que se manteve tal como na época do seu fechamento.

O panorama registrado na Figura 3 permite que se veja o prédio ao fundo, em pálido vulto, que não recebeu reforma e o dois que se colocam mais à frente e que hospedam a administração central e algumas faculdades. O primeiro que se avista era, no passado, o prédio do abate, do processamento da carcaça e das câmaras frias.

Figura 3 – Fotografia da frente dos três prédios ocupados pela UFPel no remanescente do extinto Frigorífico Anglo de Pelotas.



Fonte: Fotografia de Francisca F. Michelin, maio de 2013. Acervo da autora.

As duas rampas (Figura 4) que subiam para o primeiro piso foram suprimidas logo que a Universidade iniciou as obras de adaptação. Com essa supressão, importante referência se perdeu porque a rampa marcava, efetivamente, o início do trabalho dentro da fábrica. O segundo prédio, na primeira imagem, era onde se fabricavam os embutidos, conforme informação de depoentes, embora, tenha sido informado, por outros, que havia abate de aves nesse prédio, em períodos nos quais o Frigorífico também processava a carne desses animais. Para os ex-funcionários que visitaram esse conjunto durante o trabalho do qual se gerou o estudo, o contorno desses dois edifícios é plenamente reconhecível externamente e, ao contrário, irreconhecível depois que se ingressa. Uma comparação rápida entre a imagem atual e a passada, nas figuras anteriores, confirma a primeira observação dos entrevistados.

No entanto, se são fartas as fotografias que registram esse momento de desativação da planta industrial do Frigorífico Anglo de Pelotas e a ocupação que se fez de alguns prédios pela UFPel, são escassas as fotografias do passado, sobretudo as que informam sobre a fábrica nas três primeiras décadas de funcionamento. Os arquivos do Frigorífico Anglo de Fray Bentos surgem, então, como uma estratégia de preencher os vazios que gera a falta de documentação sobre a fábrica de Pelotas, na sua história e na sua memória.

Figura 4 – Fotografia das rampas de subida dos animais à sala do abate. A rampa menor destinava-se ao gado suíno e a maior ao gado bovino.



Fonte: Fotografia de Gilberto Carvalho – cca 2007 – Acervo do fotógrafo.

O Frigorífico Anglo de Fray Bentos

Imponente, preservado e estudado, o Sistema Patrimonial Industrial Anglo na cidade de Fray Bentos, Uruguai, inclui o remanescente deste Frigorífico plenamente articulado ao remanescente de outra indústria anterior, *Liebig's Extract of Meat Company Limited* (LEMCO), bem como a um entorno que desde o ano de 1863 já se apresentava como uma cidade industrial (Figura 5). Portanto, às margens do rio Uruguai, a cidade de Fray Bentos foi praticamente fundada e desenvolveu-se sob a economia da indústria da carne, projetando seu nome internacionalmente como “A Cozinha do Mundo” (DOUREDJIÂN, 2009, p.21).

Na trajetória esboçada acima, é em 1924 que a empresa passa a integrar o *trust* dos “*big four*” (BERNHARD, 1970, p.20), chamando-se doravante *Frigorífico Anglo del Uruguay S.A.*

Figura 5 – Fotografia de um mapa no qual estão identificados todos os prédios do Sistema Patrimonial Anglo de Fray Bentos. O mapa se encontra em um dos prédios mais antigos, construído no século XIX para, inicialmente, sediar a produção de fertilizantes feitos com ossos e sangue do gado abatido.



Fonte: Fotografia de Francisca Michelin, 2013. Acervo da autora.

O período mais significativo desta história estende-se de 1865 a 1967, ano em que o grupo *Vestey Brothers* fecha a planta industrial do frigorífico. Em um século, uma região erma e inexpressiva havia se tornado a grande referência empresarial da nação e era responsável por fazer o Uruguai conhecido no mundo. Assim, quando o frigorífico deixa de funcionar, a cidade entra em colapso. Nos doze anos seguintes houve tentativas de reativação do trabalho no local, das quais se destaca a compra de todo o complexo pelo governo uruguaio, que passou a administração da fábrica para o Frigorífico Nacional (Frigonal) em 1968. No entanto em 1969, o Ministério da Agricultura e Alimentação britânico proibiu a importação de carnes do Uruguai com a alegação de que o país vivia um surto de febre

aftosa (DOUREDJI, 2009, p. 54). Tal fechamento do principal mercado exterior para a produção de Fray Bentos colocou o Frigonal em uma situação insolvente, já que a antiquada e ineficiente planta industrial adquirida não apontava saídas para a empresa. O Frigonal retirou-se da direção do frigorífico em 1972, ano em que a intendência municipal assumiu o complexo, rebatizando-o de Frigorífico Fray Bentos. Por quase sete anos a intendência e a comunidade local lutaram para manter o empreendimento ativo. Em 1979 registrou-se o último abate e o fechamento da fábrica pelos gestores locais. Em estudo recente, há o registro de que uma empresa árabe arrendou a planta industrial e tentou fazê-la funcionar, somando-se aos insucessos anteriores (CAMPADÓNICO, 2000, p. 101). Todavia, as fontes consultadas concordam que o fim de todas as tentativas em manter a fábrica concluiu-se antes do início da década de 1980.

Sete anos após, uma resolução nacional determinou que o Frigorífico e o bairro Anglo se tornassem Monumento Histórico Nacional e em 2008, ampliando-se a área de proteção que passou a designar o conjunto como um sistema patrimonial (Figura 6).

Figura 6 – Fotografia da vista geral do complexo pelo lado direito, tomada de cima do prédio das câmaras frias.



Fonte: Fotografia de Francisca Michelin, 2013. Acervo da autora.

Esta ampliação considerou que o entorno do complexo industrial, no qual se delimita a vila operária e as instalações da fábrica, compõe, com outros elementos externos, um conjunto de evidente organicidade e relação histórica, assim como memorial. Hoje, o conjunto é administrado pela *Comisión de Gestión Anglo* que integra diferentes órgãos estaduais e nacionais na sua direção e funcionamento.

Com base na excepcionalidade do trajeto da indústria da carne em Fray Bentos, da integridade do remanescente e na capacidade memo-

rial do conjunto a nação logrou incluir o sistema, desde então nomeado Paisaje Cultural-Industrial Fray Bentos na lista indicativa do Uruguai diante da UNESCO com o pleito de declará-lo como Patrimônio Cultural da Humanidade. No formulário encaminhado pela comissão informa-se que esta paisagem é integrada por:

[...] un interesante conjunto de bienes culturales naturales y productos de la acción del hombre, todo lo que se encuentra indisolublemente mezclado por la propia interacción de ambos, convirtiéndose en un verdadero ejemplo de la evolución de una sociedad a través del tiempo, adecuando, condicionando o viéndose limitados por las oportunidades físicas de un territorio de excepcional calidad y jerarquía. (RIO NEGRO, 2010, p.3).

O referido documento salienta que esta paisagem atesta, de sua origem ao presente, continuidade e adaptação, mostrando-se fato vivo e justifica sua universalidade por conter “[...] una serie de componentes íntimamente referenciados al desarrollo de la sociedad del mundo contemporáneo occidental y más concretamente al crecimiento y afianzamiento socio-económico de los países del Rio de la Plata Uruguay y Argentina.” (idem, p.4). Sendo assim, tal universalidade remonta ao fato de que nessa paisagem, singular por aspectos de geografia e história, observam-se indícios das sucessivas etapas da industrialização da carne ocorridas no mundo. Igualmente, no conjunto, evidenciam-se as particularidades dessa indústria, sobretudo os estágios de expansão comercial e industrial dos grandes grupos estrangeiros que formaram o *trust* desta indústria, em diferentes continentes. Os remanescentes materiais e os prédios informam que a filosofia de aproveitamento dos subprodutos e a produção fabril voltada para exportação bem como o manejo laboral dos trabalhadores padronizavam as unidades fabris, em diferentes e distantes lugares, a despeito das políticas de cada nação.

Assim, se a pecuária foi atividade determinante da organização social e econômica dessa região no Uruguai (SENA, 2012, p. 49), foi a industrialização da carne que decidiu os rumos dessa sociedade, modelando sua trajetória e paisagem. E é com base nessa força histórica e nessa competência exemplar que o Sistema Patrimonial Industrial Anglo exerce a função de um espelho do tempo, ajudando a qualificar e compreender o remanescente de Pelotas.

Instalou-se nesse sistema o Museu da Revolução Industrial, com acervo e informação remanescente do período da industrialização da carne, que se estende desde quando Fray Bentos foi considerada “a cozinha do mundo” até a extenuação fabril na década de 1970. O material disponí-

vel consiste em objetos, muitos dos quais doados pela própria comunidade de Fray Bentos, fotografias, rótulos, documentos em papel, equipamentos, uniformes e outros. Pode-se observar a variedade do acervo exposto pela vista registrada na Figura 7.

Figura 7 – Fotografia do interior do Museo de la Revolución Industrial que ocupa um dos prédios da antiga fábrica LEMCO.



Fonte: Fotografia de Francisca Michelin, 2013. Acervo da autora.

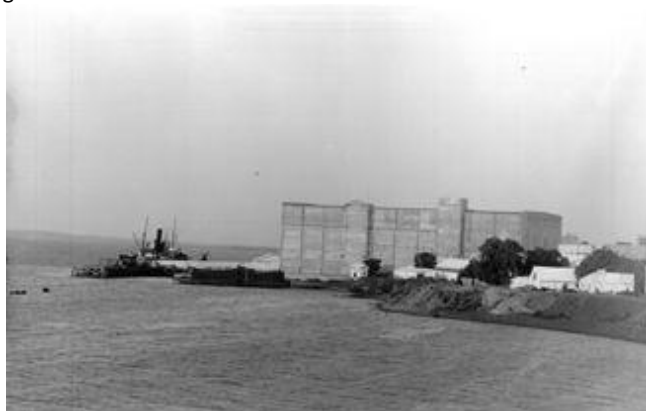
Os arquivos fotográficos do Frigorífico Anglo de Fray Bentos

Há, pelo menos, dois importantes conjuntos de fotografia sobre o sistema patrimonial Anglo de Fray Bentos. O primeiro está depositado no *Archivo Nacional de la Imagen* do *Servicio Oficial de Difusión, Radiotelevisión y Espectáculos*. Cumpre a esta divisão reunir, sistematizar e disponibilizar coleções de filmes, fotografias e vídeos sobre a nação. Segundo informação oficial²⁷ a fototeca do Archivo possui um acervo com mais de 100 mil negativos, sendo a maioria em suporte de vidro. Há um importante acervo sobre o país no século XIX. Dentre suas imagens, consta um conjunto de positivos em papel sobre o Frigorífico Anglo de Fray Bentos, em fase de digitalização. Não foi possível, durante as pesquisas realizada no Archivo, identificar a datação das imagens, mas o conteúdo das já estudadas é intensamente informativo. A Figura 8, por exemplo, registra à distância o conjunto dos prédios do Frigorífico evidenciando a imponência do edifício das câmaras frigoríficas à beira das águas do rio e na Figura 9,

²⁷ Disponível em <http://www.sodre.gub.uy/Sodre/Sodre/Servicios/Archivodelaimagen/>.

uma das salas das máquinas, que pode ser confrontada com a imagem da Figura 10, na qual se vê outro ângulo do mesmo ambiente, na atualidade.

Figura 8 – Fotografia do Frigorífico Anglo de Fray Bentos em ângulo tomado à distância no qual se destaca o prédio das câmaras frias e o trapiche com um barco de carregamento em atividade.



Fonte: Acervo da fototeca do Archivo Nacional de la Imagen del Sodre. Reprodução digital feita em 2012.

Figura 9 – Sala das máquinas no Frigorífico Anglo.



Fonte: Acervo da fototeca do Archivo Nacional de la Imagen del Sodre. Reprodução digital feita em 2012.

Figura 10 – Fotografia da mesma sala de máquinas da figura anterior em outro ângulo e já modificada.



Fonte: Fotografia de Francisca Michelin, 2013. Acervo da autora.

O segundo conjunto pertence ao Museo de la Revolución Industrial, inaugurado em 2005 em um dos edifícios construídos pela antiga LEMCO, em 1872. A sala de exposições ocupa o local onde se produzia o fertilizante de base orgânica inventado por Justus Von Leibig e que, secundando o extrato de carne, foi um produto rentável e imensamente consumido no mercado europeu. Já na sala de exposições encontram-se reproduzidas fotografias que apresentam a história das fábricas desde o século XIX (Figura 11).

Figura 12 – Fotografia da sala de exposições do Museo de la Revolución Industrial na qual se percebem as reproduções de fotografias que registram importantes momentos da indústria. Na fotografia desta figura vê-se a construção do imponente edifício das câmaras frias.



Fonte: Fotografia de Francisca Michelin, 2013. Acervo da autora.

Parte do acervo está identificada, mas tal como no conjunto do *Archivo Nacional de la Imagen*, mesmo não estando identificadas essas fotografias contém muita informação e colocam luz no que era a atividade laboral nos frigoríficos.

A imagem que preenche o silêncio da memória

O documento escrito e o documento visual contém informação que pode se referir ao mesmo fato ou ambiente, mas que não será exatamente a mesma, dado o fato de que se tratam de fontes diversas. No entanto, no que tange à compreensão da faina laboral, a fotografia é um suporte de intensa capacidade informativa. Talvez tal aspecto se deva à possível relação inerente entre fotografia e narrativa ou porque, como testemunho, a fotografia permite que se veja o tempo que não é o inexugnável presente, tal como Didi-Hubermann (2004) observou ao estudar certas fotografias feitas em um campo de concentração, durante a Segunda Guerra. O autor tenta entender o impacto de fotografias que, precariamente concebidas, ainda assim agem densamente sobre a imaginação do espectador: “He aquí por qué estas fotografías nos importan, nos conciernen, nos atañen desde lasituación específica de la que dan testimonio” (p. 234).

No breve ensaio das escassas fotografias que se apresentam a seguir, vislumbra-se o empréstimo de sentidos que os arquivos do Anglo de Fray Bentos anunciam para a esvaziada unidade de Pelotas. Escolheu-se como exemplo a fotografia do conjunto, no qual se registrou a chaminé das duas unidades. Em Pelotas, no ano de 1997 e 2007, quando foram feitas as fotografias dessa chaminé, o entorno dos prédios estava íntegro. As figuras 12 e 13 apresentam a chaminé como elemento central das duas imagens, vista de ângulos diferentes e registradas em um intervalo de tempo de dez anos. Nessas duas imagens não transparece o tempo decorrido entre a realização de uma e outra, no entanto, evidentemente se percebe que a primeira imagem foi feita dentro do prédio que na segunda já não apresenta mais a estrutura do telhado. Os fotógrafos, em ambas as situações, reconhecem a chaminé na sua relação com o entorno.

Figura 12 – Fotografia da chaminé do Frigorífico Anglo de Pelotas vista das janelas de um dos prédios do entorno, possivelmente a casa das máquinas, derrubado entre 2007 e 2008.



Fonte: Fotografia de Francisca Michelin, 1997. Acervo da autora.

No entanto, na Figura 14 o entorno é um vazio. A imagem data de um momento entre 2008 e 2009, quando a empresa que havia comprado o lado direito da planta industrial iniciou a fazer o investimento imobiliário que havia sido projetado e que, após, seria interrompido, não vindo a concretizar-se. O investimento acabou restringindo-se à destruição de uma parte dos prédios, dentre esses, o já citado prédio das conservas. Quando o espaço no entorno da chaminé tornou-se um vazio e ela despontou só e desarticulada de um contexto que a explicava, muitos começaram a referir-se a ela como tendo sido, também, alvo dos desmanches que a empresa iniciou a fazer. Contudo, a fotografia de 1997 faz saber que a chaminé já havia sido encurtada quando a referida empresa colocou em prática o projeto de ocupação desta área.

Uma entrevista com ex-funcionário que trabalhou no Frigorífico por quase quarenta anos e havia conhecido a chaminé inteira, informou que a mesma foi parcialmente derrubada depois de algumas intervenções que tentaram consertar as rachaduras que se alastravam pela sua extensão. Esclareceu que essa redução, motivada pela insegurança que o obelisco fabril oferecia aos prédios vizinhos, teria ocorrido entre a década de 1960 e 1970. Nenhuma outra entrevista veio a confirmar este dado, tampouco o de que a chaminé teria, quando inteiramente edificada, medido 60 mts.

Figura 13 – Fotografia da mesma chaminé vista de outro prédio do entorno.



Fonte: Fotografia de Gilberto Carvalho. Acervo do fotógrafo.

Figura 14 – Fotografia da chaminé com entorno vazio.



Fonte: Fotografia de Ubirajara Cruz, cca 2008. Acervo do fotógrafo.

Quando em visita ao sistema patrimonial Anglo de Fray Bentos a autora conheceu a chaminé do local e soube que a mesma media 45 metros (Figura 15).

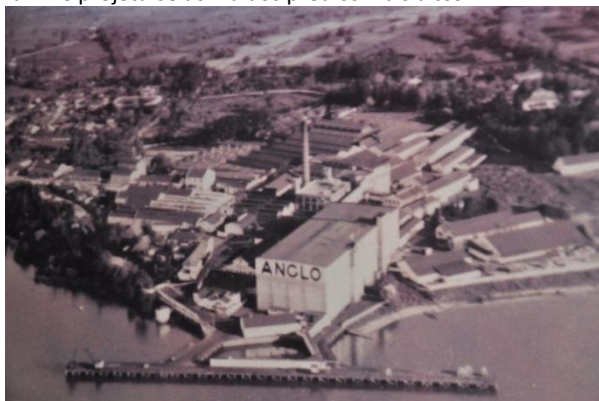
Figura 15 – Fotografia da chaminé do Frigorífico Anglo de Fray Bentos



Fonte: Fotografia de Francisca Michelin, 2013. Acervo da autora.

Nos arquivos já mencionados a autora encontrou vistas gerais da planta industrial de Fray Bentos nas quais a chaminé destacava-se (Figuras 16 e 17).

Figura 16 – Fotografia reproduzida e exposta na sala de exposições do Museo de la Revolución Industrial. Na fotografia desta figura a planta industrial é vista de um avião e a chaminé projeta-se acima dos prédios mais altos.



Fonte: Fotografia de Francisca Michelin, 2013. Acervo da autora.

Figura 17 – Fotografia com vista geral do conjunto de Fray Bentos.



Fonte: Acervo da fototeca do Archivo Nacional de la Imagen del Sodre. Reprodução digital feita em 2012.

Somente, durante a localização de dados, a autora localizou uma fotografia do conjunto de Pelotas na qual a chaminé desponta inteira (Figura 18).

Figura 18 – Fotografia do Frigorífico Anglo de Pelotas, cca 195-/196-.



Fonte: Acervo pessoal de Fabio Kellermann Schramm.

Em estudo comparativo, a suposição mais sugestiva indica que as duas chaminés aproximam-se em altura e, portanto, é possível que a de Pelotas tenha tido altura semelhante a de Fray Bentos. Apesar de o informante ter sido muito preciso em outros dados, supõe-se que possa ter errado quanto à informação sobre a altura da chaminé íntegra, provavelmente porque como já há tempo em que essa foi parcialmente derrubada, a memória de sua altura perdeu-se. Acredita-se que se empregadas as mesmas fotografias para a verificação de outros elementos, seriam possí-

veis outras constatações que ampliariam o conhecimento sobre a planta industrial de Pelotas.

Assim, conclui-se que o emprego das fotografias aporta um conhecimento que, mesmo passível de ser obtido em outro suporte, apresenta-se diverso quando buscado nas imagens. Não parece esse ser o maior ganho em empregá-las. Há um valor subjetivo, que mesmo rígidas balizas metodológicas não conseguem domesticar. As três últimas figuras deste ensaio se prestam para a defesa do argumento em questão. Mais do que a informação factual sobre determinadas ocorrências ou elementos, um sopro de tempo parece aflorar nesta visão que se repete. Na imagem, a sugestão de permanência alivia a certeza da perda da qual todo o passado se reveste. Esses lugares ainda firmes, como no caso do conjunto de Fray Bentos ou vacilantes e mutilados, como o remanescente de Pelotas, existem como lembrança, na imagem. Vendo-as, a imaginação opera e em um processo de preenchimento, os vazios ganham contornos, volumes, pouco ou muito, definem formas. E é nessa sensação de que aquilo existiu, aconteceu, esteve naquele lugar, que o valor vai se construindo e, conseqüentemente, o conhecimento e a importância.

O pálido exemplo empregado neste ensaio talvez não obtenha êxito em apresentar o pretendido uso da fotografia como uma ferramenta de conhecimento e como estímulo à memória, mas possa contribuir afirmativamente com outros estudos que entendam que o grande mérito da fotografia é aliviar a dúvida sobre o passado, à medida que compensa o irrecuperável com o sonho da imaginação.

Referências

ARAÚJO, Célia Regina Aiello. **Perfil dos operários do Frigorífico Anglo de Barretos – 1927/1935**. 2003. [s.n.] Tese (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.

BERNHARD, Guillermo. **Los monopolios y la industria frigorífica**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1970. 100 p.

DIDI-HUBERMAN, George. **Imágenes pese a todo: memoria visual del Holocausto**. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 2004. 268 p.

DOUREDJI, Alberto. **Sobre inmigrantes y frigoríficos: el Anglo y los trabajadores (1924-1954)**. Montevideo: Tradinco S.A., 2009, 304 p.

JANKE, Neuza Regina. Entre os Valores do Patrão e os da Nação, como fica o Operário? O Frigorífico Anglo em Pelotas: 1940-1970. 1. ed. Pelotas: Cópia Santa Cruz Ltda. 2011. 168 p.

LAGEMANN, Eugênio. **O Banco Pelotense e o sistema financeiro regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 251 p.

PESAVENTO, Sandra. **República Velha gaúcha**: charqueadas, frigoríficos, criadores. Porto Alegre: Movimento IEL, 1980. 278 p.

SENA, Leonardo Gómez. Huellas y paisajes de la ganadería em El território uruguayo. In: **Revista Labor & Engenho**. v.6, n.1, pp. 49-72, 2012.

CAMPODÓNICO, Gabriela. **El Frigorífico Anglo**: Memoria urbana y social em Fray Bentos. In: <http://www.unesco.org.uy/shs/fileadmin/templates/shs/archivos/anuario2000/7-campodonico.pdf>. Acesso: 07 de jul. 2012.

Agradecimentos pela permissão para uso das imagens: ao Museo Nacional de la Revolución Industrial de Fray Bentos, ao Archivo Nacional de la Imagen del SODRE, aos fotógrafos Ana Lúcia Oliveira, Gilberto Carvalho, Jossana Peil Coelho, Ubirajara Cruz, ao Professor Fabio Kellermann Schramm.

BARRIO PEÑAROL, PATRIMONIO INDUSTRIAL

Manuel Esmoris

Dedicado a Neneta Isoleri y Pablo Buonomo

Moderno, uno entre miles y singular

La Revolución Industrial fue probablemente el acontecimiento más importante de la historia del mundo desde la invención de la agricultura y las ciudades, hace siete mil años.²⁸

Figura 1: Talleres de Peñarol, 1940



Fuente: acervo del autor.

La fundación urbana del barrio Peñarol²⁹ integra el largo período de expansión del mundo moderno iniciado por la Revolución Industrial, con su vastísima lista de inventos e innovaciones (la industria textil, la máquina de vapor, el ferrocarril, el barco de vapor, el telégrafo), la libre circulación de personas y capitales europeos hacia el resto del planeta y las influyentes revoluciones políticas francesa y norteamericana.

²⁸ HOBBSAWM, Eric. La era de la revolución, 1789-1848. Madrid: Crítica. 2001.

²⁹ Peñarol es un extenso barrio del norte de la ciudad de Montevideo, ubicada a unos 10 kilómetros del centro. A partir del siglo XVIII se instalaron en esa zona, sobre el arroyo Miguelete, habitantes de la ciudad que tenían allí sus chacras, pero su desarrollo urbano se intensificó a partir del momento en que la Compañía Central de Ferrocarriles del Uruguay (CURC en la sigla inglesa) instaló en esa zona los talleres ferroviarios, a partir de la última década del siglo XIX.

Dentro de ese mundo, el de la primera globalización, el del *impe-rio informal* británico y el del Uruguay de la modernización, el ferrocarril de propiedad inglesa constituyó un emblema de la joven nación y, el Peñarol urbano, una de sus creaciones.

Peñarol como pueblo ferroviario es uno más de los miles de *factory towns* que generó la expansión planetaria de la Revolución Industrial. Peñarol es como Bournville-Cadbury o New Lanark en Inglaterra, Remedios de Escalada en la provincia de Buenos Aires, el Anglo o Conchillas en Uruguay. Pero cada una de estas ciudades-factoría cuenta con evidentes e insoslayables notas propias arquitectónicas y urbanísticas, cada una tiene una historia original y un particular transcurrir de la explotación industrial y su equipamiento. Además, llegan a nuestros días en diferentes estados de conservación y uso.

Entre 1890 y 1907 se construyeron en Peñarol las bases del pueblo ferroviario. Las edificaciones que a continuación se describen están afectadas como Monumento Histórico Nacional desde 1975 y en el 2011 fueron declaradas Bienes de Interés Municipal por la Junta Departamental de Montevideo, lo que compromete a su preservación y mantenimiento.

La estación

Con una superficie de 240 metros cuadrados, la estación de trenes constituye el centro del barrio, al estar implantada en una plaza pública y delimitada por la calle Shakespeare, el bulevar Aparicio Saravia, el camino Coronel Raíz y la vía férrea (Figura 3: 1). Simultáneamente con el taller general original, la estación fue la primera construcción del conjunto ferroviario y se la concibió como parada de la línea que conectaba hacia el este. Su arquitectura es austera, ordenada y escasamente ornamentada, con reminiscencias rurales. Se destaca el techo a dos aguas de tejas Sacoman³⁰, con alero orientado hacia los andenes. En el comienzo los muros exteriores no estaban revocados y exhibían el ladrillo de la construcción. En la actualidad la estación se mantiene en funcionamiento atendiendo servicios de carga y pasajeros.

En 2009, a partir de un acuerdo entre la Administración de Ferrocarriles del Estado (AFE) y la Intendencia de Montevideo, se recuperaron los 6.000 metros de plaza pública y el edificio de la estación. En las habitaciones que durante casi un siglo fueron sala de espera y oficinas de operaciones se realizó una musealización con equipamiento original, tal como

³⁰ Tipo de teja industrial producida por la compañía marselesa de Antoine Sacoman, muy utilizadas en la arquitectura de fines del siglo XIX y comienzos del XX.

un telégrafo, una taquilla, un fechador, un reloj, un teléfono a magneto y otros bienes del universo ferroviario.

Los talleres

Los talleres de Peñarol están implantados en Aparicio Saravia entre la vía férrea, las calles Watt y Casavalle y el camino Coronel Raíz (Figura 3: 6). Fueron los más grandes, complejos y diversos de Uruguay. Su establecimiento obedeció a la necesidad de ampliar los talleres originales que había tenido el primer ferrocarril uruguayo en el barrio Bella Vista, contiguos a la estación Carnelli, en una zona más próxima al centro de la ciudad.

La arquitectura combina la funcionalidad industrial con una estética sobria pero muy agradable, en la que resalta la presencia del ladrillo y el metal. Los perfiles de los galpones delatan los dientes de sierra de sus techos, que utilizan los planos inclinados de chapa como cobertura y los verticales de vidrio para el ingreso de luz natural.

Fueron construidos en etapas. Cada una correspondió a secciones especializadas, empezando por la de mecánica, que tiene la particularidad de que su piso es de adoquines de madera dura. Además del taller mecánico se establecieron talleres de herrería, fundición, aserradero, carpintería, pinturería, imprenta, almacenes y velería (lugar de acopio y reparación de lonas llamadas *encerados*). También se erigieron un edificio de oficinas y una remesa circular compuesta por 30 boxes para el alistamiento de locomotoras y un plato giratorio central, donde aún se las coloca para cambiarlas de dirección. Tanto el predio como los cobertizos poseen varias líneas de vías para circulación, maniobras y estacionamiento de locomotoras y vagones, así como kilómetros de vías de 50 centímetros de ancho, llamadas *decauville*. Se empleaban para desplazar carros de carga empujados a mano. Según los planos, todos los talleres contaban en 1910 con 154 máquinas instaladas, movidas en su mayoría a vapor. Los talleres estuvieron equipados con calderas, máquinas de vapor fijas, tornos, laminadoras, bombas, barrenos, cizallas, escoplos, fresadoras, plegadoras, hornos de fundición, pescantes, martinetes, fraguas, mármoles, trasbordadores aéreos (*pescantes*) de locomotoras y vagones, sierras para hacer tablones de madera a partir de troncos, todo el equipamiento de una carpintería y una completa imprenta.

Adosados a la estructura interior de la sección mecánica del taller general, a unos cuatro metros de altura, se encuentran los ejes de transmisión que toman el movimiento de motores eléctricos (originariamente lo hacían de una máquina de vapor fija) y lo transfieren, a través de poleas, a las máquinas implantadas en el suelo, en sucesión, formando líneas de producción. En el aserradero y la carpintería las transmisiones estaban

instaladas bajo el piso de madera, protegidas del aserrín y la viruta. En los galpones de las secciones mecánicas, aserradero y carpintería, el ruido de toda la maquinaria en funcionamiento no permitía que los trabajadores pudieran comunicarse hablando y los obligaba a gritar o a hacerse entender por señas.

Para indicar la entrada y la salida de los obreros se hacía sonar un silbato: a las 6, marcando el inicio de la jornada laboral y las 14, anunciando su fin. Su sonido se oía en un radio mayor a un kilómetro y aún hoy está presente en la memoria de los vecinos de 35 años o más. Es parte constitutiva de la identidad del barrio.

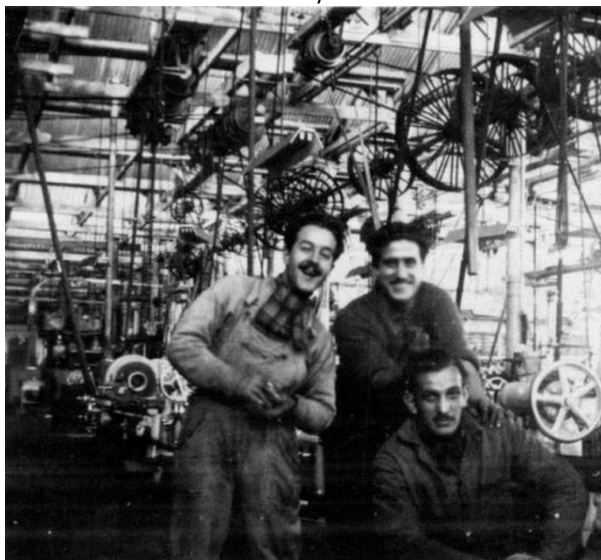
En 1920 ya trabajaban unas 2.000 personas dentro del extenso territorio de 14 hectáreas y 27.000 metros cuadrados construidos (Figura 2). Desde su fundación hasta la actualidad, se estima que laboraron alrededor de 12.000 operarios, en su mayor parte residentes del barrio.

Entre las décadas del setenta y del ochenta, el capital estatal construyó 6.500 metros cuadrados adicionales, el llamado *taller diesel*. Los talleres *de los ingleses* funcionaron a pleno hasta comienzos de la década del ochenta. A partir de ese momento, la actividad se detuvo en las áreas de fundición, imprenta, carpintería, aserradero, pinturería y velería. El personal paulatinamente se redujo hasta llegar a las 150 personas que actualmente integran la plantilla. El trabajo perdura en mecánica, talleres diesel, remesa, oficinas y parte de las almacenes. El resto está deteriorado, semivacío, muy desmantelado, con algunas máquinas y materiales abandonados como huellas fantasmales del trabajo y la producción del pasado. A cielo abierto, arrumbado en vías, *descansa* material rodante estropeado de distintas épocas, aguardando que se lo sindique como chatarra y, entonces, se venda para su fundición.

Ya entrado el siglo XXI, es de enorme valor histórico lo que queda del taller mecánico por la conjunción de la arquitectura con el equipamiento de los ejes de transmisión, máquinas y herramientas originales que aún permanecen, pues permiten explicar y vivenciar lo que fue un taller de la Revolución Industrial madura, con la máquina de vapor como centro generador de movimiento y energía. Es la mejor oportunidad que tiene el Uruguay de explicar el trabajo y el universo obrero que inició el capitalismo industrial en Inglaterra a fines del siglo XVIII.

Desde 2005, en el Día del Patrimonio y en algunas otras ocasiones especiales, los talleres se abren a las visitas del público. En esas oportunidades es posible acceder a la sección mecánica y la remesa, asimismo se exhibe también material rodante histórico.

Figura 2: Taller mecánico en la década del cuarenta. En la foto: Tato Marquicio, Ruben Bertolotti y Raúl Brasesco



Fuente: acervo del autor.

Casas para obreros

Como una especie de síntesis o esencia del casco histórico del barrio Peñarol se encuentra la calle Rivarola, de una cuadra de largo, que transcurre entre Carlyle y Aparicio Saravia y desemboca en la entrada del taller. Muchos residentes la llaman *la calle del medio*, porque separa las dos manzanas de *las casas de la Compañía para obreros*. Totalizan 44 viviendas, 20 de tres dormitorios en la manzana hacia Estrella del Sur y 24 de dos en la de Lincoln. El conjunto abarca 5.700 metros cuadrados construidos. (Figura 3: 8)

El ritmo de las aberturas, la simpleza ornamental, la ausencia de árboles, así como, que a más de un siglo de implantación, sus fachadas no han visto otro color que el gris, les da un temperamento singular, único en Uruguay y bastante exclusivo en el mundo, que recrea una atmósfera metafísica, escenográfica, propia de los cuadros de Giorgio de Chirico. Al percibir en perspectiva sus fachadas se cumple el dicho de John Ruskin: «Cualquier sucesión de cosas iguales resulta hermosa». Las casas son muy confortables aún hoy, pero más lo eran cuando se erigieron, si se comparan con el estándar dominante en la época para la vivienda obrera. Así lo demuestran su amplitud, calidad constructiva, iluminación y ventilación.

Los techos de las habitaciones principales son de bovedilla y los pisos de madera. La cocina original era de material liviano, chapa y made-

ra, con una pequeña claraboya o tragaluz, así como la chimenea para conectar la cocina económica, alimentada a leña. El baño era pequeño y para acceder a él se debía transitar por el patio-fondo. La mayoría ha sido objeto de modificaciones internas, aunque las habitaciones principales perduran tal cual su primer diseño.

La ocupación de las viviendas era asignada por la empresa de acuerdo a la actividad del trabajador, vinculada al taller o a la estación. Los ocupantes pagaban un alquiler bajo. Si cesaban en la empresa o se les asignaba una nueva función desligada de Peñarol, debían abandonar la vivienda. En las primeras épocas también las habitaron ingleses que trabajaban y enseñaban los oficios propios del mundo de los trenes.

Los residentes actuales, en su mayor parte, son ferroviarios en actividad o retirados. Jurídicamente, algunos son promitentes compradores de su vivienda y otros son inquilinos de AFE. Unas pocas unidades mantienen la característica de vivienda transitoria. Al momento de escribirse estas líneas se prepara la musealización de la unidad de Rivarola 1560, tal como fue en arquitectura y en equipamiento al comienzo del siglo XX.

Casas para el personal de jerarquía e intermedio

Son ocho las casas de la Compañía para el personal de jerarquía e intermedio (Figura 3: 2). Están ubicadas en avenida Sayago entre Aparicio Saravia y Schiller. En el estilo convive una combinación de elementos industriales —el ladrillo y el perfil de algunas aberturas— con rasgos de historicismo mesurado, victoriano, propios de las casas inglesas de la época. El conjunto tiene un total de 2850 metros cuadrados construidos.

Las dos del lado noroeste —las del personal de jerarquía— tienen implantación y forma de barrio residencial, tipo villa, *cottage*, rodeadas de jardines. Están construidas con ladrillo a la vista y su ornamentación es escasa. En ellas habitaban ingleses: en la más grande, la de las calles Sayago y Schiller, el ingeniero mecánico y en la de la esquina de Saravia y Sayago, el jefe de almacenes (una especie de administrador del taller).

En la vereda opuesta, al sureste, hay seis viviendas adosadas conformando una tira, con regulares jardines al frente. Eran ocupadas por ingleses de rango intermedio dentro del taller, con cargos como, por ejemplo, dibujantes técnicos. Tienen menos superficie que las de jerarquía, pero su construcción es igual de robusta, con paredes anchas, pisos de madera, estufas de leña, aberturas y contramarcos de lapacho, cocina y despensa. Los fondos miran a la vía férrea.

Puente peatonal

Fue realizado e implantado en 1925. Antes existieron *las escalerías*, que permitían que, desde los terraplenes de las calles Morse y Carlyle, los peatones descendieran hacia la vía para atravesarla. Tras algunos acci-

dentes mortales de escolares, la compañía ferroviaria construyó el puente. En todo el Uruguay solo existe otro puente similar, el del barrio montevideano de Colón (Figura 3: 4).

La Trading

Ubicada en la calle Monterroso, inmediatamente después del puente, funcionó como almacén de venta de ramos generales para empleados del ferrocarril. Los criollos la llamaban *la Trading* (Figura 3: 3), porque el nombre de la cadena, con sucursales en todo el país, era The Montevideo Trading & Co. Fue una empresa colateral del Central Uruguay Railway.

Con la estatización del ferrocarril se convirtió en una cooperativa de consumo para trabajadores de AFE, que dejó de funcionar en la década de 1980. La superficie del inmueble es de 230 metros cuadrados.

Centro Artesano

Junto con los talleres que vinieron de Bella Vista, también llegó el lugar donde se desarrollaba la actividad social. El Centro Artesano (Figura 3: 7) se encuentra ubicado frente al predio de los talleres, en Aparicio Saravia entre Monterroso y la vía férrea. Suma 894 metros cuadrados construidos. Su arquitectura es claramente industrial, aunque en los años treinta la parte superior de su fachada recibió ornamentaciones *art déco*.

Tuvo una intensa actividad. Fue lugar de prácticas recreativas, sociales y deportivas. También albergó la primera escuela pública de la zona, entre 1894 y 1903, hasta que, en 1904, se inauguró enfrente un nuevo edificio de propiedad estatal.

Devenido luego en un club de barrio, en los últimos años el Centro Artesano terminó sucumbiendo, como buena parte de las instalaciones ferroviarias del Uruguay. Ya en manos de la Intendencia de Montevideo, la propiedad aguarda financiamiento para trasformarse en un centro cívico que aloje actividad deportiva, social y cultural para los habitantes del novel Municipio G.

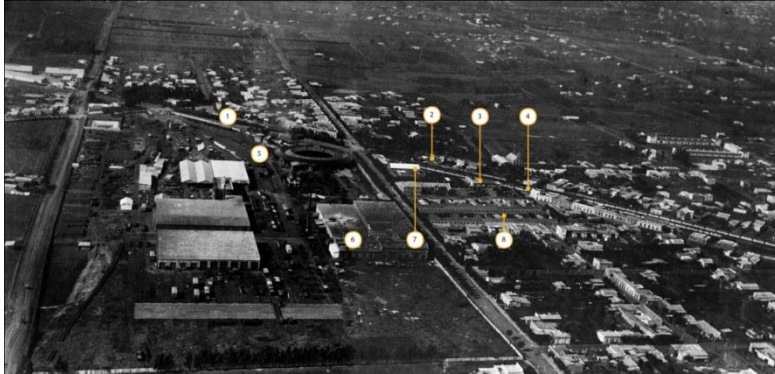
Sala de teatro y cine

Se encuentra contigua al edificio del Centro Artesano y posee una superficie de 580 metros cuadrados. Es el escenario más antiguo que se mantiene en pie en Montevideo luego del Teatro Solís, y el tercero en el Uruguay, después de aquel y del Teatro Larrañaga de Salto. Tiene capacidad de 450 butacas.

En un comienzo, por 1900, solo fue sala para artes escénicas: teatro, música y zarzuela. A partir de la década del treinta también brindó funciones de cine, para lo que se agregó la cabina de proyecciones, que es

el volumen que sobresale hacia delante de la línea de edificación. Un proyecto de la Intendencia de Montevideo en convenio con AFE está recuperando la sala, a fin de reabrirla, para recibir a los habitantes del Municipio G y los paseantes que se acercan a Peñarol.

Figura 3: Peñarol desde el cielo en la década de 1930. 1) Estación de trenes. 2) Casas de los jefes. 3) La Trading. 4) Puente peatonal. 5) Remesa. 6) Los talleres. 7) Centro Artesano / Teatro y cine. 8) Casas de los obreros.



Fuente: fotomontaje del autor.

La valorización de Peñarol

Es bueno tener no solo lo que los hombres pensaron y sintieron, sino lo que manejaron con sus manos, lo que su fuerza elaboró y sus ojos contemplaron durante toda su vida.³¹

Recuperando el patrimonio del Peñarol

El proyecto de recuperación y valorización del casco histórico del Barrio Peñarol procura desde su génesis potenciar el patrimonio material, las particularidades etnográficas y el relato histórico como recursos para el desarrollo de la zona, proyectándola hacia los vecinos, hacia Montevideo, el resto del Uruguay y sus visitantes. El plan incluye investigación, restauración edilicia, rescate de espacios públicos, desarrollo de museos, educación y divulgación.

³¹ RUSKIN, John. Las siete lámparas de la arquitectura. Barcelona: Alta Fulla, 2004 (primera edición: Londres, 1849).

Estratégicamente se trata de detectar las fortalezas locales y enriquecerlas con oportunidades y recursos que contribuyan a:

- mejorar, mantener e interpretar las existencias patrimoniales (materiales e inmateriales);
- generar beneficios para los residentes en todas las dimensiones;
- transmitir la historia local, relacionándola con la nacional y la internacional;
- promover situaciones de disfrute y aprendizaje, tanto para los vecinos como para los visitantes.

Con estas orientaciones, la Sociedad de Amigos del Barrio Peñarol, en conjunto con el autor de estas líneas, realizaron el 20 de noviembre del 2010 una jornada en la que presentaron los siguientes objetivos y acciones, algunas de ellas ya concretadas, otras en curso o en fase de propuesta.

Objetivo 1 - Que Peñarol sea el centro del patrimonio nacional ferroviario, con un ecomuseo dentro del casco histórico

La definición de *ecomuseo* la propusieron Henri Rivière y Hugues de Varine en la década del setenta. De manera esquemática, en el siguiente cuadro se comparan sus principales características con las de un museo común:

Museo	Ecomuseo
Colección	Patrimonio (material e inmaterial) Paisaje cultural
Edificio	Territorio
Visitantes	Vecinos + visitantes

El ecomuseo en Peñarol se está implementando según tres lineamientos que abarcan lo urbano, lo edilicio y lo patrimonial:

1. Se procura calificar el espacio público de modo que cohesione y fortalezca el carácter de conjunto del casco de Peñarol y del circuito histórico. Se incluye la recuperación de todas las fachadas de los inmuebles declarados de interés patrimonial.

2. Para cada uno de los subconjuntos patrimoniales más significativos del casco histórico (residencias del personal de jerarquía, casas de los jefes, taller y estación de trenes) se selecciona una unidad, a fin de restaurar su interior y transformarla en museo. Así se pretende recrear aún más el vínculo con los orígenes, los primeros tiempos de la urbanización, el pasado de la historia cotidiana, ilustrando y provocando la imaginación sobre cómo fueron las cosas. Se procura que se reconozca una línea temporal de evolución y/o transformación.

3. Para los inmuebles de propiedad pública se busca asignar un uso de acuerdo a la combinación de dos criterios: necesidades prioritarias de la zona y garantía de integridad patrimonial de los bienes.

A continuación se describen las acciones para este objetivo de acuerdo a su estado de avance:

a. Creación de un circuito señalizado que indica y guía el recorrido patrimonial. Esta acción ya fue realizada en buena parte con leyendas construidas en hierro y empotradas en el pavimento, que señalan y explican los lugares e hitos históricos. Resta completar una nítida orientación a los caminantes, para superar la falta de continuidad o los vacíos de indicación.

b. Transformación de inmuebles representativos en museos, a saber:

- *Estación de trenes.* En una parte del inmueble ya recuperada por completo —habitaciones históricas como la sala de espera de pasajeros y las oficinas— se incorporaron objetos originales tales como telégrafo, *block staff* (máquina de vía libre), teléfono a magneto, fechador, taquilla y otros propios de la escena ferroviaria y de gran interés y representatividad. Este lugar ya se abre al público y desde él se realizan visitas guiadas por el casco histórico. El resto del edificio sigue atendiendo la operativa de los trenes de carga y pasajeros. (Figuras 4 y 5)

Figura 4: Museo de la Estación Peñarol, telegrafista José Luis Hernández



Fuente: fotografía del autor.

Figura 5: Museo de la estación Peñarol



Fuente: fotografía del autor.

- *Casa del personal de jerarquía e intermedio.* En una de las ocho residencias ubicadas en la avenida Sayago entre Saravia y Schiller, a decidir cuál, se considera recrear la habitación que los ingleses llamaban *drawin-groom*, una especie de estar o living del siglo XIX, con estufa a leña o a carbón mineral.

- *Vivienda obrera.* De las 44 viviendas emplazadas en dos manzanas y enfrentadas entre sí en la calle Rivarola, una unidad de esta cuadra será restaurada en su arquitectura y equipamiento según como era a principios del siglo pasado. Este emprendimiento está materializándose cuando se redactan las presentes líneas y se estima que estará pronto a principios de 2014.

- *Taller general de la sección Mecánica.* Constituye el legado más representativo que subsiste en Uruguay de la tecnología fabril de la Revolución Industrial, con el vapor como fuente de energía. En él pervive buena parte de las instalaciones y maquinarias originales y de los primeros tiempos del ferrocarril en Peñarol.

Actualmente es posible recrear el período inicial, cuando su funcionamiento dependía del vapor. El proceso comenzaba con las calderas llenas de agua que, calentadas por carbón mineral (hulla o coque), producían vapor que daba movimiento a la máquina fija (*steam machine*). Ese movimiento era transferido por un sistema de poleas a los ejes de transmisión adosados a la estructura del edificio cerca del techo, y desde los ejes —también por poleas— a cada una de las máquinas (tornos y demás) implantadas en el piso, en líneas de producción.

- *Material rodante en exhibición.* Se pretende contar con un espacio techado dentro del predio del taller para preservar y exhibir locomotoras, salones de pasajeros y vagones de carga históricos, algunos de ellos con protección jurídica patrimonial. Aspiramos a que el taller mecánico despeje una zona importante para transformarla en museo, en la que

además de explicar su funcionamiento original a partir del vapor también se exhiba material rodante.

c. Otras intervenciones dentro del ecomuseo.

- *Plaza de la estación de trenes.* Constituye el centro del barrio. El espacio público estuvo desolado, abandonado y desfigurado por más de veinte años. En diciembre del 2009, la Intendencia de Montevideo, en acuerdo con AFE, recuperó los casi 6.000 metros cuadrados de plaza y el edificio de la estación de trenes. Como se dijo, dentro de éste se realizó la primera transformación en museo, en su sala de espera y oficinas.

La nueva plaza (Figura 6) incluye algunos detalles únicos en Montevideo, como un *deck* o entablado de curupay de 3 metros por 66, que evoca el viejo andén de un tren local llamado *la Combinación*. Los bancos están contruidos con durmientes, rieles y hormigón. El lugar cuenta con un espacio de árboles autóctonos, juegos para niños y una pista de *skate*.

Figura 6: Plaza de la estación Peñarol, 2009



Fuente: fotografía del autor.

- *Puente peatonal.* Fue recuperado totalmente en octubre del 2008, con sustantivas mejoras en sus cabeceras, rediseñadas e incorporadas como espacio público.

- *Casas de los obreros.* Se propone la recuperación integral de las fachadas de las 44 viviendas construidas en dos manzanas entre las calles Carlyle, Saravia, Estrella del Sur, Lincoln y Rivarola. Se trata del patrimonio urbano más emblemático del casco histórico por su rotunda exclusividad y atmósfera. En junio del 2011 los residentes de los hogares de este complejo presentaron a los ministerios de Transporte y Obras Públicas y de Turismo, a la Intendencia de Montevideo, el Municipio G y la Comisión de Patrimonio Cultural de la Nación solicitudes para que se recuperen las fachadas y una de las casas se transforme en museo.

- *Residencias de los empleados de jerarquía y del personal intermedio.* Se pretende recuperar las fachadas de las ocho unidades ubicadas en la avenida Sayago entre Aparicio Saravia y Schiller. A su vez, se busca restaurar el interior de *la Casona*, que fue vivienda de quien ejercía el cargo de ingeniero jefe del taller (en inglés las residencias de este tipo

eran llamadas *cottages*). Se propone intervenir en este inmueble porque mantiene en buen grado su integridad original, a diferencia de los restantes siete, cuyas disposiciones fueron desfiguradas y son difíciles de revertir debido a los usos actuales (jardín de infantes, centro de lenguas y comedor público, entre otros).

Objetivo 2 - Generar una centralidad de actividad cultural, social, deportiva, para los habitantes de Peñarol y de todo el Municipio G

Es evidente que no es posible convertir todo en museos y que por lo tanto la preservación de un número importante de elementos del patrimonio industrial ha de realizarse a través de la reutilización para otras funciones, sean públicas o privadas.³²

A partir de las capacidades ociosas y del abandono de los servicios que históricamente existieron en las edificaciones del Centro Artesano se propone restituirlos y crear otros, con infraestructura y equipamiento moderno y actualizado pero sin perder las notas patrimoniales de su arquitectura.

- *Teatro y cine.* Se propone reabrir la sala de espectáculos con infraestructura y equipamiento contemporáneos y con una gestión pública moderna e intensa.

Además de las tradicionales funciones nocturnas de una sala, se piensa en brindar espectáculos matutinos y vespertinos de artes escénicas y cine para los alumnos de primaria, secundaria, para los niños y adolescentes del INAU³³, así como para adultos mayores.

- *Nueva biblioteca María Vittori.* La actual sede de la biblioteca se encuentra fuera del centro de Peñarol y tiene un espacio por demás atestado. Se propone construir una moderna mediateca que albergue servicios propios de esta época, con calidad igual a los que brindan instituciones del centro de Montevideo. Tendría lugares diferenciados para adultos, niños y adolescentes, con computadoras y con actividades que promuevan el uso del espacio cuya finalidad principal es la familiaridad con la lectura.

- *Servicios culturales.* Construir espacios para la realización de talleres de plástica, música, teatro-danza y otros.

³² CASANELLES RAHOLA, Eusebi. El Patrimonio industrial. In: ÁLVAREZ, Miguel Ángel Areces (comp.). Arqueología industrial patrimonio y turismo cultural. Gijón: INCUNA, Asociación de Arqueología Industrial, 2001.

³³ Instituto del Niño y el Adolescente del Uruguay.

- *Servicios deportivos* erigidos en áreas abiertas y cerradas del predio del Centro Artesano (gimnasia, básquetbol, fútbol 5, vóleybol).

Objetivo 3 - Reutilización de la capacidad ociosa de la Administración de Ferrocarriles del Estado y otros

Consiste, al igual que el punto anterior, en encontrarles utilidad y rentabilidad social y económica a recursos que hoy están sin uso.

a. Viviendas en la playa ferroviaria Edison (*campo del polo*)

Es un predio de 19 hectáreas sin uso que constituye el recurso económicamente más valioso de las capacidades ociosas de Peñarol. Se encuentra limitado por la calle Edison al este, los fondos de las edificaciones de la avenida Santos al oeste, las vías férreas de la avenida Sayago al sur y las de la avenida Garzón al norte.

El terreno no está habilitado por la Intendencia de Montevideo para actividades industriales ni logísticas. En consecuencia, puede ser una gran oportunidad para erigir alrededor de un millar de viviendas, densificando notoriamente Peñarol y dejando atrás el baldío más grande que existe dentro de la ciudad. Esta propuesta se encuentra en consonancia con la política del actual gobierno nacional, que ha anunciado incentivos a ese tipo de edificación.

De esta forma, toda la inversión patrimonial y en servicios mencionada líneas arriba adquiere otra relevancia, pues beneficiará a un número mayor de personas de forma directa. Los ya residentes y los futuros vecinos encontrarán más atractivo habitar en Peñarol, un barrio con historia y con su temperamento material e inmaterial jerarquizado y con las prestaciones de los objetivos 1 y 2.

Ya está en marcha el proyecto de urbanización, a cargo de la Intendencia de Montevideo.

b. Centros de atención a niños, a cargo del Instituto del Niño y del Adolescente del Uruguay (INAU)

Ya se concretó la instalación de un Club de Niños en una de las viviendas del personal intermedio y se ha firmado el convenio por el cual un centro de atención a niños de hasta tres años se instalará en el inmueble donde originariamente estuvo el almacén de ramos generales The Montevideo Trading & Co.

Objetivo 4 - Mejor conectividad y movilidad desde y hacia el casco histórico de Peñarol

Se trata de que Peñarol se transforme en un centro que reciba visitantes de distintas procedencias: del Municipio G, del resto de Montevideo, del Uruguay y del extranjero. Para ello es necesario generar incenti-

vos y mejoras en su accesibilidad. A continuación se proponen las siguientes acciones:

a. Creación del *boleto Peñarol* de ómnibus. Permitiría el acceso al centro histórico de Peñarol desde cualquier punto de la ciudad. Se puede implementar apoyándose en la tarjeta electrónica de transporte metropolitano ya existente. Para ingresar, el pasajero debería pedir *boleto Peñarol* y, para salir, usar solamente las cinco paradas ubicadas alrededor de los servicios que se encuentran en el casco histórico.

Con esta herramienta, los costos de transporte bajan a la mitad, ya que con el pago de un único boleto, que tendría una validez de alrededor de cinco horas, cualquier persona podrá hacer uso de los servicios descritos en los objetivos 1 y 2. Así se facilita la accesibilidad y se rentabilizan socialmente las inversiones y los costos de los servicios.

b. Trenes históricos, la conectividad patrimonial. La experiencia patrimonial se enriquece si es integralmente ferroviaria, si los visitantes llegan a Peñarol en tren. Y mejor aún si el tren es histórico, a vapor.

Ya está en funcionamiento el servicio Tren a Vapor a Peñarol, que se brinda todos los sábados. Desde la Nueva Terminal (Paraguay y Nicaragua) parte un tren tirado por una locomotora británica Beyer Peacock (Figura 7) de un siglo de antigüedad con dos salones Allan de 70 años. Cada viaje transportaba 260 personas. Los visitantes recorren el circuito histórico de forma guiada, en grupos de 40 personas, con ingreso al taller incluido. Esta actividad es organizada por la Asociación Uruguaya Amigos del Riel, AFE, el Municipio G y la Intendencia de Montevideo, y la Sociedad de Amigos Barrio Peñarol.

Al escribir estas líneas se encuentra a consideración de la Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación la postulación de este servicio como Monumento Nacional (protección jurídica).

Además de la experiencia de todos los sábados ya en curso, Tren a Vapor a Peñarol funcionará en días de semana para público de enseñanza, primaria y secundaria.

Figura 7: Tren a Vapor a Peñarol, viaje en tren histórico a vapor recuperado y gestionado por la Asociación Uruguaya Amigos del Riel, que se ofrece todos los sábados. Itinerario: Nueva Terminal - Peñarol - Nueva Terminal. En Peñarol, visitas guiadas en grupos de 40 personas. Capacidad del tren: 192 asientos.



Fuente: fotografía del autor.

Colofón

Esta propuesta articula lo público con lo público, como en el caso de las propiedades vacías de la empresa ferroviaria estatal AFE, que con la intervención de la Intendencia de Montevideo y del Municipio G se recuperan y adquieren nuevos usos. También da lugar a la conjunción de lo público con lo privado con y sin fines de lucro, como en la iniciativa de construcción de viviendas en el predio más grande que existe dentro de la trama urbana de Montevideo o los viajes en trenes históricos a cargo de la Asociación Uruguaya Amigos del Riel y la fiel orientación al patrimonio, manteniendo su integridad y puesta en valor con finalidades de recreación histórica, así como sociales, deportivas y otras.

Es un proyecto fuertemente descentralizador, que pretende emplear instrumentos muy diversos: desde el restablecimiento urbano-edilicio y las prestaciones de buenos servicios hasta el favorecer la conectividad a través de un boleto de ómnibus subsidiado para llegar aun lugar patrimonial en la periferia con variados atractivos, lo que promueve la calidad de vida de las personas de una zona en el uso del tiempo libre.

Este es un proyecto de impronta ciudadana, urbanamente integrador, que vincula Peñarol con todo Montevideo y su área metropolitana.

De esta forma se va contra la corriente de los últimos treinta años, de segmentación territorial, donde los recursos y las oportunidades el mercado las asignó mucho más al sur, en detrimento del norte. Como dijo Mariano Arana:

No queremos un plan para organizar mejor lo que existe, para dar orden a la desigualdad, a la iniquidad, al deterioro físico y ambiental, a la ciudad dividida entre una costa rica y equipada y una periferia casi siempre postergada.³⁴

Ahí vamos.

Referencias

CASANELLES RAHOLA, Eusebi. El Patrimonio industrial. In: ÁLVAREZ, Miguel Ángel Areces (comp.). **Arqueología industrial patrimonio y turismo cultural**. Gijón: INCUNA, Asociación de Arqueología Industrial, 2001.

HOBBSAWM, Eric. **La era de la revolución, 1789-1848**. Madrid: Crítica. 2001.

RIVIÈRE, Georges Henri. **La museología. Curso de museología / Textos y testimonios**. Madrid: Akal, 1993.

RUSKIN, John. **Las siete lámparas de la arquitectura**. Barcelona: Alta Fulla, 2004 (primera edición: Londres, 1849).

³⁴ Arquitecto Mariano Arana, fragmento de la intervención del intendente municipal de Montevideo ante la Junta Departamental el 18 de diciembre de 1997, con motivo de la presentación del Plan de Ordenamiento Territorial.

Parte 3 -

Patrimônio e turismo: relações e trajetórias
através de estudos de casos no Uruguai e no Brasil.



ARREDONDO Y SU PATRI-TURISMO: UNA EXPERIENCIA CON FUTURO

Nery González

Introducción

La “alianza estratégica” entre patrimonio y turismo goza hoy de buena salud, por lo menos entre los cientos de millones de personas que en el mundo acceden a sus beneficios y han internalizado ese vínculo como cosa natural, propia de la “aldea global” y apenas problemática en puntuales cuestiones operativas. Otros cientos de millones esperan su turno para incorporarse a esa práctica, no ya como receptores -directos o marginales- sino como visitantes activos, seducidos por una oferta cuyos resultados son hoy asumidos en términos cultural y políticamente “correctos”. Atento a las copiosas estadísticas que en las últimas décadas dan cuenta de ese incremento cuantitativo³⁵, queda claro que esas expectativas no están desencaminadas, máxime cuando se toma en cuenta la incidencia creciente, y probablemente irreversible, del turismo en la economía de la sociedad posmoderna (superando según datos de UNESCO a las industrias química y del automóvil).

Esa condición ha generado una poderosa infraestructura sustentadora del “producto turístico” con la consecuente red de promoción, gestión, logística de transporte y estadía, etcétera, en todo comparable a cualquier otra red productiva, con la diferencia fuerte de que aquí “el consumidor” se mueve hacia el “producto”. Un producto por cierto muy particular, ya que por diversas razones y circunstancias suele acompañarse de un halo de prestigio que opera socialmente como positivo “marcador de status”, y además, en tanto sitio preexistente, no demanda otros gastos e inversiones que aquellos derivados de su “puesta en valor” (leído esto en su doble acepción: “patrimonialista” y económica). En síntesis, con las

³⁵ Según estimaciones de la Organización Mundial de Turismo (OMT) en el año 2012 el número de arribos internacionales superó por primera vez la cifra de 1.000 millones, multiplicando por 40 la cantidad de turistas de 1950. A pesar del contexto inestable de la economía global, se registró un aumento del 4% sobre el año anterior, tendencia que se prevé habrá de continuar en el futuro próximo, al igual que la concentración en poco más de 10 países (entre ellos China, el segundo en ese rango ... y por ahora “receptor”). En ese marco la situación de Uruguay es muy particular, contando con una de las tasas más altas del mundo de visitantes por habitante (600 por mil).

prevenciones propias de toda actividad sometida a las leyes del mercado, particularmente pertinentes en tiempos en que se proyectan sobre el futuro más incertidumbres que certezas, la “entente” patrimonio-turismo parece navegar con horizonte despejado. Pero es sabido que a ese escenario de lectura “optimista”, en correspondencia con “los treinta años gloriosos” -Jean Fourastié *dixit*- que vivieron varios países europeos entre el Plan Marshall y la crisis petrolera de 1973, siguieron visiones menos condescendientes -y aún fuertemente críticas- apenas la investigación académica empezó a incursionar en esa práctica, mostrando disfunciones propias de una relación de dominio, donde “lo patrimonial” llevaba la peor parte. A una primera etapa apenas descriptiva de un modelo en ascenso -incluso fervorosa en su expectativa positiva³⁶-, siguieron análisis que apuntaron a lograr una interacción equilibrada, sin dejar por ello de poner en evidencia las tensiones que problematizan esa alianza. Hoy disponemos de un amplio y calificado bagaje de estudios originados en distintas disciplinas, existiendo de hecho una antropología de la práctica turística que ha aportado invalores instrumentos para adentrarnos en su conocimiento. Valgan como ejemplo los trabajos de Llorenç Prats (1997), Agustín Santana (1997), Josep Ballart y Jordi Treserras (2001), y Alejandro M. Otamendi (2006), que han alimentado -no siempre en acuerdo- mi reflexión sobre la materia.

Un estimable *corpus* de conocimiento, ya consolidado en las ciencias sociales, integrado en niveles de formación universitaria y presente en las acciones de UNESCO, se ha visto acompañado por muy atendibles propuestas de intervención correctiva en una relación de intereses compartidos y experiencia en auge, tan exitosa como desbalanceada en cuanto a la condición de cada uno de los polos asociados, con riesgo de que las *acechanzas* -ya operantes y gravosas en el campo patrimonial- comprometan las *fortalezas* de esa alianza. Esas propuestas han tenido como referente común la necesidad de implementar una estrategia global, promovida y asumida como política de Estado, consensuada democráticamente entre sus múltiples actores y factible de coordinación a escala regional, con especial énfasis en el destaque de la particular especificidad del “insumo” patrimonial, que vale por tal en la lógica del sistema binario “patrimonio-

³⁶ Caso notorio del Coloquio de Quito (1967) donde al exponer sus conclusiones sobre *Los monumentos en función del turismo* se decía, sin agregar matices: “Los valores propiamente culturales no se desnaturalizan ni comprometen al vincularse con los intereses turísticos, lejos de ello, la mayor atracción que conquistan los monumentos y la afluencia creciente de administradores foráneos, contribuye a afirmar la conciencia de su importancia y significación nacionales”.

turismo”, pero vale fundamentalmente por su calidad de “bien cultural” al que las comunidades -diversas en escalas y condiciones- atribuyen una significación simbólica relativa a su identidad. Una identidad con raíces en el pasado, interpelada por un presente complejo y proyectada a un futuro incierto, que debería construirse, reconstruirse y asentarse con independencia de *injeritos* ajenos a la lógica de su propio desarrollo. Un mundo “de diversidades dialogantes” empezaría entonces a cobrar vida.

Hoy la problematización de esa “alianza estratégica” (o “matrimonio de conveniencia”, según se mire) ha adquirido una especial relevancia como consecuencia de la aceleración de los cambios y el consecuente alejamiento del pasado reciente, carácter propio de estos tiempos y determinante de una particular deriva de cada uno de sus componentes: por un lado “el turismo”, ya instalado en una escala masiva de incidencia relevante en el desarrollo económico de las naciones; por otro “el patrimonio”, apenas salido de la matriz que alimentara la Ilustración (lo patrimonial, centrado en el monumento y lo monumental, factor legitimador de la Nación), verá ampliado desde la década de 1960 su horizonte en lo temporal, tipológico y geográfico (CHOAY, 1992, pp. 153-157); y desde veinte años atrás, cambiada su naturaleza y su propio estatuto, en un proceso que bien puede asumirse como de verdadera “mutación” (RILLA, 2008, 189). Sumando complejidades, en paralelo con la vertiginosa ampliación del escenario que protagoniza, el par “turismo-patrimonio” va modificando no solo la estructura de relacionamiento de sus polos constitutivos, sino la propia condición de cada uno de éstos: en aspectos predominantemente cuantitativos en cuanto hace al turismo; en la propia extensión y contenido del concepto, para un “patrimonio” que al saltar viejas fronteras, redefine su significado y adquiere el perfil de un “culto laico” de alcance universal.

Doy por bueno que estas reflexiones son cosa corriente en el campo académico, pero asumo también, por propia experiencia, que la proyección del debate que esas reflexiones generan sobre los directos operadores del sistema y su vasto entorno institucional -más la prensa y el conjunto de sectores involucrados, incluyendo visitantes y receptores-, no suele tener suficiente capacidad de incidencia correctiva en una práctica social de creciente incidencia en las políticas públicas y en la generación del PBI de cada país (con la consecuente *sobredeterminación* que esa situación impone sobre las prácticas sectoriales)

Turismo y patrimonio pueden marchar de la mano, pero dado que su “alianza” no vincula “potencias” de similar poder, toda vez que uno marque el paso y el otro lo siga, la situación del más débil se verá inexorablemente comprometida, incluso progresivamente degradada. Será innecesario indicar a quién es asignable esa debilidad, tanto como insistir sobre un punto en relación al cual abundan los ejemplos de *pastiches* motivados

por la intención de no perder “el tren del desarrollo”, transformando un sitio -en realidad, el soporte material de la cultura de un sitio- en un escenario a la medida de la visión dominante entre los visitantes (con lo cual aquellos se sitúan en términos de rigurosa filiación histórica como “anfitriones”). Una visión a su vez inducida por los operadores turísticos, mediando refinadas técnicas de marketing en sintonía con la vocación simplificadora del turista masivo, usualmente más motivado por confirmar sus expectativas y preconceptos que por adentrarse en la trama cultural del espacio receptor y sacar partido de esa experiencia. ¿Será esa una perspectiva inexorable o habrá experiencias que alienten la posibilidad de mejores tiempos?

Horacio Arredondo entra en escena

El enfoque precedente apenas sería útil, en el mejor de los casos, para promover un mayor acercamiento entre el conjunto de actores involucrados en la práctica turístico-patrimonial y el resultado de las investigaciones al respecto realizadas a nivel académico, pero puede resultar de interés incorporar al debate el conocimiento de una experiencia hoy valorada muy por debajo de sus merecimientos, a pesar de la profunda huella que su obra ha dejado en Uruguay. Se trata de Horacio Arredondo (1888-1967), antropólogo autodidacta y tal vez el mejor “gestor cultural” que ha tenido el país, el primero en ligar estrechamente “patrimonio y turismo”...ocho décadas atrás. “Este hombre que aportó tanto al fomento del turismo histórico falleció el 1 de abril de 1967 en Montevideo, dejando un legado que lamentablemente no se ha continuado” (DÍAZ PELLICER, 2004, 47); ese juicio compartible sigue hoy teniendo vigencia, sin desconocer esfuerzos puntuales tendientes a poner las cosas en su lugar. Y eso en cuanto al elemental reconocimiento a su obra pionera, y tanto o más importante, en la valoración del significado de ese trabajo como herramienta de gestión en nuestros días.

Una clara expresión de esa subvaloración se hace evidente en la inexistencia de un estudio monográfico de su inmensa tarea, pero valen como referencia suficiente a los efectos de esta comunicación los datos contenidos en el Nº 1 de la Revista Histórica Rochense (2012) y muy especialmente, la breve biografía elaborada por el profesor Carlos Zubillaga (2002) en oportunidad de la celebración del Día del Patrimonio, de la cual transcribo párrafos medulares, en línea con los criterios antes expuestos:

La sostenida participación de Arredondo en las labores oficiales en torno al turismo (integró desde su origen la Comisión Nacional, creada en mayo de 1933 en la esfera del Ministerio de Relaciones Exte-

riores), lo llevó a reflexionar sobre las posibilidades que esta actividad económica ofrecía al país y sobre las intervenciones que era preciso impulsar para enriquecer una oferta de atractivos que no se agotara en las bellezas paisajísticas. Preocupado, así mismo, por el rescate y puesta en valor de bienes culturales que traducían el pasado nacional, integró ambos planos en propuestas que suponían a un tiempo desarrollar las posibilidades turísticas y preservar la identidad del país.

En esa perspectiva, Arredondo propugnó una práctica del turismo que sorteara el riesgo de dilución de los valores propios, y que -por lo mismo- contribuyera a potenciar los elementos de la tradición, convertidos en “novedad para forasteros”. No al modo de un simple tipismo, sino como forma de exponer entrañablemente los rasgos de una personalidad colectiva. Esta contribución al diseño de políticas públicas en una actividad que incrementaba su participación en la economía nacional, al denotar una singular capacidad para integrar conocimiento académico y estrategias de mercado, constituyó un perfil peculiar de la tarea intelectual de Arredondo (ZUBILLAGA, 2002).

He aquí un programa digno de ser hoy asumido como proyecto de futuro, al que Arredondo fue fiel toda su vida. A quien se sienta motivado a introducirse en la reseña de sus actividades, sus proyectos y sus obras, le costará creer que ese inmenso bagaje pudo cumplirse en el acotado lapso de una vida. Máxime cuando su juventud no transcurrió en el marco de un escenario motivador de sus inquietudes, pues estuvo desempeñando a partir de 1906 una tarea puramente burocrática en el Ministerio de Trabajo e Industria (e Instrucción Pública), en el que llegaría diez años después a director de Oficinas de Marcas de Fábrica y de Comercio. Nada que hiciera suponer el rumbo futuro, salvo su decisión de disponer del tiempo libre de licencias acumuladas para recorrer “el pago oriental” de punta a punta, a caballo y durmiendo donde cuadrara (a veces en ínfimas comisarías de campaña).

Desde 1910 hizo sin saberlo el trabajo de los *periegetas* de la antigüedad clásica (de Pausanias en particular, lejano referente), peregrinando -“per agros”- para ver, tocar, escuchar y dar testimonio del Uruguay profundo, de sus paisajes, de las huellas de la historia, de su gente, sus

realidades y su imaginario. Su “descripción”³⁷ le llevaría el resto de la vida, culminando en 1951 en una obra monumental, escrita con pasión y casi al límite de la desmesura: “Civilización del Uruguay” (también con las *desprolijidades* propias de su formación autodidacta y de una pulsión abarcativa de cuanta cosa integrara la escena de su análisis). Una crónica de Carlos Real de Azúa -ejemplo de intelectual incisivo y crítico, poco dado a la alabanza- publicada en el Semanario MARCHA en febrero de 1953³⁸ ayuda a valorar su obra.

Riquísima, deliciosa puede ser la sustancia de un libro que como éste se rodea con tantos desmaños de método, de rótulo, de forma. LA CIVILIZACIÓN DEL URUGUAY, de Arredondo, es, sin duda alguna, la más importante incursión por nuestra “intrahistoria” con que cuente el acervo cultural uruguayo. La mejor y tal vez la única [...] El libro (de dos gruesos tomos) no es naturalmente una figura de “la civilización del Uruguay”, aún en el improbable caso de que aceptáramos la existencia de tal civilización, de que no nos contentásemos con algunas humildes especificaciones que el destino histórico, el tipo humano y el “habitat” le han impuesto aquí a la civilización de Occidente hasta 1900. Me parece que a lo que más se parece la obra de Arredondo es a una antropología cultural en el sentido metódico, a una exploración en torno a esas creaciones del hombre que van desde lo práctico e instrumental hasta sus formas de vida y expresiones espirituales (REAL DE AZÚA, 1953, p. 15).

Sus viajes alimentaron un ansia de lectura y un afán de investigación en cuanto repositorio estuviera a su alcance, formando además, trabajosamente, su propia biblioteca de más de 12.000 volúmenes, hoy bajo resguardo de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Para medir en justos términos la significación de su trabajo pionero, conviene tener presente que la formal definición del marco de reconocimiento y protección de los bienes patrimoniales en Uruguay tuvo antecedentes en 1913, 1931, 1942 y 1951 -todas iniciativas frustradas-, pero recién pudo concretarse en octubre de 1971, a través de la sanción legislativa de la ley

³⁷ La *periégesis*, que en este caso no fue de Grecia.

³⁸ REAL DE AZÚA, Carlos. Semanario Marcha Nº 660, Montevideo, 27 de febrero de 1953, p. 15

Nº 14.040, con la consecuente creación de la Comisión del Patrimonio Histórico, Artístico y Cultural de la Nación (desde 1998, Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación). Hasta ese entonces, el reconocimiento puntual de algunos muy excepcionales “monumentos históricos” tuvo siempre en Arredondo y en la Sociedad “Amigos de la Arqueología” -de la que en 1926 fuera fundador y luego animador consecuente- sus principales referentes. Será la fortaleza de Santa Teresa una intervención paradigmática de la visión de sus gestores, y en tanto tal, motivo suficiente para centrar el análisis en esa experiencia fundacional³⁹.

La frontera en disputa

Desde Tordesillas al Tratado de San Ildefonso (1494-1777) las coronas de España y Portugal mantuvieron un enfrentamiento permanente por sus fronteras en la cuenca del Plata, asumiendo los lusitanos que en el estuario estaba el límite “natural” de sus posesiones. La fundación en 1680 de la Nova Colonia do Santísimo Sacramento a la vista de Buenos Aires marcó el inicio de la “guerra de los 100 años” en estas tierras; una guerra que pudo tener un desenlace diferente de no mediar los intentos frustrados de instalar el pabellón de los Braganza en la bahía de Montevideo: en 1723, inmediatamente antes de la fundación de la que sería por largo tiempo una modesta plaza fuerte, antemural de las posesiones españolas allende al Plata, y en 1735, cuando recién comenzaba a asentarse como tal. Un enfrentamiento siempre latente y a veces cruento en la “frontera caliente” del tramo sur del litoral atlántico, mediado por sucesivas instancias diplomáticas en lejanos escenarios europeos⁴⁰. En particular, las tierras que hoy forman parte del litoral uruguayo próximo a la laguna Merín, quedaron formalmente incorporadas a Portugal en 1750 (Tratado de Madrid o “de permuta”) y vueltas al dominio español once años más tarde⁴¹.

³⁹ Compilando sus memorias, una puntillosa y extensa reseña de los trabajos realizados en Santa Teresa y San Miguel fue elaborada por el propio Arredondo, siendo publicada en los Tomos XIII (1955) y XIV (1956) de la Revista de la Sociedad “Amigos de la Arqueología”. A lo largo de 714 páginas profusamente ilustradas, podemos repasar cada tramo de esa tarea monumental.

⁴⁰ Una temática abordada extensa y documentadamente por Tau Golin (2002).

⁴¹ En función de uno de los muchos tratados suscritos en El Pardo, siendo éste acordado en febrero de 1761, aunque recién tuviera visos de concreción en 1777 cuando el Tratado de San Ildefonso marcó un antes y un después en la relación entre los imperios ibéricos, consecuencia de un nuevo contexto político que determinó una radical reformulación del trazado de la línea fronteriza.

En 1761, haciendo referencia al Tratado de Madrid y, en particular, al engorro generado por la mediación de muchos y lejanos “empleados” - herencia burocrática todavía asumida por estas tierras-, “los serenísimos reyes de España y Portugal” convinieron en reconocer que:

[...] se han hallado tales y tan graves dificultades, que sobre no haber sido conocidas al tiempo que se estipuló, no solo no se han podido superar desde entonces hasta ahora a causa de que siendo en unos países tan distantes y poco conocidos de las dos cortes, era indispensable dependiesen de los informes de los muchos empleados”, agregando “que el referido tratado de límites, estipulado sustancial y positivamente para establecer una perfecta armonía entre las dos coronas y una inalterable unión entre sus vasallos, por el contrario desde el año de 1752 ha dado y daría en lo futuro muchos y muy frecuentes motivos de controversias y contestaciones opuestas á tan nobles fines [...].⁴²

La invocada “*perfecta armonía*” no impidió que la corona portuguesa, fiel al viejo principio de que la posesión legitima la soberanía, no tardó en reforzar la estratégica faja de la Angostura situada entre el océano y la laguna Negra, sumando al fuerte de San Miguel -un sencillo “fuerte de campaña” levantado entre 1733 y 1737-, la construcción de un bastión estratégico: la fortaleza de Santa Teresa. Los trabajos se iniciaron en 1762, pero apenas un año más tarde, Ceballos ocupaba el sitio y reedificaba las murallas desde los cimientos, contando para ello con un técnico calificado -y de vida azarosa-: el ingeniero Juan Bartolomé Howell.⁴³

El 31 de diciembre de 1825, cuando no habían pasado tres meses del *partaguas* que significó para los orientales el triunfo en la batalla de Sarandí, las fuerzas patriotas dispersaron la débil guarnición de los brasile-

⁴² Ver [http://es.wikisource.org/wiki/Tratado_de_El_Pardo_\(1761\)](http://es.wikisource.org/wiki/Tratado_de_El_Pardo_(1761)) Acceso: 19.09.13.

⁴³ Nacido Jean Barthélemy Havélle, dio a su apellido un giro inglés para mejor reconocimiento de parte de los portugueses, bajo cuya bandera prestó destacados servicios en Brasil hasta que, prisionero de Ceballos, ya no tuvo opciones y terminó sus días al servicio del rey de España integrando la dotación del Real Cuerpo de Ingenieros de Buenos Aires. Jugó allí un papel protagónico en las obras de reconstrucción de Colonia del Sacramento (sus relevamientos del casco amurallado sirven todavía hoy de referencia -precisa y rigurosa- en los trabajos de rehabilitación patrimonial), en los asentamientos civiles y militares de los españoles en Maldonado, y en Santa Teresa, su trabajo mayor.

ños imperiales allí enclavada. La “Provincia Cisplatina”, integrada al imperio del Brasil una vez derrotado el proyecto federal artiguista-, era un escenario en disputa y esa disputa habría de dirimirse, con arbitraje británico, en el llamado Tratado Preliminar de Paz, suscrito en Río de Janeiro el 27 de agosto de 1828 -con texto escrito en portugués y sin firmas de orientales-, de donde derivaría la naciente República, que lo fue tal, con soberanía real y asumida después de largas décadas de luchas fratricidas, incluyendo dependencias económicas extremas e intervenciones varias. Una “tierra purpúrea” que recién sobre fines del siglo XIX pudo avizorar un futuro mejor, luego felizmente consumado.

Memorias perdidas y luego reencontradas

Aquel evento militar de fines del año 25 fue un acontecimiento aislado y, a partir de entonces, las fortificaciones que marcaban un mojón estratégico en la lucha de los imperios ibéricos, fueron perdiendo toda significación. Ganadas paulatinamente por la desmemoria, recién hacia 1882 hubo tiempo para una reflexión en clave “patrimonial”, en línea con los valores de salvaguarda de los “monumentos históricos” -legitimadores de “la Nación”-, que por esos años se afirmaban en Francia a nivel de texto legal. Haciendo referencia a la olvidada Fortaleza de la Angostura, decía entonces Luis Melián Lafinur, intelectual y político liberal sensible a esa situación:

Pronto va a desaparecer el Fuerte de Santa Teresa, dejando en las páginas de la historia la estela de sus desgracias y la gloria de que ha sido teatro. Viento de ruina sopla en sus almenas; el salitre de las aguas del océano alcanza a dos cañones sin cureña que yacen allí, fuera de su sitio; la herrumbre descascara la antes tersa y bruñida superficie del metal, y arranca en costra rojiza las armas de Castilla en él grabadas. Una vegetación robusta e implacable en sus ensanches abre, por sus añosos troncos, inmensas grietas, y separa uno de otro los sillares que jamás conmoviera el cañón del portugués o el español (MELIAN LAFINUR, 1882, p. 201).

El mensaje no cayó en oídos sordos -aunque distantes en su sintonía con la voz de Melián Lafinur- y entre 1899 y 1906 se sucedieron iniciativas para rescatar de la ruina el recinto histórico e instalar allí un presidio. La iniciativa no prosperó y cuando en 1917 Horacio Arredondo encaminó por primera vez sus pasos a ese lugar, aquellas palabras volvie-

ron a resonar, pero ahora en contexto adecuado. Impactado por el escenario que se abría a sus ojos, escribía Arredondo:

La impresión que recibí del arcaico monumento fue profunda. Aquella obra del hombre que tanto decía de su capacidad para crear, abandonada en la inmensidad de los campos despoblados, estaba amenazada de ser sepultada por las arenas, cuya obra arrolladora me pareció difícil de contener. Me propuse de inmediato tres objetivos: escribir su historia, realizar su restauración, y contener las dunas con plantaciones apropiadas (REVISTA HISTORICA ROCHENSE, 2012, RHR Nº 1 punto 7).

El camino estaba trazado, pero en términos de un proyecto ilusorio cuya concreción pocos hubieran supuesto posible de abordar por aquel meritorio oficinista a punto de cumplir 30 años, alejado de la vida universitaria y hasta el momento, sin públicas muestras de su talento. Pero Arredondo, viajero atento y lector infatigable, iba adquiriendo la formación autodidacta de un antropólogo capaz de desentrañar las claves de lo que más tarde llamará “Civilización del Uruguay”.

Esa ambición ilimitada de abarcarlo todo y conocerlo todo, empezaba a tomar cuerpo y Santa Teresa era un buen lugar donde concretar una primera experiencia. Allí donde la naturaleza se aliaba a la frágil memoria de los hombres para literalmente “enterrar” uno de los mojones históricos de la “patria”, Arredondo intuía que el esfuerzo de “volverlo a la vida”, valdría como referencia ejemplar de su manera de entender la relación entre patrimonio y turismo (ya en 1919 publica un primer folleto sobre el tema: “El fuerte de Santa Teresa”). Una circunstancia particular acabaría por afirmar su decisión: había cultivado una firme amistad con Baltasar Brum, joven y brillante político que en ese mismo año asumiría la presidencia de la República en el marco de su segunda Constitución. Tras reiterados viajes, el impacto inicial de Arredondo se fue decantando en una propuesta suficientemente seductora para promover la visita de Brum al sitio y ganar, primero su curiosidad, luego su interés manifiesto. Una comitiva oficial llegó por tren a la ciudad de San Carlos y luego atravesó campos y andurriales sin traza de caminos, pudiendo Arredondo al final del trabajoso periplo hacer explícita su visión de futuro, en el que el rescate y la salvaguarda de un referente histórico -entonces ruinoso- se ligaba de modo indisoluble a un proyecto turístico que el país habría de asumir como motor de desarrollo. El objetivo quedaba cumplido y el interés por el programa subió de rango, mediando desde entonces el formal apoyo de quien pasaría a la historia como uno de los pilares principales del proyecto

de José Batlle y Ordóñez de convertir al Uruguay en un “pequeño país modelo”.⁴⁴

Arredondo, contando con el aporte del joven arquitecto Fernando Capurro, pudo entonces avanzar en la definición del proyecto de restauración y recalificación de la fortaleza y su entorno. Un proyecto hoy diríamos “sustentable”, precedido de un minucioso análisis de documentación histórica en archivos nacionales, regionales y europeos (aquí a través de terceras personas), pronto a entrar en fase ejecutiva apenas el estudio de la materialidad y la historicidad del bien adquieran una densidad suficiente para trazar sobre esa base una propuesta de previsible viabilidad. Pero la respuesta a nivel político se retrasa y recién en 1923 se está en condiciones de iniciar las obras, contando con una módica dotación de recursos, apenas suficiente y pronto discontinuada. En diciembre de 1925, al conmemorarse el centenario de la toma de la fortaleza por parte de Leonardo Olivera (nacido *de Oliveira*) y sus hombres, la visita oficial al sitio ya hacía evidente los progresos realizados (Figura 1) pero el apoyo concreto siguió menguado.

Figura 1. Llegada a Santa Teresa de la comitiva oficial, al conmemorarse en 1925 el centenario de la toma de la fortaleza.



Fuente: Foto de original existente en el Museo Regional de Rocha, cedida por gentileza de su Director, a través de los arquitectos Álvaro Ribas y Francisco Bonilla.

El temple de Arredondo se puso a prueba en esos primeros años de avance precario, manteniendo viva una expectativa que recién habría de consolidarse cuando, culminando un proceso que marcó el protagonismo de la Sociedad “Amigos de la Arqueología”, el 26 de diciembre de 1927 fue aprobada la ley por la cual se declaraba la fortaleza de Santa Teresa “Monumento Nacional”, se asignaban nuevos recursos para su reparación y reconstrucción y se disponía la formación de un parque público en los terrenos fiscales de su entorno. Un parque público que partiendo de una extensión inferior a las 200 hectáreas, llegaría con los años a ocupar 6.000 (más la contigua Laguna Negra, más tarde incorporada al área protegida).

⁴⁴ Una visión de conjunto sobre el escenario político uruguayo en las primeras décadas del siglo XX puede encontrarse en CAETANO, Gerardo (2011).

En el informe previo de la Comisión del Senado que realizara el Dr. Alejandro Gallinal (senador y a su vez presidente honorario de la Sociedad de “Amigos”), en defensa del proyecto, se desarrollaba una línea argumental en la que destaca el vínculo entre el rescate de un bien al que se atribuye un valor identitario, su razonable inserción en nuevos contextos de uso sin descuidar su valor museístico y su estrecha relación con una política turística asumida como práctica social de particular relevancia económica. Transcribo de ese informe:

El capital documental de Santa Teresa es completo y permite la reconstrucción total sin temor a incurrir en inexactitudes de reproducción (...) Se desea levantar la fortaleza en su primitivo y sencillo estilo, sin modificaciones que lo alteren, como medio educador para la generación actual y como homenaje de admiración, de respeto y de cariño a la gran nación que nos la legó, y a los hombres animosos que nos precedieron (...) podría invocar otro argumento favorable al proyecto de que se ocupa: el que se desprende de la necesidad de fomentar el turismo; Rocha será, en un cercano porvenir, un lugar de atracción para nacionales y extranjeros (CASTELLANOS, 1974, 311).

Al exponer y comentar estos acontecimientos, Alfredo Castellanos (1974, pp. 107-119)⁴⁵ destaca “*la exacta predicción*” de la Comisión del Senado acerca del incremento turístico hacia el departamento de Rocha “uno de cuyos atractivos lo constituye hoy, sin lugar a duda la Fortaleza de Santa Teresa, notablemente restaurada, y el magnífico parque que la circunda”. Y agrega, poniendo énfasis en aspectos propios de un abordaje disciplinar específico, apenas transitado hasta entonces por estas tierras:

Lo más interesante, quizás, de este documento es que se asienta en él, por vez primera en el país en forma oficial, el criterio a seguir en materia de reconstrucción de “monumentos históricos nacionales”: solamente cuando hubiera documentación iconográfica y escrita bien saneada que permitiera conocer en forma indubitable y fidedigna todos o

⁴⁵ CASTELLANOS, Alfredo. “Uruguay: monumentos históricos y Arqueológicos”. Instituto Panamericano de Geografía e Historia. Publicación Nº 337 México. 1974. Capítulo referido a la protección de los monumentos nacionales. pp. 107-119

casi todos los detalles de la obra a restaurar (CASTELLANOS, 1974).

Patrimonio, turismo y desarrollo se daban la mano y caminaban a la par, prefigurando los criterios expuestos en la Declaración de Budapest sobre el Patrimonio Mundial (2002), un referente todavía hoy de aplicación problemática:

Punto 3.c: procurar que se asegure un equilibrio adecuado y equitativo entre conservación, sustentabilidad y desarrollo, a fin de que los bienes del Patrimonio Mundial puedan ser protegidos a través de actividades adecuadas que contribuyan al desarrollo económico y social y a la calidad de vida de nuestras comunidades (DECLARACIÓN DE BUDAPEST, 2002)

La dimensión económica de un turismo de *élite* que en el entorno de 1900 había adquirido notorio auge en los países del Plata alternando el destino europeo con los asentamientos veraniegos en las playas uruguayas del litoral sur, fue prontamente percibida por inversores con capacidad de dar respuesta a esas nuevas demandas y, aunque sus primeras experiencias no fueron nada halagüeñas⁴⁶, en el largo plazo -y ya en un contexto social diferente-, sus emprendimientos ayudaron a conformar el particular perfil de nuestra costa balnearia, hoy extendida desde Colonia a Rocha, incluyendo Montevideo. Un factor agregado al desarrollo del equipamiento turístico de la faja costera, ya desde comienzos del siglo XX, fue la temprana visión del gobierno sobre la incidencia del sector en la economía del país, visión que ilustra el pensamiento que al respecto manifestara Batlle y Ordóñez:

⁴⁶ Emilio Reus llegó a construir en Montevideo un ambicioso proyecto (gran hotel con anexo de piscinas y centro hidroterápico) destinado a recibir el turismo argentino, pero la crisis de 1890, iniciada con la caída en Inglaterra de la banca Baring Brothers, acabó con su capital, sus empresas e inversiones, impidiendo que los edificios -todavía hoy presentes en el escenario de la ciudad- funcionaran según lo proyectado. Un emprendimiento con igual objetivo fue llevado adelante por el croata-argentino Nicolás Mihanovich -un pionero exitoso al estilo de Onassis- en el Real de San Carlos, próximo al casco histórico de Colonia del Sacramento, teniendo como particular atractivo una hermosa plaza de toros, todavía en pie. Una combinación de decisiones políticas tomadas por los gobiernos de Argentina y Uruguay, nada favorable a sus intereses, hizo que el complejo turístico tuviera muy corta vida (y hasta hoy, ningún futuro).

[...] no puedo menos que pensar con frecuencia en las enormes ganancias que nos proporcionaría el atraer a nuestros baños, todos los años, a una gran masa de argentinos. Los gastos que haga Montevideo para embellecerse y ofrecer comodidades en la estación balnearia, serán siempre un buen negocio aunque parezcan un lujo (VANGER, 1983, 17).

La expectativa del “buen negocio” estuvo hasta 1930 limitada a Montevideo “ciudad balnearia” concentradora de inversiones en el área de hotelería, con incipiente desarrollo de enclaves puntuales fuera de sus límites, a excepción de un proyecto con ambición de emular las estaciones balnearias de la “belle époque” europea (Piriapólis, construido a principios de la década del 30 a impulso de Francisco Piria, otro pionero autodidacta) y de las intervenciones propias de la visión integradora de patrimonio y turismo que impulsaron Arredondo y la Sociedad de “Amigos de la Arqueología”. Fueron ejemplo de ello las múltiples acciones relativas al barrio histórico de Colonia del Sacramento -entonces ruinoso y olvidado, condición que mantendría todavía por décadas al desestimarse aquellas propuestas- y otra, con mejor suerte, en la faja de la Angostura de la costa de Rocha, iniciando según ya vimos la rehabilitación de la fortaleza de Santa Teresa, a la que seguiría en la década siguiente igual trabajo -y la consecuente nominación de “monumento nacional”- del fuerte de San Miguel, próximo a aquél (1937).

De “Montevideo ciudad balnearia” a “Uruguay país de Turismo”

Un cambio en ese contexto fue consecuencia de la situación que siguió, aquí y en el mundo, a la crisis global del año 29. En este sentido, “durante los años treinta el turismo se integró en los proyectos de diversificación económica, al igual que la industria, ante la perspectiva del agotamiento del modelo agroexportador en un mundo proteccionista” (DA CUNHA, 2009, p. 1), buscando construir una imagen de alcance nacional - el Uruguay como “país de turismo”- con un fuerte impulso estatal y municipal en la promoción del sector, dentro y fuera de fronteras, se generaron instrumentos de gestión y un marco institucional adecuados a ese fin. Justo en el arranque de ese período, la creación de la Comisión Nacional de Turismo marcaría un hito de referencia obligada y, en el futuro, esa convergencia de intereses públicos y privados -que atravesó períodos democráticos y autoritarios, cabe recordarlo- se mantendría hasta nuestros días y adquiriría formal presencia en el proyecto de nueva Ley de Turismo a estudio del Parlamento uruguayo desde diciembre de 2012⁴⁷.

En la tercera década del siglo XX la figura de Arredondo era ya un referente en la vida intelectual del Uruguay y en la década siguiente, ampliada la significación del turismo, jugaría un papel principal ocupando desde 1937 -y hasta 1954- el cargo de director de la Comisión Nacional de Turismo. Un folleto editado en 1943 daba cuenta de una de las líneas de trabajo del nuevo contexto de gestión de las políticas públicas en torno a turismo y patrimonio. Tomando como referencia el litoral oeste del Uruguay, va marcando “mojones” de una potencial ruta turística paralela al río homónimo, extendida desde Conchillas al Cuareim, incluyendo sitios que treinta años más tarde el país asumiría como formal patrimonio, pero que aún esperan una gestión adecuada a las características y condiciones de cada lugar (la estancia de Narbona, la playa de la Agraciada, la hoy olvidada M’Bopicuá o el parque del Hervidero son ejemplos de potencialidades todavía en buena medida latentes, exploradas por Arredondo setenta años atrás) (ARREDONDO, 1943). Esa ruta turística es concebida en términos propios de un “paisaje cultural” vertebrado por el río Uruguay, poniendo permanente énfasis en los elementos en que cobra presencia “el relato histórico” sustentador de un sentido de identidad y pertenencia. Una “di- dáctica” patrimonial para propios y extraños, expuesta sin ambages:

⁴⁷Información disponible en: <http://www.portaldeamerica.com/index.php/zonas-del-portal/editorial/item/13037-texto-completo-del-proyecto-de-ley-de-turismo-enviado-al-parlamento-uruguayo>. Acceso: 11.06.2013.

Nuestra historia está íntimamente ligada al gran río, al punto que hasta nos da su nombre. Desde Colonia a Artigas el viajero percibe, en un fragmento de vasija indígena, en una ruina de edificación primitiva o en un monumento evocador de numerosas luchas por la libertad, la lenta pero vigorosa evolución del país, desde sus orígenes hasta el presente (DA CUNHA, 2009, p. 8).

Ese moroso detenimiento en el estudio de los sitios testimoniales de la “vigorosa evolución del país” no aparece en contradicción con una visión de integración y complementación regional, punto que expone con firme convicción:

[Intereses comunes...] deben ligar a los pueblos del sud del continente-Argentina, Brasil, Bolivia, Chile, Paraguay y Uruguay- a una acción coordinada de fomento turístico, en la seguridad que todos ganarán, que nadie será absorbido por el vecino y que hay intereses superiores, tanto en el orden espiritual como en el material, que tornan imperiosa e impostergerable esa acción de conjunto (DA CUNHA, 2009, 8).

Epílogo

Hoy el siglo XX parece lejano, y más lejanas nos aparecen las décadas en las que Arredondo fue actor principal en el campo que nos ocupa. Tan lejos de nuestras actuales circunstancias que incluso su recuerdo sigue difuso y muy lejos del reconocimiento que la significación de su obra merece. Hoy todo lo que quiso saber y conocer, todo lo que emprendió y todo lo que llegó a ver concretado, en fin, todo lo que estuvo concentrado en el devenir de una vida plena, es motivo de ocupación de cientos de personas involucradas en la práctica turística y la defensa del patrimonio -por lo menos como intención y en términos de discurso “políticamente correcto”; personas que pueden acceder a un nivel de conocimientos y a técnicas de gestión incomparablemente superiores a aquellas que Arredondo tuvo a su disposición. Esa desbalanceada comparación nos llevaría a pensar en una situación actual en la que las experiencias de aquel pasado fueran vistas como exploraciones iniciales de un proceso después consolidado y hoy capaz de mostrar al mundo ejemplos destacables. Se entendería entonces -sin justificarlo- el opacamiento de la memoria de un pionero autodidacta, pero en realidad, la comparación juega a su favor. Deberíamos volver a Arredondo para rescatar las enseñanzas básicas de un trabajo que tuvo al “sentido común” como fiscal de su entrega apasionada, deno-

tando, al decir de Zubillaga “una singular capacidad para integrar conocimiento académico-y estrategias de mercado”.

Un conocimiento académico que adquirió fuera de las aulas y que supo coordinar con quienes sí lo tenían y trabajaron con él (caso de los arquitectos Capurro, Campos y Baldomir) canalizando además sabiamente los conocimientos de pequeños constructores locales y el esfuerzo del personal de tropa aportado por el Ejército. En esas circunstancias y condiciones logró ejemplos por muchos motivos admirables, que hoy convocan nuestra reflexión. Si Arredondo pudo hacer lo que hizo con una base teórica apenas esbozada, un dominio moderado de las técnicas de restauración, contando además con recursos precarios e inconstantes -que aumentaron gracias a su empeño- ¿nos servirá su ejemplo para hacer hoy mejor las cosas en el mismo terreno que él transitó? Promoviendo el interés por adentrarnos en su obra y dar respuesta, el objeto de esta comunicación queda cumplido.

Referencias

ARREDONDO, Horacio. **Civilización del Uruguay. Aspectos arqueológicos y sociológicos 1600-1900**. Montevideo: Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, 1951. [Dos tomos de 335 pp. y 394 pp. respectivamente].

ARREDONDO, Horacio. Turismo en el Uruguay. Apartado de **Revista Nacional** Nº 59. Montevideo: Ed. Ceibo, 1943.

BALLART HERNANDEZ, Josep & TRESSERRAS, Jordi Juan. **Gestión del patrimonio cultural**. Barcelona: Ariel Patrimonio, 2001.

CAETANO, Gerardo. **La República Batllista**. Montevideo: Ed. Banda Oriental, 2011

CASTELLANOS, Alfredo. **Uruguay: monumentos históricos y arqueológicos**. México: Instituto Panamericano de Geografía e Historia. Comisión de Historia Publicación Nº 337, 1974.

CHOAY, Françoise. **L'Allegorie du patrimoine**. París: Ed. du Seuil, 1992.

DA CUNHA, Nelly. (dirección proyecto), II Jornadas de Investigación FCH Universidad de la República. **La construcción del “país turístico” (1930-1955)**. 2009 Disponible en: <http://www.fhuce.edu.uy/jornadas/IIJornadasInvestigacion/PONENCIAS/MARONNA.PDF>. Acceso: 12.06.2013.

DIAZ PELLICER, Laura. **El turismo receptivo en Uruguay (1930 1986)**. Unidad Multidisciplinaria Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República. 2004. Disponible en: <http://www.fcs.edu.uy/archivos>

/65%20El%20turismo%20receptivo%20en%20Uruguay.pdf.

Acceso: 11.06.2013.

GOLIN, Tau. **A fronteira**. Os tratados de limites Brasil-Uruguai-Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata. Porto Alegre: Ed. L&PM, v. 2, 2002.

GUTIERREZ, Ramón. **Fortificaciones en Latinoamérica**. España: Fundación IBERDROLA Ed. el Viso, 2005. p. 342-369. Disponible en: http://www.fundacioniberdrola.org/webfund/gc/prod/es_ES/contenidos/docs/fortificaciones.pdf. Acceso: 11.06.2013.

MELIAN LAFINUR, Luis. **De paso por el Fuerte de Santa Teresa**. Montevideo: Anales del Ateneo del Uruguay, tomo 2, 1882.

OTAMENDI, Alejandro M. **Antropología y Turismo: perspectivas, abordajes y contactos**. *Turiciencia*. Primer Congreso de Ciencias aplicadas al turismo. Subsecretaría de Turismo del Gobierno de Buenos Aires, 2006. Disponible en: http://ensayoes.com/tw_files/175/d-174992/7z-docs/1.pdf. Acceso: 11.06.2013.

PRATS, Llorenç. **Antropología y patrimonio**. Barcelona: Ed. Ariel, 1997.

REVISTA HISTORICA ROCHENSE RHR Nº 1 ARREDONDO, Martha. **Horacio Arredondo, una vida apasionada (1888-1967)**. 2012. Disponible en: <http://www.revistahistoricarochense.com.uy/rhr-no-1/horacio-arredondo-una-vida-apasionada-1888-1967/>. Acceso: 11.06.2013.

REVISTA SOCIEDAD AMIGOS DE LA ARQUEOLOGÍA. In: CAVIGLIA, Buenaventura (hijo). **El Fuerte de San Miguel. Nota en el segundo centenario de su fundación**. Tomo VII. 1933 pp. 272-298 Disponible en: <http://www.ejercito.mil.uy/cge/dptoeehh/Libros/Amigos%20de%20la%20Arqueologia/Revista%20Amigos%20de%20la%20Arqueolog%C3%ADa%20-%20Tomo%2007.pdf>. Acceso: 12.06.2013.

REVISTA SOCIEDAD AMIGOS DE LA ARQUEOLOGÍA ARREDONDO, Horacio. **Santa Teresa y San Miguel: la restauración de las fortalezas, la formación de los parques**. Tomo XIII. 1955, pp. 37-452. Disponible en: <http://www.monedasuruguay.com/bib/bib/raa13.pdf>. Acceso: 12.06.2013.

REVISTA SOCIEDAD AMIGOS DE LA ARQUEOLOGÍA ARREDONDO, Horacio. **Santa Teresa y San Miguel: la restauración de las fortalezas, la formación de los parques**. Tomo XIV, 1956. pp. 5-304. Disponible en: <http://www.ejercito.mil.uy/cge/dptoeehh/Libros/Amigos%20de%20la%20Arqueologia/Revista%20Amigos%20de%20la%20Arqueolog%C3%ADa%20-%20Tomo%2014.pdf>. Acceso: 12.06.2013.

RILLA, José (Compilación y prólogo) **Pierre Nora en *Les lieux de mémoire***. Montevideo: Ed. Trilce, 2008. pp. 167 a 195.

SANTANA, Agustín **Antropología y Turismo ¿nuevas hordas, viejas culturas?** Barcelona: Ed. Ariel, 1997. Disponible en: http://books.google.com.uy/books?id=06PQ6NGm1uEC&pg=PA9&hl=es&source=gbs_toc_r&cad=4#v=onepage&q&f=false. Acceso: 11.06.2013.

VANGER, Milton. **El país modelo. José Batlle y Ordóñez. 1907-1915**. Montevideo: Ed. Arca/ Banda Oriental, 1983.

VIRTUAL ARCHAEOLOGY REVIEW Volumen 1. Nº 1 **Reconstrucción virtual de la Estancia Jesuítica de Nuestra Señora de Belén** (Calera de las Huérfanas). 2010. Disponible en: http://varjournal.es/doc/varj01_001_24.pdf. Acceso: 12.06.2013.

ZUBILLAGA, Carlos. **Una labor precursora: Horacio Arredondo y el patrimonio cultural de la Nación** Montevideo-Uruguay: Ministerio de Educación y Cultura, 2002. Breve biografía publicada en ocasión de celebrarse una nueva jornada del Día del Patrimonio.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE ÉPOCAS E IDENTIDADES DIFERENTES: SÃO BORJA, “TERRA MISSIONEIRA” E “CIDADE DOS PRESIDENTES”

Ronaldo Bernardino Colvero

Introdução

Bourdieu, ao falar sobre “sistemas simbólicos” os entende como instrumentos de comunicação interpessoal, sendo um poder estruturante da sociedade na medida em que são estruturados nela. Estes sistemas, então, têm por função a integração social, promovendo-a para os indivíduos e perpassando a vontade destes, pois não se consulta os indivíduos de sua vontade de pertencimento ao sistema, que é anterior a ele e lhe vai perpassar em longevidade. Nas palavras daquele autor:

Os ‘sistemas simbólicos’, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseo-lógica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) [...] (BOURDIEU, 1989, p. 09).

É interessante a relação do patrimônio como um sistema simbólico, pelo qual, por meio do que é material ou imaterial, podemos nos remeter a um período já passado, mas que influencia a cultura local até os dias atuais. Este é o caso da cidade de São Borja (Rio Grande do Sul, Brasil), que viveu pelo menos dois períodos⁴⁸ de intensa mobilização social ou

⁴⁸ Resumidamente, nesse íterim, incluem-se alguns pontos a serem considerados quando se trata da rica história do município de São Borja, tais como: a criação da redução de São Francisco de Borja, como integrante dos 30 povos missioneiros que faziam parte da província do Paraguai; o papel desempenhado diante do Tratado de Madri, em 1750; a tomada das missões por Borges do Canto, em 1801; a estruturação das estâncias portuguesas na região; as invasões à Banda Oriental; o comando dos destacamentos da fronteira por Francisco das Chagas Santos, estabelecido em São Borja; a guerra da Cisplatina; os eventos relacionados à Revolução Farroupilha e à guerra do Paraguai; o vereador Apparício Mariense e a moção plebiscitária a favor da república; além de todo o desenvolvimento econômico, cultural, social e político de São Borja, antes de terem nascido ali dois presidentes do país.

política e nos quais nos aprofundaremos neste trabalho a fim de entendê-los como motor de turismo na região. Os períodos escolhidos foram: (1) o período missioneiro; e (2) o período que compreende 1930 até o golpe militar de 1964.

A escolha dos momentos não é aleatória e tampouco um destes necessita da análise prévia do outro para ser analisado. Optou-se por estes, em detrimento a outros, pois são baluartes para o turismo patrimonial na cidade. Estes dois momentos proporcionaram, então, a formação do arcabouço dos atrativos turísticos de São Borja.

A análise baseia-se no que aponta Cullen (1971) sobre estudos patrimoniais em espaço urbano. Para ele, três abordagens devem ser destacadas: uma abordagem óptica, onde a paisagem urbana é sempre uma surpresa para quem nela se insere; uma abordagem do local, referindo-se à relação do indivíduo com o espaço; e, por fim, uma abordagem de conteúdo, que abarca os estilos arquitetônicos, cores e materiais – retratos de uma época – para a constituição do patrimônio. Para Cullen, a cidade – ou seja, o patrimônio – não é apenas objeto a ser observado, pois o observador deve ir além e descobri-la, analisá-la sob as diferentes abordagens propostas. Tais abordagens envolvem o turismo com o que é histórico e agrega os valores de uma cultura, tanto em escala local, quanto num plano internacional – que no caso em tela torna-se pertinente, já que estamos falando de uma região de fronteira.

É também necessário destacar que não apenas o patrimônio material é atrativo de turismo, mas também o imaterial e, dentro dele, a memória coletiva produzida em torno deste. Além disso, ela oportuniza às gerações futuras conhecerem o passado, também transmitindo perspectivas comportamentais, sociais, culturais e até mesmo de cidadania⁴⁹. Para Melo,

(...) a partir do final da década de 1970, verificou-se a valorização do patrimônio cultural como um fator de memória das sociedades, dando uma base cultu-

⁴⁹ Cidadania pressupõe o tripé de direitos civis, sociais e políticos. No Brasil, Carvalho (2004) sustenta que esta se constrói em “um longo caminho”, uma vez que quando há o avanço de direitos ligados à área social, ocorre um retrocesso nos direitos políticos (caso do Estado Novo) e assim sucessivamente (CARVALHO, 2004, p. 32). A partir da Constituição de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, temos como meta os três direitos de igual forma. Questões ligadas ao patrimônio, presente em nossa Carta Magna, no artigo 215 e seguinte, podem ser consideradas tanto avanços nos direitos políticos, já que um povo tem o direito de preservar sua memória e esta é politizadora; quanto civis, já que o cidadão pode usufruir de espaços comuns de preservação patrimonial.

ral comum a todos, embora os grupos sociais e étnicos presentes em um mesmo território fossem diversos. O patrimônio passou, assim, a identificar a representação do passado histórico e cultural de uma sociedade (MELO, 2010, p. 7).

Deste modo, a preservação do patrimônio imaterial de forma sistemática, o que contribui para o turismo na região, é relativamente recente, uma vez que se percebe que não apenas prédios e construções fazem parte da cultura histórica de um local, mas também a memória que deles emana, seja por pessoas pertencentes à região, seja por novos achados que desmistificam ou elucidam questões até então mantidas pelo senso-comum local.

Por turismo assimilamos a noção de Tremblay, como uma atividade ou o “movimento de pessoas, por tempo determinado, para a destinação fora de seu local de residência, e as atividades realizadas durante o tempo de permanência das localidades visitadas” (TREMBLAY, 2000, p. 25).

No caso de São Borja é notória a necessidade de órgãos governamentais tombarem também o patrimônio que está abaixo do solo, pois na área central da cidade, local da antiga redução jesuítica, encontram-se as estruturas daquelas construções, até o presente momento encobertas pela praça central e demais construções contemporâneas. O que se tem de resquícios missionários preservados pelo poder público estão nos Museus.

Patrimônio e museu não são, também, a mesma coisa, ainda que em turismo possuam finalidades um tanto quanto semelhantes. Como indica Poulot (2011, p. 475-6), estes possuem uma relação paradoxal:

A relação entre museu e patrimônio é, por sua vez, tanto óbvia quanto paradoxal. Óbvia porque geralmente fala-se comumente de “museu perdido” para evocar não somente o desaparecimento de objetos e de coleções, mas também de monumentos, de castelos e de outras vítimas de inúmeros vandalismos. Na verdade, os utensílios arqueológicos e históricos são reunidos nos acervos de museus e do patrimônio nacional. [...] No entanto, a ligação entre museus e patrimônio é, também, paradoxal, já que o patrimônio *in situ* é negado, ou pelo menos repetido por um outro - desterritorializado, montado em série, exposto em um contexto artificial.

Para o autor, o museu deve se apegar a uma afirmação e inovação intelectual moderna e em mudança, que sempre se adequará ao novo tempo. O patrimônio é o paradoxo disto, encarnando uma “visão geral” e, mesmo ultrapassado, a externa (POULOT, 2011, p. 476).

Região missioneira e fundação de São Borja

Os jesuítas tinham como objetivo reduzir o índio para “convertê-lo à fé cristã, livrando-o de sua cultura pagã que era considerada como obra do diabo” (FLORES, 1997), e também para “remissão dos pecados, dessa forma o fim maior da evangelização se confirmava para alcançar de Nosso Senhor uma grande estima da gloriosa empresa que lhes confiou, e fazer-se instrumentos aptos seus para a conversão de tantos fiéis” (QUEVEDO, 1999, p. 107). Segundo Mário Maestri, “o projeto jesuítico era o mesmo para todo o novo mundo. Reunir em uma aldeia diversas comunidades nativas, submetê-las à autoridade colonial e convertê-las ao cristianismo e ao que se considerava como civilização” (MAESTRI, 2000, p. 61).

Com os ataques dos luso-brasileiros e os interesses dos espanhóis, os jesuítas viram-se obrigados a migrar para o sul, penetrando em território sul-rio-grandense em 1626, na chamada zona do “Tape” e, a partir daí, fundando reduções. Essas penetrações no território sulino deram-se sob a bandeira espanhola, pois os primeiros jesuítas que vieram para a América estavam sob o comando da Coroa espanhola. Logo, o seu estabelecimento temporário na região deu-se justamente em razão de uma estratégia geopolítica⁵⁰ da Espanha para o sul do continente americano.

Entretanto, os jesuítas consideravam o espaço guarani na construção das reduções, o que se pode notar através das Cartas Anuais da época da formação das reduções jesuíticas da margem oriental do Uruguai. Naquelas era indicado que as missões deveriam ser construídas nos lugares que tivessem alguma significação especial, ou fossem sagrados para os guaranis. Isso, por consequência, facilitaria o contato com os ín-

⁵⁰ A geopolítica diferencia-se das demais geografias pelo princípio de dinamismo, ou seja, utiliza os dados geográficos cruzados com a ação política do Estado, interna e externamente. No entanto, não tem o fim de buscar idéias abstratas e universais sobre diversos aspectos, mas achar elementos para promover uma discussão da atuação política do Estado, tanto no âmbito interno quanto internacional. Friederich Ratzel foi o grande precursor e inspirador das geopolíticas desenvolvidas por muitos Estados na busca de sua hegemonia capitalista. Este comparava o Estado a um organismo vivo, sujeito às leis naturais. Ver mais em SILVEIRA, Helder Gordim da. Argentina x Brasil: a questão do Chaco Boreal. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

dios e a transformação do espaço já construído pela cultura guarani em espaço reducional cristão.

São Borja é um município do Estado do Rio Grande do Sul que faz fronteira com Santo Tomé, cidade da província argentina de Corrientes. Entre os séculos XVII e XVIII, a então redução missioneira compôs a região do Tape, que abrangia os trinta povos das Missões, na chamada província jesuítica do Paraguay. Esta fora criada em 1604, ficando sob o litígio das Coroas Ibéricas até 1750, quando houve a assinatura do Tratado de Madri. Contudo, devemos ressaltar que a consolidação do espaço, passando a fazer parte dos domínios da Coroa portuguesa, somente a partir de 1801.

Dessa forma, o espaço que abarca o atual município de São Borja acabou sendo “moldado” conforme intenções imediatas e, muitas vezes, nada complacentes.

As Missões Orientais do Uruguai, [...] são vistas como uma região de fronteira e, como tal, objeto básico de disputas territoriais entre as metrópoles ibéricas, tanto quanto outras regiões que assumem papel semelhante na imensidão dos limites na América do Sul. Foi sob a perspectiva geopolítica que os limites das possessões ultramarinas portuguesas e espanholas tiveram suas primeiras definições (CAMARGO, 2001, p. 23).

As reduções, antes de qualquer interpretação, serviram a um método que teve de ser aplicado com a intenção de garantir a “missão”; ou seja, à prosperidade do Projeto da Companhia de Jesus (e principalmente da Coroa espanhola), na América Meridional.

A redução foi à maneira (método) de empreender a Missão; em suma “Missão por redução” que é o projeto global de catequização espanhola. Nas “Leys de Índias” há um projeto de redução, porém na historiografia da América Espanhola existem muitas reduções (NEUMANN, 1996, p. 50).

As reduções foram criadas sob vários aspectos e circunstâncias distintas. Assim, a prosperidade de cada redução passava pelo esforço engendrado pelos seus responsáveis imediatos, de maneira coletiva e organizada. “Politicamente, os indígenas estavam organizados de uma forma que os convencesse de que realmente participavam da administração das reduções” (COLVERO, 2004, p. 25).

Frente à ameaça externa representada por portugueses e, até mesmo, espanhóis, ao longo de vários anos os padres da Companhia de

Jesus perceberam a necessidade de se organizar para os combates entendidos como uma Guerra Santa. Essa guerra era justificada e defendida ideologicamente através dos *Exercícios espirituais*, escritos por Ignácio de Loyola a partir de 1522, e publicados em 1548 (QUEVEDO, 2000).

A partir de 1680, com a fundação da Colônia do Sacramento, em frente ao porto de Buenos Aires, e o retorno dos jesuítas ao local de suas antigas reduções, ficou claro que as nações ibéricas estavam interessadas em permanecer definitivamente na região, iniciando-se, assim, um processo de conflito político, militar, econômico e religioso. O objetivo luso era intervir no comércio espanhol, pois vinha sofrendo duras perdas desde 1640, quando do término da União Ibérica.

A partir da segunda metade do século XVII, as reduções em território sulino estavam organizadas econômica, política e culturalmente de uma forma independente da administração espanhola, iniciando-se um processo cada vez mais intenso de expansão territorial rumo ao sul, como se verifica pela narrativa de Fernando Camargo (2001, p. 61):

As reduções, ou missões, de San Luís, San Borja, San Miguel, San Ángel, San Juan, San Lorenzo e San Nicolás se desenvolviam a olhos vistos e se transformavam nas pérolas da experiência missioneira jesuítica. O território básico que ocupavam era delimitado pelos rios Uruguai, Ibicuí e Jacuí, mas suas adjacências se estendiam, através das chamadas *estâncias* dos povos, até os campos orientais, às proximidades do rio Negro.

O retorno dos jesuítas à região do Tape, em 1682, deu-se, sobretudo, pelas pressões sofridas a partir da grande procura pelo couro na economia platina. No entanto, o interesse por este produto, abundante na região ao norte do Rio da Prata, também se deu por parte dos lusitanos, que já possuíam um ponto mais ao sul sob seu domínio, a Colônia do Santíssimo Sacramento.

Segundo Sandra Pesavento (1997, p. 12), as Missões eram

unidades economicamente desenvolvidas, praticamente autônomas, exportando para a Europa, enviando tributos ao Geral de Companhia, em Roma, com influência política dentro dos Estados Católicos da Europa, a Companhia de Jesus tornou-se pouco a pouco uma ameaça. Generalizou-se o boato de que a ordem jesuíta se constituía num “Estado dentro do Estado e que os padres estariam com intenção de fundar um ‘Império Teocrático na América’”.

Contrapondo-se a isso, Mário Maestri afirma em sua obra, *História do Rio Grande do Sul: a ocupação do território*, que

jamais houve projeto jesuítico de construção de um reino teocrático-cristão nas Américas – Império Universal. Após algumas décadas, quando as comunidades nativas estavam estabilizadas, elas transformavam-se em doutrinas, ficando sob a autoridade eclesiástica dos bispos e, portanto, das Coroas Ibéricas, responsáveis pela administração religiosa nas colônias (MAESTRI, 2000, p. 61).

Quevedo afirma, analisando a obra *A cristandade colonial: mito e ideologia* de Riolando Azzi, que “a Missão fazia parte do projeto de Cristandade Colonial, no qual o jesuíta foi o principal artifício, ao converter o guarani em ‘índio reduzido’” (QUEVEDO, 2000, p. 13).

No período que compreendeu o final da primeira metade do século XVIII, as condições de diálogo entre os espanhóis, os luso-brasileiros e os guarani-missionários na região do Prata eram quase insustentáveis.

É importante comentar que o espaço geográfico regional que abrigava os guaranis era manejável e disperso e foi nele que se desenvolveram todos os tipos de relações econômicas, políticas e sociais dos índios. Na região é que se forma a identidade. E nesta região, foi-se, aos poucos, transformando a identidade guarani em identidade espanhola pela persuasão da aculturação empreendida pelos jesuítas.

Enquanto, na Europa, os vassalos das Coroas de Portugal e Espanha disputavam as terras por meio de lutas, nos meios políticos ocorria uma permanente troca de acusações, motivadas pela expansão ibérica na América, com ocupação de regiões desconhecidas. Para isso, baseavam-se no Tratado de Tordesilhas, que definia limites de fronteira, embora ninguém soubesse precisamente onde estavam esses limites. Nesse contexto, os monarcas das duas Coroas assinaram, em 1750, um novo tratado, com objetivos políticos, econômicos e geográficos, o Tratado de Madri.⁵¹

⁵¹ O tratado continha três artigos fundamentais para a redefinição do espaço, que objetivavam reduzir o contrabando, criar uma zona neutra e fortalecer o equilíbrio entre as duas nações ibéricas e seus domínios. Ainda segundo o tratado, caberia à Espanha a zona portuária do Rio da Prata, enquanto Portugal dominaria o interior e grande parte da hidrografia. O tratado também redimensionou a função e o espaço das Missões na região, inserindo-as na zona neutra como elemento mantenedor da fronteira. O papel beligerante de Sete Povos foi bastante reduzido em função do propalado equilíbrio, sendo entregues aos luso-brasileiros. Ver mais em QUEVEDO (2000).

Com o início da demarcação das terras que estavam sendo passadas para o domínio português, os índios reduzidos nas Missões revoltaram-se. Esse fato acabou gerando a Guerra Guaranítica, que se iniciou em 1754 e acabou com o combate de São Miguel, onde os índios foram massacrados e derrotados pelos portugueses, em 1756.

Da região missioneira no Brasil pouco sobrou em vestígio material, diferentemente do que aconteceram nos países vizinhos, Argentina e Paraguai, onde muitos resquícios e materiais arqueológicos estão preservados e à disposição de pesquisadores e do público em geral. No Brasil, o espaço do município de São Miguel das Missões tornou-se um polo turístico e arqueológico. Além dele, há alguns outros monumentos e referências em outras cidades próximas. Especificamente em São Borja, há um museu destinado à memória missioneira e outras poucas referências no plano material. No plano imaterial, as referências aumentam, na medida em que há festivais onde, por exemplo, por meio de canções nativistas a cultura missioneira é propagada.

De 1930 a 1964: protagonismo na política brasileira

Em 1930, a chamada “Revolução de 30”, pôs fim à República Velha, dominada pela oligarquia cafeeira paulista e mineira, onde dominava, na política local, o “coronelismo”, entendido como uma hegemonia autocrática dos donos de terras, que se beneficiavam da falta de autonomia política dos municípios, controlando os votos “de cabresto” do local. No entanto, os donos de terras não possuíam grande capital econômico, mas ainda detinham muito capital político-eleitoral, que barganhava como bem aprazia em troca de favores e cargos no Estado (LEAL, 1997, p. 64).

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, inicia-se uma racionalização do Estado, ou seja, o público torna-se burocrático. Um dos exemplos foi a criação do DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público, e a criação de concursos públicos para a ocupação de cargos na máquina estatal.

No âmbito social, mais significativo, pois os direitos sociais foram os que mais avançaram durante a Era Vargas (CARVALHO, 2004), criou-se o que ficou conhecido como “trabalhismo” na política brasileira. Este foi, para Gomes, a grande arma política de Vargas, pois começou a levar em conta os anseios e direitos do trabalhador urbano. Tudo isso deságua na criação de um ministério próprio para os trabalhadores: o Ministério do Trabalho (GOMES, 2005, p. 163).

Gomes aponta que o Ministério do Trabalho foi, de alguma forma, um novo concorrente aos comunistas e anarquistas, ao passo que procurava ser também uma entidade representativa dos operários, mas com a diferença de que os atrelava ao Estado. Durante seu início, na década de

1930, o Ministério estava ligado a uma elite do governo. Como aponta Gomes (2005 p. 164), sua criação se deu principalmente para ser um catalizador de conflitos entre classes: “o Ministério do Trabalho, entregue a um legítimo representante da oligarquia gaúcha – Lindolfo Collor⁵² –, seria apenas mais um órgão a catalisar os conflitos que se estabeleciam entre os diversos interesses políticos que realizaram a Revolução de 1930”.

De 1930 a 1934, Vargas governou o país no chamado governo provisório e, com a nova Constituição, foi eleito Presidente por um colégio eleitoral. No entanto, este dá um golpe de Estado em 1937, inaugurando o Estado Novo. Essa nova etapa representou importante modificação para o Brasil em seu “sistema institucional”, pois houve a quebra no processo democratizador e a instauração de um governo enérgico, principalmente no que concerne ao controle absoluto das várias instâncias públicas por parte do Estado.

A crise global gerada em 1929 impediu a expansão das políticas públicas alguns anos antes, as quais acabaram sendo consolidadas neste período. Fausto e Devoto afirmam que: “se o Estado Novo representava, sob certos aspectos, uma continuidade do período anterior, este se dava sob dois signos complementares: a centralização do poder em prejuízo das oligarquias regionais e a construção de um Estado forte que era, ou aspirava a ser, burocrático profissionalizado” (FAUSTO; DEVOTO, 2005, p. 260).

Com a queda de Vargas em 1945, inicia-se no Brasil um primeiro período democrático, numa fase considerada “democracia populista”, onde aquele político são-borjense continuou exercendo protagonismo, deixando, inclusive, um herdeiro: João Goulart. Este pode ser considerado seu afilhado político, exercendo por duas vezes a vice-presidência e, em seguida, a Presidência da República, sendo deposto pelo golpe militar de 1964.

Não é o objetivo deste trabalho versar sobre a história missioneira ou política da cidade, mas sim ambientar sua discussão, a fim de analisar a preservação e a construção da memória no município de São Borja. Diante disso, temos duas identidades do patrimônio na cidade: a missioneira, do século XVII; e a da história política contemporânea, do século XX, onde líderes locais foram protagonistas da política brasileira.

⁵² Natural de São Leopoldo (RS), Lindolfo Collor nasceu em 1890 e faleceu em 1942. Fonte: CPDOC/FGV.

Perspectivas de turismo e patrimônio em diferentes identidades

São Borja é uma das cinco cidades do Rio Grande do Sul que ostenta a referência de “cidade histórica”, reconhecimento alcançado no ano de 1994. Porém, muitos esforços foram realizados para fazer com que a cidade fosse reconhecida como o “berço do trabalhismo”, ou a “Terra dos Presidentes”. Tais epítetos, contudo, acabam excluindo as demais heranças históricas que, desde o século XVII, fizeram de São Borja uma cidade verdadeiramente histórica (Ver MAURER, in: COLVERO; MAURER, 2011, p. 101).

Por meio das pesquisas executadas a partir das documentações da época é possível perceber a florescência da redução de São Francisco de Borja, bem como da importância que esta teve para o desenvolvimento do projeto reducional missionário implantado pela Coroa espanhola com o auxílio da Companhia de Jesus⁵³. Porém, com o passar do tempo, muitas coisas foram se perdendo, inclusive as referências patrimoniais. As poucas que ainda restam são desprovidas dos cuidados que lhes deveriam conferir tanto o poder público, quanto a sociedade, que não reconhece o seu próprio passado. Isso se deve, em boa parte, à “carga psicológica” imputada à sociedade local acerca de um suposto pertencimento às raízes trabalhistas recentes do século XX. Nesse sentido, ressaltamos o que aponta Alexander (2006, p. 114), para o qual é “lugar-comum nas ciências sociais, hoje em dia, o fato de as identidades individuais e sociais não serem ‘dadas’, mas construídas. Em qualquer sociedade, o Estado ou, de modo mais geral, as classes dominantes possuem a prerrogativa paradigmática de estabelecer o modelo no qual se baseiam as identidades sociais”.

Diante disso, não queremos, de modo algum, tirar o mérito de São Borja ter tido figuras políticas de grande relevo para a história do Brasil, pois se trata de dois ex-presidentes: Getúlio Vargas e João Belchior Marques Goulart. Entretanto, cremos ser excessivamente reducionista o fato de referi-los como único marco a ser lembrado na história do município. Por terem expressividade nacional, não podem ser determinantes para que se sobreponham a séculos de história, igualmente importantes na construção da história.

Percebe-se então, que essa situação acaba contribuindo para o “esvaziamento” da história local, dificultando sobremaneira a construção

⁵³ Ver mais em: MAURER, Rodrigo F. Da Alocação às Intrigas: O Caso da Antiga Redução de San Francisco de Borja e o Estigma Refratário. In: COLVERO, Ronaldo B.; MAURER, Rodrigo (Orgs). *Missões em Mosaico*: Da interpretação à prática um conjunto de experiências. Porto Alegre: FAITH, 2011. p. 101.

das identidades presentes em São Borja. No sentido oposto, entendemos que as “outras histórias” ainda sobrevivem e, cabe ao poder público e à sociedade, aprenderem a conviver com estes dois espaços de memória, pois uma não anula a outra. No entanto, se não levarmos adiante tais preocupações, com o passar dos anos a “Terra dos Presidentes” irá sobrepor o passado missioneiro, legado que se apresenta fragmentado e poderá ser levado a uma subcategoria com pouco ou nenhum sentido histórico. Inclusive, esta questão é discutida em âmbito local como um embate político.

Pelo que é possível perceber pelos registros deixados, a redução de São Francisco de Borja foi um espaço de destaque entre os demais povos orientais do rio Uruguai. Essa situação foi registrada pelos próprios padres da Companhia de Jesus ao desempenharem seu controle administrativo sobre a redução, mas também no intuito de preservarem a memória daquele povo. E, em se tratando da memória, Jacques Le Goff (2003, p. 419), registra que esta: “como propriedade de conservar certas informações, remete-nos a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

Não desejamos fazer qualquer apologia à tendência do esquecimento ou da escolha seletiva da história, contudo, nos últimos tempos, percebemos um esquecimento ou, até mesmo, uma desconsideração pelos legados da época reducional em detrimento do fortalecimento das propagandas referentes à “Terra dos Presidentes”. Portanto, cremos que: “o município possui espaços suficientes para todas as ‘tendências’; sejam elas dos adeptos da ‘Terra dos Presidentes’, quanto daqueles que se identificam pelo passado/legado missioneiro. Ambos podem contribuir para o desenvolvimento cultural, turístico e patrimonial do seu povo” (COLVERO & MAURER, 2009, p. 4338).

Há a necessidade de que os órgãos públicos, empresas privadas, escolas, Universidades e as próprias famílias revejam os seus posicionamentos para que não seja contemplado, perpetuado, priorizado, apenas aquele slogan criado recentemente. Caso contrário, será iniciado um processo de esquecimento da memória coletiva acerca da redução jesuítica de São Borja.

Podemos perceber claramente a tendência de esquecimento deste passado missioneiro, especialmente pelo apelo da criação de monumentos e de perspectivas de sobreposição histórica. Isso se dá por meio de eventos marcantes na cidade, principalmente quando o poder público municipal faz questão de realizar comemorações de datas relacionadas a políticos que foram/são importantes para as legendas partidárias atuais. Por esse meio, ficam evidentes certas intenções, as quais vinculam personagens de destaque no passado a políticos atuais, tentando convencer o

eleitorado de que as práticas são similares, angariando, dessa forma, votos nas eleições.

Em relação a esse enaltecimento atual às figuras de destaque na sociedade, concordamos com o que aponta Le Goff, quando diz que:

Entre as manifestações importantes ou significativas da memória coletiva, encontra-se o aparecimento, no século XIX e no início do século XX, de dois fenômenos. O primeiro, em seguida à primeira guerra Mundial, é a construção de monumentos aos mortos. A comemoração funerária encontra aí um novo desenvolvimento. Em numerosos países é erigido um Túmulo ao Soldado Desconhecido, procurando ultrapassar os limites da memória, associada ao anonimato, proclamando sobre um cadáver sem nome a coesão da nação em torno da memória comum. O segundo é a fotografia que revoluciona a memória: multiplica-a democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo, assim, guardar a memória do tempo e da evolução cronológica (LE GOFF, 2003, p. 460).

A praça central da cidade, um dos pontos de referência de São Borja, não traz nada que possa fazer com que a sociedade local reflita e encontre ali sinais de pertencimento à memória⁵⁴ reducional. Em contrapartida, encontramos monumentos como o mausoléu de Getúlio Vargas, para o qual cabe a assertiva de Le Goff: “Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder” (LE GOFF, 2003, p. 470).

Não se deseja, com tais colocações, retirar a importância que tais personagens e monumentos possuem, mas chamar atenção para que possamos construir espaços de discussão de toda a comunidade, no senti-

⁵⁴ A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. LE GOFF, 2003, p. 471.

do de podermos desenvolver a capacidade de escolha, enquanto cidadãos⁵⁵, participando ativamente de questões que envolvam a sociedade.

Nesse sentido, a comunidade deveria ter o direito de escolher os monumentos que mais lhes representa. “O monumento tem como, características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva)” (LE GOFF, 2003, p. 526). Todo monumento caracteriza a representação do patrimônio cultural de um povo ou de uma nação; justamente por integrar o presente com o seu passado, assumindo, sobremaneira, a garantia de perpetuação da história da comunidade a qual participa. Portanto, priorizar algumas representações ao invés de outras, pode trazer certos danos à sociedade, podendo passar-se anos até que seja possível reconstruir um novo sinal de pertencimento desta sociedade, comprometendo a construção das identidades.

No caso em tela, a comunidade de São Borja é induzida a representar a contemplação, conveniente a certos grupos políticos. Essa condição acaba fortalecendo o slogan: “Terra dos Presidentes”, sufocando os elementos que ainda continuam fazendo parte do cotidiano das pessoas que são alijados deste processo de afirmação, no caso, aqueles que possuem identificação com a história da antiga redução de São Borja.

Não é proposta, também, jogar a responsabilidade no passado, mas sim no presente; pois somente este possui condições, através de ações patrimoniais, de garantirem a lembrança da história, mesmo porque: “o passado e o presente são não só diferenciados, como por vezes se opõem: se o passado e o presente pertencem à esfera do mesmo, estão também na esfera da alteridade” (LE GOFF, 2003, p. 218).

Desta forma, podemos concluir que as diferenças nas contemplações do local são constantes, contudo, apesar das escolhas, o legado missioneiro de São Borja ainda persiste, mesmo que em foco desproporcional.

⁵⁵ A cidadania caracteriza uma situação de inclusão em uma “comunidade de cidadãos”. Mas esta última não pode ser definida simplesmente pelo direito de voto e pela garantia de ver protegido um certo número de liberdades individuais. A cidadania se caracteriza também pela existência de um mundo comum. Em outros termos, possui, necessariamente, uma dimensão social. Tocqueville foi o primeiro a destacar que a democracia caracterizava uma forma de sociedade e não apenas um conjunto de instituições e de princípios políticos. Ver mais em: ROSANVALLO. In: PNUD, 2004, p. 53.

Referências

ALEXANDER, N. Cidadania, identidade racial e construção. In: **Tempo Social**. Revista de sociologia da USP, v. 18, n. 2. pp. 113-129. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a06v18n2.pdf>. Acesso: 10/07/2011.

ASSEMBLÉIA Legislativa do Rio Grande do Sul. **A trajetória do parlamento gaúcho**. 2.ed. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. (Série Revisão, 1).

BESCHOREN, Maximiliano. **Impressões de Viagem na Província do Rio Grande do Sul (1875/1887)**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

BOFF, Claudete. **A imaginária Guaraní: o acervo do Museu das Missões**. Santo Ângelo: EDIURI, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

CAMARGO, Fernando. **O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional**. Passo Fundo: Clio Livros, 2001.

CAMARGO, Fernando. **Britânicos no Prata: caminhos da hegemonia**. Passo Fundo: Ediupf, 1996. (Série Ciência).

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

COLVERO, Ronaldo B.; MAURER, Rodrigo (Orgs). **Missões em Mosaico: Da interpretação à prática um conjunto de experiências**. Porto Alegre: Faith, 2011.

COLVERO, Ronaldo, B.; MAURER, Rodrigo, F. São Borja e seu Patrimônio “Quase” Esquecido: O Caso das Missões Jesuíticas na Terra dos Presidentes. **Congresso Internacional de História**. Disponível em: <<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/313.pdf>>. Maringá, 2009. Último acesso em 25 de março de 2013.

COLVERO, Ronaldo. **Negócios na madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2004.

CULLEN, G. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 1971.

FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1950-2002)**. São Paulo: Editora 34, 2004.

FLORES, Moacyr. **Reduções Jesuíticas dos Guaranis**. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

QUEVEDO, Júlio (Org.). **Rio Grande do Sul: quatro séculos de história**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

_____. **Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata**. Bauru: Edusc, 2000.

_____. ; TAMANQUEVIS, José C. **Rio Grande do Sul: aspectos da história**. 4.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1995.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas; São Paulo: Ed. UNICAMP, 2003.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MAESTRI, Mário. **Uma história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais**. 2.ed. Passo Fundo: UPF, 2000.

MAURER, Rodrigo, F. **Do um que não é sete: o caso da antiga Redução de San Francisco de Borja e a Dinâmica da Diferença**. Dissertação de mestrado apresentada no PPGH da UPF. 2011.

MELO, Juliana Machado Couto e. Educação Patrimonial: museu cultural da humanidade. **Revista Museologia e Patrimônio** – PPG – PMUS. Rio de Janeiro, vol. 3, número 1, p. 7 -12, 2010. Fonte: <http://revistamuseologiae-patrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/73/107>. Acesso: 23/03/2012.

NEUMANN, Eduardo. **O trabalho guarani missioneiro no rio da Prata colonial (1640/1750)**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

PASTELLS, Pablo. **Historia de La Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolívia y Brasil)**. Tomos I a VIII. Madri: Libreria General de Vistoriano de Preciados, 1912.

PNUD. **A Democracia na América Latina: rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãos**. Trad. Mônica Hirts. Santana do Parnaíba: LM&X, 2004.

POULOT, Dominique. Cultura, História, valores patrimoniais e museus. **Varia hist.**, Dez 2011, vol.27, no.46, p.471-480.

SILVEIRA, Helder Gordimda. **Argentina X Brasil: a questão do Chaco Boreal**. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

TREMBLAY, P. **Turismo: visão e ação**. Itajaí, 2000.

Parte 4 -

Legislação patrimonial na região:
aspectos jurídicos, instrumentos e problemas.



INSTITUCIONALIDAD DEL PATRIMONIO CULTURAL EN EL URUGUAY

Alberto Quintela

Antecedentes

A mediados de 2008 en el parlamento se presentó un proyecto de ley que modificaba algunos aspectos de la ley 14.040 del 20 de octubre de 1971 (la norma legal básica que articula el sistema actual de protección al patrimonio en Uruguay).

Este hecho motivó que el Ministerio de Educación y Cultura conformara un equipo de expertos para analizar la posibilidad de escribir una ley de patrimonio cultural que acumulando la experiencia de la referida norma, abarcara todo el fenómeno de la salvaguardia patrimonial.

En el año 2009 se sucedieron una serie de talleres que abordaron la temática jurídica desde las diversas especificidades: al primero de ellos, impulsado por el Consejo Internacional de Monumentos y Sitios (ICOMOS) Uruguay le siguieron otros convocados por la Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación (CPCN).

Estas reuniones de reflexión se realizaron en la ciudad de Montevideo, en la sala de conferencia del Museo Nacional de Artes Visuales del Parque Rodó y recibieron el aporte de la academia, de profesionales y especialistas interesados y vinculados al patrimonio cultural.

En el año 2010 la Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación del Ministerio de Educación y Cultura (CPCN-MEC) con el apoyo de la Delegación Permanente del Uruguay ante la UNESCO, solicitó la cooperación al Centro de Patrimonio Mundial de UNESCO para convocar a expertos internacionales que pudieran compartir su experiencia en los aspectos legales del patrimonio cultural; en los procesos de gobernanza de nuevas leyes patrimoniales en sus respectivos países y en los resultados concretos de la puesta en práctica de las nuevas normas.

En el año 2011, se realizó en la ciudad de La Paloma, en el Centro Cultural de ese lugar, una destacadísima reunión denominada “Primera Reunión de Expertos Jurídicos de Patrimonio Mundial para América Latina y el Caribe: reflexiones sobre los aspectos jurídicos del patrimonio cultural nacional y su relación con el Derecho Internacional Público”. A estas jornadas, concurrieron juristas de toda América, España e Italia.

Cada país tiene un sistema institucional que le es peculiar por tanto es enriquecedor conocer cómo funcionan estos diferentes sistemas y de qué manera se insertan en ellos las políticas de patrimonio cultural.

Resulta de utilidad conocer diversas herramientas de protección, salvaguardia, divulgación, fomento y gestión; entender los mecanismos de desconcentración y descentralización funcional y territorial; los diversos niveles que recorren las diferentes normas de mayor o menor “valor y fuerza”; conocer los alcances de las categorizaciones de los bienes culturales, su vínculo mayor o menor con las categorías mundialmente reconocidas en los instrumentos legales multilaterales que los países han aprobado; entender el estrecho vínculo que une las políticas de protección y salvaguardia del patrimonio cultural con las políticas generales de cultura, con la política social de los Estados, con las herramientas de ordenamiento del territorio y urbanísticas; con el desarrollo local, su repercusión en la economía y la compleja dinámica del turismo.

El proceso reflexivo se mantuvo en diversos encuentros y talleres en el año 2012 destacándose las conferencias “Ley, Patrimonio y Arte” impulsadas por la Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación y la Oficina de Montevideo de UNESCO.

Ante la reflexión jurídica sobre los puntos que debería tratar una nueva norma nacional de rango legal hay algunos insoslayables que nacen en necesidades actuales de la gestión y que deben partir del análisis de las posibilidades y restricciones de la actual normativa de protección patrimonial. Actualmente el sistema de protección patrimonial, apoyado por el artículo 34 de la Constitución de la República se desarrolla en la ley 14.040 de 20 de octubre de 1971 (reglamentada por el decreto 536-72) con sus normas modificativas y complementarias⁵⁶.

Aquí se establece un órgano con claras competencias atribuidas por la ley; se realiza la definición legal de lo que se entiende como monumento histórico; las cargas y restricciones que eventualmente el propietario del bien debe soportar, la posibilidad de expropiar los bienes designados monumentos históricos (en la modalidad prevista por el artículo 290 de la ley 17.296 que vino a modificar el artículo 12 de la ley 14.040) entre otras atribuciones.

El sistema de protección también se apoya en las leyes que aprueban Convenios Internacionales aplicables directamente a la materia que nos ocupa como la ley 15.964 de 17 de junio de 1988 que aprueba la

⁵⁶ La denominación e integración del organismo originalmente denominado “Comisión del Patrimonio Histórico Artístico y Cultural de la Nación”, fue cambiada por el Decreto 273-97 de 12 de agosto de 1997 y se denominó “Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación”, complementando sus atribuciones según lo previsto por el artículo 707 y siguientes de la ley 16.736 de 5 de enero de 1996 y en su decreto Reglamentario No. 186/996 de 16 de mayo de 1996.

Convención para la Protección del Patrimonio Mundial Cultural y Natural aprobado por la Conferencia General de Unesco de 16 de noviembre de 1972. Tiene presente la ley 17.047 que aprueba el Protocolo de Integración Cultural MERCOSUR; la ley 17.381 de 21 de agosto de 2001, mediante la cual se aprueban los estatutos del I.C.C.R.O.M., Centro Internacional de Estudios para la Conservación y la Restauración de Bienes Culturales, suscripto el 21 de octubre de 1993; la ley 18.035 de 20 de octubre de 2006 que ratifica la Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Inmaterial aprobada por la Conferencia General de la UNESCO el 17 de octubre de 2003.

Pero el sistema de protección patrimonial también se desarrolla por otras normas que en términos generales atienden fundamentalmente al fenómeno del patrimonio natural. Estas leyes tienen presente la dimensión patrimonial cultural: la ley 17.234 de 22 de febrero de 2000 mediante la cual se declara de Interés General la creación y gestión de un Sistema Nacional de Áreas Naturales Protegidas como instrumento de aplicación de las políticas y planes nacionales de protección ambiental; la ley 17.283 de 10 de enero de 2001 conocida como “Ley General de Protección del Ambiente” que declara de interés general la “protección del paisaje” y la formulación, instrumentación, aplicación de la política nacional ambiental y de desarrollo sostenible; la ley 18.308 de 18 de junio de 2008 de Ordenamiento Territorial y Desarrollo Sostenible” que establece un complejo sistema de gestión, consagrando herramientas legales de las que puede y debe valerse la política de protección patrimonial.

Los cometidos actuales e integración de la Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación.

Estos cometidos están establecidos en la original ley 14.040 de 20 de octubre de 1971 y en el artículo 707 y siguientes de la ley 16.736 de 5 de enero de 1996 y su decreto reglamentario No. 186-98 de 16 de mayo de 1996.

La denominación actual de la Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación –C.P.C.N.- fue dada por el decreto 273-97 que también da cumplimiento en lo pertinente a la mencionada ley. Dicha Comisión está pausada por el decreto ley 14.189 que establece en su artículo 357 que las Comisiones dependientes del Ministerio de Educación y Cultura serán integradas por designación directa del Ministro, pudiendo ser sustituidas total o parcialmente por éste.

Actualmente, los cometidos de la C.P.C.N. son: asesorar al poder Ejecutivo y a los Gobiernos departamentales en el señalamiento de los bienes a declararse monumento nacional o monumento departamental, sean éstos de carácter histórico, artístico, arqueológico o natural; así como en el señalamiento de los bienes a declararse de interés cultural. Velar por

la conservación de los mismos y su adecuada promoción y divulgación en el país y en el exterior, estableciendo para cada caso el Plan Especial de Manejo y Protección correspondiente. Proponer la adquisición de la documentación manuscrita e impresa relacionada con la historia del país que se halle en poder de particulares, las obras raras de la bibliografía uruguaya, las de carácter artístico, arqueológico e histórico que por su significación deban ser consideradas bienes culturales que integran el patrimonio nacional. Proponer el plan para continuar con la elaboración del inventario del patrimonio cultural de la República y su adecuada divulgación. Elaborar el catálogo de los bienes de interés cultural de la República a efectos de su conocimiento y divulgación. Velar por el cumplimiento de los contenidos establecidos en las siguientes leyes: Ley 15.964 de 17 de junio de 1988 que aprueba la Convención para la Protección del Patrimonio Mundial, Cultural y Natural aprobada por la Conferencia de UNESCO el 16 de noviembre de 1972; Ley 17.047 Protocolo de Integración Cultural MERCOSUR; Ley 17.381 del 21 de agosto de 2001, por la que se aprueban los estatutos del I.C.C.R.O.M., Centro Internacional de Estudios para la Conservación y la Restauración de Bienes Culturales, suscritos el 21 de octubre de 1993; Ley 18.035 del 20 de octubre de 2006 que ratifica la Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Inmaterial; así como todas aquellas leyes que aprueben compromisos internacionales del país referidas a la protección y salvaguardia del Patrimonio Cultural de los pueblos. Realizar las investigaciones requeridas para proyectar declaraciones de Monumento Nacional, Monumento Departamental y Bienes de Interés Cultural y asesorar a estos efectos al poder Ejecutivo y a los Gobiernos departamentales. Aprobar proyectos de preservación y rehabilitación de Monumentos Históricos arquitectónicos, así como los urbanísticos y paisajísticos de sus entornos territoriales. Aprobar y supervisar los proyectos de investigaciones arqueológicas y paleontológicas. Realizar inspecciones periódicas a los Monumentos Históricos para constatar su estado de conservación. Realizar el inventario y catálogo del Patrimonio Cultural de la Nación y mantenerlo actualizado.

La reflexión sobre los nuevos temas que una nueva normativa patrimonial debería abordar.

La evaluación del funcionamiento del actual sistema de protección patrimonial uruguayo pautará el alcance de algunos temas que una nueva ley de patrimonio cultural debería abordar:

- La visión sistémica del fenómeno de la salvaguardia de los bienes patrimoniales.

Alcance de la definición legal de los bienes declarados de interés cultural (que en la tradición legal uruguaya están enmarcados dentro de la declaratoria de Monumento Histórico Nacional)

- La categorización de los bienes de interés cultural de acuerdo a diversos criterios, por ejemplo de acuerdo a su naturaleza: bienes materiales o inmateriales; muebles o inmuebles; o de acuerdo a su dimensión territorial: monumentos aislados, conjuntos, zonas, unidades de recorrido, tramos, sitios, paisaje cultural en sus diversas modalidades; o de acuerdo a su interés o alcance geográfico: nacional, departamental, regional, municipal.

- Definir los modos de gestionar según la naturaleza de la cosa o del tema, a modo de ejemplo: elaborando planes de gestión, definiendo los valores a proteger, estableciendo normas complementarias que contengan inventarios, catálogos, cartografías, etc.

- Establecer un sistema de incentivos fiscales y herramientas financieras que abone un fondo de recursos económicos específico⁵⁷.

⁵⁷ EXONERACIÓN FISCAL. Los bienes inmuebles declarados monumentos históricos, artísticos, arqueológicos o naturales, y los bienes de interés cultural que sean de propiedad particular, quedarán exonerados de la Contribución Inmobiliaria y del Impuesto de Enseñanza Primaria, en tanto sus propietarios se ajusten a las obligaciones consagradas por la presente ley, y a lo establecido para el caso por el Instituto del Patrimonio Cultural". Fuente: (art.21 ley 14.040) OTRAS EXONERACIONES FISCALES SE ENCUESTRAN EN: Decreto-Ley 14.960 Exoneraciones fiscales de Monumentos Históricos. Ley 14.343 de 21 de marzo de 1975 y su decreto reglamentario 692-986, La ley 15.819 crea el Consejo ejecutivo Honorario de las Obras de Preservación y Reconstrucción de la Antigua Colonia del Sacramento. La ley 16.734 declara Monumento Histórico nacional las áreas de la ciudad vieja de Coloniadel Sacramento. Mediante el decreto ley 14.960, se estableció en su artículo 1ro. que: Los Monumentos Históricos declarados tales por el Poder Ejecutivo con el asesoramiento de la Comisión del Patrimonio Histórico, Artístico y Cultural de la Nación, de acuerdo con los términos de la ley 14.040, de 20 de octubre de 1971, quedarán exonerados de los adicionales del Impuesto de Contribución Inmobiliaria y de todos los tributos nacionales que recaigan o tengan su fuente en la propiedad raíz, y quedarán excluidos de la liquidación del Impuesto al Patrimonio.

- Establecer un sistema punitivo: multas, faltas, delitos.
- Definir la estructura institucional por donde debe transitar la política patrimonial.
- Establecer un adecuado relacionamiento del sistema jurídico nacional de protección del patrimonio cultural con los diversos instrumentos internacionales de esta materia.

La visión sistémica del fenómeno de la salvaguardia de los bienes patrimoniales

El patrimonio cultural es un complejo entramado vinculado a varios temas que tienen su correlato en funcionalidades que se desarrollan fundamentalmente en organismos públicos con atribuciones y competencias legales que conforman una estructura institucional. Por tanto resulta imprescindible conocer y entender el funcionamiento del Estado a efectos de potenciar las propuestas conceptuales de las normas.

Como en tantos asuntos, la sociedad civil juega un rol preponderante: por derecho propio la sociedad organizada y agrupada de diversas maneras, percibe, reclama, gestiona y divulga determinadas cuestiones que sienten integradas a su identidad colectiva y por tanto pertenecientes a su patrimonio cultural. Las normativas deben dar un espacio al desenvolvimiento de esa sociedad civil.

La política de protección patrimonial, es parte de la política cultural general del país y por tanto también es un insumo de la política social que tiene su correlato además, en los abordajes sobre el desarrollo de las localidades y las regiones y en definitiva en la organización de la economía.

A modo de ejemplo: el fenómeno patrimonial nace en la monumentalidad objetual y se va expandiendo a los espacios caracterizados de las localidades, a los tramos y recorridos en el territorio; a los sitios, lugares y paisajes. Nace en una colección, en la obra de un artista y se amplifica en los géneros de elementos que caracterizan a un pueblo, en escuelas de arte y oficios, en conocimientos tradicionales, en prácticas que se vuelven únicas e identitarias.

Nace con sonidos que identifican momentos de la vida de la sociedad y que el grupo recrea mediante ritmos, que luego con el paso del tiempo se transforman en el signo que identifica a esa colectividad en el ámbito de la música mundial.

Se habla entonces, de la materialidad e inmaterialidad del fenómeno patrimonial, (apenas como el mecanismo clasificatorio sometido a falsabilidad, para ordenar una materia compleja).

Patrimonio, urbanismo y territorio

Las normas jurídicas que abordan el fenómeno patrimonial deben insertarse en las definiciones urbanísticas de las ciudades y en las herramientas de gestión territorial que hacen al ordenamiento del territorio.

En Uruguay, debe articularse reconociendo la historia normativa que establecen las leyes de Centros Poblados del año 1946; y que pasa por ejemplo a través del conjunto de leyes que configuran la imagen de la ciudad: las leyes sobre “propiedad horizontal”. La ley 13.728 impulsa el Plan Nacional de Viviendas y sus modificativas, en donde se establece un admirable sistema de producción y gestión pública de viviendas, que evidencia la relevancia de la vivienda de interés social, en la que las cooperativas de vivienda adquieren su carta de ciudadanía; y los decretos departamentales que aprueban Planes Urbanísticos y Territoriales.

También deben articularse, reconociendo las leyes y decretos que abordan la protección del paisaje, la protección de los recursos naturales, los modos de producción rural, a modo de ejemplo: se debe tener presente la ley de Colonización del año 1948, el Código de Aguas, el Código Rural, el Código de Minería, el Código Aeronáutico, así como otras leyes específicas que directamente operan sobre el suelo del territorio, las leyes de fomento de determinadas actividades de alto impacto como la ley forestal o las leyes que exoneran de impuestos determinadas ramas de actividad agroindustrial.

Las normas patrimoniales deben tener presente el complejo normativo que hace a la arquitectura del Estado y su vínculo con el territorio: desde la actividad de la Dirección de Hidrografía del Ministerio de Transporte y Obras Públicas, el Catastro Nacional y Municipal, las Direcciones del Ministerio de Vivienda Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente, las Direcciones del Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca y también las empresas estatales, que impactan en el territorio: Administración Nacional de Puertos, Administración Nacional de Usinas Termoeléctricas del Estado, Administración Nacional de Telecomunicaciones, Administración Nacional de Combustibles Alcoholes y Portland.

En un sistema cualquier modificación en uno de sus elementos, impacta en el todo. El sistema patrimonial también debe reconocer el complejo normativo que se evidencia en un conjunto de normas que abordan directamente las problemáticas ambientales: la ley de impacto ambiental, la ley general que declara de interés general la protección del ambiente; la ley sobre el Sistema Nacional de Áreas Protegidas. Debe insertarse especialmente y en lo pertinente, dentro de las herramientas que consagra la ley de Ordenamiento Territorial y Desarrollo Sostenible.

Los lineamientos patrimoniales, cuando refieren a bienes inmuebles como por ejemplo, viviendas aisladas, conjuntos, barrios, zonas carac-

terizadas etc. deberán estar relacionados en las herramientas de ordenación y gestión: directrices, planes, normas complementarias urbanísticas en donde se pueden insertar los catálogos, inventarios y todas las herramientas.

Usualmente, estas herramientas funcionan dentro del ámbito departamental. Los Gobiernos departamentales⁵⁸ tienen competencias generales de control sobre la edificación asignadas en la clásica ley Orgánica Municipal número 9.515 del año 1935; actualmente el avance de la reflexión sobre el patrimonio construido ha requerido de herramientas específicas de gestión y ordenación.

Por tanto, toda vez que en Uruguay se acuda a la declaratoria patrimonial de un bien; se debe también plantear un adecuado Plan de Manejo, imponiendo eventualmente medidas cautelares provisionarias (posibilidad específica autorizada en la ley de Ordenamiento Territorial).

Las normas patrimoniales deben encontrarse y recorrer de manera coordinada, la política urbana y territorial. Se puede acudir al mecanismo de la “zonificación”, que permita gestionar áreas específicas en régimen patrimonial mediante comisiones especiales permanentes. Asimismo deben dialogar con la posibilidad de obtener de forma coordinada con otras autoridades territoriales, programas específicos de rehabilitación barrial, insertarse en las políticas de desarrollo de las viviendas de interés social y abrevando por tanto, en muchos de los principios del sistema cooperativo, un fenómeno social identitario del Uruguay reconocido en el derecho comparado.

Patrimonio, turismo y desarrollo local

Las normas patrimoniales deben insertarse en la política de turismo. Los paisajes, las ciudades, son la carta de presentación de los países y el atractor para el visitante.

La importancia económica del sector turístico y la vitalidad del fenómeno patrimonial así como el relacionamiento entre los dos fenómenos debe estar cuidadosamente atendida. Es importante divulgar el patrimonio por las oficinas estatales de promoción del turismo como también lo es implementar medidas que encaucen el turismo masivo.

El desarrollo es equilibrio: esa máxima debe ser especialmente contemplada a la hora de definir las actuaciones que integran la gestión patrimonial.

⁵⁸ Uruguay está dividido en 19 jurisdicciones administrativas denominadas departamentos.

El turismo con todos sus diversos productos dispersos por el territorio de la República puede traer aparejado el impulso del desarrollo local. Los contenidos patrimoniales entonces, deben apuntar a esa mejora en las condiciones de vida de la población en todo el país; reconociendo las medidas delicadas de cada espacio. Para ello; deberemos tener presente el enorme aporte doctrinal que existe en el derecho comparado, que recomienda actuaciones y abordajes inteligentes y sustentables.

La normativa patrimonial, recorre el Estado nacional, se desenvuelve en las jurisdicciones territoriales departamentales y municipales (tercer nivel de gobierno). Esta circunstancia debe ser atendida de manera armónica.

Patrimonio y políticas educativas y de divulgación

Los contenidos patrimoniales deben vincularse con las políticas educativas y de divulgación; por lo tanto es insoslayable la presencia de la escuela, de la enseñanza media y técnica, de los institutos terciarios y de las universidades en el diseño de las políticas de protección y salvaguardia de los bienes patrimoniales.

Un patrimonio que se reconoce, aprecia y disfruta desde la escuela como instancia de educación formal primaria, integra a los habitantes quienes pueden entender lo heredado, recreándolo con la diversidad que el presente les trae aparejado; pueden establecer estrategias inteligentes en la actividad del presente y pueden diseñar dialógicamente los desafíos futuros del complejo heredado. No se quiere todo lo que se hereda y no se hereda todo lo que se quiere. El patrimonio cultural al igual que la ciudadanía se construye y se pacta. Las personas educadas tienen mejores posibilidades de apreciar el camino propio y el comunitario y sus opciones verán con independencia de criterio qué es lo que quieren salvaguardar y transmitir; correrán un riesgo maduro, podrán elegir con responsabilidad personal e histórica.

La definición legal del alcance de los bienes declarados de interés cultural

La definición legal acerca del concepto “bien patrimonial”, implica preguntarse si se prefiere una denominación taxativa o alcanza con ensayar una definición general que habilite la interpretación particular que cada época requiere. Al inicio de este proceso de reflexión conjunta iniciado en 2009 por ICOMOS-Uruguay y continuado, en ese año por la CPCN, se debatió acerca de este punto: ¿se define taxativamente qué es el patrimonio cultural, cómo está integrado, cuáles sus categorías, sus contenidos o

simplemente se realiza una enunciación genérica, abierta a desarrollar por los sucesivos intérpretes a lo largo del tiempo?

Estas preguntas no son ociosas en especial cuando se trata de establecer pautas y restricciones sobre la propiedad privada. Si se analiza los contenidos de las declaratorias de Monumento Histórico, se verá que son extremadamente amplias y que abarcan tanto monumentos o bienes concretos, como áreas, zonas, sitios, adentrándose en una actual categorización de paisaje cultural. Se realiza entonces, una categorización de los bienes de interés cultural de acuerdo a su naturaleza: bienes materiales o inmateriales; muebles o inmuebles; según su dimensión territorial: monumentos aislados, conjuntos, zonas, unidades de recorrido, tramos, sitios, paisaje cultural en sus diversas modalidades; su interés o alcance nacional, departamental, regional, municipal. La declaratoria de “Monumento Histórico Nacional”, es el mecanismo previsto por la ley 14.040. En Uruguay bajo esta denominación se han protegido los más diversos bienes.

Una nueva ley de patrimonio cultural debe revisar esa denominación, su alcance, sus efectos jurídicos.

En el derecho comparado muchos países usan otra denominación: Bien de Interés Cultural. También en otras legislaciones existen planes especiales de manejo y protección, que van de la mano con la declaratoria.

La declaratoria “Monumento Histórico Nacional” que se maneja hoy en Uruguay, si bien convive con las declaratorias de bien de interés municipal que se han venido sucediendo en los respectivos ámbitos departamentales, tiene un alcance nacional. Se debería analizar la posibilidad de que la ley reconozca la posibilidad de efectuar declaratorias dentro del fenómeno de la descentralización territorial: ámbitos departamentales y municipales. Además hoy en día los gobiernos departamentales dentro del ámbito de sus competencias, designan “bienes de interés municipal”. Es una interpretación razonable y aceptada de sus cometidos y potestades.

Sucede que el reconocimiento de un bien de interés nacional, catapulta el bien local al escenario general del país. Por tanto, la discusión no debe olvidar esta necesidad de las sociedades locales: desean ser parte de la vida o historia general del país y se ve en el reconocimiento de la declaratoria de Monumento Histórico Nacional, un reconocimiento ciudadano al fenómeno local.

Por otro lado es necesario definir los modos de gestionar según la naturaleza de la cosa o del tema, a modo de ejemplo: elaborando planes de gestión, definiendo los valores a proteger y estableciendo las sanciones (faltas o delitos). Insertar una nueva ley de patrimonio dentro del sistema institucional existente en el Uruguay deberá tener presente la existencia y naturaleza de la CPCN, pero además hay otra serie de organismos específicos con sus respectivas normativas que tratan diversos aspectos patrimo-

niales íntimamente vinculados a la cultura en el sentido más tradicional de la acepción: museos, biblioteca nacional, archivo general etc.

Se debe establecer además, un sistema de incentivos fiscales y herramientas financieras que abone un fondo de recursos económicos específico: un Fondo del Patrimonio Cultural.

Resulta indispensable que la existencia de dicho Fondo permita la realización de obras de salvaguardia patrimonial. El Fondo puede constituirse con el aporte del Estado, de los particulares (titulares directos de los bienes a salvaguardar), y de terceros interesados en protegerlos. El Fondo de gestión patrimonial, puede funcionar bajo la modalidad de fideicomiso; puede instrumentar se una modalidad alineada con otros antecedentes existentes en la legislación uruguaya y que muchos denominan “normas de mecenazgo” (denominación a los meros efectos ilustrativos pero no exenta de debate)⁵⁹.

A su vez, este Fondo deberá estar integrado por recursos del Estado, pero también es fundamental que pueda recibir aportes del sector privado, idea que resulta plausible. También debería poder recibir recursos internacionales, y en aplicación de las reglas de la reciprocidad entre los

⁵⁹ Sobre el “mecenazgo” o el patrocinio y fomento de actividades patrimoniales a modo de ejemplo se puede instrumentar un texto que tenga presente que:

Las Personas Físicas contribuyentes del Impuesto al Patrimonio, o Jurídicas contribuyentes del Impuesto a las Rentas de la Industria y Comercio, del Impuesto a las Rentas Agropecuarias y del Impuesto al Patrimonio, que efectúen donaciones en efectivo para el Fondo para la Protección del Patrimonio Cultural, o para proyectos declarados de fomento artístico, cultural, o de protección de monumentos nacionales o de bienes de interés patrimonial gozarán de los beneficios fiscales siguientes:

75% (setenta y cinco por ciento) del monto donado se imputará como pago a cuenta de los tributos mencionados en el inciso anterior, según los límites establecidos por el Poder Ejecutivo.

25% (veinticinco por ciento) podrá ser imputado a todos los efectos fiscales como gasto de la empresa.

Los beneficios fiscales de las personas físicas o jurídicas contribuyentes se contabilizarán de acuerdo a los destinos elegidos para la donación según la siguiente escala:

100% (cien por ciento) para los casos de aportes al Fondo para la Protección del Patrimonio Cultural, o para Proyectos de Protección de Monumentos Nacionales o de Bienes de Interés Patrimonial, elaborados o avalados por el organismo gestor de la política de protección del patrimonio cultural.

pueblos, también debería poder aportar variados recursos a la comunidad internacional.

En este sentido, la existencia de un potente Fondo para la protección y salvaguardia de bienes culturales, no sería novedad: formaría parte de la institucionalidad cultural que en la actualidad el país se ha dado.

También podría instrumentarse un sistema de herramientas financieras en coordinación con las autoridades de las ciudades y de los departamentos; a modo de ejemplo en la legislación de la ciudad de Montevideo, existe la figura de las “cautelos urbanas” cuyo concepto es parecido al concepto “valores urbanos” o “bonos urbanos”: figuras financieras que sean cotizables en la bolsa o que sean utilizables y canjeables por metros cuadrados de construcción, siempre que el particular opte por participar en un proceso de renovación urbanística. Esa figura legal, si bien existente desde el año 1968 aún no se ha implementado en términos prácticos; ahora a partir de la ley 18.308 (Ordenamiento Territorial y Desarrollo Sustentable), podemos encontrar nuevas figuras de gestión territorial, aplicables a la política específica de protección patrimonial cuando directamente requiramos intervenir en áreas puntuales.

También se deberá establecer un sistema punitivo: multas, faltas y delitos. La ley 14.040 prevé un sistema punitivo relativamente suave. Debe implementarse el control mediante una política de concientización y disuasión y luego implementar un sistema punitivo que sea efectivamente aplicable y que redunde en el aumento de conciencia ante el fenómeno del deterioro de los bienes culturales, del tráfico ilícito y del vandalismo. El país debería ajustar su normativa en todo lo que hace al tráfico ilícito de obras de arte que pertenecen al acervo de países con los cuales el Uruguay ha firmado los respectivos tratados internacionales que previenen y sancionan tal actividad.

Por otro lado es fundamental definir la estructura institucional en donde debe transitar la política patrimonial.

La política nacional de protección del patrimonio cultural, ha sido estructurada a partir de la ley 14.040, que ya tiene más de 40 años de vigencia. Es diseñada y dirigida por el Poder Ejecutivo, dentro del Ministerio de Educación y Cultura. La Comisión del Patrimonio Cultural es la unidad ejecutora encargada de este tema.

La expansión de una sensibilidad positiva acerca del fenómeno de la protección cultural en la sociedad y la aceptación por parte de la gran mayoría de los habitantes del país de la necesidad política de gestionar adecuadamente los bienes declarados “MNH” –Monumento Histórico Nacional-; requieren una coordinación efectiva de los diversos servicios del Estado y un desarrollo reglamentario que recoja los grandes lineamientos de la ley, imprescindible a la hora de restringir y sancionar; necesita de una potente estructura que permita colaborar eficientemente con los conteni-

dos educativos y de divulgación que garanticen la apropiación comunitaria de los temas y de las disyuntivas patrimoniales y también requieren de un presupuesto que permita el cumplimiento de las tareas encomendadas. Por tanto merece reflexionar acerca de la modalidad jurídica que se evidencie como la más eficiente para el cumplimiento de los fines; que asegure además la presencia del Estado en sus cuestiones claves.

Entre las propuestas de manejo institucional se ha pensado en la creación de un Instituto de Patrimonio Cultural como persona pública no estatal, con personalidad jurídica propia y patrimonio propio que se vincularía al Poder Ejecutivo a través del Ministerio de Educación y Cultura.

Esta propuesta se viene debatiendo, en el entendido de que la tarea de educación, divulgación y fomento de proyectos patrimoniales, insertos en diversos ámbitos de la vida cultural y económica del país, debería contar con un estatuto más suelto que permitiera una gestión en tiempos óptimos.

Se sostuvo que la actividad de un instituto de patrimonio cultural debe incluir el vínculo con la comunidad y la apropiación del patrimonio cultural, para ello requiere de herramientas de gestión de diversa naturaleza, diferentes a las que son típicas y se requieren a la hora del control y la represión.

Por ello, se acudió a figuras ya existentes en la legislación uruguaya, a modo de ejemplo se mencionó el artículo 199 de la ley 16.736, que permite a este tipo de organizaciones mixtas, presentar estados contables, con dictamen de auditoría externa, ante el Poder Ejecutivo y el Tribunal de Cuentas, de acuerdo a lo dispuesto por el artículo 138 del TOCAF (Texto Ordenado de Contabilidad y Administración Financiera) y el artículo 100 de la ley 16.134 de 24 de setiembre de 1990.

Muchas veces, la lógica de los emprendimientos no coincide exactamente con los controles burocráticos, evidentes y necesarios en la actividad público-estatal, por ello, sin dejar de salir de la órbita pública, hay mecanismos creativos a los que se debe echar mano a efectos de ser aplicados en una política dinámica de protección, divulgación y fomento.

La ley, prevé que un tipo de organismo intermedio pueda presentar una copia de sus estados contables, dentro de los noventa días del cierre del ejercicio, ante la Auditoría Interna de la Nación. Esta Auditoría efectuará los controles sobre dichos estados en forma selectiva, de acuerdo a las conclusiones que se obtengan de la información. Anualmente podrá publicar estados que reflejen su situación financiera, los cuales deberán estar visados por el Tribunal de Cuentas.

También debe poder asociarse a otras personas públicas nacionales así como a organismos de la cooperación internacional, del ámbito multilateral, regional o nacionales, a efectos de poder llevar a cabo conjuntamente, desarrollo de planes y proyectos de interés patrimonial, ten-

dientes a la protección, recuperación, restauración, puesta en valor, salvaguardia y sostenibilidad de los bienes de interés cultural ubicados dentro del país o en aquellos países con los que el Uruguay se encuentre vinculado a través de convenios internacionales aprobados por la república. En la legislación uruguaya se cuenta con el antecedente de la ley 16.320 que en sus artículos 257 y 258 previó el funcionamiento del Museo Nacional de Antropología creado por el artículo 61 del decreto ley 15.167 de 6 de agosto de 1981. Mediante el artículo 257 se fijan cometidos y en el artículo 258 específicamente se autoriza al Museo a obtener recursos extra presupuestales a través de la prestación de servicios y la comercialización de reproducciones, publicaciones y bienes de divulgación de las ciencias antropológicas y afines. Con tal propósito podrá firmar convenios con personas e instituciones públicas o privadas nacionales o extranjeras. Dichos recursos se destinarán en su totalidad al financiamiento de gastos de funcionamiento e inversiones del Museo Nacional de Antropología.

En los debates para el cambio de la ley 14.040 del año 2009 se propuso por parte de algunos de los participantes, la posibilidad de crear una “agencia de obras patrimoniales”. En esta propuesta, la lógica más dinámica se instalaba en esta “agencia” con un estatuto más parecido a la actividad de los particulares. No obstante se reservaba para el Estado la existencia y vigencia de una Comisión del Patrimonio Cultural, que por la naturaleza de la fuerza de sus dictámenes, debería mantenerse instalada en el corazón del poder Ejecutivo.

Por último es necesario establecer un adecuado relacionamiento del sistema jurídico nacional de protección del patrimonio cultural con los diversos instrumentos internacionales de esta materia.

La actividad regional se evidencia como una de las claves actuales en las estrategias diversas que el país viene abordando. Los mecanismos multilaterales de cooperación en especial los regionales permiten una visión global, entender y propiciar estos nuevos tiempos en donde el comercio internacional se mueve a través de bloques poderosos integrados por países enormes, paradójales y contradictorio. El patrimonio cultural tiene mucho para aportar en esos procesos comerciales y de vinculación económica, especialmente la cultura de la paz.

Referencias

CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY de 1967 CON LAS MODIFICACIONES PLEBISCITADAS EL 26 DE NOVIEMBRE DE 1989, EL 28 DE NOVIEMBRE DE 1994, EL 8 DE DICIEMBRE DE 1996 Y EL 31 DE OCTUBRE DE 2004. In: <http://www.presidencia.gub.uy/normativa/constitucion-de-la-republica>. Acceso: 12 de setiembre de 2013.

DECRETO 273-97 de 12 de agosto de 1997. In: <http://www.patrimoniouruguay.gub.uy/innovaportal/file/33416/1/decreto-273-1997.pdf> Acceso: 12 de setiembre de 2013.

DECRETO 536 de 1° de Agosto de 1972. In: <http://www.patrimoniouruguay.gub.uy/innovaportal/file/33416/1/decreto-536-1972.pdf> Acceso: 12 de setiembre de 2013.

DECRETO 186-98 de 16 de mayo de 1996. In: <http://www.consumidor.gub.uy/informacion/index.php?Id=170> Acceso: 10 de setiembre de 2013.

LEY 14.040 de 20 de octubre de 1971. In: <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=14040&Anchor=> Acceso: 12 de setiembre de 2013.

LEY 14.189 de 30 de abril de 1974. In: <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=14189&Anchor=> Acceso: 10 de setiembre de 2013.

LEY 14.343 de 21 de marzo de 1975. In: <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=14343&Anchor=> Acceso: 12 de setiembre de 2013.

LEY 14.960 de 16 de noviembre de 1979. In: <http://www0.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=14960&Anchor%20Acceso=> 10 de setiembre de 2013

LEY 15.167 de 6 de agosto de 1981. In: <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=15167&Anchor=> Acceso: 10 de setiembre de 2013.

LEY 15.819 de 22 de julio de 1986. In: <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=15819&Anchor=> Acceso: 10 de setiembre de 2013.

LEY 15.964 de 17 de junio de 1988. In: <http://www0.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=15964&Anchor=> Acceso: 10 de setiembre de 2013.

LEY 16.134 de 24 de setiembre de 1990. In: <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=16134&Anchor=> Acceso: 10 de setiembre de 2013.

LEY 16.320 de 16 de octubre de 1992. In: <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=16320&Anchor=> Acceso: 10 de setiembre de 2013.

LEY 16.734 de 20 de diciembre de 1995. In: <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=16734&Anchor=> Acceso: 10 de setiembre de 2013.

LEY 16.736 de 5 de enero de 1996. In: <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=16736&Anchor=> Acceso: 10 de setiembre de 2013.

LEY 17.047 de 1° de diciembre de 1998. In: <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=17047&Anchor=> Acceso: 10 de setiembre de 2013.

LEY 17.234 de 22 de febrero de 2000. In: <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=17234&Anchor=> Acceso: 10 de setiembre de 2013.

LEY 17.283 de 10 de enero de 2001. In: <http://www.iau.gub.uy/marcolegal/Ley17283-proteccionMedioambiente.htm> Acceso: 10 de setiembre de 2013.

LEY 17.296 de 23 de febrero de 2001. In: <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=17296&Anchor=> Acceso: 10 de setiembre de 2013.

LEY 17.381 de 21 de agosto de 2001. In: <http://archivo.presidencia.gub.uy/noticias/archivo/2001/agosto/2001081418.htm> Acceso: 10 de setiembre de 2013.

LEY 18.035 de 20 de octubre de 2006. In: <http://www0.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=18035&Anchor=> Acceso: 10 de setiembre de 2013.

LEY 18.308 de 18 de junio de 2008. In: <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=18308&Anchor=> Acceso: 10 de setiembre de 2013.

A EFETIVIDADE DA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL: DA LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS ÀS AÇÕES JUDICIAIS

*Renata Ovenhausen Albernaz
Ivana Morales Peres dos Santos*

Introdução

Fruto de um novo momento internacional, em que se proclama, em face do movimento hegemônico e presentista da globalização econômica, o reforço das identidades culturais e das heranças históricas, o Brasil tem, de certa forma, acompanhado as ideias de tutela de seus bens culturais e da diversidade das fontes desses bens que importam resguardar. Aliás, talvez como nunca, o princípio da função social da propriedade, antes tão abstrato, pouco delineado e, conseqüentemente, de parco ou inseguro uso, venha ganhando, dia a dia, em suas aplicações judiciais e legais, conotações mais identificáveis, como têm se dado na sua projeção nas dimensões da sustentabilidade natural, ecológica, social, equitativa e cultural.

O denominado Sistema Oficial de Proteção do Patrimônio Cultural no Brasil é um complexo de leis, princípios constitucionais e legais, políticas públicas, instituições vinculadas a vários órgãos do governo nas três instâncias federativas (União, Estados e Municípios), medidas judiciais e administrativas, atores (Juizes, Promotores de Justiça, Conselhos Técnicos Especializados, Conselhos Deliberativos Democráticos, Associações de Proteção etc.) vinculados ao Estado, ou permitidos por ele, que, juntos, atuam em todas as etapas necessárias a preservação efetiva desse patrimônio cultural, incluindo, os estudos técnicos e democráticos para a formulação dos critérios de identificação dos bens culturais dignos de proteção, a regulamentação legal e administrativa das ações de proteção e prevenção de danos ao patrimônio cultural, a fiscalização dessas funções públicas, a constituição de dotação orçamentária, criação de reservas de recursos e de fundos financeiros para as medidas concretas de manutenção, restauro e conservação, a fiscalização dessas obras, os estudos técnicos necessários para leva-las a cabo com a maior fidelidade à sua concepção original e funcionalidade etc. É um sistema complexo, pois exige desde ações legislativas abstratas de âmbito federal até a medida mais específica, em sede um bem concreto, no âmbito um pequeno município, de escolha dos materiais de restauro adequados e possíveis. E que só pode funcionar de forma adequada se todas essas leis, ações e atores trabalharem

orquestrados e em situação de corresponsabilidade, orquestramento e corresponsabilidade que são, aliás, o eixo constitutivo desse sistema, e que, ao que parece denotar a criação do Sistema Nacional de Cultural, em novembro de 2012, como emenda constitucional, tem sido a grande ênfase do governo brasileiro nos últimos anos.

A construção e a consolidação desse sistema, porém, tem sido feita, na maioria dos casos, e historicamente, ainda de modo pontual e emergencial – ou seja, primeiro surge o problema, o abandono, a ruína, o risco de genocídio cultural, para depois se agir institucionalmente, às vezes, tarde demais, nas ações de identificação e de preservação. Também não se pode deixar de destacar que a possibilidade da exploração econômica do Turismo Cultural e dos saberes e bens culturais, bastante valorizados atualmente, também têm sido um importante incentivo legitimados dos reforços desse sistema. Assim, enquanto sistema, a construção da proteção do patrimônio cultural no Brasil ainda é obra inacabada, mesmo que, não se pode deixar de observar, que caminhe, a passos largos, notadamente nas últimas décadas, rumo a sua consolidação.

E essa construção gradual, segundo nossa hipótese, pode ser demonstrada a partir das evidências de ação dos órgãos e atores incumbidos de tarefas de aplicação concreta de normas e regras desse sistema, em suas ações mesmas de aplicação. A partir dessas ações, pressupomos, é que se poderá perceber as falhas no sistema em sua eficácia, como em casos de parca condição de sua operacionalidade prática, como, por exemplo, os casos de falta de dotação orçamentária que garanta aos municípios o poder de arcar com os ônus de um bem tombado, e que os impinge a medidas de se omitir na iniciativa de tombamentos, os casos de falta de operadores jurídicos, administrativos e democráticos treinados para lidar com esse sistema e com as peculiaridades de tais bens, etc. Por essa razão, o objetivo desse estudo foi realizar uma verificação da eficácia prática desse sistema a partir da análise da íntegra de processos envolvendo a tutela de bens culturais materiais no Rio Grande do Sul, mais especificamente, do município de Pelotas. Foram analisados, além de toda a legislação e informação estatal advinda dos órgãos de proteção do patrimônio cultural do Brasil, várias jurisprudências (decisões de órgãos colegiados superiores do poder judiciário) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, e a íntegra de três processos (como a análise de todas as peças processuais, petições e deliberações judiciais e do Ministério Público) envolvendo litígios na busca pela conservação de bens inventariados no Município de Pelotas. A análise da íntegra dos processos foi importante para revelar, a fundo, toda a conflituosidade e os choques argumentativos que envolveram a proteção ou não dos bens culturais versada nesses processos, além de permitirem analisar a performance no uso e na interpreta-

ção desse sistema de proteção pelos operadores jurídicos concretos (juízes, promotores de justiça e advogados).

Esta é uma pesquisa que continua em andamento, e que ainda está em fase exploratória, mas que já se desdobra no início da execução de vários outros estudos mais específicos, entre eles: 1) o estudo das confrontações entre interpretações judiciais e legislativas de poderes (judiciais e legislativos) de países distintos, quando estão envolvidos na questão bens de fronteira e/ou manifestações culturais de regiões que envolvem territórios de mais de um país confrontante, no Mercosul; e, 2) o processo de registro de bens culturais imateriais: das expressões sociais às ações estatais concretas de proteção – a potencialidade das redes. Além desses, uma continuação na análise das proteções concretas operadas pelos poderes executivos de pequenos municípios no Rio Grande do Sul também é uma projeção futura desses estudos na equipe que trabalha nesta pesquisa.

Sistema Oficial de Proteção do Patrimônio Cultural no Brasil

O hoje tão aclamado princípio da função social da propriedade, enquanto princípio constitucional, apareceu, pela primeira vez, na Constituição Federal de 1934, e surgiu vinculado, expressamente, com a proteção dos bens de valor cultural, histórico, artístico e natural. Em 1937, o Decreto Lei 25/37 regulamentou este princípio da função social da propriedade, no que se refere aos bens culturais, afirmando o dever de preservar tais bens como sendo do proprietário e do Estado. Obras dignas desta proteção, mesmo ainda mais tarde, quando da *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*, da UNESCO (1972), eram, como de princípio, obras de arte, monumentos, conjuntos arquitetônicos históricos, bens de expressividade artística ou grandiosidade religiosa, governamental e social.

Assim, a proteção, como denunciavam, Domiguez e Funari (2009, p. 40-41), seguindo, entre outros, autores como Octávio Ianni (1988), Eunice Durham (1984) e Eric Wolf (1982), ainda concebia a cultura nacional como associada à vida das elites econômicas, políticas e religiosas, deixando o resto das expressões de vida (a do povo em geral) em exclusão, e no conseqüente esquecimento. Ferreira (2009, p. 78), em uma crítica pós-colonial, resume esta condição nas seguintes questões de fundo no que tange a esta separação entre o que proteger e o que abandonar: “quais são as vozes políticas que clamam pela salvaguarda do patrimônio e pela legitimidade de interpretação sobre o passado? E, especialmente, como os grupos subalternos se inserem nas políticas de representação sobre o patrimônio?”. Essas questões importam, segundo o mesmo autor (2009, p.

79), pois o “patrimônio estipula o cânone cultural e a memória social de uma nação (...), veicula as hierarquias de valores, de patriotismo, de lealdade, de pertencimento, de fronteiras geopolíticas”.⁶⁰

Pelegrini (2009, pp. 101-103), acrescenta ainda outro desdobramento dessas críticas. Ela identifica duas vertentes que se debatem na definição do patrimônio cultural: uma que aborda as relações dos bens culturais e das memórias nacionais, que se apresentam nos bens materiais como monumentos, conjuntos arquitetônicos e obras de arte consideradas obras primas, e que se apresentam como interesses de determinados segmentos sociais, e outra vertente que se dedica às histórias e às memórias dos segmentos menos favorecidos, expressos em tradições orais e nas produções populares, ou seja, na versão imaterial do patrimônio cultural, até recentemente deixada de lado. A atual saída, nesta querela, conclui a autora, é perceber a vinculação entre essas duas vertentes, as ligações intrínsecas entre bens materiais e imateriais, os monumentos somados às histórias dos oprimidos, ou, em melhores termos:

Nessa linha argumentativa, nos propomos a aprender o patrimônio cultural no sentido humanista, valorizando sua característica dinâmica, capaz de integrar as perspectivas locais e universais, materiais e imateriais, fortalecendo a diversidade cultural e a polifonia – tomada por Bakhtin como traço essencial da cultura popular⁶¹ (PELEGRINI, 2009, p. 103).

⁶⁰ Para rever esse colonialismo na questão de inclusão, exclusão do sentido de patrimônio cultural, Ferreira (2009, p. 91) recomenda um posicionamento crítico nestes critérios, adicionando que: “*Relações de Força* é exatamente o título de um dos livros do historiador Carlo Ginzburg (2002). O referido autor retoma as teses de Walter Benjamin, mas não no sentido em que as discutia anteriormente. Não lhe interessam as barbáries dos documentos culturais, mas algo antes explicitado por Foucault: o documento é monumento, revela o poder do passado sobre o presente (FOUCAULT, 1986). Para dissolver a autoridade do passado, é preciso, segundo Ginzburg, escrever a história em contrapelo, ler os documentos às avessas, contra as intenções de quem o produziu (2002: 43)”.

⁶¹ Somam-se nesta busca de equacionar aspectos de sustentabilidade da sociedade maior, e a valorização das identidades, culturas e tradições particulares, segundo Pelegrini (2009, p. 100), antropólogos como Christopher Hill e Stuart Hall, o sociólogo Boaventura Souza Santos, os historiadores Michel de Certeau, Roger Chartier, Carlo Ginzburg, Jacques Le Goff, Josep Ballart, entre outros.

Nesta discussão sobre qual patrimônio cultural resguardar e de que forma, que postura é assumida oficialmente pelo governo brasileiro? A nova Carta Política da abertura democrática (Constituição Federal Brasileira de 1988 - CF/88) se inseriu nesta querela e, parece, começou uma tentativa de quebrar, um pouco, este paradigma então vigente da monumentalidade, passando a defender, mais, notadamente no art. 216, a tutela de todos os bens referentes à identidade dos diversos grupos que compõe a cultura brasileira, sejam eles monumentais ou cotidianos, de setores privilegiados ou desfavorecidos, naturais ou artificiais, puros ou miscigenados.⁶²

Pode-se afirmar, seguindo Marés (Apud Miranda, 2006, p. 9), que tal Constituição trouxe, sim, avanços conceituais e institucionais, no sentido de que: 1. Consolidou o termo “patrimônio cultural” que, mesmo de uso internacional e até oficial, não constava expresso em texto legal; 2. Criou formas de proteção, como o inventário, o registro e a vigilância; 3. Possibilitou outras ações ao poder público além do tombamento e da desapropriação; 4. Declarou tombados bens relevantes para o patrimônio cultural brasileiro, incluindo documentos e sítios dos antigos quilombos. Ainda, segundo Miranda (2006), a nova ordem jurídica instituída pela Constituição de 1988 não só ampliou a noção de meio ambiente – incluindo nele os bens naturais, culturais, artificiais, arqueológicos, históricos, paleontológicos e paisagísticos (o que gerou, como efeito, a extensão dos mecanismos de proteção dos bens ambientais também a essas outras categorias de bens), como também constituiu um novo regime jurídico para tais bens culturais, notadamente quando reconhecidos e individualizados formalmente pelo poder público, como bens de interesse público, com circulação e uso controlados e tutelados em sua materialidade e em sua simbologia. Essas localização e identificação dos bens culturais que garanta sua inclusão em um regime jurídico diferenciado também se ampliaram sobremaneira, podendo se dar por ações de natureza administrativa (em atos como o inventário, o tombamento, a desapropriação, o registro, no caso dos bens culturais imateriais, além das correlatas ações da vigilância, da gestão documental e das políticas de educação patrimonial),

⁶² Nesse sentido da proteção constitucional ao patrimônio cultural, ver, na Constituição, os dispositivos constantes nos: Art. 5º. LXXIII; Art. 20, X e XI, o Art. 23. III e IV, o Art. 24. VII; o Art. 30. IX; Art. 129. III; Art. 215. § 1º § 2º § 3º; Art. 216 e Art. 216-A.; Art. 225; Art. 231; Art. 232.

de natureza legal (lei de zoneamento urbano, tombamento legislativo⁶³, proteção legal dos sítios arqueológicos – Lei 3.924/61, valorizados por incentivos fiscais, etc.) ou por meios judiciais (em ações como a ação civil pública, e sua ação civil pública declaratória de valor cultural, o mandado de segurança e a ação popular).

Apesar desse avanço conceitual e de meios de ação, o meio mais usado de proteção do patrimônio cultural no Brasil continua sendo o tombamento, para bens materiais e, para bens imateriais, o novo instrumento do registro. Por isso, uma breve menção a esses instrumentos se faz necessária.

Quanto ao tombamento, há que se refletir que, se na UNESCO, em seu tributo da “Lista de Patrimônio Mundial”, constam, até 2013, 19 complexos naturais e culturais brasileiros elencados em tal lista⁶⁴, urge perguntar como estes e os demais bens do patrimônio cultural material e natural brasileiro são protegidos pelo governo do Brasil. De acordo com Miranda (2006, p. 109), o processo de tombamento, que pode ser de iniciativa de qualquer cidadão, associação, entidade representativa ou autoridade, é ato administrativo que declara um bem como de valor cultural e

⁶³ Tombamento Legislativo foram os casos ocorridos: na Cidade de Ouro Preto, consagrada como monumento nacional pelo Decreto 22.928 de 12 de julho de 1933; na Constituição Federal de 1988, que, em seu art. 216, § 5º, considerou tombados todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos; nas várias outras leis estaduais e municipais existentes.

⁶⁴ São bens brasileiros na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco, os seguintes: A Cidade Histórica de Ouro Preto/MG (1980), O Centro Histórico de Olin-
da/PE (1982), As Missões Jesuíticas Guarani, Ruínas de São Miguel das Mis-
sões/RS (1983), O Centro Histórico de Salvador/BA (1985), O Santuário do
Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo/MG (1985), O
Parque Nacional de Iguaçu, em Foz do Iguaçu/PR (1986), O Plano Piloto de
Brasília/DF (1987), O Parque Nacional Serra da Capivara, em São Raimundo
Nonato/PI (1991), O Centro Histórico de São Luiz do Maranhão/MA (1997), o
Centro Histórico da Cidade de Diamantina / MG (1999), a Mata Atlântica - Re-
servas do Sudeste SP/PR (1999), a Costa do Descobrimento - Reservas da Ma-
ta Atlântica BA/ES (1999), o Complexo de Áreas Protegidas da Amazônia Cen-
tral (2000), o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal - MS/MT (2000), o
Centro Histórico da Cidade de Goiás -GO (2001), as Áreas protegidas do Cer-
rado: Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas - GO (2001), as Ihas
Atlânticas Brasileiras: Reservas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas - RN
(2001), a Praça de São Francisco, cidade de São Cristóvão, SE (2010), o Rio
de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar (2012) (UNESCO,
Lista do Patrimônio Mundial no Brasil, disponível em
<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/> acesso: 05 de junho de 2013).

constitui, para ele, um novo regime jurídico; depois do devido processo, ele implica no registro de um bem (móvel ou imóvel) no respectivo Livro do Tombo (que, no âmbito federal, esses livros se dividem em quatro: Livro do Tombo Arqueológico/Etnográfico/Paisagístico, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas Artes, Livro do Tombo das Artes Aplicadas), alterando seu regime jurídico, de um bem meramente privado, para um bem cultural de interesse público; em tal processo constam documentos e estudos técnicos que atestam a relevância do bem, para fins de conservação, e chama-se o proprietário para contestar ou aquiescer ao tombamento; durante este processamento, o bem se encontra em tombamento provisório (por, até 60 dias, findo o qual, sem decisão, cessa-se a restrição); em sendo positivo o parecer, o IPHAN (em processos de nível federal), após deferimento do Conselho Consultivo (colegiado de corpo técnico de notória reputação em questões de patrimônio cultural), assinará o ato de tombamento e o submeterá à homologação do Ministro da Cultura; em seguida, o tombamento é inscrito, de forma definitiva, no livro do tomo federal respectivo, e, após, averbado nos registros do bem imóvel. Lógica similar ocorre nos níveis estaduais e municipais. Nesta mudança de regime, atesta Miranda (2006, p. 123), o bem continua na propriedade do particular (salvo se desapropriado), mas se impõe a ele obrigações de reparar e manter o bem, o dever de respeitar o direito de preferência, na alienação, ao poder público, o dever de suportar a fiscalização e as restrições de uso, gozo, alteração e disposição do bem e o direito de indenização, se as restrições impostas inviabilizarem qualquer uso econômico do bem; além disso, o ato pode impor obrigações aos proprietários dos bens vizinhos (restrições de construir que possam prejudicar o bem; restrições de propaganda, etc.) e à população em geral; e, ainda, o poder público tem o dever de fiscalizar, de aplicar penalidades aos lesionadores do bem, além de arcar com obras de conservação, quando o proprietário não puder fazê-las (sob pena do proprietário ter direito a exigir o cancelamento do tombamento), ou dever de desapropriar o bem, se assim julgar conveniente (efeitos dispostos no Decreto Lei 25/37, Capítulo III, além de deduzidos do princípio da função social da propriedade inscrito nos art. 216, § 1º da CF, e art. 1228 § 1º do Código Civil de 2002). A lei nada diz acerca do direito de indenização do proprietário acerca das restrições no uso, gozo e disposição que o tombamento acarreta, de modo que a jurisprudência, segundo Miranda (2006, p. 146), tem se posicionado pela negativa a este direito, salvo se as restrições impeçam qualquer uso econômico do bem.

No que se refere ao instrumento do Registro de bens culturais imateriais, este veio a suprir uma falta na proteção do patrimônio cultural. Segundo Pelegrini (2009, p. 102), no surgimento das instituições e leis de proteção do patrimônio cultural no Brasil, a preservação se circunscreveu ao patrimônio material de excepcional valor histórico, artístico e represen-

tativo de uma época da sociedade. Mas essa orientação foi se modificando a partir dos anos 1990. E tal mudança decorreu de importantes normativas internacionais, notavelmente, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que passaram, desde finais do século XX, a regular este tema do patrimônio imaterial. Em 1989, por exemplo, a UNESCO emitiu uma *Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*; em 2001, formou a *Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural*, merece menção, ainda, o destaque criado pela *Proclamação das Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade* e, por fim, a consagração desses bens imateriais pela UNESCO na *Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial*, de 2003. O mecanismo do Registro dos Bens Imateriais no Brasil, bem como o Programa Nacional de Identificação e Referenciamento de Bens Culturais de Natureza Imaterial, surgiu nesse contexto. Criado pelo Decreto 3.551/00, tais registro e programa, segundo Pelegrini (2009, 104), identificam e detalham a referência cultural e permitem o acesso às pessoas por suas informações e divulgação; a feitura dos registros pode se dar em quatro tipos de livros:

- I - o Livro de Registro de Saberes e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- II – Livro de Registro de Festas, celebrações e folguedos que marcam ritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade e do entretenimento;
- III – Livro de Registro das Linguagens verbais, musicais, iconográficas e performáticas;
- IV – Livro dos Lugares (...) destinado à inscrição de espaços comunitários, como mercados, feiras, praças e santuários, onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (GTPI-MINC: 1998).

Miranda (2006, p. 106) acrescenta que tal registro assemelha-se ao tombamento, sem implicar, porém, as restrições deste; que ele pode ser solicitado pelo Ministério da Cultura, pelas Secretarias de Estado, Distrito Federal e Municípios e por sociedades ou associações civis; que o pedido de registro é encaminhado ao IPHAN, que emitirá parecer, após submetido à apreciação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, este que, diante de toda a instrução probatória necessária, dará a decisão favorável ou não ao registro do bem como “patrimônio Cultural do Brasil”.

Até junho de 2013, segundo dados do IPHAN, há 25 bens imateriais já registrados como bens da cultura imaterial nacional.⁶⁵

Apesar da predominância desses dois instrumentos de preservação – o tombamento e o registro – outras medidas, que também têm começado a ser usadas com a preocupação de preservação do patrimônio cultural, merecem menção. As leis de ordenamento urbano dos Municípios, como o Plano Diretor e as Leis de Uso e Aplicação do Solo (que inclui a Definição do Perímetro Urbano, o Plano de Circulação Viária, o Código de Obras e Edificações, o Código de Posturas, as Leis de Diretrizes especiais para certas áreas), por exemplos, principalmente após o regramento geral federal feito pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257/03), também têm ordenando as ações e construções urbanas, primando, como manda o Estatuto da Cidade (art. 2º, XII), entre outras coisas, por proteger, preservar e recuperar o meio ambiente natural e construído, o patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico. Cidades brasileiras, notadamente as que são referências no percurso do turismo cultural, têm se valido desses instrumentos para regular e limitar as construções e garantir a preservação, não só de imóveis específicos, mas de toda uma zona cultural, com suas peculiaridades construídas e de entorno, vias de circulação e meio natural.

Além dessas leis de ordenamento urbano, novos Programas, Políticas e Instituições também têm surgido, notadamente na primeira década do século XXI, para agilizar essa proteção ao patrimônio cultural. Nesse sentido, estão o Plano Nacional de Cultura, o Programa Nacional do Patri-

⁶⁵ Já estão registrados, até junho de 2013, os seguintes bens culturais imateriais do Brasil: 1. Ofício das Paneleiras de Goiabeiras; 2. Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi; 3. Círio de Nossa Senhora de Nazaré; 4. Samba de Roda do Recôncavo Baiano; 5. Modo de Fazer Viola-de-Cocho; 6. Ofício das Baianas de Acarajé; 7. Jongo no Sudeste; 8. Cachoeira de Iauaretê – Lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri; 9. Feira de Caruaru; 10. Frevo; 11. Tambor de Crioula do Maranhão; 12. Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo; 13. Modo artesanal de fazer Queijo de Minas, nas regiões do Serro e das serras da Canastra e do Salitre; 14. Roda de Capoeira; 15. Ofício dos mestres de capoeira; 16. Modo de fazer Renda Irlandesa (Sergipe); 17. O toque dos Sinos em Minas Gerais; 18. Ofício de Sineiro; 19. Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis (Goiás); 20. Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe; 21. Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro; 22. Festa de Sant' Ana de Caicó; 23. Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão; 24. Saberes e Práticas Associados aos Modos de Fazer Bonecas Karajá; 25. Rtxòkò: expressão artística e cosmológica do Povo Karajá (IPHAN, Bens Registrados. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12456&retorno=paginalphan>, acesso: 05 de junho de 2013).

mônio Imaterial e o atual Sistema Nacional de Cultura, este último criado em novembro de 2012. No que se refere ao Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei 12.343/10, este consiste em um conjunto de 53 metas para o planejamento e a implementação de políticas culturais no prazo de 10 anos (até 2020). Segundo informações do Ministério da Cultura:

Os objetivos do PNC são o fortalecimento institucional e a definição de políticas públicas que assegurem o direito constitucional à cultura; a proteção e promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural; a ampliação do acesso à produção e fruição da cultura em todo o território; a inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socio econômico e o estabelecimento de um sistema público e participativo de gestão, acompanhamento e avaliação das políticas culturais⁶⁶.

O Programa Nacional de Patrimônio Imaterial foi criado para facilitar, fomentar e organizar os mecanismos de identificação, registro e promoção dos bens culturais imateriais, dada a sua novidade, em termos de proteção, no Brasil, advinda da Lei (Decreto 3.551/2000) que institui esses registros. Em síntese, o Programa busca viabilizar:

projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural; Implementar políticas de inventário; Registro e salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial; Contribuir para a preservação da diversidade étnica e cultural do país e para a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro a todos os segmentos da sociedade; Captar recursos e promover a constituição de uma rede de parceiros com vistas à preservação, valorização e ampliação dos bens que compõem o patrimônio cultural brasileiro; Incentivar e apoiar iniciativas e práticas de preservação desenvolvidas pela sociedade. Diretrizes da política de apoio e fomento

⁶⁶ MINISTÉRIO DA CULTURA, Plano Nacional de Cultura, 2009, Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2011/05/26/plano-nacional-de-cultura-21/>, acesso: 12 de junho de 2013.

do PNPI: Promover a inclusão social e a melhoria das condições de vida de produtores e detentores do patrimônio cultural imaterial; Ampliar a participação dos grupos que produzem, transmitem e atualizam manifestações culturais de natureza imaterial nos projetos de preservação e valorização desse patrimônio; Promover a salvaguarda de bens culturais imateriais por meio do apoio às condições materiais que propiciam sua existência, bem como pela ampliação do acesso aos benefícios gerados por essa preservação; Implementar mecanismos para a efetiva proteção de bens culturais imateriais em situação de risco; Respeitar e proteger direitos difusos ou coletivos relativos à preservação e ao uso do patrimônio cultural imaterial⁶⁷.

O Sistema Nacional de Cultura, também obra política bem recente, logo, do mesmo modo que as demais políticas, ainda em vias de implementação e institucionalização de ações que o concretize, foi instituído no ordenamento jurídico brasileiro pela emenda Constitucional 71/12, em novembro de 2012, com o intuito de estender, uniformizar, ampliar responsabilidades e otimizar meios de ação na tutela dos bens culturais. Apesar de ainda em processo inicial de instalação, esse sistema, porém, foi constituído como norma constitucional (o que amplia, sobremaneira, a responsabilidade pública de sua viabilização), nos seguintes termos:

CF/88. Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

§ 1º O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios:

I - diversidade das expressões culturais;

⁶⁷ IPHAN. Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12689&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>, acesso: 15/06/2013.

- II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
 - III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
 - IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
 - V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
 - VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
 - VII - transversalidade das políticas culturais;
 - VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
 - IX - transparência e compartilhamento das informações;
 - X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
 - XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
 - XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.
- § 2º Constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da Federação:
- I - órgãos gestores da cultura;
 - II - conselhos de política cultural;
 - III - conferências de cultura;
 - IV - comissões intergestores;
 - V - planos de cultura;
 - VI - sistemas de financiamento à cultura;
 - VII - sistemas de informações e indicadores culturais;
 - VIII - programas de formação na área da cultura; e
 - IX - sistemas setoriais de cultura.
- § 3º Lei federal disporá sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, bem como de sua articulação com os demais sistemas nacionais ou políticas setoriais de governo.
- § 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias.

Apesar de ainda não regulamentado em lei específica, tal Sistema Nacional de Cultura, de modo similar a outros sistemas nacionais e únicos (como os Sistema Único de Saúde e o Sistema Único de Assistência Social) já existentes no Brasil, tenderá, como o fez com esses outros sistemas, a uma melhor organização o interação institucional-política-federativa na administração e na tutela dos bens culturais, a uma maior responsabiliza-

ção pública nesta área (minimizando a discricionariedade administrativa), a uma dotação orçamentária específica e mais expressiva para o patrimônio cultural, a políticas de capacitação de operadores, e a uma consolidação de métodos e critérios de avaliação dos resultados produzidos por tal sistema.

Ainda, além desses instrumentos e políticas, deve-se notar a já consolidada rede institucional para a proteção dos bens culturais no Brasil. Entre essas instituições, vale menção ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), existente desde 1937, hoje uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, constituída pela Lei nº 8.113, de 12 de dezembro de 1990, e pelo Decreto nº 99.492, de 3 de setembro de 1990, com base na Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e Dec. 6.844/2009, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, circunscrição administrativa em todo o território nacional, que tem como missão “promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro visando fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País”, e que tem por finalidade, “preservar, proteger, fiscalizar, promover, estudar e pesquisar o patrimônio cultural brasileiro, na acepção do art. 216 da Constituição Federal”.⁶⁸ O IPHAN é descentralizado em várias superintendências distribuídas nas unidades federativas, estas com competências e finalidades similares em seu espaço de circunscrição.

Além do IPHAN, para as questões de Museus, onde a ação do IPHAN é subsidiária, há outra importante instituição, que é o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), também uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, criado pela Lei nº 11.906/2009, quando do desmembramento da Diretoria de Museus e Unidades Museológicas do IPHAN, e que é responsável pela administração direta de 30 museus no país.

Deve-se citar, ainda, na composição do corpo institucional de proteção dos bens culturais brasileiros, notadamente no que se refere aos documentos, a instituição do Arquivo Nacional, este vinculado ao Ministério da Justiça. O Arquivo Nacional é existente desde 1824, mas, atualmente, está vinculado, pela Lei 8.159/91, ao Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da Administração Pública Federal. Ele é órgão específico e singular da estrutura organizacional do Ministério da Justiça, que tem por finalidade implementar a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos - órgão central do Sistema Naci-

⁶⁸ De acordo com o que dispõe a PORTARIA Nº 92, DE 5 DE JULHO DE 2012, do IPHAN.

onal de Arquivos, por meio de ações como a gestão, o recolhimento, o tratamento técnico, a preservação e a divulgação do patrimônio documental do governo federal, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar não só as decisões governamentais, como também o cidadão na defesa de seus direitos, além de facilitar a pesquisa científica e cultural no país nestes documentos.⁶⁹

O patrimônio cultural também é tutelado na Lei Penal do Brasil. Já em 1940, data da promulgação do ainda vigente Código Penal Brasileiro (CPB), havia a previsão de dispositivos expressos (arts. 165 e 166 do CPB) prevendo penas em ações de dano a bens de valor artístico, arqueológico ou histórico. Atualizando esses tipos, a Lei 9605/98, ou a Lei dos Crimes Ambientais, além de proteger o patrimônio natural, também reiterou, agravou as penas (de seis meses a um ano, no CPB, para de um ano a três anos, na Lei 9605/98) e ampliou o espectro de proteção dos bens culturais, incluindo no seu tipo de ilícito a lesão a qualquer bem protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, e ainda arquivos, registros, museus, bibliotecas, pinacotecas, instalações científicas ou similares (art. 62, Lei 9605/98).

As medidas de incentivo fiscal são outras formas estratégicas de ação na proteção do patrimônio cultural brasileiro, haja vista que, em não podendo o Estado arcar com todas as despesas dessa conservação, medidas de incentivos fiscais disseminam ações de proteção e conservação pelo conjunto dos proprietários e das comunidades. Neste sentido, a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei 8.313/91), também chamada Lei Rouanet, estabeleceu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor, facilitando a produção, a regionalização, a valorização, a identificação e a proteção dos bens culturais, em nível local, nacional e internacional, por meio da composição de Fundos Financeiros – Fundo Nacional da Cultura (FNC); Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) – e de Incentivos Fiscais a projetos culturais. Neste sentido, a Instrução Normativa Conjunta do Ministério da Cultura e do Ministério da Fazenda, n. 1, de 13 de junho de 1995, regulamentou, em seu art. 3º, IV, no que se refere aos benefícios fiscais previstos na Lei 8.313/91, que: “o proprietário ou titular da posse legítima de bens tombados pelo Governo Federal (pessoa física ou jurídica) poderá deduzir do imposto de renda as despesas realizadas em sua conservação, preservação ou restauração”. Segundo o IPHAN, quanto a esclarecimentos sobre essas deduções, no imposto de Renda de Pessoa Física, podem ser deduzi-

⁶⁹ Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Histórico. Disponível em <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=3>, acesso: 20/07/2013.

dos 80% das despesas efetuadas para restaurar, preservar e conservar bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, desde que tenha havido aprovação prévia do orçamento, pelo IPHAN⁷⁰, e certificado posterior de que as despesas foram efetivamente realizadas e as obras executadas, desde que respeitado o limite de se estar nos 10% da renda tributável. No caso de Pessoa Jurídica, ainda segundo dados do IPHAN, podem ser deduzidas 40% das despesas com conservação e restauro, desde que dentro do limite de 2% do imposto de renda total devido. Alguns estados, também, criam ações envolvendo seus tributos para o incentivo aos municípios que possuem bens tombados, como é o caso da Lei estadual 13.803/00, de Minas Gerais, que compensam os municípios que têm essas ações de proteção de bens culturais com uma cota adicional na distribuição do ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias). Há, ainda, alguns municípios que dão incentivos fiscais específicos para a conservação dos bens tombados, ou isentam seus proprietários do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e/ou de outras taxas.

Para a composição de um Sistema Brasileiro de Proteção do Patrimônio Cultural, haja vista que esses instrumentos, instituições e incentivos são, muitos deles, bastante recentes, promovem-se em leis esparsas e pontuais, e ainda estão em fase de consolidação, os estudiosos do assunto apontam para a importância da definição de alguns princípios, deduzidos dessas leis e da própria conjuntura normativa internacional sobre a temática, que orientem a interpretação das normas já existentes, a promulgação de novas leis e a criação de outras políticas de proteção do patrimônio cultural brasileiro. Dentre esses princípios, Miranda (2006) os sintetiza como sendo os principais, os seguintes:

- a) O Princípio da Proteção (art. 216, § 1º e 23, II e IV ambos da CF/88), que impõe o dever de intervenção dos poderes públicos (federal, estadual e municipal), em todos os âmbitos de sua ação (legislativa, administrativa e judicial), para a proteção, preservação e promoção dos bens culturais.
- b) Princípio da função sociocultural da propriedade (art. 5º, XXII e 170, III, ambos da CF/88), que direciona e condiciona o exercício das prerrogativas da propriedade ao cumprimento da finalidade cultural do bem, responsabilizando também o proprietário nesta proteção.

⁷⁰ IPHAN. Existe algum incentivo fiscal para proprietários de benstombados? Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12706&retorno=detalhePerguntasFrequentes&sigla=PerguntasFrequentes>, acesso: 6 de junho de 2013.

- c) Princípio da fruição coletiva, já previstos no art. XXVII, da Declaração dos Direitos do Homem, de 1948, e no art. 48, da Carta da Organização dos Estados Americanos. Este princípio garante a coletivização do gozo destes bens culturais – concretizada nos direitos de visita, informação, participação – e sugere, assim, sua submissão a um regime jurídico diferenciado. A visitação nos bens culturais particulares ainda não está regulamentada no Brasil, mas há leis, estaduais e municipais, regulando a realização de mostras e o funcionamento dos museus.
- d) O Princípio da prevenção dos danos (art. 216, § 4º) obriga o poder público a agir antes mesmo do dano, evitando-o, punindo atos de mera ameaça a tais bens, a fim de evitá-lo, dada a própria característica de especialidade, notoriedade, raridade, expressividade de tais bens. A necessidade de licenças, de autorizações e a ação fiscalizadora do poder público no funcionamento desses bens são institutos que visam operacionalizar esse princípio.
- e) Princípio da responsabilização (art. 225, § 3º, da CF/88), que afirma a cumulação das responsabilidades civis (dever de reparação de todos os danos, sendo essa responsabilidade, inclusive, objetiva, ou seja, independente de culpa – art. 14, § 1º, Lei 6.938/81), penais (aplicação das sanções previstas no sistema penal, vide os dispositivos acima apontados) e administrativas (multas, suspensão, recusa ou extinção de licenças) no caso de ameaças de danos ou danos efetivos aos bens culturais.
- f) Princípio do equilíbrio, que visa equilibrar os valores de desenvolvimento econômico e social com a conservação do patrimônio cultural, de tal modo que instituições como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e seus correlatos estaduais e municipais, devem também ser consultados em projetos de desenvolvimento e ações de particulares que envolvam bens instituídos como representativos em termos culturais.
- g) Princípio da Participação Popular, afirmado das Normas de Quito, de 1967, da Organização dos Estados Americanos (OEA), enuncia uma cooperação entre o estado e a sociedade para a proteção dos bens culturais. É a partir desse princípio que decorre o poder normativo e deliberativo dos Conselhos de Cultura, existentes, no Brasil, nos planos Federal, Estadual e Municipal.

- h) Princípio da vinculação dos bens culturais, ou a afirmação de que os bens culturais do Brasil devem ficar no país, e que as ações de furto ou comércio internacional ilícito de bens culturais sejam punidos (Convenção UNIDROIT, 1995, Roma).
- i) Princípio da Educação Patrimonial, fixado desde a Carta de Atenas, de 1931 (Sociedade das Nações), ratificado na Declaração de Estocolmo, de 1972 (ONU) e que afirma a educação para a consciência e para a preservação dos bens culturais como um ponto chave na proteção desses bens.
- j) Princípio da solidariedade internacional, firmada pela UNESCO, na Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em 1972, prega a assistência coletiva e a colaboração entre as nações na proteção dos bens culturais de valor universal e excepcional.

Todos esses mecanismos, políticas e princípios, manifestam o status oficial de proteção ao patrimônio cultural no Brasil. Eles são acionados por iniciativas do poder público, em sua maioria. Mas contra essas iniciativas, ou mesmo contra a falta delas (omissão ou inércia estatal), podem se lançar os particulares por alguns meios disponíveis no ordenamento jurídico brasileiro. A partir de agora, o enfoque será a análise dos meios Judiciais de tutela desses direitos e regime jurídico especial dos bens culturais. Para maior precisão e delimitação, nossa análise se focou sobre a íntegra de processos envolvendo a proteção do patrimônio cultural findos e em andamento no estado do Rio Grande do Sul. O objetivo foi levantar como esse sistema de proteção tem sido conhecido, interpretado, e aplicado pelo poder judiciário em suas decisões cogentes sobre casos concretos, no sentido de constatar a amplitude e as predominâncias dessa proteção, pela via judicial, do patrimônio cultural brasileiro, bem como as falhas desse tipo judicial de proteção.

As ações judiciais: instrumentos para a proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural.

As ações judiciais podem atuar como instrumentos que, muitas vezes, são eficientes na busca da proteção do patrimônio histórico e cultural. Isto porque, quando um conflito chega às vias de uma ação judicial, geralmente, ele já teve uma longa trajetória de disputas extrajudiciais, envolvendo a atuação de diversos atores sociais, mas nas quais não foi obtido êxito algum, o que acaba por colocar em risco o patrimônio histórico e cultural de uma localidade. Assim, as ações judiciais garantem uma conclusão institucionalizada, de observância obrigatória e supostamente razoável ao conflito, concretizando, assim, as normas que estão disponíveis no ordenamento jurídico para tanto, dando-lhes eficácia prática (daí a importância dos meios judiciais de efetivação da proteção legal). Mesmo porque, nas questões que envolvem o patrimônio histórico e cultural, os problemas carecem de uma solução emergencial, e, mesmo com esses meios judiciais, melhorados por algumas medidas cautelares e antecipadas possíveis previstas na lei, tais ações judiciais, às vezes, não conseguem ser ágeis o suficiente. Daí também a importância de soma-las às medidas preventivas do dano, de cunho administrativo, tais como o tombamento, o inventário, acima tratados e, especialmente, no caso das ações judiciais, ao Inquérito Civil.

Importante instrumento administrativo de preservação, o inquérito civil é um procedimento administrativo de caráter investigatório, criado pela Lei nº 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), bem como expresso no art. 129, III da Constituição Federal, como prerrogativa institucional do Ministério Público. Trata-se de um procedimento com finalidade investigativa e extraprocessual, à semelhança do inquérito policial. A presidência do inquérito civil é realizada pelo Promotor de Justiça que, no caso da tutela ambiental, será aquele que ostenta atribuições na área do meio ambiente. Tal instrumento destina-se a colher provas para a instrução da ação civil pública, ou seja, o *parquet* busca dados e informações para formar sua convicção sobre a viabilidade ou não da propositura de ação civil pública. Por seu caráter informativo e de conhecimento, o inventário está submetido ao princípio da ampla defesa, sendo de natureza inquisitorial.

Nesta proteção judicial, a Lei nº 7.347/1985 (Lei de Ação Civil Pública – LACP), que regulamentou o art. 129, III, da CF, criou a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem urbanística, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, à ordem econômica ou qualquer outro interesse difuso ou coletivo. Trata-se, segundo D'Angelo (2004), de uma ação que visa defender os interesses da coletividade, seja ela identificável (interesses coletivos e individuais homogêneos) ou não (interesses

difusos), ficando adstrita aos interesses de caráter civil; é ela o mais importante meio de proteção judicial à preservação dos bens culturais atualmente.

Esta ação civil pública, porém, não é um instrumento disponível aos cidadãos em geral, pois estão legitimados para propô-la, segundo a LACP, apenas as pessoas jurídicas de direito público interno (União, Estados, Municípios, e suas respectivas Autarquias e Fundações), as associações civis (desde que em defesa dos interesses meta individuais a que se dirigem) e o Ministério Público, único legitimado que possui a atribuição de instauração do inquérito civil, e que poderá assumir a titularidade ativa e continuar o processo, acaso outro dos legitimados que o tenha iniciado abandone a ação.

Em caso de dano ou risco eminente e irreversível, a tutela antecipada pleiteada nessas ações civis públicas em defesa do patrimônio cultural é uma consequência não só do princípio da prevenção que rege este tipo de bem, como também de sua característica de unicidade e representatividade, com afirma Marés (2005). A formulação de um “compromisso de ajustamento de conduta” pode não só evitar a propositura da ação civil pública como também lhe dar fim, nos termos do art. 5º, §6º da Lei 7.347/1985. A transação pode se dar tanto no processo como em procedimento em separado, levado à homologação judicial, devendo ser observado todos os requisitos de validade exigidos para um ajuste extrajudicial. Para evitar danos ao patrimônio histórico e cultural, outra importante inovação da Lei 7347/85 foi a possibilidade que foi conferida ao juiz de impor multa diária contra o suposto lesionador. Trata-se de multa com caráter coercitivo e sancionatório e que se reverterá para um fundo cuja finalidade é a de reconstituição dos bens lesados (art. 13 da LACP). Há também a possibilidade de uma multa liminar, fixada pelo juiz, em caso de riscos eminentes e irreversíveis. Além disso, o legislador determinou que quando a decisão impuser condenação em pecúnia, esses recursos devem ser revertidos para um Fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão, necessariamente, o Ministério Público e os representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados.

A competência para a ação civil pública de defesa do patrimônio é definida pela norma do art. 2º, *caput*, da Lei 7.347/85, ou seja, poderão ser propostas no juízo onde ocorreu o dano, facilitando, dessa forma, a produção de provas. Aplica-se, ainda, a norma do art. 93 do Código de Defesa do Consumidor. Assim, deve ser considerado, para a fixação do foro competente, se o dano ou a contrariedade ao Direito é de âmbito local ou regional. Ademais, em relação à competência, lembre-se que o Poder Público, em todos os níveis da federação, de forma conjunta, subsidiária ou isolada, deve implementar medidas de defesa e preservação dos

bens integrantes do patrimônio cultural brasileiro, pois a Constituição Federal determina que a repartição de competências é definida pela predominância do interesse.

Por seu caráter coletivo, segundo o art. 16 da Lei nº 7.347/85, a vantagem das ações civis públicas é que as sentenças nelas proferidas estendem sua coercibilidade a todos aqueles que se encontrem nos limites da competência territorial do órgão prolator, salvo nos casos de sentença de improcedência por falta de provas. A execução condenatória da ação civil pública pode ser promovida por todos os co-legitimados, tratando-se a sentença em processos de ACP de um título executivo judicial. Em relação ao Ministério Público, este é obrigado a promover a execução no caso dos outros co-legitimados se omitirem, incidindo, dessa forma, o princípio da obrigatoriedade em sua plenitude.

Indubitável que a ação civil pública é um importante instrumento de proteção ao patrimônio cultural em favor da coletividade. Cita-se algumas dessas ações já decididas e disponíveis no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul⁷¹, ou seja, nelas foi demonstrado o dever dos entes públicos de proteção e conservação de patrimônio histórico e cultura, com base nas regras dispostas nos artigos 23 e 216 da CF-88 e 223 da CE-89.

Análise do teor de algumas ações de proteção ao patrimônio cultural material na cidade de Pelotas

Em termos de maior detalhamento desses processos, no sentido de averiguar seus arrazoados, conflitos de interesses envolvidos, legislação utilizada, interpretação a ela conferida, dentre esses processos do Estado do Rio Grande do Sul, nossa atenção se focou na análise de alguns processos em trâmite na comarca de Pelotas. A escolha se deu pela facilidade de acesso a esse processo, que envolve a competência de ação de uma das autoras desse estudo, pelo detalhamento de suas questões, e mesmo, pela polemicidade de suas decisões.

⁷¹ Conforme se observa em: Apelação Cível Nº 70020498457, Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Wellington Pacheco Barros, Julgado em 10/10/2007; Apelação Cível Nº 70020292934, Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nelson Antônio Monteiro Pacheco, Julgado em 25/09/2008 e Apelação Cível Nº 70019992270, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Silveira Difini, Julgado em 29/08/2007. Todas disponíveis em <http://www.tjrs.jus.br/site/jurisprudencia>, acesso: 12 a 26 de maio de 2013.

Concomitantemente à instauração do inquérito civil pelo Promotor de Justiça de Pelotas, a proprietária dos imóveis da Rua XV de Novembro, nº 730 e 732, ambos inventariados, aforou ação ordinária com pedido de tutela antecipada contra o município de Pelotas, em 04 de julho de 2001, em processo registrado sob o nº 2200933432, que tramitou na 5ª vara cível da Comarca de Pelotas/RS.

A autora relatou que aforou a ação em razão dos prejuízos que estava sofrendo, decorrentes de ações ilegais por parte do Município réu, através de seus órgãos administrativos, especialmente da Secretaria Municipal de Cultura, que estava lhe impondo óbices ao livre exercício de seu direito de propriedade. Alegou que os imóveis foram locados por mais de trinta anos, sendo que estes não sofreram qualquer reparação neste período, motivo pelo qual não teve alternativa senão a de demolir o que restou dos imóveis em questão. Além do que a edificação representava uma situação de risco físico. Também afirmou que o processo de tombamento provisório que antes gravava o imóvel fora liberado para todos os efeitos de direito, portanto, que não havia qualquer óbice legal para que fosse efetuada a demolição dos bens de sua propriedade. Isto porque a demolição foi embargada pela prefeitura, pelo fato de que não havia pedido de autorização para a realização de tal ato, sendo lavrado auto de infração com posterior pagamento de multa. A proprietária, embora tenha efetuado o pagamento da multa e ter solicitado o pedido de demolição, restou, mais uma vez, impedida de prosseguir a demolição, pois os imóveis estariam protegidos por lei municipal que estabelecia a proteção ao patrimônio histórico e cultural da cidade, ou seja, estariam os bens arrolados na lista dos bens inventariados da cidade de Pelotas. Asseverou a proprietária dos imóveis que o argumento utilizado pela municipalidade foi absolutamente equivocado do ponto de vista jurídico, uma vez que a legislação municipal alegada é posterior à iniciativa de demolição dos prédios, que o conteúdo dessa legislação teria sua constitucionalidade amplamente questionável, mostrando-se em desrespeito flagrante a toda legislação federal ordinária aplicável ao caso, bem como que não foi obedecido ao devido processo legal para a efetivação do tombamento. Diante desses argumentos, a proprietária dos imóveis pediu na referida ação, que fosse declarado o seu direito em dispor livremente dos bens localizados na Rua Quinze de Novembro, nº 730 e 732, bem como que fosse expressamente declarada a inaplicabilidade da lei 4568/00 ao caso concreto, seja pela data em que ocorridos os fatos, seja por sua inconstitucionalidade. Requereu, ainda, que o município fosse condenado ao pagamento de indenização pelos lucros cessantes suportados a partir de janeiro de 2000, em parcelas vencidas e vincendas, bem como a condenação ao pagamento de dano moral. E, ainda, a autora, em pedido sucessivo, na forma do art. 289 do Código de Processo Civil Brasileiro - CPC requereu que, em não sendo provido o pe-

dido exposto anteriormente, que o município fosse condenado ao pagamento de indenização por perdas e danos, decorrente da perda do livre direito de propriedade sobre os bens objeto da presente ação, e que o município fosse condenado ao custeio de todas as despesas referentes à manutenção e/ou reparação dos imóveis objetos daquela ação. Requereu, por fim, que, em razão da situação de risco iminente de os imóveis causarem lesão pessoal a terceiros, bem como pelo fato da existência de prova inequívoca do estado de ruína dos bens, que fosse deferida a tutela antecipada pretendida.

O juiz de direito, porém, não concedeu o adiantamento dos efeitos da tutela solicitado pela proprietária, tendo em vista a certeza da irreversibilidade do provimento antecipado, pois demolido o prédio, não haverá como retornar ao “*status quo ante*”. Porém, deferiu, parcialmente os efeitos da tutela, dado o estado do prédio, para determinar à parte demandada que zelasse pelo imóvel, em especial, contra eventual risco de desabamento, ficando com a responsabilidade pela guarda e pela manutenção, sob pena de responder cível e penalmente, sem prejuízo do delito de desobediência.⁷²

Por outro lado, o município, réu da mencionada ação judicial, apresentou contestação para alegar que não havia dúvidas de que a proprietária dera início a demolição dos prédios sem autorização do Município, o que seria imprescindível, em razão do que preceitua o art. 95, do II Plano Diretor do Município, instituído pela Lei nº 2565/80, bem como que foi assegurado o pleno exercício do direito de ampla defesa administrativa à autora. Afirmou, ainda, que não haveria de se falar em ocorrência de demolição anterior à existência da lei municipal, uma vez que no Município já existia o Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas. O Município alegou, também, que seria incabível a discussão pretendida pela autora no que dizia respeito aos procedimentos referentes ao tombamento, uma vez que tal situação não se tratava da aplicação deste instituto, mas sim, do impedimento de demolição dos prédios pela autora e da obrigação de restauro. Dessa forma, quanto ao processo de tombamento provisório – preparatório do definitivo – que houve em 1989, foi a liberação concedida à autora, não trazendo como consequência a absoluta liberdade de uso do bem. Ademais, o Município aduziu que a pretensão da autora de obter indenização não deveria ser reconhecida, primeiro porque não se estaria a tratar de limitação administrativa ao direito de construir/demolir, segundo porque a própria autora admitia que o bem não se

⁷² Decisão proferida na p. 76/76v dos autos do processo judicial nº 2200933432, 5ª vara cível, comarca de Pelotas/RS.

encontrava suscetível de qualquer espécie de uso, situação gerada pelo seu próprio abandono. A Municipalidade, em petição posterior, informou, nos autos da ação judicial, que, em cumprimento a ordem judicial, tomou as providências cabíveis no sentido de fazer o escoramento e fechamento do “tapume” existente nos referidos prédios.⁷³

Em resposta a esta contestação, a proprietária alegou que a controvérsia se estabeleceu efetivamente a partir do momento em que, sanada a irregularidade da falta de autorização para a demolição, a municipalidade se opôs às suas pretensões, em razão da Lei 4.568/2000. Ela afirmou, ainda, que o município fazia uma confusão entre os conceitos distintos, e muito bem delineados, de tombamento e de inventário, pois atribuiu efeitos inimagináveis a um simples inventário. Assim, a proprietária defendeu que não poderiam persistir as restrições impostas à destinação do bem, uma vez que era evidente a impossibilidade absoluta de se restringir o seu direito de propriedade sem o efetivo tombamento dos imóveis. E que, em caso contrário, deveria ser a proprietária indenizada por tal ato, sem prejuízo dos lucros cessantes devidos pelo Município a ela.

De outra banda, manifestou-se o Ministério Público para requerer sua intimação para todos os atos da ação judicial em questão, tendo em vista que a lide versava sobre os chamados interesses ou direitos difusos – proteção do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico da cidade de Pelotas, cuja defesa e/ou proteção, legalmente, foi deferida ao Ministério Público. O órgão do Ministério Público incumbido da ação manifestou-se pela imediata revogação da liminar deferida, tendo em vista que estaria impondo ao Município de Pelotas a responsabilidade por um fato que não deu causa, ou seja, a aplicação de recursos públicos para a manutenção, conservação e/ou cuidados de prédio particular, ilegalmente destruído por ação exclusiva de sua proprietária.⁷⁴

Mais uma vez, a proprietária defendeu-se dessa última alegação do Ministério Público, afirmando que houve absoluta falta de interesse da Municipalidade na conservação e na guarda do prédio, e que tal atitude vem causando constantes constrangimentos e prejuízos à imagem da autora, que é cobrada pela imprensa e pela comunidade pelotense em virtude do mau estado de conservação do imóvel.

⁷³ Informação retirada da f. 200 dos autos do processo judicial nº 2200933432, 5ª vara cível, comarca de Pelotas/RS.

⁷⁴ Manifestação das ff. 252/257 dos autos do processo judicial nº 02200933432.

O juiz da 5ª vara cível manteve a liminar, enquanto não decidido o mérito, bem como entendeu incabível o julgamento antecipado, tendo em vista a perícia requerida e deferida.⁷⁵

O Ministério Público expôs que o laudo atestou o óbvio e apenas reforçou a sua posição antes sustentada, ou seja, quem deu causa à situação de perigo decorrentes das ruínas que apenas restam do imóvel, quem deu causa a situação de desassossego e intranquilidade que estão vivenciando os moradores do prédio em ruínas, quem deu causa ao flagrante dano estético provocado pela demolição dos imóveis, exclusivamente, foi a proprietária, motivo pelo qual a liminar deveria ser, imediatamente, revogada. Manifestou-se pela integral improcedência da ação intentada por ela.

O Município de Pelotas, por seu turno, asseverou em suas razões finais, que a autora deu início a demolição sem autorização do município, tendo sido esta suspensa e aberto o prazo para a defesa. Da autuação foi assegurado o direito de ampla defesa, sendo que a defesa não pediu a demolição, mas a restauração da fachada e liberação da multa. Em 07.07.00 foi editada a lei 4568/00 que veio declarar a área da cidade como zona de preservação do patrimônio cultural de Pelotas, na qual se situam os imóveis da autora, bem como foram acrescentados outros fundamentos já mencionados. Por fim, reiterou os motivos já expostos na contestação para julgar improcedente a ação em todos os seus termos.

Dessa forma, veio aos autos a sentença proferida pelo juiz de 1º grau, inicialmente, no sentido de que o feito teve processamento regular, com a produção de prova pericial, prescindindo da designação de audiência de instrução, autorizando, de consequente, o julgamento antecipado da lide. O juiz adentrou no mérito da lide afirmando que existiam duas teses a estribar o direito da autora a proceder à demolição dos seus imóveis. A primeira dizia respeito à ausência de disposição legal ao tempo em que a obra foi embargada, embora a demolição de imóveis no município, fossem estes ou não patrimônio histórico cultural, dependessem de prévia autorização, ressalva esta disposta no art. 95 da Lei Municipal nº 2.565/80 que instituiu o II Plano Diretor de Pelotas. Também foi oportunizado à autora o direito de defesa, não tendo ocorrido qualquer ilegalidade. No que tange à restrição ao uso da propriedade, sem a observância das prerrogativas que lhe eram inerentes, o Município de Pelotas, na esteira da Lei Estadual nº 11.499/00, editou a Lei nº 4.568/00, balizando as Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural e estabelecendo limitações e sanções para sua fiel manutenção. No entendimento do julgador, a mera declaração de determi-

⁷⁵ Decisão da f. 264 dos autos do processo judicial nº 02200933432.

nado imóvel como patrimônio histórico e cultural não produz, *de per si*, a restrição ao uso da propriedade na intensidade apregoada na Lei Municipal 4568/00, embora não se discutisse a faculdade do Poder Público de promover a restrição à propriedade privada. Por outro lado, entendeu o julgador como flagrante a ingerência indevida estabelecida pela Lei Municipal 4568/00 na propriedade privada, sem a prévia audiência da autora ou compensação financeira, motivo pelo qual caberia ao judiciário anular o ato do Município de Pelotas, impondo à administração a necessidade de prévio procedimento de identificação do bem como patrimônio cultural, marcado pela efetiva participação da lesada e, neste caso, até considerar a possibilidade de indenização.

Entretanto, em razão desse pronunciamento de invalidade do ato de restrição do Município, verificou-se o efeito retroativo dessa invalidade, de modo que a negativa à demolição dos imóveis com base na Lei Municipal 4.568/00 revelou-se ilegítima desde o seu começo, gerando, em consequência disso, que todos os danos suportados pela proprietária, advindos da impossibilidade de dispor de seus bens, deveriam agora ser reparados pela Municipalidade. Assim, o pedido da proprietária foi julgado parcialmente procedente, ao efeito de anular as restrições impostas pelo Município à propriedade da autora com base na Lei Municipal 4.568/00, bem como foi o Município condenado ao pagamento por danos materiais, traduzidos nos lucros cessantes suportados pela autora com a impossibilidade de fruição dos imóveis, cujo *quantum* seria apurado mediante liquidação por artigos.⁷⁶ Da referida decisão, porém, o Ministério Público interpôs recurso de apelação para que fosse reformada a sentença, decretando-se a improcedência do pedido formulado pela proprietária na inicial.

Recebida a apelação no duplo efeito, a apelada foi intimada para apresentar contra-razões, o que o fez, pugnando que a decisão de 1º grau deveria ser mantida por seus próprios fundamentos, reiterando os fundamentos expostos na sentença de primeira instância e as oferecidas no curso do processo. O Município de Pelotas aderiu ao recurso interposto pelo Ministério Público apresentando razões no sentido de que a sentença não poderia prosperar, pois seria contrária a prova dos autos, também por afrontar a não só a legislação pertinente (art. 5º da Lei Municipal nº 4568/00, art. 11 da Lei Estadual nº 11.499/00 e art. 2º, XII e 39 da Lei nº 10.257/01 – Estatuto da Cidade), mas também os ditames constitucionais (arts. 23, 24, VII, 30, I, II e IX, 216 da CF/88 e art. 223 da Constituição Esta-

⁷⁶ Decisão das ff. 372 a 385 dos autos do processo judicial nº 1050039185-9.

dual). Dessa forma, requereu que fosse recebido o apelo, para o fim de julgar improcedente a ação em todos os seus termos.

Remetidos os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, veio o julgamento dos recursos de apelação, no sentido de que foi verificado que as questões, objeto daquela ação ordinária versavam sobre a vedação da demolição de edificações da proprietária, imposta pelo Município de Pelotas, em decorrência de tombamento descrito em Lei municipal que protegia os bens arrolados como patrimônio histórico e cultural, bem como do cometimento de infração administrativa por tal proprietária. Redistribuído para a vigésima segunda câmara cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do sul, através do voto da presidente e relatora, Sra. Desembargadora Maria Isabel de Azevedo Souza, esta proferiu sua decisão no sentido de que o advento da lei municipal nº 4568/00, que elegeu determinadas zonas da cidade como área de preservação do Patrimônio Cultural, não gerou para os proprietários dos imóveis nelas situados o dever de preservá-los, pois cuida-se apenas de declaração legal de caráter geral que autoriza a Administração Pública Municipal a proceder ao tombamento de imóveis lá situados que, em razão do seu valor histórico, devem ser preservados. Aduziu, ainda, que a declaração de áreas de preservação do patrimônio cultural pela lei municipal deve seguir-se à escolha pela Administração Pública de quais imóveis ali edificadas devem ser preservados à luz do valor histórico e cultural. O instrumento jurídico para tal é o tombamento, disciplinado pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de março de 1937, o qual encerra normas gerais que se aplicam a todos os entes da federação, inclusive aos Municípios.⁷⁷ Dessa forma, sem prévio tombamento do imóvel, na forma do Decreto-lei nº 25/37, que exige a instauração de processo administrativo, não surge ao proprietário o dever de preservá-lo, inclusive, havendo casos em que o tombamento deverá ser acompanhado de indenização por resultar onerosidade excessiva ao proprietário. Por fim, não tendo sido o imóvel objeto de tombamento por meio de regular processo administrativo, teria direito o proprietário de dele dispor livremente. O indeferimento do pedido de demolição, na espécie, sob o fundamento de que o imóvel deveria ser preservado seria, portanto, ilegal. Ademais, o fato de a autora ter dado causa à degradação do imóvel não levaria, por si só, ao provimento do recurso, porque a condenação ao pagamento de indenização não se referia aos danos causados aos imóveis, mas aos lucros cessantes suportados pela proprietária ante a impossibilidade de fruição dos imóveis em razão da proibição de demolição ou modificação. Nesse sentido, assim, foi negado provimento ao re-

⁷⁷ Decisão descrita naff. 476 dos autos do processo judicial nº 1050039185-9.

curso de apelação do Ministério Público e não conhecido do recurso adesivo da Municipalidade. Voto este que gerou decisão unânime.

Dessa forma, a autora peticionou nos autos do processo, a fim de requerer indenização pelos lucros cessantes referentes aos valores locatícios, bem como aos referentes à operação de venda do imóvel, oportunidade em que o juiz de 1º grau determinou o registro e cadastramento como liquidação de sentença, por artigos. O Município de Pelotas, por seu turno, impugnou a liquidação de sentença, pois que a autora exorbita quanto à pretensão e valores apontados, pois que a documentação acostada não autoriza os pedidos veiculados, juntando diversos documentos. O Ministério Público, por sua vez, alegou, quanto a esta questão da indenização devida à proprietária, que os valores arbitrados por ela deixam antever uma clara tentativa de enriquecimento sem causa, com escancarado prejuízo aos cofres públicos municipais, motivo pelo qual requereu fosse oportunizada as partes, se o desejarem, a produção de provas. Em caso de não houver interesse, requereu, ainda, nova vista. Ambos os pedidos foram indeferidos pelo julgador de 1º grau.

Por fim, ou seja, em 31 de março de 2010, foi proferida, nos autos do processo, a sentença referente à liquidação, cujo julgador aduziu que não são indenizáveis danos meramente hipotéticos, conforme procedeu a proprietária ao não demonstrar efetivamente o prejuízo obtido. Em 21 de novembro de 2011 as partes foram intimadas do retorno dos autos, sendo que não houve mais manifestações, motivo pelo qual o processo foi baixado em 28 de janeiro de 2013.

Este caso demonstra três questões importantes: a primeira é a necessidade de um comportamento cada vez mais proativo da administração pública na tutela dos bens culturais. A falta do processo de tombamento gerou, neste caso, não apenas a possibilidade da perda total do bem, entregue a autonomia privada de sua proprietária, como ainda um dever de indenizar as perdas sofridas pela proprietária nas restrições sofridas no uso do bem pela dubiedade de seu regime jurídico. De outro lado, demonstra que o julgador, no ímpeto de não sobreonerar o particular, e seu direito individual, tende a não considerar outros instrumentos de proteção, tais como, nesse processo, as referidas leis de zoneamento urbano como capazes de impor restrições e proteções aos bens culturais. A terceira questão é a possibilidade de tais bens, e as restrições a ele impostas, serem usados, pelos proprietários para justificar: 1) sua desídia na manutenção desses bens, na esperança de o poder público receber todos os ônus de sua restauração e manutenção; 2) o enriquecimento ilícito, ou pelo menos imoral, desses proprietários que: não mantém o bem; e que justificam essa desídia como causada pela restrição e como causadora de danos a serem indenizados pelos entes públicos, causando um duplo dano à coletividade.

Outro processo que merece destaque foi o que teve por objeto o chafariz da Praça Cipriano Barcelos, na cidade de Pelotas, este que, consoante informação da imprensa local, o Prefeito Municipal pretendia removê-lo para a praia do Laranjal. Para que tal ato não se concretizasse, o Ministério Público ingressou, primeiramente, em 19 de dezembro de 1995, com uma ação cautelar com pedido liminar, em virtude do risco de que fosse alterado, e irremediavelmente comprometido, o bem de valor histórico e cultural, com o seu assentamento definitivo em outro local, gerando gastos desnecessários; em virtude do risco de que fosse perpetrado grave dano à Praça Cypriano Barcellos, a proibição dessa remoção foi ordenada pelo juiz, deferindo a medida cautelar solicitada pelo Ministério Público. Posteriormente, em maio de 1996, o Ministério Público ajuizou uma ação civil pública objetivando a condenação do Município ao cumprimento da obrigação de fazer consistente na recuperação e/ou restauração do chafariz, tendo em vista: 1) que tal bem foi trazido da França, por volta do ano de 1873, pela antiga Cia Hidráulica Pelotense, e destinava-se ao abastecimento de água potável para a população que não dispunha dos serviços de água encanada; e 2) que o chafariz é um monumento de inestimável valor histórico, cultural e arquitetônico para a comunidade pelotense, encontrando-se, apesar disso, em total estado de abandono, necessitando de reparos urgentes e manutenção constante. Não houve contestação do Município de Pelotas, motivo pelo qual foi lançada a sentença de procedência para condenar o Município de Pelotas a fazer as reparações necessárias no chafariz localizado na Praça Cypriano de Barcellos, onde deverá permanecer. Não houve recurso, tendo os autos do processo subido ao Tribunal de Justiça, em reexame necessário, sendo, naquele tribunal confirmada a decisão.

Esta ação, por sua vez, é um exemplo de um caso exitoso na proteção de um bem cultural em face da falta de iniciativa do poder público em identifica-lo e, após, protege-lo, além do que denota a importância da atuação do Ministério Público nesses processos de identificação e afirmação do valor cultural de um bem. O processo, dado que não foi contestado, terminou sem mais conflitos e, assim nossa análise também restou mais breve.

Também cabe referir-se ao ocorrido em relação ao antigo prédio da Brahma, localizado no bairro do porto em Pelotas, bem este inventariado. Com o intuito de obter a restauração do prédio, o Ministério Público ajuizou ação civil pública contra a Companhia Brasileira de Bebidas e contra Lígia Maria Silveira Rosa Rheingantz, a compromitente compradora, objetivando a condenação dos réus ao cumprimento da obrigação de não fazer, consistente na abstenção de execução de alteração, reforma ou demolição do prédio, ainda que parcial, que o descaracterizasse, bem como pediu a condenação ao cumprimento da obrigação de fazer consis-

tente na execução das restaurações, reparos e demais obras necessárias à manutenção e conservação do referido bem.

Durante o trâmite da ação, Lígia Rheingantz abriu mão da aquisição do imóvel, que havia sido objeto de contrato de promessa de compra e venda e a Brahma o retomou, mas, ao mesmo tempo, doou o bem para o Município de Pelotas, tendo este recebido o bem como quitação por eventuais dívidas, assumindo este último a obrigação de fazer uma reciclagem para a revitalização do prédio, pois que o cederia para o uso do Banco Caixa Econômica Federal. Ocorre que os engenheiros da Caixa, ao realizarem vistoria no imóvel, não aprovaram o prédio e a Caixa não teve mais interesse em seguir adiante com o projeto. Neste ínterim, César Borges, à época, reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), manifestou interesse no prédio, oferecendo em troca o prédio da rede ferroviária, tendo se efetivada a permuta. A partir daí, o Ministério Público Estadual não teve mais legitimidade para dar seguimento à ação, tendo esta sido extinta, passando a legitimidade ao Ministério Público Federal para seguir atuando no caso. Sabe-se que, atualmente, existe um projeto da Universidade Federal de Pelotas para tornar o prédio um Complexo Científico e Cultural.

Por fim, cabe mencionar o caso do prédio localizado na Rua Gonçalves Chaves, nº 702, Pelotas, ou o “Casarão dos Mendonça”, em que o Ministério Público, mais uma vez, ajuizou uma ação civil pública a fim de obter o tombamento do imóvel pela Municipalidade, tendo em vista o seu valor histórico, arquitetônico, cultural e artístico, objetivando sua preservação. Nesse processo, embora a proprietária não tenha contestado, demonstrando concordância com o tombamento, a ação foi julgada improcedente, por entender o Judiciário que, mesmo reconhecendo o valor histórico, cultural e arquitetônico, o imóvel se encontrava em precárias condições, já que apenas a fachada estava intacta, e, assim, temeroso seria considerar a hipótese de tombamento sem se cogitar da obrigatoriedade do município na restauração e conservação do patrimônio, bem como em indenizar seus proprietários, acaso fossem destituídos da utilização plena do imóvel. Dessa forma, no caso acima referido, teve-se uma decisão judicial não favorável à preservação do prédio tendo em conta a onerosidade da preservação e os riscos econômicos ao município em arcar com esse ônus.

Assim, pretendeu-se, através dessa breve análise de alguns casos práticos ocorridos no Município de Pelotas, demonstrar a relevância das ações judiciais e legislações que tratam do patrimônio cultural, ratificando a importante atuação do Poder Judiciário e do Ministério Público em busca da preservação do patrimônio cultural, embora ainda sejam questões que merecem muita atenção e discussão para que se chegue, realmente, a um resultado positivo de forma plena.

Conclusões

Os estudos até aqui efetuados encaminham a algumas conclusões. A primeira delas é o notório avanço na sistemática de proteção do patrimônio cultural Brasil, notadamente nas últimas décadas, em termos não só de legislação, mas também em políticas públicas e no fortalecimento institucional. O compromisso assumido pelo Governo Federal com Convenções e Organizações Internacionais, talvez, seja uma das razões para esse avanço. Não só toda a proteção do patrimônio cultural imaterial, como também a reconsideração dos quesitos que identificam um bem como bem cultural de modo a incluir, nestes quesitos, bens afetos à cultura popular e vernacular e, por fim, o reconhecimento da pluralidade e da multiculturalidade do Brasil, enquanto fontes variadas de produção de bens culturais, são todas medidas que surgiram apenas nesta última década, apesar da relativa longevidade do sistema de proteção do patrimônio cultural no Brasil.

Apesar disso, porém, quando se atenta para as ações concretas de proteção do patrimônio cultural, nem sempre essas ações se aplicam com toda a riqueza de possibilidades que o *status quo* institucional e do ordenamento jurídico brasileiro possibilitam. Os conflitos e contrabalançamentos entre interesses privados e públicos referidos a bens culturais, o foco a erros administrativos em face de direitos individuais, o direito ou não de indenização aos proprietários de bens tombados, a desídia dos Municípios em suas omissões nos tombamentos, em contrapartida, a concentração desmedida da responsabilidade do Município (em detrimento do Estado e da União, muito mais ricos) em processos de tombamento de bens culturais, essas e outras questões ainda tem gerado posições titubantes entre Magistrados, e entre esses e o Promotores de Justiça, Procuradores e Advogados envolvidos nos processos. Atentar para os processos judiciais sobre casos concretos em que se solicita a proteção de algum bem cultural e analisar como os operadores do direito (magistrados, advogados, procuradores e promotores de justiça) localizam, interpretam e aplicam essas normativas teve como objetivo captar a consistência ou não entre esse avanço legal e institucional do Sistema Oficial de Proteção do Patrimônio Cultural no Brasil e sua operação concreta por, pelo menos, uma das faces de seus operadores: a face do poder judiciário e de suas funções. Método similar de estudo de eficácia desse, em um momento posterior de nossa pesquisa, também será usado para analisar a ação de outros operadores desse sistema, entre eles, os operadores dos poderes executivos federal, estadual e municipal, em seus atos administrativos.

Assim, atenta-se, com esses resultados, que uma ação importante para a consolidação desse Sistema Oficial de Proteção do Patrimônio Cultural no Brasil é o treinamento e a capacitação específicos dos atores judi-

ciais, administrativos e legislativos para que tomem maior conhecimento dos avanços desse sistema e, assim, possam leva-lo a cabo com mais consistência e efetividade.

Referências

ARANTES, António Augusto. **La preservación del Patrimonio como práctica social**. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1990.

CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS. **Legislação sobre Preservação do patrimônio Cultural**. Brasília, 2013.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009.

D'ÂNGELO, Suzi. **A tutela antecipada na ação civil pública**. Campinas, SP: LZN, 2004.

DURHAM, Eunice. Texto II. In. ARANTES, António A. (org.). **Produzindo o passado, estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984, pp. 23-58.

FERREIRA, Lucio Menezes. Patrimônio Arqueológico, pós-colonialismo e leis de repatriação. In. FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A; RAMBELL, Gilson (orgs.). **Patrimônio Cultural e Ambiental. Questões Legais e Conceituais**. São Paulo: Annablume; FAPESP, Campinas: NEPAN, 2009, pp. 77-98.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 7. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo; trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra; RAMBELL, Gilson. **Patrimônio cultural e ambiental: questões legais e conceituais**. São Paulo: Annablume-FAPESP, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cassia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Relações de Força: História, Retórica e Prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GONCALVES, José Reginaldo Santos. O Patrimônio como Categoria de Pensamento. In: Regina Abreu; Mário Chagas (Orgs.). **Memória e**

- Patrimônio: ensaios contemporâneos.** Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.
- IANNI, O. **Uma cidade Antiga.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- LOPES, José Reinaldo de Lima. **O Direito na História; lições introdutórias.** 2ª ed. ver. São Paulo: Max Limonad, 2002.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro.** São Paulo: Malheiros, 2007.
- MARCHESAN, Ana Maria Moreira. **A tutela do patrimônio cultural sob o enfoque do direito ambiental.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- MILARÉ, Édís. **Direito do Ambiente.** 6. ed. São Paulo: RT, 2009.
- MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro.** Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
- MOURÃO, Henrique Augusto. **Patrimônio Cultural como um bem difuso.** Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
- PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito Administrativo.** São Paulo: Atlas, 2004.
- PRADO, Luiz Régis. **Crimes contra o Ambiente.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
- PRESTES, Vanêsa Buzelato (org.). **Temas de Direito Urbano-Ambiental.** Belo Horizonte: Fórum, 2006.
- RICHTER, Rui Arno. **Meio Ambiente Cultural: Omissão e Tutela Judicial.** Curitiba: Ed. Juruá, 2003.
- SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 33. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.
- SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- SOARES, Inês Virgínia Prado. **Direito ao (do) patrimônio cultural brasileiro.** Belo Horizonte: Fórum, 2009.
- SOUZA Filho, Carlos Frederico Marés de. **Bens culturais e sua proteção jurídica.** 3. ed. Curitiba: Juruá, 2006.
- WOLF, Eric. **Europe and the people without history.** Berkley: University of California Press, 1982.

Parte 5 -

Patrimônio Imaterial:
novos patrimônios, novos lugares.



MEMORIAS DE DOLOR Y SUS PROCESOS DE MUSEALIZACIÓN Y PATRIMONIALIZACIÓN EN URUGUAY Y BRASIL

Ana María Sosa González
Maria Leticia Mazzucchi Ferreira

Introducción

En los últimos años, se vienen generando un conjunto de acciones que reivindican el derecho a la memoria y la lucha por la verdad en los países latinoamericanos que se vieron afectados por la violación sistemática de los derechos humanos durante las dictaduras de las décadas de 1960, 1970 y 1980. Recientemente estos Estados, y entre ellos Uruguay y Brasil, en respuesta a las diversas reivindicaciones de sectores políticos y de organizaciones de la sociedad civil plantean una serie de políticas públicas de memoria con la finalidad de dar a conocer los dolorosos episodios de las dictaduras y concientizar a la población sobre los mismos.

Por medio de diferentes propuestas los Estados latinoamericanos buscan promover la reflexión pública sobre los procesos históricos vinculados a ese pasado doloroso y así poder establecer intercambios que fortalezcan la promoción de los derechos humanos y civiles. Con ello se institucionalizan y generan espacios que dan a conocer dicho pasado creando Museos de la Memoria e instalando Memoriales, que recuerdan y materializan episodios claves de esos sucesos, contribuyendo a la patrimonialización de esa memoria, en el marco de determinadas políticas públicas que se orientan hacia la defensa del “derecho de memoria”, de los derechos humanos y de la democracia.

La existencia de estos museos, memoriales, o centros de memoria, suponen una reformulación del concepto clásico de patrimonio, permitiendo pensar en un nuevo uso del concepto, en el que justamente una memoria en acción o memoria activa de las identidades políticas construyen y transforman constantemente los significados atribuidos históricamente, generando polémicas y visiones encontradas, siendo claro el conflicto existente a partir de evidencias y recuerdos que no toda la sociedad está dispuesta o desea ver...

Lo que aquí se evoca representa una *memoria traumática*, un deseo de concientizar, reafirmando con ello lo que podría llamarse una *memoria positiva* en el sentido de arma poderosa para la identidad de los pueblos, orientada a construir una sociedad más justa, democrática, libre y solidaria.

Pero este proceso de reivindicación memorial enfrenta una serie de conflictos, se trata de una memoria en disputa, de una memoria aún no conciliada, aún no sanada, puesto que no toda la sociedad se siente representada o en defensa de dicho pasado traumático, condenando al olvido y a veces negación de las experiencias denunciadas por ciertos grupos sociales.

En la medida en que los Estados comienzan a asumir responsabilidades por los crímenes cometidos durante las dictaduras del siglo XX, surgen también una serie de políticas públicas de memoria que, junto a los reconocimientos “oficiales” se acompañan con medidas tales como los procesos de reparación a las víctimas, surgimientos de archivos y/o apertura de otros cuya documentación fuera oculta o reservada, procesos jurídicos a los responsables por las violaciones a los Derechos Humanos durante el período, investigaciones (excavaciones, análisis, etc.), denuncias y reconocimiento público de la violencia de Estado ejercida entonces.

Pasado que no pasa, memoria que no se olvida

Las experiencias vividas y narradas pueden ser estudiadas también como expresión de la memoria y/o de olvido, esta actividad tan selectiva como humana tiene su expresión individual y una dimensión colectiva. El olvido puede ser estudiado como un fenómeno social y cultural en la medida que se intente comprender sus diferentes manifestaciones y lugares en las sociedades contemporáneas, así como las instancias, voluntades o estrategias de olvido son un acto individual, corresponden al sujeto que las vive, las evoca, las oculta, las niega, las modifica; existen también diferentes formas y estrategias utilizadas por los grupos sociales para neutralizar, encubrir, apagar, neutralizar o aún soportar el pasado que tienen de cierto modo una expresión colectiva.

Es justamente este aspecto de las sociedades latinoamericanas contemporáneas, víctimas de violencia de Estado cometidas durante las últimas dictaduras, lo que lleva a observar, analizar e indagar los procesos comunes de este tipo de rememoración, reivindicación y recuperación de memorias traumáticas en el Cono Sur. De este modo, se busca comprender y porque no contraponer al proceso de saturación de olvido de un pasado reciente y negado cuyas víctimas sistemáticamente denunciaron las violaciones a sus derechos, la saturación memorial, en el sentido de un excesivo peso del pasado, y en este caso un pasado que algunos miembros del grupo social que los reivindica no desea avanzar, no le conviene o siente que ya se hizo lo suficiente. Ante esta situación resta el conflicto. Los Estados latinoamericanos, en los últimos años han intentado mediar, posicionarse al respecto, y a veces dar respuestas, valiéndose de diferentes mecanismos en que las memorias dolorosas son reapropiadas y resignifi-

cadadas. Uno de ellos es la vía de recuperación memorial, siendo los museos de la memoria y los memoriales uno de los aspectos que contribuyen a la transformación de esos lugares en variadas formas de expresión en la lucha por la justicia y derecho al pasado, en la lucha por la memoria en su instancia pedagógica de brindar conocimiento a la sociedad para tomar consciencia, para evitar repeticiones, para asumir un rol más participativo y evitar los olvidos tan colectivos como convenientes a determinados grupos.

En la opinión del historiador uruguayo José Rilla (2013, p. 9), “el pasado reciente, traumático a varias puntas difícilmente encuentra su lugar de reposo en los cauces algo más calmoso decantados del patrimonio”. El autor (refiriéndose específicamente a estos procesos en Uruguay) entiende que se trata de múltiples pasados, que recobran nuevos significados, valores y sentidos en la medida que son “presentes del pasado”, se trata de fragmentos de una irrupción de violencia y terror *que no pasa* (aunque se olvide), de una exhortación memorialística, de grupo, que busca “encontrar o inventar huellas de aquello que se perpetró con la meticulosa cautela de borrarlas” (RILLA, 2013, p. 9). Y, al referirse a los Memoriales y al Museo de la Memoria –MUME– en Uruguay, entiende que no se integran al capital patrimonial general aunque denuncien la urgencia del recuerdo ante la amenaza del olvido (RILLA, 2013, p. 9).

Si bien no es la idea entrar aquí en la discusión sobre el valor y/o validez de este patrimonio en su sentido consensuado respecto al significado de los hechos del pasado que se desea abordar en estas propuestas y políticas memoriales, lo cierto es que un conjunto de reivindicaciones cada vez más insistentes por parte de amplios grupos en las sociedades víctimas de violencia de Estado en el Cono Sur viene apropiándose de este pasado tan reciente como traumático, tan controvertido como doloroso, insistiendo en la denuncia, en dar a conocer, en concientizar sobre esos hechos como arma contra el olvido, como instancia educativa, como única vía para la comprensión y acercamiento de lo que consideran el “derecho a la verdad”.

Entre discutir si es o no posible este proceso de patrimonialización, se opta por analizar lo que se entiende un camino cada vez más firme (por la insistencia de los grupos, asociaciones y organizaciones de Derechos Humanos, así como en las políticas promovidas por los Estados), en la sistemática revisión e investigación sobre dicho pasado, en que a pesar de las singularidades de cada caso, es posible reconocer elementos comunes en las experiencias memoriales y museales sobre el período (tanto la que se ha dado en Uruguay con el Centro Cultural Museo de la Memoria –MUME–, en Brasil con el Memorial da Resistência de São Paulo, en Argentina con el Instituto Espacio para la Memoria, Escuela de Mecánica de la Armada ESMA, o el Museo de la Memoria de la ciudad de Rosario y en

Chile con el Museo de la Memoria y los Derechos Humanos). El objetivo central es no sólo la reivindicación memorial sino la dimensión pedagógica implícita en este tipo de propuestas que quiere colocar la defensa de los Derechos Humanos en un lugar destacado valiéndose de la enseñanza que esas memorias traumáticas puede -y “debe”- dejar a las generaciones futuras.

A través de estas propuestas memoriales y museísticas, existe una clara necesidad de dar reconocimiento y visibilidad a los crímenes políticos y actos de violencia de Estado, asociado al deseo de representación de trayectorias dolorosas colectivas e individuales, de recuperar la memoria de esos años de silencio, en la que la perspectiva museológica asume la dimensión de memoria como redención y negación del olvido.

Por otro lado existe otra motivación que busca la instrumentalización de la memoria como forma de reparación, creando dispositivos que permiten recuperar, sea por la vía individual o colectiva, la reparación por los sufrimientos causados por esa violencia y olvido (muchas veces también negados). Y por último una dimensión más crítica que tiene que ver con la sensibilización y comprensión que los visitantes alcanzarán movidos por la experiencia pretérita, en la que se espera que analicen las violencias del presente, identificando y transformándose en crítico de las diversas formas con las cuales la violencia se reviste en las sociedades contemporáneas.

Museos y Memoriales en Uruguay y Brasil

Los museos de la memoria y memoriales en Uruguay y Brasil se presentan como “nuevas” instituciones en la que se le atribuyen significados, finalidad y usos nuevos en los edificios en los que se instalan.

Este tipo de museos, de características particulares, por operar con memorias dolorosas aún no conciliadas, introducen un parámetro ideológico en la propia definición de museo. De ser comprendida cabalmente esta especificidad, la institución sería la expresión de un espacio de conflictos, generadora de pensamiento crítico, en el que diversos grupos sociales tengan la posibilidad de ejercer su voz política, representándose a sí mismos a través de un trabajo colectivo con la memoria.

Los espacios en los que se instalan adquieren significado no por su valor estético ni representativo para el conjunto de la sociedad que lo eleva a esa categoría, sino por su intención de generar una identificación, un conocimiento referido a un pasado silenciado, por trascender la materialidad y propiciar la reflexión y toma de conciencia.

En Uruguay, la construcción de estos espacios o lugares de memoria comienza en 2001, cuando se produce la Inauguración Oficial del *Memorial en Recordación de los Detenidos Desaparecidos*, en el Parque

Vaz Ferreira, ubicado en el Cerro de la capital: Montevideo (sobre la ladera del punto natural más alto de la ciudad), un barrio obrero de larga historia y tradición militante. Un dato interesante es que dicha acción se produce bajo el gobierno de los llamados partidos tradicionales o históricos, en este caso durante la presidencia de Jorge Batlle (del Partido Colorado), siendo además el primer presidente que reconoció desde el Estado la comisión de delitos violatorios de los derechos humanos.

El memorial construido en la pendiente del cerro con vista a la bahía del Río de la Plata, es de hormigón, acero inoxidable y vidrio, en cuyas paredes se colocaron 174 nombres de uruguayos desaparecidos durante la dictadura. Tal como se puede observar en la fotografía es posible caminar entre los muros vidriados dejando al visitante ante el silencio y la reflexión.

Figura 1: Memorial de Recordación de los Detenidos Desaparecidos



Fuente: Archivo Fotográfico de la Intendencia Municipal de Montevideo. Disponible en: <http://municipioa.montevideo.gub.uy/node/171>

La obra pertenece a los arquitectos Martha Kohen y Ruben Otero, y recibió premiaciones en las bienales de arquitectura de Quito y San Pablo; se “originó en 1998 como proyecto conjunto de la Intendencia de Montevideo y Madres y Familiares de Detenidos Desaparecidos”.⁷⁸ En la explicación que se ofrece en la página web de la Intendencia Municipal se expresa lo siguiente:

⁷⁸ <http://municipioa.montevideo.gub.uy/node/171> Acceso: 20/09/2013.

El monumento implica un paso más en la búsqueda de mecanismos de reparación a las víctimas de una de las más graves violaciones a los Derechos Humanos. A través de esta reparación simbólica se procura dejar testimonio de un período de la historia del país. En este proceso de reflexión colectiva se inserta la idea del Memorial de los Detenidos Desaparecidos en Uruguay que invoca la necesidad de “sellar la paz” y afirmar en los hechos, la voluntad del Nunca Más.⁷⁹

En la opinión de Rilla

se trata pues de la instauración de un espacio memorial desde una notoria economía de palabras, fuerte lenguaje simbólico y apertura a diversos significados aportados por los visitantes que con su mirada rememorante y diversa completan [la] instalación. No es cementerio “hecho posible”; tampoco losa que ocluye la memoria, las verdades y la justicia (RILLA, 2013, p. 29).

Una uruguaya (arquitecta) que siendo niña emigró con sus padres durante la dictadura y que reside desde hace más de 30 años en Brasil, al viajar a Montevideo en 2005 visitó el lugar, realizó fotografías, que describió en una entrevista realizada en 2006, expresando lo que sintió al enfrentarse al Memorial, de este modo:

Hay una foto del monumento a los desaparecidos, es algo que emociona, te recomiendo mirar bien esas fotos, tiene eso de los nombres, y además perforaron un pedazo del terreno y dejaron la piedra a la vista como haciendo la metáfora, sacar lo que está tapando y dejar visible lo que está, lo que fue escondido (PRESA, 2006).

En 2007 se inaugura el Centro Cultural y Museo de la Memoria – MUME- que depende directamente del Departamento de Cultura de la Intendencia de Montevideo. Se encuentra ubicado, al igual que el Memorial antes mencionado en un barrio también muy alejado de los circuitos habituales de circulación de la población residente y más aún de turistas. Se construyó en la antigua casa del Dictador Máximo Santos (1847-1889)

⁷⁹ <http://municipioa.montevideo.gub.uy/node/171> Acceso: 20/09/2013.

que gobernó el país hacia fines del siglo XIX, con una clara intención de dar nuevo sentido a ese espacio a través de un guión museístico que refuerza esa resignificación.

Figura 2 – Fachada del MUME (Casa Quinta del Ex-Dictador Máximo Santos).



Fuente: fotografía de Ana Paula Brito, 8 de diciembre de 2012.

Para Rilla, por ser un predio que no tiene relación con la memoria e historia del pasado reciente, se trata de un caso de instauración cabal en el que se muestra bajo un marco interpretativo inequívoco, que en la opinión del autor no deja posibilidades de reinterpretación obligando prácticamente a compartir las premisas de lectura e interpretación expuestas en el guión (RILLA, 2013, p. 30), perdiendo así la oportunidad de propiciar la “reflexión antes que transmitir certezas en voz alta, la decisión política de proclamar unilateralmente la memoria antes que interrogar sobre sus condiciones de posibilidad. Memoria militante derivada de una cultura militante” (RILLA, 2013, p. 32).

Por otro lado, el director del museo, Arq. Elbio Ferrario, que estuvo detenido durante toda la dictadura, en entrevista que le realizaran en 2008 y que la prensa publicó en una nota llamada “el museo del nunca más”, sostenía que

los responsables del lugar están siempre abiertos a nuevos materiales que la población o las oficinas del Estado vayan aportando. Incluso, Ferrario no pierde las esperanzas de tener el aporte del otro lado de esta historia, los militares y policías. ‘Nosotros luchamos, queremos que esté la memoria de los militares también y la memoria de los policías. Pensamos que la situación de dictadura afectó a todo el

mundo. También los militares y los policías fueron víctimas de la dictadura, consideró (FERRARIO, 2008).⁸⁰

En dicha ocasión Ferrario expresaba que la finalidad del museo y su muestra -que no puede catalogarse de “permanente”- es que vaya cambiando a medida que se incorporen otros aportes. Hoy las muestras de las salas 1, 2, 3, 4 y 5 se han mantenido con cierta estabilidad o permanencia, aunque se le han ido incorporando nuevos objetos, testimonios y guiones, no dan cuenta aún de la complejidad del período, ni parece conseguir en sus exposiciones el dinamismo pretendido, quedando preso de una perspectiva cerrada en la que los hechos se dan por obvios o no discutibles, y donde la frontera entre las víctimas y victimarios no es puesta en discusión en momento alguno. De ese modo, según Rilla, “el pasado y su conflicto no es pasado, es presente suspendido” (RILLA, 2013, p. 31).

En 2008, a pocos días después de su inauguración, la prensa lo presentaba de este modo:

El 10 de diciembre la casa de un dictador se transformó en un centro para recordar la represión. Lejos de ser un catálogo del horror, el Museo de la Memoria busca rescatar y fortalecer los valores democráticos, con una clara vocación de futuro. Así, la Quinta de Santos se transformó en un espacio para reflexionar sobre la dictadura que padeció Uruguay, entre 1973 y 1985. ¿La intención? Recoger experiencias y testimonios para no tropezar dos veces con la misma piedra (EL ESPECTADOR, 2008).⁸¹

Para el director el hecho de convertir la casa de un ex dictador en un museo, es una oportunidad de “cambiarle el sentido, lo que era la casa quinta de un dictador resignificarla y ponerla como un espacio por los derechos civiles, por los derechos humanos” (FERRARIO, 2008), así como se hizo en otros lugares.

Por otra parte, en la página web del museo se lo promueve como:

⁸⁰ Entrevista realizada al Arq. Elbio Ferrario por Radio el Espectador, el 25 de enero de 2008.

⁸¹ El Espectador, Montevideo, 25 de enero de 2008. Disponible en: <http://www.espectador.com/enperspectiva/informes/pagina/12/items/20>
Acceso: 10 de setiembre de 2013.

un espacio dedicado a la recuperación de la memoria sobre el terrorismo de Estado y la lucha del pueblo uruguayo contra la dictadura (1973-1985); pretendiendo aportar conocimientos a las nuevas generaciones sobre la historia reciente de nuestro país. Aquí se desarrollan actividades de investigación, artísticas, educativas y culturales, que promueven el sentido crítico y la reflexión, para lograr que la memoria sea un instrumento que permita el desarrollo de la conciencia crítica de la sociedad.

El centro de nuestras actividades gira en torno a la exposición permanente que abarca: la Instauración de la dictadura; la Resistencia Popular, Las Cárceles; El Exilio; Los Desaparecidos; La Recuperación Democrática y la Lucha por Verdad y Justicia, e incluso Historias Inconclusas y Nuevos Desafíos. Este guión museográfico fue elaborado tras las reflexiones y debates de distintas organizaciones sociales y de derechos humanos.⁸²

Se destaca aquí la muestra de la sala 4 compuesta por los carteles de desaparecidos que hasta hace dos años se retiraban del museo para transitar por la Avenida 18 de Julio (en el centro de Montevideo) todos los 20 de mayo en la llamada “Marcha del Silencio”.

Figura 3 - Exposición Permanente Sala 4.



Fuente: fotografía de Ana Paula Brito, 8 de diciembre de 2012.

⁸² <http://museodelamemoria.org.uy/> Acceso: 20 de setiembre de 2013.

Finalmente, en invitación reciente difundida por el Departamento Educativo del MUME para la conmemoración de sus seis años se expresa lo siguiente:

La misión del MUME es crear un espacio de la ciudad de Montevideo para la promoción de los Derechos Humanos y la Memoria de la lucha por la Libertad, la Democracia y la Justicia Social, entendiéndolos como conceptos culturales, inacabados y en permanente construcción. De este modo el Centro Cultural y Museo de la Memoria responde a la necesidad urgente de simbolizar la historia del golpe de Estado en el país, para que nunca más se vuelva a repetir. En tiempos de incertidumbre surge una gran certeza, que la memoria es un arma poderosa para la identidad de nuestros pueblos, y que orienta la lucha para construir una sociedad mejor, con justicia social, democracia, libertad y solidaridad. El MUME se concibe como una institución donde desarrollar múltiples actividades que promuevan el sentido crítico y la reflexión sobre la sociedad donde vivimos, en tanto que los genocidios y el terrorismo de Estado son expresiones de nuestra civilización, y nos interpelan permanentemente acerca de la misma (MUME, 2013).

Sin entrar en detalles de las exposiciones y características del predio esta secuencia de opiniones expresa otro aspecto del difícil y complejo entramado de una memoria en disputa, en conflicto, un juego de intenciones, de compromisos y análisis crítico que no siempre es posible conciliar en un discurso museístico, quedando así también sin posibilidades de encuentro, siendo a su vez un ejemplo del polémico, delicado e insuficiente abordaje y análisis del llamado *pasado reciente*.

De todos modos en entrevista realizada recientemente al director, el mismo afirmaba que “el museo tiene autonomía, se ha instalado, se ha instalado en la sociedad, a nivel país, se ha instalado a nivel internacional [...]” (FERRARIO, 2013).

En Brasil, en 2008, se crea el *Memorial da Resistência*, vinculado a la Pinacoteca del Estado de São Paulo, dependiente de la Secretaría de Estado da Cultura. Es presentado en su página web como

una institución dedicada a la preservación de referencias de las memorias de la resistencia y de la represión políticas de Brasil republicano (1889 hasta

la actualidad) por medio de la musealización de parte del edificio que fue sede, durante el período de 1940 a 1983, del Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – Deops/SP, una de las policías políticas más truculentas del país, principalmente durante el régimen militar.⁸³

El proceso comienza en 2004, cuando la Pinacoteca del Estado asumió la gestión del predio como espacio para actividades museológicas en el campo de las artes visuales, incluyendo la *Biblioteca Walter Wey*, el *Centro de Documentação e Memória*, y el *Auditório Vitae*. En 2007, el *Memorial da Liberdade*, sobre la gestión de la Pinacoteca, recibió el proyecto museológico para ampliar la acción de preservación y educación “por medio de la problematización y actualización de distintos caminos de las memorias de la resistencia y de la represión políticas del Brasil republicano”.⁸⁴

Figura 4 – Fachada del Memorial da Resistência.



Fotografía: Pablo Di Giulio. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo.

Así como en el caso del MUME, la activa participación de varias organizaciones congregadas en la Asociación de Amigos del Centro Cultural y Museo de la Memoria de Montevideo fue decisiva para la creación e impulso de la propuesta, la insistente acción militante desde fines de 2006, del Fórum Permanente de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, sensibilizó a la administración estadual sobre la necesidad de una nueva mirada para ese espacio siendo una de las participaciones clave en este impulso. El resultado será un proyecto que se implementó a partir del 1° de mayo de 2008, cuando pasó a llamarse *Memorial da Resistência*,

⁸³ <http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/> Acceso: 12 de abril de 2013.

⁸⁴ <http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/> Acceso: 12 de abril de 2013.

“asumiendo el compromiso cívico de (re)construcción de la memoria y de la historia política del Brasil”.⁸⁵

En la opinión de la actual directora del Museo, la falta de un proyecto museológico y de desarrollo sistemático de actividades hasta 2007 representó un período de mucho descontento porque la reforma del Memorial no contemplaba una verdadera revitalización del espacio, con la debida explotación de su potencial educativo y cultural (FELIPINI, 2012, p. 51). Se hizo necesario un nuevo contexto sociopolítico que volviera el interés para el edificio, y sólo así con el apoyo de ex-presos políticos, militantes y organismos gubernamentales fue posible que se reformule el espacio por la entonces administración del Estado de São Paulo (FELIPINI, 2012, p. 53).

En la propuesta del Memorial se observa una clara alusión a los procesos de patrimonialización de estas memorias de dolor y resistencia, cuyo programa museológico se estructura en base a procedimientos de investigación, salvaguardia (aclarando que se trata de documentación y conservación) y comunicación patrimoniales (exposición y acción educativo-cultural), bajo el enfoque de la resistencia, control y represión política, en torno a seis líneas de acción que actúan articuladamente, con el objetivo de ser un espacio dedicado a la reflexión y promoción de acciones que contribuyan al ejercicio de la ciudadanía, el funcionamiento de la democracia y la valorización de una cultura en derechos humanos.⁸⁶

A diferencia del MUME, cuyo predio no guarda relación con la historia del pasado que se evoca, el Memorial tiene una relación directa con dicho pasado puesto que fue sede del Departamento Estadual de Orden Pública y Social de São Paulo por más de cuarenta años, que abarcan lógicamente el período dictatorial. Esta información aparece claramente expresada en la página electrónica al hablar de su trayectoria y diferentes usos del predio, desde su creación hasta el presente.

La página electrónica también vincula el programa “Lugares de Memoria” acompañados de una clara explicación histórica de los sitios, acontecimientos y personajes, debidamente documentado, cuyo objetivo es inventariar y señalar los lugares de la memoria de la resistencia y de la represión políticas del Estado de São Paulo, realizando la siguiente invitación, con énfasis en la identificación y construcción colectiva de dichos lugares:

Con la convicción de que esas memorias son construcciones colectivas, el Memorial da Resistência de

⁸⁵ <http://www.memorialdaresistencia.org.br/> Acceso: 12 de abril de 2013.

⁸⁶ <http://www.memorialdaresistencia.org.br/> Acceso: 12 de abril de 2013.

São Paulo invita investigadores, ex-presos y perseguidos políticos y todos los ciudadanos a colaborar en la (re)construcción de una importante parte de nuestra historia.

Usted puede colaborar en la construcción del inventario de los lugares da memoria de la resistencia y de la represión del estado de São Paulo escribiéndonos.⁸⁷

El museo mantiene además un programa de recolección sistemática de testimonios, y se muestra abierto a recibir y registrar relatos de ex-presos, perseguidos políticos, familiares de muertos y desaparecidos y otros ciudadanos que trabajaron en la institución (es decir en el Deops/SP), con la finalidad de preservar y difundir las memorias sobre los acontecimientos de la institución, brindando la posibilidad de mostrar otra dimensión de la historia oficial, y con ello contribuir a que los visitantes reflexionen críticamente sobre la actuación de uno de los órganos de control y represión institucionalizada, la importancia de la democracia y de los derechos humanos.⁸⁸

Se plantea también promover la investigación, salvaguardia y comunicación de dichas memorias de resistencia y represión políticas del período republicano brasileiro; abriendo con ello el espectro temporal, ya que no solo hace referencia a la última dictadura militar, sino también al Estado Novo. Con ello se pretende

asegurar la permanencia del debate sobre las memorias de la resistencia y de la represión políticas, permitiendo la valorización de la preservación de sus referencias patrimoniales, contribuyendo con la educación permanente de los ciudadanos y posibilitando la calificación de la coexistencia institucional con la Pinacoteca del Estado.⁸⁹

⁸⁷ <http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/> Acceso: 12 de abril de 2013. Asimismo, se informa sobre el proyecto "Inventario de los lugares de memoria: la educación para los derechos humanos por medio del patrimonio", como parte del Programa Lugares de la Memoria, que fue contemplado por el 2º llamado público "Marcas da Memória", de la Comissão de Anistia Política do Ministério da Justiça.

⁸⁸ <http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/> Acceso: 12 de abril de 2013.

⁸⁹ <http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/> Acceso: 12 de abril de 2013.

Como elementos distintivos del Memorial de la Resistencia, que buscarían trascender los objetivos antes señalados, se destacan dos aspectos, uno que pone el énfasis en la “valorización patrimonial del lugar de memoria, edificio del antiguo Deops/SP, que remite directamente a la temática de la represión y de la resistencia políticas”; y el otro, vinculado a una propuesta que pretende innovar en concepción museística a través de la “realización de experimentaciones museales inéditas, colaborando con la ampliación del campo de reflexión museológica”.⁹⁰

La directora del museo en un texto de 2012 enfatizaba su reflexión sobre ese lugar de memoria, como espacio que testimonia situaciones traumáticas, y que, durante años fue relegado al olvido, al abandono, adquiriendo ahora nuevos usos. Son justamente esas nuevas propuestas museográficas las que permitirán no solo dar a conocer esos mecanismos y juegos de memorias y olvidos, sino también la comprensión y así valoración de un espacio, concebido como patrimonio a partir de una revitalización del mismo y de una concepción museológica que pretende colaborar con ese proceso (FELIPINI, 2012, p. 40).

Existe además el Programa de Acción Educativa que desea “integrar los potenciales educativos del acervo documental del Deops/SP y de la exposición de larga duración del Memorial, instalada en el espacio carcelario restante”, valiéndose también de otros archivos y de testimonios de ex-presos políticos que pasaron por el predio. En el módulo C de la exposición permanente se busca a través de las cuatro celdas, el corredor principal y el corredor para el “baño de sol” apoyado de paneles explicativos y de soportes audiovisuales recorrer la historia del predio desde la implantación del Memorial a los testimonios sobre la cotidianeidad en la prisión.⁹¹

Como ha podido observarse ambas propuestas museales guardan estrecha relación y puntos en común. En la opinión de Peluffo se trata de museos de sitio que acentúan

la presencia fantasmal de los acontecimientos evocados [...]. Es el lugar mismo el que pasa a tener un valor patrimonial moral, independientemente de otros testimonios que se le incorporen como parte de una museografía adicional. El lugar, el suceso y su memoria, quedan sellados entre sí, conformando un nuevo tipo de patrimonio y de experiencia cultural (PELLUFO, 2009, p. 7).

⁹⁰ <http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/> Acceso: 12 de abril de 2013.

⁹¹ <http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/> Acceso: 12 de abril de 2013.

Patrimonializaciones y memorias dolorosas.

Estos museos y memoriales, que han sido creados en todos los continentes, se enfrentan al dilema, -y en ese sentido al igual que todos los museos-, sobre qué conservar, qué privilegiar y qué dejar o prescindir. Pero es una característica específica de estos espacios museales y sitios de memoria el compartir ciertos objetivos comunes: tratar de forma cuidadosa esas memorias dolorosas, concientizar para el respeto de la diferencia y de los Derechos Humanos, para el ejercicio de la ciudadanía y de los valores democráticos. El desafío de este tipo de museos y memoriales es instituir en esos lugares de torturas y olvidos (algunos por su relación directa con el pasado que evoca, otros por su propuesta -instauración-), un discurso que no tema entrar en dichos asuntos sin incurrir en victimizaciones y constante invocación del dolor, sino mantener una coherencia sobre el por qué y para qué recordar, trayendo sus antiguos encarcelados y a todos quienes vivieron esa violencia de Estado, así como la discriminación dentro de sus respectivas sociedades, aspirando y contemplando una construcción expográfica en conjunto.

Se trata de instancias cuyo objetivo es sensibilizar a la comunidad para la preservación de memorias sensibles y así, generar conocimiento de un período histórico reciente que contiene información vinculada a un pasado silenciado por el propio Estado.

Estos espacios se anclan en su potencial educativo, al mismo tiempo que recuperan memorias, informan, concientizan y sensibilizan, brindan la oportunidad de propiciar reflexiones críticas a los visitantes, sobre todo esas nuevas generaciones que no vivieron y muchas veces tampoco han sido informadas sobre los sucesos de aquel tiempo, permitiendo también nuevas miradas y cuestionamientos a su contexto a la luz de estos episodios.

En este sentido, estos museos constituyen un soporte de memoria particular que no siempre refieren a la identidad cultural de la comunidad nacional en un sentido amplio, sino a una acción que los Estados en el marco de una serie de políticas públicas de memoria vienen impulsando pero que aún hoy dividen a la sociedad, por lo que no son representativos de una ciudadanía homogénea que se reconoce en y a través de los mismos.

Por ello se trata de una instancia de valoración patrimonial que no es necesariamente compartida por el conjunto de la sociedad, de ahí que Rilla lo coloque como un patrimonio imposible, ya que en su opinión el mismo debería arribar a una zona de concordia con cierto consenso fáctico respecto al significado de los hechos del pasado (RILLA, 2013, p. 11).

En respuesta a estos cuestionamientos se entiende que existe una población directamente involucrada, tanto en los proyectos del MUME como en el Memorial de la Resistencia (así como se ha podido observar para otros museos o centros de memoria del Cono Sur) que ahora consiga tener un espacio de expresión de sus memorias y dar a conocer episodios traumáticos, que representan parte de su historia de grupo (como víctimas del terrorismo de Estado) pero también de una historia reciente que el conjunto de la sociedad merece y precisa conocer.

Aunque las mismas aún tengan muchos puntos críticos o insuficientes, necesiten otras participaciones y reclamen nuevos enfoques, estos museos de ser concebidos en su especificidad podrán ir más allá de la historia y testimonios que contienen sus discursos, y así, su labor, no está vinculada a la adhesión a una causa específica de las reivindicaciones mnemónicas, más precisamente porque su contribución estaría en la capacidad de proponer conocimiento sobre la sociedad, explicitando cuestiones y problemas que esa sociedad (o en este caso una parte de ella) muchas veces no quiere mostrar o no desea saber (RAMOS, 2011, p. 31).

Pero tendrá a su vez un desafío mayor: ¿cómo generar identificación con los sucesos que narra, con los relatos de víctimas, cuando muchas personas y sobre todo las generaciones más jóvenes desconocen lo sucedido?, ¿cómo hacer de ellos parte de la historia del grupo que reivindica esa memoria y al mismo tiempo cómo promover una educación museal en la que los visitantes puedan reconocerse y se genere así una memoria compartida?, ¿es posible crear un sentimiento de pertenencia o por lo menos de identificación con un pasado que sucedió a un número importante de personas de las cuales muchísimas aún hoy viven y padecen sus consecuencias...?

Esto implica trascender aspectos comunes ya consensuados que pueden ser válidos para otros museos, por ejemplo los museos históricos nacionales, donde si bien no todos los ciudadanos se sienten representados en ese discurso pretendidamente nacional, la historia oficial y la educación formal han conseguido homogeneizar y transmitir un relato único que a pesar de los sucesivos cuestionamientos sigue firme.

Para poder cumplir con el propósito de ser un museo que despierte un sentido de pertenencia a una historia aún polémica y con ello sensibilice para que nunca más vuelva a ocurrir algo semejante, debe propiciarse también sentimientos de tolerancia y respeto por los derechos humanos, lo que no siempre es fácil cuando gran parte del discurso museológico se encuentra resaltando sistemáticas violaciones a esos derechos incluso por el propio Estado. El gran desafío es que ese pasado no se transforme en un discurso único que narre solo un lado o aspecto de los acontecimientos tal como ocurrió en el período que se critica: la dictadura.

Conclusiones

Si reflexionamos sobre la educación patrimonial –en este caso también museal- y extendemos la posibilidad que la misma podría generar en sus usuarios, yendo más allá de lo técnico, se perciben ciertas potencialidades en estas propuestas: puede capacitar a la población para fiscalizar y cooperar con la conservación de una memoria polémica, dolorosa, de una historia traumática para muchos, en la medida que se difunda y trabaje con ella en esa clave de acción. Puede también capacitar a la comunidad en el proceso de elección de bienes que se expondrán en el museo, incluso en su conservación, y en su generación, ya que contribuirá a generar nuevos testimonios sobre el período, trascendiendo así esas memorias de dolor, entendiendo que las mismas forman parte de la trayectoria histórica humana, con una comprensión más profunda de los conflictos y manipulaciones de la memoria en momentos que no ha estado a favor de “la verdad” y así construir sociedades más participativas y defensoras de los derechos humanos.

Idealizando aún más podrá ser un instrumento para la construcción de la democracia cultural y así en un futuro tener una sociedad más comprometida con la defensa de esos derechos y sobre todas las cosas en alerta para que no vuelva a permitir que suceda algo tan grave. Se trata entonces de una valorización de esa memoria más que por sus aspectos positivos, por la enseñanza futura que se espera pueda dejar firmemente plasmada.

Finalmente, analizando los procesos de activación, valoración y re-significación del “patrimonio” del pasado reciente que se viene procesando en las sociedades latinoamericanas víctimas de violencia de Estado, resulta interesante incluir estas nuevas propuestas en la cada vez más amplia y compleja trama de los procesos de patrimonialización, incorporando estos “nuevos lugares” (representativos de dolor) a la reflexión y construcción de “otro” tipo de patrimonio, que aún no teniendo el pretendido amplio consenso por parte de la sociedad e incluso de varios estudiosos se muestra hoy en aumento producto de acciones y reivindicaciones de diferentes grupos sociales que encuentran eco en ciertas políticas de memoria que promueven a partir de ellas los Estados.

Referencias

CARBONELL, Eduard. **Reflexiones en torno a los museos, hoy.** In: *Museos.es*: Revista de la Subdirección General de Museos Estatales, Madrid, n. 1, 2005. p. 12-21. Disponible en: <http://www.ilam.org/ILAMDOC/museos.es/1-2005.pdf> Acceso: 10 de abril de 2013.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: IEDS. 2009.

FELIPINI, Kátia. Memorial da Resistência de São Paulo: uma perspectiva museológica processual, In: FERREIRA, Ma. Letícia Mazzucchi & MICHELON, Francisca (orgs.). **Memória e esquecimento**. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2012. 178 p. Disponible en: <http://www.ufpel.edu.br/ich/ppgmp/>. Acceso: 12 de enero de 2013.

FERRARIO, Elbio. Entrevista realizada al Arq. Elbio Ferrario por Radio el Espectador, el 25 de enero de 2008. Disponible en: <http://www.espectador.com/noticias/113817/el-museo-del-nunca-mas> Acceso: 12 de abril de 2013.

_____. Entrevista concedida a Ana María Sosa González, en Montevideo, 12 de julio de 2013.

FERREIRA, Ma. Leticia y SOSA, Ana Ma. González. Derecho de memoria y búsqueda de la verdad: Un estudio comparativo entre Brasil y Uruguay. **Revista Diálogos**. Maringá. Online, v. 16, n.3, p. 873-896, set.-dez./2012.

JELIN, Elizabeth: Testimonios personales, memorias y verdades frente a situaciones límite. In: BARRANCOS, Dora. (et. al). **Formas de historia cultural**. Buenos Aires: Prometeo Libros; Los Polvorines: Univ. Nacional de General Sarmiento, 2007. 1ª ed.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**, París: Ed. Gallimard, 1984.

PELUFFO, Gabriel Linari. El retorno del futuro perdido. Museos de la Memoria en América Latina. In: **Semanario Brecha**, Montevideo, 3 de abril de 2009.

PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. In: **Cuadernos de Antropología Social** Nº 21, Barcelona: F. F. y L – UBA. pp. 17-35, 2005.

PRESA, Alejandra. Entrevista concedida a Ana Ma. Sosa González, en Porto Alegre, el 12 de abril de 2006.

RAMOS, Francisco R. Lopes. A identidade ainda será a espinha dorsal dos museus? Questões sobre o uso e abuso da memória. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: 2011, v. 43. pp. 11-40.

RILLA, José. Memorias y patrimonios del pasado reciente. Olvido, desvanecimiento e instauración en Montevideo. Revista **Memória em Rede**, Pelotas, v.3, n.9, Jul./Dez.2013. p. 3. Disponible en: <http://www2.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/beta-0201/index.php/memoriaemrede/issue/view/13/showToc> Acceso: 20 de setiembre de 2013.

SOSA, Ana Ma. González. “Ahora que se puede contar: un aspecto de la memoria traumática presente en los uruguayos emigrados al Brasil”. *Caderno de Resumos e Anais do VI Encontro Regional Sul de História Oral*, Pelotas, maio de 2011. Disponible en: <http://ich.ufpel.edu.br/historiaoral/noticias/anais.html> Acceso: 21 de octubre de 2012.

Páginas electrónicas:

<http://www.memorialdaresistencia.org.br/>

<http://municipioa.montevideo.gub.uy/node/171>

www.museodelamemoria.org.uy

LEPROSÁRIOS E HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS: LUGARES DE HISTÓRIA, LUGARES DE MEMÓRIA

*Juliane C. Primon Serres
Viviane Trindade Borges*

Leprosários e Hospitais psiquiátricos: lugares de história, lugares de memória

No dia 16 de maio de 2013 foi inaugurada em Brasília a exposição chamada “Memória da Loucura”, em comemoração ao Dia da Luta Antimanicomial, em 18 de maio⁹².

As diversas formas de tratamento, as personalidades brasileiras que fizeram história e as influências estrangeiras fazem parte da mostra que tem como objetivo ampliar o debate acerca da Reforma Psiquiátrica e mobilizar profissionais da saúde, gestores, usuários e familiares, além de sensibilizar a sociedade sobre os transtornos mentais e contribuir para a desmistificação da loucura⁹³.

A exposição, composta por objetos e fotografias, tem um compromisso com o presente, pois “é no presente que eles são produzidos ou reproduzidos como categoria de objeto e é às necessidades do presente que eles respondem (MENESES, 2005, p. 26). São “objetos portadores de sentido”, que instituem a necessidade de desmistificar a loucura. Mas o que possibilitou que um tema marginalizado como a loucura transcendesse os muros institucionais e fosse engendrado pelo discurso patrimonial? Nossa intenção é perscrutar essa questão, analisando a configuração de

⁹² O dia da Luta Antimanicomial está ligado do Movimento Antimanicomial (ou Luta Antimanicomial) e celebra o Encontro dos Trabalhadores da Saúde Mental, ocorrido em 1987, em Bauru, São Paulo. O Movimento representa um processo que vem implementando transformações na assistência psiquiátrica brasileira, o qual originou-se como uma resposta às denúncias a respeito das condições desumanas de alguns hospícios, as quais vieram a tona entre 1978 e 1980. A este respeito ver: (BORGES, 2013), (LUCHAMANN, 2007) e (AMARANTE, 2003).

⁹³ http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/default.cfm?pg=dspDetalheNoticia&id_area=1529&CO_NOTICIA=14438. Acesso: 15 de maio de 2013.

Museus e Centros de Memória constituídos nas dependências de antigos hospitais psiquiátricos e leprosários brasileiros, observando o trabalho de redenção através da preservação da memória.

O patrimônio cultural é um discurso político que procura instituir a importância de determinado bem, material ou imaterial. O modelo seguido pelo Brasil segue a perspectiva francesa, surgida com a Revolução e alastrada pelo mundo ocidental através da criação dos estados nacionais, possibilitada pelo investimento na invenção de um passado nacional que procurava criar dispositivos de integração entre diferentes segmentos sociais (CHUVA, 2009, p. 30). No Brasil, tal processo ocorre a partir de 1936, com a criação do SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), atual IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). A proteção inseria-se na proposta integradora do Governo Vargas, visando preservar bens considerados relevantes para a história da nação, elevando a arquitetura a condição de marca nacional, através da seleção de edifícios do período colonial, principalmente em estilo barroco. Preservando os bens de “pedra e cal”, relegou-se uma série de outros ao esquecimento, principalmente bens ligados aos grupos marginalizados, característica que marca o IPHAN por cerca de 60 anos.

A partir da década de 1990 é possível vislumbrar uma nova relação das sociedades ocidentais com o patrimônio, fenômeno entendido por Hartog (2013) como “patrimonialização galopante”. As mudanças tecnológicas provocaram o surgimento de novas relações com o tempo incitando uma revalorização do passado, engendrando uma busca por perpetuação que ressona no social através de um verdadeiro surto de patrimonialização. O passado tornou-se uma mercadoria, consumida através da moda “retro” e da “comercialização da nostalgia” (HUYSEN, 2000, p. 14), com a proliferação locais para o depósito de lembranças, os quais se oferecem como garantias contra o esquecimento (JEUDY, 2005, p. 17), alargando o entendimento a respeito da noção de patrimônio cultural.

Hartog analisa memória e patrimônio como sintomas de uma nova relação com o tempo, que marca nosso atual regime de historicidade⁹⁴, caracterizado como diferentes formas de se relacionar, de traduzir, seguir e contrariar a ordem do tempo. Um regime de historicidade marcado por

⁹⁴ Por regimes de historicidade, Hartog entende “os diferentes modos de articulação das categorias do passado, do presente e do futuro” e, de acordo com a ênfase “colocada sobre o passado, o futuro ou o presente, a ordem do tempo, com efeito, não é a mesma”; não constituindo, portanto, “uma realidade acabada, mas um instrumento heurístico” (2006, p. 16) que incita a reflexão a respeito da relação dos indivíduos com o processo histórico, bem como implica na tessitura da própria escrita da história.

uma nova relação com o passado, na qual “a onda patrimonial, em sintonia com a da memória, aumenta cada vez mais até tender a esse limite que seria todo o patrimônio. Assim como se anunciam ou se reivindicam memórias de tudo, tudo seria patrimônio ou suscetível de tornar-se” (HARTOG, 2013, p. 233). Não mais uma memória nacional, que se fundiria em um todo visando despertar a o senso de pertencimento de vários segmentos sociais, mas sim a percepção da diversidade e com ela a ampliação do que seria entendido como patrimônio.

Tal processo remete a 1972, quando a conferência geral da UNESCO instituiu a “Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural”, ampliando a percepção de patrimônio de forma definitiva, à um nível quase totalizador. Segundo Hartog (2013, p. 239), a UNESCO está preparando uma nova convenção internacional focada no patrimônio imaterial, “considerado um espelho da diversidade cultural”. A ampliação do que é entendido por patrimônio reverbera no Brasil, fato expresso através da implementação do Decreto n. 3.551/2000, que instituiu o registro de bens culturais imateriais.

A relação com o patrimônio traduz a relação que determinada sociedade decide estabelecer com o tempo, “um passado do qual o presente não pode ou não quer se desligar completamente. Quer se trate de celebrá-lo, imita-lo, conjura-lo, de extrair prestígio dele ou apenas de poder visitá-lo” (HARTOG, 2013, p. 197), dando sentido ao passado. Frente a isso, a catástrofe, que perpassou o breve século XX com guerras e regimes marcados pela repressão, gerou a necessidade de dar sentido às memórias ligadas ao sofrimento, a qual parece estar ligada a uma vontade de prestar contas com um passado perturbador, permitindo viver melhor o presente.

Transformar espaços marcados pela dor em lugares de memória (NORA, 1993), remete a uma inversão de sentidos, ou seja, perpetua-se aquilo que se deseja esquecer. Na Europa esse processo pode ser observado através da patrimonialização dos lugares de memória ligados ao Holocausto, enquanto que na América Latina o mesmo pode ser notado em relação aos espaços ligados a ditadura militar. Investidos de uma aura de significados ligados a perpetuação, valorados pelo peso do real que simbolizam, a patrimonialização desses espaços confere aos mesmos novos significados.

Memória e Sofrimento

A “patrimonialização galopante” evidencia a memória como uma das preocupações políticas e culturais centrais, expressa através da preservação exacerbada de vestígios do passado, uma verdadeira “sedução pela memória”. Tal fenômeno pode ser observado através da proliferação de locais para o depósito de lembranças, os quais se oferecem como ga-

rantias contra o esquecimento, alargando o entendimento a respeito do que deve ser considerado patrimônio cultural.

O surto memorialístico que caracteriza esse momento atual também absorveu os espaços e as experiências ligadas ao trauma e ao sofrimento, perpetuando as memórias que resistiram à dor e a opressão, conferindo novos usos ideológicos ao passado. A patrimonialização de campos de concentração e prisões, a configuração de sítios de consciência, espaços que procuram rememorar tragédias, mostra-se como consequência dessa expansão da noção de patrimônio e da preocupação de políticas de memória que procuram garantir a preservação como uma forma de reconciliação com um passado doloroso, que ainda reverbera no social.

Como outras políticas, a política de patrimonialização passa por constantes revisões, o reconhecimento de novos agentes históricos traz a emergência de novos patrimônios para o campo social. Os processos de patrimonialização atingem um número cada vez mais significativo de bens relacionados à cultura, dos bens materiais ao chamado patrimônio imaterial. Em todos os casos porém, o patrimônio está associado a uma ideia positiva, patrimonializa-se para lembrar, para transmitir, para comemorar. Entretanto, as instituições de memória, como os museus foram chamados a conservar a memória dos acontecimentos sociais e políticos que tiveram lugar no século XX, entre esses, acontecimentos trágicos como os extermínios étnicos (HERNANDES & TRESSERAS, 2007).

Essa “novidade” em relação ao patrimônio, para além de sua dilação temporal, até tempos bem recentes, talvez esteja em patrimonializar lugares de sofrimento e dor, como pode ser interpretado um hospital de tratamento da loucura ou um leprosário.

A patrimonialização de campos de concentração e prisões, a configuração de sítios de consciência, bem como de espaços que procuram rememorar tragédias, mostra-se como consequência dessa expansão da noção de patrimônio e da preocupação de políticas de memória, que por sua vez procuram garantir a preservação como uma forma de reconciliação com um passado doloroso (BORGES, 2012). Nesse sentido, alguns projetos vem sendo desenvolvidos no país, como a patrimonialização de hospitais vinculados à loucura, prisões, espaços utilizados como centros de tortura durante a ditadura civil-militar, entre outros.

Essas patrimonializações embora cada vez mais frequentes, ainda promovem discussões, que vão para além da “natureza” do bem, não questiona-se a patrimonialização de edificações militares, fortalezas, muralhas, de períodos mais remotos, que também referem-se a lugares de sofrimento e dor, mas questiona-se a patrimonialização de locais de sofrimento que tratam da história recente, com consequências para o tempo presente.

Walter Benjamin (1994, p. 225) diz que “nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie,” uma análise atenta dos denominados “bens patrimoniais” permite perceber uma relação mais ou menos próxima com o sofrimento. Porém, quando trata-se de locais explicitamente ou diretamente relacionados ao sofrimento, a ideia de patrimônio torna-se mais difícil de ser gerida. Como patrimonializar? Quais os limites? Como tratar e expor a dor do outro?

Resulta que, esses locais marcados pelo sofrimento vem sendo patrimonializados e convertidos em monumentos em toda a polissemia da palavra, como locais de lembrança, advertência, como testemunhos dos tempos passados, como símbolo, como antídoto contra o esquecimento. Se antes, apenas algumas memórias eram reivindicadas como legítimas e, portanto, patrimonializáveis, contemporaneamente há uma dilatação desses referenciais. Ao tratar o tema dos campos de concentração, Francisca Hernández (2006) diz que, converter esse patrimônio negativo em lugares de memória, serve como um instrumento educativo daquilo que não deveria voltar a acontecer na história da humanidade.

Em 2002 a Unesco incluiu o campo de concentração e extermínio de Auschwitz-Birkenau na lista do Patrimônio Mundial, corroborando que os valores vinculados ao patrimônio foram ampliados, não apenas a monumentalidade e beleza colocam uma obra como um referente, mas sua carga simbólica e memorial. Lembrar os locais de sofrimento traz consigo o desejo de combater o esquecimento e de certo modo reparar as vítimas e suas famílias ou comunidade.

Esse movimento pode ser percebido recentemente no Brasil em relação às memórias vinculadas à ditadura civil-militar, por meio do projeto “Direito à Memória e à Verdade – A Ditadura Militar no Brasil”. Foram construídos até momento 27 memoriais no país para lembrar as vítimas da repressão e lugares relacionados aos crimes cometidos no período, esses memoriais estão vinculados a uma Rede Latino-Americana de Lugares de Memória e Consciência, entidade que reúne 11 países.⁹⁵

No Brasil, a patrimonialização de alguns desses locais vem sendo reivindicada pelo Coletivo Memória Verdade e Justiça, que lançou um manifesto “Pelo tombamento dos Centros de Tortura”, com o apoio de mais de 20 organizações, entre as quais a OAB-RJ, Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Sindicatos, Conselhos, Associações, ONGs.⁹⁶ O manifesto propõe a transformação desses locais em centros culturais e de preserva-

⁹⁵ Ver: <http://www.nucleomemoria.org.br/Acesso: 21 de maio de 2013>.

⁹⁶ Ver: http://administrativo.oabRJ.org.br/arquivos/files/-Upload/manifesto_memoria.pdf Acesso: 21 de maio de 2013.

ção da memória. A própria Lei 12.528/2011, que criou a Comissão Nacional da Verdade, prevê, em seu inciso III do artigo 3º, a necessidade de se “identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos”. Nesses processos de patrimonialização está em jogo o direito à justiça e à verdade e a luta contra o esquecimento.

Essa inflação memorial-patrimonial, por mais justa que se apresente, tende a promover uma fragmentação das memórias ou formação de guetos memoriais (CANDAU, 2012), se antes tínhamos as grandes narrativas, que em geral homogeneizavam as memórias e geravam processos excludentes, hoje temos um campo altamente polarizado. A preservação da memória corresponde ao reconhecimento da identidade de um determinado coletivo ou movimento, nesse sentido, a patrimonialização manifesta-se como a luta pelo direito à memória.

Considerando que o patrimônio é uma construção cultural, na qual cada sociedade define seus referentes, a patrimonialização está diretamente relacionada ao presente, à sociedade que a promove, selecionar bens relacionados às memórias traumáticas, pode representar um indício de que o presente quer prestar contas do passado. Essas seleções patrimoniais nunca estão isentas de disputas, não se pautam em critérios assépticos, nem totalmente coerentes, perfeitamente válidos e universalmente aceitos, sempre são processos singulares que se apoiam em critérios específicos e estão determinados histórica e socialmente (HERNANDEZ & TRESSERAS, 2007).

A escolha de locais de sofrimento como bens a ser preservados reflete uma visão contemporânea, na qual entende-se que as catástrofes e tragédias não podem ser esquecidas, não necessariamente para evitar repetições – essas são indeterminadas – mas por um sentimento de justiça para com os envolvidos e um alerta sobre o que a sociedade é capaz de fazer em nome de ideias políticas, religiosas, étnicas, científicas.

Certamente o sofrimento não pode ser compreendido como algo intrínseco a realidade das instituições aqui analisadas (BORGES, 2013)⁹⁷. Conforme Duarte (1998, p. 13), não podemos considerar o sofrimento como simples consequência da internação ou mera criação desta, mas como uma das formas de lidar com o adoecimento, em seu sentido moral, o qual se torna abrangente, engloba também seu sentido físico. O sofri-

⁹⁷ Em entrevistas realizadas com pacientes psiquiátricos e hansenianos, e também em prontuários de internos destas instituições, é possível perceber que alguns internos passam a se identificar com as instituições, principalmente pela perda do vínculo com a sociedade exterior, devido ao tempo de permanência, fazendo desses espaços lugares para si.

mento não é portanto um dado inevitável e inerente a estas instituições, mas sim uma maneira de lidar com o adoecimento, potencializada pela separação social que o internamento significava, provocando rupturas e isolamento.

Foi em nome de ideias científicas, convertidas em políticas, que locais como leprosários e hospitais psiquiátricos foram construídos. As memórias vinculadas a esses locais foram marcadas por situações de grande sofrimento físico e psíquico, patrimonializar essas memórias por meio da preservação dos antigos hospitais e demais testemunhos documentais é lutar contra o esquecimento.

Lugares de história, lugares de memória

Entre os bens inventariados até 2012 pelo IPHAN encontram-se referências a alguns hospitais, cerca de 20 instituições, inscritas sobretudo nos Livros de Belas Artes e Histórico, como a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, o Hospital São João de Deus da Bahia, o antigo Hospital Militar do Pará, entre outros.⁹⁸ Com poucas exceções, tratam-se especificamente de edificações do período Colonial e do Império no Brasil. Ao analisar as escolhas, percebe-se uma estreita relação com seus valores estéticos, em alguns casos, memoriais, vinculados às grandes narrativas nacionais. Tal discurso não se refere a um patrimônio da saúde ou a memórias ligadas ao tempo presente, dizendo respeito a grupos específicos, como os doentes, tampouco problematiza esses patrimônios como vinculados a eventos específicos, relacionados à doença ao sofrimento.

Pensar os hospitais do ponto de vista patrimonial, como lugares de memória, com base em valores, para além do artístico, mas históricos, culturais, memoriais, tem sido um exercício recente.⁹⁹ Essa preocupação vem se ampliando como consequência, talvez, da ampliação da noção de patrimônio, reivindicação de grupos sociais, entendimento que locais vinculados ao sofrimento, que tiveram uma significativa importância histórica, seja do ponto de vista científico, expressando uma concepção científica de uma época, seja político, como resultado de ações estatais, ou social, com consequências diretas para uma comunidade, não devem ser esquecidos, mas preservados, analisados, compreendidos e inseridos em narrativas históricas.

⁹⁸ Lista dos Bens Culturais Inscritos nos Livros do Tombo (1938-2012). IPHAN, Rio de Janeiro, 2013.

⁹⁹ A Fiocruz vem desenvolvendo um projeto de inventário do Patrimônio Cultural da Saúde que visa mapear instituições vinculadas à saúde de 1808 até 1958. O levantamento já foi realizado em várias capitais. Ver: (ROSA, 2008)

Segundo Schwarztein (2001, p.79), a única maneira de transformar a memória em história é através da reflexão a respeito da natureza dos testemunhos. Desta forma, não basta recuperar a memória e transmiti-la, mas sim analisar sua tessitura buscando incorporá-las à narrativa histórica. Torna-se necessário entender os “mecanismos através dos quais os testemunhos se constroem e se constituem” e de que forma as instituições os apreendem e divulgam.

Memórias da Loucura

Criados no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, os Hospitais psiquiátricos brasileiros instituíram-se como mundos à parte, onde somente o saber poder psiquiátrico era autorizado a transitar. Somente a partir do final dos anos 70, denúncias referentes a superlotação e as condições degradantes dos doentes confinados nestes espaços ganharam a imprensa. Tal processo se intensificou com a redemocratização, um processo que abriu as portas de alguns manicômios e mostrou a violência e o descaso, “desvelando uma realidade até então confinada dentro muros que separam a sociedade dita *normal* daqueles considerados loucos” (BORGES, 2012a).

As denúncias, que passaram a ganhar cada vez mais espaço na mídia, foram instigadas por movimentos que se articulavam, vindo a formar o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, possibilitando as bases que conduziram as propostas para a Reforma Psiquiátrica brasileira¹⁰⁰. Desta forma, é no período situado entre 1978 e 1980 que se reconhece, em geral, o começo das ideias que passaram a nortear a este processo, sendo poucos os estudos, principalmente na área da história, que problematizem as especificidades do movimento nos diferentes estados. O movimento é entendido como “uma crítica estrutural ao saber e às instituições psiquiátricas clássicas, dentro de toda a movimentação político-social que caracteriza a conjuntura de redemocratização” (AMARANTE, 2003, p. 90). Nesse período, a violência institucionalizada pelos espaços de

¹⁰⁰ A Reforma Psiquiátrica é um processo decorrente do Movimento Antimanicomial (ou Luta Antimanicomial), o qual procura transformar a assistência psiquiátrica no país. Conforme colocado, ainda são poucos os estudos a respeito das especificidades do movimento nos diferentes estados, conferindo ao termo um caráter generalizante. A Lei 10216 de 2001 (Lei Paulo Delgado ou Lei da Reforma Psiquiátrica), constitui o fio condutor desse processo, operando uma mudança de perspectiva, não mais centrado em internações de longo prazo (por vezes pela vida inteira do doente) em grandes hospitais, mas criando uma Rede de Atenção Psicossocial, organizada em unidades de serviços comunitários abertos.

internamento passaram a ser entendidas dentro da violência cometida contra os presos políticos, os trabalhadores, enfim, os cidadãos de forma geral. Foi essa nova realidade que possibilitou a incursão de jornalistas aos hospitais psiquiátricos, dispostos a desvelar o cotidiano dos internados, dando a Minas Gerais destaque nacional e internacional.

Em Minas Gerais, em 1978, o jornalista Hiram Firmino publicou no jornal *Estado de Minas* uma série de reportagens intituladas “Nos Porões da Loucura”, tratando da triste realidade de instituições psiquiátricas mineiras, como o Hospital Galba Velloso e o Hospital Colônia de Barbacena. Seguindo a mesma proposta, em 1979, foi lançado o documentário de Hécio Ratton, “Em nome da razão”, tratando especificamente do Hospital Colônia de Barbacena e as atrocidades cometidas contra os internos. Nesse mesmo ano, o referido documentário foi exibido durante o III Congresso Mineiro de Psiquiatria, ocorrido em Minas Gerais, o qual contou com a presença de Franco Basaglia, precursor e idealizador da Reforma Psiquiátrica na Itália. A presença do psiquiatra italiano trouxe repercussão internacional ao caso de Barbacena, Basaglia assistiu ao documentário e visitou a instituição, e comparou a mesma a um campo de concentração nazista.

O caso de Barbacena continua a reverberar. Em 1996 a instituição criou um Museu em suas dependências, o Museu da Loucura, patrimonilizando as mazelas de um cotidiano institucional que levou a morte de cerca de 60 mil pessoas. A criação de um Museu nas dependências de um dos maiores hospitais psiquiátricos brasileiros, possibilita perceber e expansão da noção de patrimônio e a maneira como velhos estigmas vem sendo apropriados pelo discurso patrimonial. O Museu da Loucura parece buscar acertar as contas com um passado perturbador, tornando memorável não os acontecimentos propriamente ditos, mas reconhecendo e difundindo o sacrifício dos envolvidos, e mais que isso, suas atitudes de resistência à dor e a homogeneização da existência que caracteriza os hospitais psiquiátricos (BORGES, 2012b).

O Museu exerce uma função social em que recordar assegura a transmissão do sentido memorável atribuído às tragédias e às experiências traumáticas (JEUDY, 1995, p. 59). Neste sentido, a fala de Basaglia em 1979, comparando o hospital de Barbacena a um campo de concentração, torna-se extremamente atual. Recentemente a reportagem intitulada ‘Holocausto Brasileiro’ resgata história de 60 mil mortos em hospício mineiro (*Folha de São Paulo*, 05/06/2013), tratou de atualizar a tragédia, agora editada em forma de livro, “Holocausto Brasileiro”, da jornalista Daniela Arbex (2013).

O hospício conhecido por Colônia, em Barbacena (MG), foi palco de uma das maiores atrocidades contra a humanidade no Brasil. Lá, com a convivência

de médicos e funcionários, o Estado violou, matou e mutilou dezenas de milhares de internos (*Folha de São Paulo*, 05/06/2013).

O livro reforça o papel do Museu, solidificando um trabalho de memória que procura exorcizar um passado doloroso, que interpela o social, mostrando a necessidade de humanizar as condições de internamento dentro das grandes instituições psiquiátricas do país.

A criação de espaços de memória dentro de alguns hospitais psiquiátricos brasileiros parecem atender a estes mesmos objetivos. Museu Bispo do Rosário de Arte Contemporânea (criado em 2001, na Colônia Juliano Moreira, no Rio de Janeiro), Memorial do São Pedro (criado em 2002, no Hospital São Pedro, em Porto Alegre), Centro de Documentação e Pesquisa do Hospital Colônia Sant'Ana (criado em 2011, no antigo Hospital Colônia Sant'Ana, atual Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina)¹⁰¹, possuem suas especificidades, mas de formas diversas, parecem preocupados em preservar os vestígios de um passado doloroso, atuando como uma forma de reconciliação pela memória. A necessidade de preservar determinados lugares que pudessem contar a história de um período nebuloso da psiquiatria torna-se uma necessidade frente a proposta de progressiva eliminação dos hospitais psiquiátricos, a qual passa a ser uma das bandeiras de luta da Reforma Psiquiátrica a partir dos anos 80¹⁰².

Sendo a memória o resultado de uma organização intencional e seletiva, com a eliminação dos velhos hospícios e seu modelo de internamento, tornou-se necessário criar lugares que permitissem a preservação daquilo que já não era mais parte do presente, ou que não mais se queria mais no presente. Desta forma, dentre as ressignificações semânticas que reconfiguram as experiências da loucura dentro dos espaços de memória instituídos, cabe destacar a sua patrimonialização, atendendo a essa vontade de memória que visa a redenção através da preservação de um pas-

¹⁰¹ Tais instituições se diferem suas propostas, mas todas foram criadas nas dependências de grandes hospitais psiquiátricos e conferem valor patrimonial a estes espaços e aos vestígios deixados por internos ao longo do tempo.

¹⁰² Enquanto a década de 1970 é marcada por uma forte crítica a respeito do cotidiano dentro dos grandes hospitais psiquiátricos, sem ainda questionar a prevalência da internação, a década de 1980 “abraça a bandeira da eliminação progressiva dos hospitais psiquiátricos e sua substituição por outros tipos de equipamentos comunitários, territorialmente circunscritos e voltados para a reinserção social dos usuários, como passam a ser chamados os doentes mentais, no contexto da recuperação de sua cidadania, identidade e condições de sujeito” (PASSOS, SOUSA e LELES, 2009, p. 159).

sado traumático, e atende questões assistencialistas que procuram humanizar o tratamento destinado aos tidos como loucos, buscando a “recuperação de sua cidadania, identidade e condições de sujeito”, preocupações estas trazidas pela Reforma Psiquiátrica.

O Leprosário Itapuã: entre a memória, a história e o esquecimento

Diferentemente dos hospitais psiquiátricos, que em razão da Reforma Antimanicomial, vem sendo discutidos, os leprosários, em sua maioria, vem sendo abandonados e relegados ao esquecimento, o que configuraria quase uma antipatrimonialização.

Essas instituições hospitalares, destinadas a isolar os doentes de lepra, como política de combate à doença até a década de 1960/70, foram construídas com base em um projeto elaborado em 1935, que previa a construção de hospitais nos moldes de pequenas cidades, divididas em áreas denominadas “zonas”, a chamada “zona sadia”, “intermediária” e “zona doente”, correspondendo respectivamente a uma área de moradia de funcionários, uma administrativa e uma área destinada aos doentes.¹⁰³

A divisão pretendia organizar espacialmente os doentes e impedir o contato desses com as pessoas saudáveis, tal racionalidade, modelo para todas as instituições, legou ao país um conjunto de mais 30 instituições.¹⁰⁴ Além da divisão espacial, uma característica importante que marcou a construção dos leprosários foi a escolha do local, distantes de áreas populosas e, quando possível, dotado de barreiras naturais de isolamento, conforme recomendava a profilaxia do período (ARAÚJO, 1956).

No Rio Grande do Sul, foi construído o Leprosário Itapuã, distante 60 Km do Porto Alegre, ocupava uma área de 3 mil hectares entre a Lagoa Negra, um morro e uma estrada de rodagem. A capacidade inicial do leprosário previa o isolamento de 500 doentes, com a ampliação das construções e algumas adaptações, ele chegou a isolar mais de 800 doentes em um mesmo período (SERRES, 2009). Foi inaugurado em 1940 e iniciou suas atividades naquele mesmo ano, promovendo o isolamento compulsório dos doentes, conforme “tratamento” recomendado na época.

¹⁰³ O plano foi elaborado pelos médicos João de Barros Barreto, então diretor Geral da Saúde Pública, Ernani Agrícola, diretor dos Serviços Sanitários nos Estados e Joaquim Mota, médico do Departamento Nacional de Saúde e Assistência Médico Social (SERRES, 2004).

¹⁰⁴ As autoras estão desenvolvendo um mapeamento dessas instituições no país.

Com o fim do isolamento compulsório na década de 1960, o leprosário continuou isolando doentes de forma menos sistemática nos anos seguintes e ao longo dos anos de 1970 recebeu um grupo de pacientes psiquiátricos, oriundos de outra instituição do Rio Grande do Sul, o Hospital Psiquiátrico São Pedro, por meio do Projeto CAR, Centro Agrícola de Reabilitação (BORGES, 2012). Durante décadas foram isolados no Itapuã mais de 2.500 doentes, atualmente, o então denominado, Hospital Colônia Itapuã tem um caráter asilar para os poucos remanescentes desse período e atende a população vizinha, como um hospital geral.

Para preservar e difundir a memória dessa instituição, entre 1999-2000 foi criado um Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOPE) reunindo em um acervo a documentação produzida pela instituição ao longo de décadas, além da criação de um banco de História Oral com os testemunhos de pessoas diretamente relacionadas a Instituição: médicos, funcionários, religiosos e sobretudo, antigos moradores. Não foi uma preocupação do projeto a preservação arquitetônica do hospital de forma isolada, entendia-se que, todo o conjunto estava relacionado à memória da instituição. O tratamento da documentação textual, iconográfica, seguiu os procedimentos técnicos arquivísticos (BELOTTO, 2006) e históricos, considerando a importância de toda a documentação produzida na e pela instituição como fonte de pesquisa.¹⁰⁵

Por um lado, a criação do Centro respondia a preservação de uma documentação administrativa e da saúde pública, por outro, com a realização de um trabalho de história oral, movimentava-se no sentido de registrar as memórias, os testemunhos das pessoas relacionadas à Instituição, sobretudo, os antigos doentes. Os depoimentos daqueles que viveram ou testemunharam diretamente o sofrimento, presentes dos acervos institucionais em forma de depoimentos registrados, quer sob a metodologia da história oral, quer através de documentários e vídeos, podem ser entendido como memórias subterrâneas (POLLAK, 1989), por seu caráter de oposição a uma memória 'oficial', pois revelam muito além do que seria possível apreender através das demais fontes disponíveis.

Os depoimentos dos antigos doentes revelam a complexidade de trabalhar sobre memórias traumáticas e a dificuldade de patrimonializá-las. As memórias vinculadas à lepra e aos antigos leprosários foram marcadas por situações de grande sofrimento físico e psíquico, os antigos moradores dos Hospitais Colônia vivem um paradoxo entre o querer lembrar e o esquecer, conforme pude comprovar em meus estudos. Patrimo-

¹⁰⁵ O Centro funcionou de forma irregular durante os anos e encontra-se fechado desde 2008.

nializar essas memórias por meio da preservação dos antigos hospitais e demais testemunhos documentais é lutar contra o esquecimento.

A memória da lepra, é uma memória que não se reivindica – ou não se reivindicava – ela é estigmatizante, gerou e gera muito sofrimento para os afetados, problematizar essas memórias por meio de lugares de preservação e estudo pode ajudar esses grupos a conviver com o passado traumático e ajudar a desestigmatização da doença. Ao tratar de memórias traumáticas, Pollak (1989) diz que essas podem esperar dezenas de anos até encontrar o momento propício para serem expressas. Na verdade em relação aos internos do Itapuã percebe-se esse movimento em direção ao querer registrar as memórias.

Por ocasião dos 60 anos do Hospital Itapuã foi realizada uma exposição com a utilização de fotografias e depoimentos dos internos do hospital, dar visibilidade a essas experiências fez com que um grupo de internos do Hospital quisesse narrar seu passado, projeto que foi executado pelo então Centro de Documentação do Hospital, ou seja, a exposição despertou um sentimento de identidade e protagonismo histórico entre esses moradores. Eles queriam que suas vivências fossem conhecidas, preservadas e legadas ao futuro. Preservar esses testemunhos por meio de memoriais, centros de documentação, museus, talvez seja a única forma de transmiti-los e sua preservação permitirá compreender um pouco mais de nossa sociedade e seus processos de exclusão, ao mesmo tempo, permitirá ampliar a noção de patrimônio, para além da “pedra e do cal”, mas considerando um universo múltiplo de valores e atores relacionados a um bem que se pretende patrimonializar.

O CEDOPE pode ser interpretado como um local privilegiado de guarda dos testemunhos relacionados à vida com a lepra, hoje denominada *hanseníase*, um importante Centro para ajudar a pensar o Leprosário sob um ponto de vista patrimonial, como fruto de políticas públicas e concepções médicas plasmados na arquitetura e em um modo de vida muito particular que se operou dentro desse tipo de instituição (SERRES, 2009). A memória relacionada a sua construção e décadas de uso específico não podem ser apagadas, a despeito dos usos contemporâneos que venha a assumir, o lugar, as memórias a ele relacionadas não devem ser destruídas, patrimonializar, nesse caso, mais que importante do ponto de vista cultural e histórico, pode ser um antídoto contra o esquecimento, pode tornar-se assumidamente, a despeito dos discursos neutros que o patrimônio muitas vezes tenta assumir, uma estratégia para preservação de memórias.

Hospícios, Leprosários...

lugares de sofrimento, lugares de memória

É preciso destinar lugares para manter vestígios que nos permitam compreender as concepções médicas, as políticas da saúde que levaram ao isolamento de milhares de doentes no Brasil e, sobretudo, compreender como esses indivíduos viveram (e ainda vivem) no isolamento. Não se trata de preservar somente para a posteridade, que poderá ter outros interesses, mas trata-se de permitir que nossa sociedade compreenda as concepções políticas e médico-científicas que geraram tais práticas, é preciso que os vestígios sejam colocados em valor, permitam novas interpretações ou mesmo sejam definitivamente abandonados.

A segregação e o internamento compulsório são as características que aproxima os antigos hospitais psiquiátricos e os Leprosários. Instituições que se propagaram pelo país com maior força na década de 1940, fundamentadas em preceitos higienistas e segregadores de caráter profilático. Proteger a sociedade dos desviantes, retirar os corpos doentes do meio social e confiná-los em espaços distantes dos centros urbanos. Certamente que os sujeitos confinados nestes espaços se diferenciam, os tidos como “loucos” muitas vezes não tinham noção de onde estavam, enquanto os habitantes dos leprosários tinham consciência de seu destino. Essa consciência em relação ao internamento também se reflete na construção de um trabalho de preservação da memória.

Os lugares de memória criados nas dependências de antigos hospitais psiquiátricos não surgem como demandas dos internos, mas sim refletem a tessitura da Reforma Psiquiátrica como categoria explicativa que autoriza as suas existências, como marcos de um processo ainda em andamento, atuando na seleção das experiências à serem patrimonializadas. Seus acervos mostram objetos de um passado doloroso configurados como catalisadores de percepções do presente. As instituições parecem buscar, cada uma a seu modo, acertar as contas com um passado perturbador, tornando memorável não os apenas acontecimentos propriamente ditos, mas reconhecendo e difundindo o sacrifício dos envolvidos, e mais que isso, suas atitudes de resistência à dor e a homogeneização da existência que caracterizam os hospitais psiquiátricos.

A respeito dos Leprosários, é possível que a geração que viveu as experiências traumáticas – com exceção dos que militam em movimentos de reintegração e apoio aos doentes – as silencie por tratar-se de lembranças estigmatizantes – mas as gerações seguintes, filhos e netos dos antigos internos podem querer conhecer e comunicar essas memórias, algo que vem acontecendo, como mostram “Programa Reencontros”, lançado dia 23 de agosto de 2011 na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro, do qual participa a Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

através de um projeto de mapeamento genético para identificar os filhos de antigos doentes internados nos hospitais.¹⁰⁶

Paul Ricoeur (2000) questiona se não deveria haver uma negociação entre memória e esquecimento. Para o autor há um esquecimento de reserva (para quando puder ser comunicado) e um esquecimento por destruição dos vestígios. Os arquivos e poderíamos acrescentar memórias, são um modo de evitar a destruição dos vestígios e vir a tornarem-se centros de pesquisas sobre os temas que preservam. Os espaços aqui elencados, assim como outros da mesma natureza, devem ser vistos como locais privilegiados de guarda dos testemunhos relacionados a loucura e vida com a lepra. Os hospitais psiquiátricos hoje controlam as internações, havendo poucos remanescentes do período em que podia-se abandonar o doente por toda sua existência dentro das instituições. No caso do Itapuã, hoje restam poucas pessoas na instituição. Em ambos os casos, provavelmente em pouco mais de uma década não haverá mais ninguém. Tais instituições terão novos usos, dificilmente hospitalares pela enorme estrutura e distância de centros urbanos, em alguns casos – talvez abriguem novos segregados ou sejam reabilitado para funções contemporâneas, entretanto, a memória relacionada a sua construção e décadas de uso específico não podem ser apagadas.

Patrimônio e história reconstroem o passado a partir do presente, contudo enquanto a história preocupa-se em criar uma narrativa que torne o passado inteligível, o patrimônio procura apaziguar presente e passado. O sofrimento é um acontecimento histórico (FARGE, 2011, p. 20) que incita novos arranjos sociais. No caso de espaços de segregação, a patrimonialização do sofrimento parece investida de um dever de testemunho, e para o historiador do tempo presente, essas irrupções de singularidades não são apenas anedotas, mas relatos de testemunhas vivas, e isso as singularizam (FARGE, 2011, p. 22). Os lugares de memória aqui analisados parecem envoltos por uma obrigação de denuncia, na tentativa de reconciliar um passado marcado pelo sofrimento, com um presente esperançoso, evidenciando a redenção através da preservação da memória.

¹⁰⁶ O Programa foi inspirado na experiência das Avós da Praça de Maio, da Argentina, que vêm trabalhando sob esta mesma perspectiva para reunir famílias que foram violentamente separadas durante o regime militar que tomou conta do país entre 1976 e 1983. Editorial Morhan. Jornal do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase de agosto a dezembro de 2001, ano XXIII, n. 54. O projeto tem um desdobramento econômico, está tramitando na Câmara de Deputados o Projeto Lei N. 3.303, DE 2012, que visa indenizar os filhos que foram separados dos pais em razão do isolamento.

O dever de memória que caracteriza o tempo presente também absorveu os espaços e as experiências ligadas ao sofrimento, perpetuando as memórias que resistiram à dor e a opressão, conferindo novos usos ideológicos ao passado. “O historiador do tempo presente é contemporâneo do seu objeto e, portanto, partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais” (CHARTIER, 2006, p. 216). Como nós historiadores podemos resistir a esta demanda de memória que perpassa o tempo presente? Como não sucumbir a tentadora missão de “salvar” memórias marginalizadas, esquecidas ou ocultadas, de sujeitos que pouco puderam dizer ou deixar de si? Como não se deixar seduzir por estas memórias? Não podemos, nem devemos¹⁰⁷. Este presente saturado de memória reflete nós mesmos, nossa angústia em preservarmos passados ameaçados, em perpetuarmos histórias em vias de desaparecimento. Ao nos debruçarmos sobre a patrimonialização destes espaços estamos também instituindo sua importância patrimonial, contribuindo para criar significados ligados a preservação desse passado. Corroboramos para criação de Museu, Memórias, Centros de Memória, buscamos meios de preservar aquilo que está em vias de desaparecer, instituímos, através de nossos discursos, a importância patrimonial destes espaços. Nesse processo, ao mesmo tempo que criticamos, também definimos e criamos novos lugares de memória. Será esse o caminho? É possível agir de outra forma?

Referências

AMARANTE, Paulo. **Loucos pela vida. A trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003, p. 90.

BAUER, Leticia. Uma ‘Verdadeira Réplica’: Considerações Acerca da Noção de Autenticidade no Campo do Patrimônio Cultural. **Revista Esboços**, Florianópolis, V. 18, N. 26, P. 14-28, Dez. 2011.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: **Magia e Técnica, arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura** – Obras Escolhidas Volume I. Trad. Paulo Sérgio Rouanet – 7. ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994.

¹⁰⁷ Tal reflexão foi incitada pela leitura do artigo de Leticia Bauer (2011), que tratando da noção de autenticidade em patrimônio questiona: “Como podemos resistir a esse universo declaradamente copiado do passado? Não podemos, nem devemos. Ao voltarmos nossa atenção para esse universo ‘paralelo’, ‘fake’, por assim dizer, estamos de frente para nós mesmos. É possível ser de outra forma?”.

BORGES, Viviane Trindade. Um 'depósito de gente': as marcas do sofrimento e as transformações no antigo Hospital Colônia Sant'Ana e na Assistência Psiquiátrica em Santa Catarina (1970-1996). História, Ciências, Saúde-Manguinhos (Impresso), 2013. Artigo aceito para publicação.

BORGES, Viviane. **Loucos nem sempre mansos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012a.

BORGES, Viviane. A nossa sociedade produziu esse tipo de instituição: o Museu da Loucura e seu acervo. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2012b.
CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

CABAL, Michel. **Hôpitaux. Patrimoine Vivant**. Rempart: Paris, 2001.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

COSTA, Renato da Gama-Rosa. Identificación, preservación, valorización y divulgación del patrimonio cultural de la salud. In: Temas de patrimonio cultural No 21: patrimonio cultural hospitalario. 1a ed. - Buenos Aires: Comisión para la Preservación del Patrimonio Cultural de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2008.

COSTA, Renato Gama-Rosa. Patrimônio moderno da saúde e os desafios para a sua valorização. O exemplo do Rio de Janeiro, 2011. Publicado em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/160.pdf>

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em Processo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Minc-lphan. 2ª edição, 2005.

HARTOG, F. Tempos do mundo, história, escrita da historia. In: M.L.S. GUIMARÃES (Org.) **Estudos sobre a escrita da história**. Pp. 15-25. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2006.

HERNANDEZ, Francisca Hernández. **Planteamientos teóricos de la museología**. Gijón: TREA, 2006.

HERNÁNDEZ, Josep Ballart; TRESSERAS, Jordi Juan i. **Gestión del patrimonio cultural**. 3ª ed. Barcelona: Editorial Ariel, 2007.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. RODRIGUES, Jefferson. **O movimento antimanicomial no Brasil**. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2007, vol.12, n.2.

MESTRE, Joan Santacana; ANTOLÍ, Núria Serrat. **Museografia Didáctica**. Barcelona: Ariel Editora, 2007.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p.7-28.

Patrimoine Hospitalier. **Un parcours à travers l'Europe**. Éditions du patrimoine. Centre des monuments nationaux. Monum. Paris, 2001.

RICOEUR, Paul. **La memoria, la historia, el olvido**. Buenos Aires: Fondo de la Cultura Económica, 2000.

SERRES Juliane Conceição Primon. **Memórias do Isolamento: trajetórias marcadas pela experiência de vida no Hospital Colônia Itapuã**. Tese de Doutorado (História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009.

WADI, Yonissa. Uma História da Loucura no Tempo Presente: os caminhos da assistência e da reforma psiquiátrica no Estado do Paraná. Revista **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 68 – 98, jan. / jun. 2009, p. 71.

LAS FIESTAS DEL URUGUAY COMO PATRIMONIO VIVO.

Antonio di Candia Cutinella

El patrimonio se produce en una situación de tensión entre la razón y el sentimiento, entre la reflexión y la vivencia.¹⁰⁸

Introducción

El patrimonio cultural inmaterial (PCI) del Uruguay es rico, diverso, heterogéneo, joven pero con reminiscencias viejas. Si bien las aproximaciones académicas sobre nuestro PCI han sido pocas, aunque en aumento en los últimos años, surgen determinadas interrogantes que desde las manifestaciones festivas pueden brindar ciertas claves o interpretaciones primarias.

Porqué elegir las fiestas y no otro aspecto del PCI, es muy sencillo: las fiestas son manifestaciones acotadas en el tiempo, que ponen en evidencia las maneras en que las comunidades se piensan para los otros y para sí mismas; involucran un amplio repertorio simbólico durante esas pocas jornadas que dura el “tiempo extraordinario” de la fiesta y, además, dentro de estas están representados prácticamente todos los otros aspectos del PCI local y, muchas veces, regional. Se parte de la base de que el elemento patrimonial no solo debe ser abordado desde una perspectiva puramente académica-técnica sino que los propios portadores de dicho PCI tienen el derecho a ser parte de su registro, clasificación e interpretación ya que son los usuarios, reproductores y, en definitiva, protagonistas colectivos de su transmisión. Esto último parece básico y ético a la hora de trabajar el PCI sea cual fuere su ubicación y naturaleza.

Las fiestas son, entonces, procesos ricos y dinámicos, con muchas variables en juego, factores estructurales y coyunturales que las atraviesan como son los: históricos, económicos, políticos, demográficos y, por supuesto, geográficos. Es decir, las fiestas permiten una mirada rápida y profunda de las diversas realidades inmateriales que, año a año, se producen. Por todo esto, deben evitarse las visiones reduccionistas que perciben la fiesta de un pueblo solo su carácter recreativo o artístico o como una mera válvula de escape. La fiesta también tiene funciones sociales,

¹⁰⁸ PRATS, Llorenç. *Antropología y Patrimonio*. Barcelona: Ariel, 1997, p. 13.

económicas y culturales de gran profundidad, constituyéndose en un fenómeno que aporta de manera significativa a la construcción de la memoria e identidad local de una forma dinámica para las futuras generaciones, de ahí su carácter patrimonial.

El patrimonio inmaterial en el Uruguay

El Estado uruguayo, miembro de UNESCO, aprobó la Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial de 2003 por ley 18.035 el 31 de octubre de 2006, ratificándola el 18 de enero de 2007. Desde entonces, ha tomado diversas acciones en cuanto a su revalorización. Solo a efectos de ejemplificar vale mencionar el ingreso del Tango y el Candombe y su espacio sociocultural, a la Lista Representativa del Patrimonio Inmaterial de la Humanidad, ambos en el 2009. También se destaca una política sistemática de puesta en valor del PCI desde el Ministerio de Educación y Cultura a través de su principal política pública al respecto: el Día del Patrimonio.¹⁰⁹

En el segundo capítulo de la convención de UNESCO se define PCI como

[...] los usos, representaciones, expresiones, conocimientos y técnicas -junto con los instrumentos, objetos, artefactos y espacios culturales que les son inherentes- que las comunidades, los grupos y en algunos casos los individuos reconozcan como parte integrante de su patrimonio cultural. Este patrimonio cultural inmaterial, que se transmite de generación en generación, es recreado constantemente por las comunidades y grupos en función de su entorno, su interacción con la naturaleza y su historia, infundiéndoles un sentimiento de identidad y continuidad y contribuyendo así a promover el respeto de la diversidad cultural y la creatividad humana. (UNESCO, 2003)

En el documento, también están explicitados los ámbitos que lo integran:

¹⁰⁹ Desde 1995, el Estado uruguayo homenajea y pone en valor, durante dos jornadas en setiembre, a aquellos elementos patrimoniales en sentido amplio, que sean identificados por la ciudadanía como parte de su legado cultural. Pero cabe destacar que en la última década, mayoritariamente, los temas dedicados a esta conmemoración estuvieron vinculados al PCI.

[...] tradiciones y expresiones orales, incluido el idioma como vehículo del patrimonio cultural inmaterial; artes del espectáculo; usos sociales, rituales y actos festivos; conocimientos y usos relacionados con la naturaleza y el universo; técnicas artesanales tradicionales (UNESCO, 2003).

Las fiestas como patrimonio inmaterial

En cuanto a los *usos sociales, rituales y actos festivos*, ámbito en el que podríamos incluir a las fiestas del Uruguay, la Convención de 2003 los define como:

[...] actividades habituales que estructuran la vida de las comunidades y de los grupos, siendo compartidas y estimadas por grandes segmentos de los mismos. Su significado emana del hecho de que reafirman la identidad grupal o comunitaria de quienes los practican. Realizados en público o en privado, pueden estar asociados al ciclo vital de individuos y grupos, al calendario agrícola, a la sucesión de las estaciones o a otros sistemas temporales. [...] Los rituales y los actos festivos suelen tener lugar en fechas y lugares especiales, y es frecuente que señalen a la atención de la comunidad visiones del mundo y aspectos de la experiencia pasada. [...] En cuanto a los eventos festivos, es frecuente que se desarrollen en espacios públicos de libre acceso [...] (UNESCO, 2003).

Las fiestas uruguayas son fenómenos múltiples donde se manifiestan diversas expresiones como: la música, la danza, percepciones sobre el entorno y la naturaleza, gastronomías, objetos artesanales y tradiciones orales. Por esto, varios ámbitos, de los mencionados por UNESCO, se entrecruzan y vinculan dinámicamente y a veces es difícil encuadrar a una celebración en uno solo de estos. De todas formas se ha tomado la definición de UNESCO, así como cualquier otra, como una herramienta de utilidad analítica y no con un fin totalizador o dogmático.

Las fiestas se conciben como un proceso, en el cual el evento o días durante los que se desarrolla el festejo son solo una parte, es decir, la realidad de las celebraciones no se agota el propio día festivo como se describieran durante mucho tiempo las fiestas, simplemente por su aspecto espectacular o de entretenimiento. Este artículo pretende alejarse de

este tipo de lecturas que, en sus versiones más modernas, dejaban entrever la hipótesis de la fiesta como una mera válvula de escape social.

Las fiestas recopiladas en este trabajo muestran procesos que involucran de manera profunda a las comunidades, a las familias y grupos sociales muchas veces representadas por la “Comisión de festejos”, la “Comisión fomento” o la “Comisión de vecinos”. Una “fiesta” es el momento en el cual un grupo de personas se reúnen en un espacio físico concreto, legitimado socialmente, para celebrar determinado hecho, situación o símbolo de relevancia para él. Esta complejidad aporta significativamente a la construcción colectiva de la/s memoria/s e identidad/es local/es de una manera dinámica y hereditaria para las siguientes generaciones. El principal objetivo de las fiestas es cohesionar a los individuos y grupos, las celebraciones generan y reactualizan sentimientos de pertenencia a un pueblo o territorio.

A modo de foco, cuanto más restrictiva sea la definición, menor cantidad de celebraciones tendrán cabida en nuestro análisis. Si se toma como eje de análisis, por ejemplo, la antigüedad, la mayor cantidad de celebraciones que darían afuera ya que no superan los veinte años¹¹⁰. Por otro lado, si se considera la cantidad de público asociado, también quedarían fuera muchas que, al pasar los años y por diversos motivos, han perdido fuerza en sus convocatorias. Cuanto más se amplía la mirada se podrán incluir muchas más celebraciones dejando por el camino varios de sus rasgos inherentes o primarios. Y es aquí donde surge la pregunta: ¿una instancia deportiva como un “raid hípico”, una conmemoración política, un “beneficio” de una escuela rural¹¹¹ o los festejos por el aniversario de un pueblo o Villa, pueden ser catalogados como una fiesta? Sin duda, cualquier tipo de respuesta pecaría de injusta, principalmente para quienes disfrutan y producen esas instancias, pero a efectos de este trabajo se seguirán algunos principios básicos que, en mayor o menor medida, ayudan a allanar el camino. Al respecto se ha considerado que las fiestas:

- son percibidas por la mayor parte del colectivo como parte de un imaginario común, sean o no habitantes de la localidad;

¹¹⁰ Las fiestas tradicionales en Uruguay son jóvenes ya que el 51,1% tiene 16 o menos de antigüedad; y sólo 11 de las 135 tienen 200 años o más (H. Cabrerá, 2011).

¹¹¹ Con respecto a esto último, teniendo en cuenta que son cientos las escuelas rurales, y una gran mayoría de estas realizan eventos a beneficio de carácter festivo y popular, se considera que deberían ser tratadas como un fenómeno aparte mereciendo un análisis más profundo y detallado.

- dependen de un colectivo para su existencia y requieren de un tipo preciso de organización;
- se desarrollan en espacios públicos legitimados o percibidos como de uso público.

Tipos de fiestas uruguayas. Las fiestas como parte del imaginario colectivo local

Las celebraciones amplifican una identidad local que se disputa, negocia y construye de manera compleja. Esto implica que el repertorio simbólico que se activa los días festivos no queda librado al azar, muy al contrario es bien específico y, en mayor o menor medida, podría decirse que los habitantes de ese pueblo o ciudad, aunque no exclusivamente, le dan un significado a lo que allí sucede.

Un ejemplo puede encontrarse en la Semana de Farroupilha¹¹² de Aceguá en Cerro Largo, ciudad fronteriza con Río Grande do Sul, que se realiza durante el mes de setiembre, con epicentro en el día 20¹¹³ la conmemoración de la *Revolución Farroupilha*¹¹⁴. Durante toda la semana se movilizan elementos de la memoria colectiva sobre la Revolución de Farroupilha a través de charlas, desfiles, espectáculos folclóricos y fogones, actividades en las que, además, se difunde y revaloriza la cultura gauchesca y “gaúcha” de la zona. Lo local se hace fuerte durante siete días, para los pobladores de Aceguá pero también para aquellos visitantes nacidos o no en la localidad. Dicho de otro modo, no hay que ser habitante de Aceguá para interpretar lo que está aconteciendo. Las fiestas manejan códigos propios pero también dejan espacio a la inclusión.

Una comunidad organizada

El tejido que se da en las fiestas, entre interpretaciones, miradas, conflictos, negociaciones, termina moldeando una manera específica y delineando, a su vez, el tipo de organización. Porque las formas en que se organizan, gestionan y ejecutan las fiestas cambian según aspectos coyunturales. Una crisis política o económica, el corte de un puente internacio-

¹¹² *La línea imaginaria*. Corto documental sobre Aceguá y sus fiestas.

¹¹³ Calendario 2010 de Fiestas Tradicionales, Dirección Nacional de Cultura-MEC, Programa “De Todas Partes Vienen”.

¹¹⁴ Levantamiento de carácter republicano que enfrentara a fuerzas liberales contra el gobierno de Río Grande do Sul entre el 20 de setiembre de 1835 y el 11 de marzo de 1845.

nal, el tipo de cambio, por ejemplo, inciden en la forma como los pobladores y otros actores involucrados en la organización adecuan sus estrategias al respecto. Se distinguen tres tipos de organización: pública, privada o mixta pero, más allá de la manera en que se organiza cada evento, las instituciones sociales o grupo de vecinos siempre tienen algún tipo de presencia en su gestión.¹¹⁵

El espacio festivo

Los espacios físicos donde se desarrollan tampoco son casuales, más bien son emblemáticos. Es donde se amplifica la memoria colectiva y, a medida que se suceden las jornadas, hay una mención constante de su importancia y carácter trascendental. Ese contexto o clima festivo se genera al ponderar por parte de locutores, conductores y artistas, el marco físico, el entorno privilegiado como parte fundamental del relato que se construye colectivamente. Estos espacios son de diversa índole y pueden requerir una intensa preparación y acondicionamiento, como las plazas, calles o escenarios o ser simplemente valorizados por su importancia geográfica o simbólica. Pero, sea cual sea el espacio donde se lleve a cabo, como un altar religioso en un cerro, la plaza principal de un pueblo o el camino por el cual guió el prócer nacional a su pueblo, este debe ser sentido simbólicamente y también percibido por parte del colectivo como público o de uso público.

¿Cuándo se festeja?

Son varios los factores que afectan a los organizadores al momento de elegir las fechas o períodos celebratorios. El primero tiene que ver con el objetivo de la propia celebración. Aquellas vinculadas a conmemoraciones patrióticas o históricas -como el festival del Grito de Asencio en Villa Soriano, cada 28 de febrero; la Fiesta de las Antorchas en la colonia piamontesa de Villa La Paz (Colonia) cada 17 de octubre, evocación del arribo de un colectivo inmigrante-, así como las fiestas asociadas al calendario del santoral o mariano, tienden a ser fijas o a lo sumo moverse al fin de semana más próximo. El segundo factor es el relacionado con los ciclos o períodos naturales más variables, como las estaciones, la cosecha, el Carnaval o la semana Santa (o de Turismo, como también se le denomina en Uruguay). El tercer factor implica estrategias por parte de los grupos y colectivos para poder aprovechar de una mejor manera el público visitante

¹¹⁵ Como caso especial deberíamos mencionar la fiesta de fin de año en el Mercado del Puerto de Montevideo, la cual no tiene ningún grupo organizador, convirtiéndose en una de las pocas fiestas auto convocadas del Uruguay.

y lograr una mayor convocatoria. En este caso, ciertas celebraciones que no están tan ligadas simbólicamente a una fecha precisa, tienen más margen para cambiar el o los días previstos sea por motivos climáticos, para no superponerse con otra o para acercarlas a los comienzos de mes en los que la mayor parte del público cuenta con mayor poder adquisitivo.¹¹⁶

Las fiestas ayudan

Es importante destacar uno de los rasgos fundamentales de las fiestas uruguayas: su carácter solidario. Las recorridas por todo el territorio nacional e investigaciones desarrolladas y consultadas, indican que la inmensa mayoría vuelca parte o la totalidad de lo recaudado en obra social. El apoyo a instituciones educativas, hogares de ancianos, hospitales o vecinos que lo necesita, son solo algunas de las maneras en que los habitantes de muchas localidades se apoyan entre sí a través de las fiestas.

Clasificación de fiestas

Esta clasificación no pretende ser definitiva ni monolítica sino parte de un proceso de construcción conceptual que se irá desarrollando en sucesivas aproximaciones. El criterio asumido parte del supuesto de que cualquier agrupación es arbitraria, en ese sentido, la que sigue solo se basa en aquel elemento o grupo de elementos que nuclea al resto según el propio colectivo que los recrea.

Como se ha dicho, las fiestas son fenómenos múltiples con diferentes manifestaciones y relaciones en juego, aunque cada uno de estos (lo religioso, lo folclórico o lo étnico, por mencionar algunos), no se expresa de manera aislada o independiente, muy al contrario, interactúa con los otros. Por ejemplo en las fiestas religiosas puede haber algún fogón criollo y payadores, de la misma manera es central el lugar que ocupan las misas

¹¹⁶ La distribución de las fiestas en meses también presenta algunas características interesantes. Febrero es el mes con más fiestas con el 15,6% del total, seguido por octubre con el 12,6% y diciembre con el 11,9%. Esto nos da claramente la pauta de que la mayoría de las fiestas son en los meses de calor, entre el comienzo de la primavera y los últimos calores en el comienzo del otoño; tal es así que si sumamos los porcentajes de fiestas que hay entre octubre y abril llegamos al 74% del total de fiestas (H. Cabrera, 2011. p. 22).

criollas¹¹⁷ en las fiestas folclóricas o de la producción. Dicho esto, las categorías de fiestas que se proponen son: artiguistas, carnavalescas, de la producción, folclóricas, religiosas, étnicas, ferias y de camaradería¹¹⁸ (dados los alcances de este trabajo estas dos últimas categorías no serán analizadas).

Fiestas artiguistas

Al igual que las fiestas patrias,¹¹⁹ las fiestas *artiguistas* buscan reforzar el sentido de la nacionalidad por intermedio de valores patrióticos y republicanos inspirados en la gesta de José Gervasio Artigas, el héroe nacional. Pero, a diferencia de las fiestas patrias oficiales, por ejemplo la conmemoración de la Batalla de las Piedras del 18 de mayo, las fiestas artiguistas tienen un carácter más popular independizándose del calendario oficial. Además el José Artigas homenajeado y recreado en este tipo de festejos tiene diferencias importantes con el oficial, más allá de que este también es una construcción histórica que va de la mano de que "oficialidad" este operando en el momento.

En primer lugar la figura del prócer es concebida como algo más allá del héroe nacional, del estratega, del estadista o líder militar. Artigas también representa al líder moral y, en este caso, "el mejor de los orientales", como se lo menciona tradicionalmente, no significa solo ser el "líder de un pueblo" sino también un representante de la vida en la campaña, del sacrificado trabajo rural de antaño aunque siempre conectado al presente. Artigas es percibido como un producto no solo de su época sino también de su entorno y muchos pobladores de la campaña se identifican fuertemente con esta figura.

Las fiestas artiguistas expresan un claro fenómeno de apropiación. Cada pueblo, cada ciudad interpreta a su manera la vida del prócer y decide apropiarse de un fragmento de su historia, es por esto que la ma-

¹¹⁷ En las Misas Criollas se combina la liturgia de una misa tradicional católica con los elementos criollos y gauchescos de antaño. Se desarrollan los días domingos en la mañana, en general son acompañadas de músicas y/o danzas folklóricas y generalmente se da un espacio para la entrega de ofrendas con alto valor simbólico para la comunidad (un poncho de lana, una artesanía, alguna receta típica, una carta, entre otras).

¹¹⁸ Las categorías de "fiesta tipo Feria y tipo camaradería" son incluidas en: CABRERA, H., 2011, pp. 17 - 18.

¹¹⁹ También tienen un carácter cívico, donde se intenta afianzar el sentido de pertenencia en los ciudadanos por intermedio de la conmemoración de la fundación de los pueblos y ciudades (PIZANO et. all. 2004, p. 24).

yor parte de estas fiestas se realizan en las zonas directamente relacionadas con el accionar del prócer y su gesta.

Resulta interesante destacar uno de los actores fundamentales de estas fiestas: las *aparcerías*. También conocidas como sociedades nativistas, sociedades tradicionalistas, o sociedades criollas, las aparcerías son grupos de personas: hombres y mujeres, veteranos y niños, peones y estancieros reunidos en asociaciones civiles, con el fin de mantener las tradiciones rurales y gauchescas. Se reparten por todo el territorio y nuclean aproximadamente unas 50 mil personas (CAULA, 2005).

El “Encuentro con el Patriarca”, la fiesta de mayor convocatoria a nivel nacional de este tipo, es la conmemoración de la muerte de José Gervasio Artigas cada 23 de setiembre. Semanas antes, los grupos criollos organizados, marchan a caballo en procesión desde todos los rincones del país hacia el monumento que lo homenajea en el departamento de Paysandú: la Meseta de Artigas.

Carnavalescas

Los carnavales se presentan como momentos de ruptura en los pueblos. Es un tiempo diferente al tiempo del trabajo, mediante parodias de las reglas y normas que son reconocidas y aceptadas por las colectividades. Durante estas festividades se invierten las diferencias sociales (PIZANO et. al, 2004)

En el país del “carnaval más largo del mundo” (como se lo ha llamado al Uruguay en reiteradas ocasiones), la fiesta por naturaleza se manifiesta de manera diversa a lo largo y ancho del territorio. Impregnado de elementos culturales locales y extranjeros, el carnaval uruguayo es multicolor, con variedad de sonidos y danzas y en él conviven manifestaciones relativamente nuevas, como las escuelas de samba o las comparsas del litoral mas asociadas a las entrerrianas, con tradiciones realmente antiguas, resabios de los primeros carnavales coloniales. Ejemplo de esto último es el Entierro del Carnaval de Cardona (Soriano) en el cual se parodia y escenifica la muerte del carnaval por intermedio de un desfile: el sábado siguiente a la semana de carnaval, los pobladores de Cardona y su vecina localidad Florencio Sánchez, marchan tras un improvisado ataúd simulando un cortejo fúnebre caracterizados en personajes (tal como el difunto, que es el carnaval; la viuda y su bebe, el doctor, las lloronas, el cura y las monjas, los dolientes y los “mascaritos”¹²⁰).

¹²⁰ Personas con máscaras hechas de arpillera que intentan “asustar” al resto del público.

Los carnavales se sitúan de manera pareja en todo el territorio nacional y por tener un sentido profundamente popular y de asimilación de elementos culturales tanto propios como de otras regiones. Por esto es difícil de categorizar y definir como algo uniforme. Ejemplo de esta diversidad son los carnavales de frontera, como el de Bella Unión (Artigas) o Melo (Cerro Largo). Pero los de mayor convocatoria y repercusión nacional son el de Rivera y Artigas.

De carácter popular y con influencias bahianas, el Carnaval Internacional de Rivera tiene varios componentes. Primero, une a las ciudades limítrofes de Rivera y Santana do Livramento, durante el desfile de comparsas, escuelas de samba y murgas durante las noches de carnaval. Incluye una amplia propuesta de tablados barriales, la selección de una reina anual, la cual surge de una representante de cada club social. El punto más alto probablemente sea el desfile del Trío Eléctrico por la avenida Uruguay, acompañado por decenas de miles de personas cantando y bailando.

Inspirado en el célebre carnaval de Rio de Janeiro, el de Artigas reconfigura a su realidad local el concurso de escuelas de samba, las que desfilan durante dos jornadas por la avenida principal de la ciudad. Las escuelas representan a barrios de la ciudad y deben contar con un mínimo de 5 carros alegóricos y 600 integrantes. Su propuesta artística, la música, los bailes y puesta en escena estética, refieren a un nudo temático específico, denominado “enredo”, en el que se centra el relato. Este enredo siempre hace referencia a alguna cuestión de interés cultural y/o social para el Uruguay, para la localidad o la zona.

En síntesis, el Carnaval uruguayo es una clara demostración de nuestra naturaleza multicultural.

Figura 1 - Carnaval Internacional de Rivera.



Fuente: Fotografía de Federico Estol, acervo personal del autor.

Fiestas De la producción

Las fiestas de la producción, responden a la identificación de los habitantes con la producción local, generalmente agropecuarios, con los

valores asociados a los tipos de trabajo, con el medio ambiente, con los roles y relaciones entre las personas, con los ciclos de la naturaleza asociados a los mismos como la cosecha o las fases lunares. Además de vincularse fuertemente con los ciclos de la naturaleza, también reproducen una sólida cohesión de la comunidad a la que pertenecen.

Las fiestas de la producción son las más dinámicas, las que más florecen cada año y las que menos perduran en el tiempo. Esta característica tiene una relación directa con las coyunturas económico-productivas, es decir, en los momentos de auge económico, de expansión o cambio de la matriz productiva, tienden a multiplicarse y/o diversificarse, al mismo tiempo que se debilitan o desaparecen en momentos críticos. También se distinguen por desarrollar, generalmente, un desfile por las calles de la localidad, momento de gran convocatoria donde participan productores de la zona, niños y jóvenes, instituciones sociales o público en general. Podría decirse que es el momento central de estas fiestas, donde se explicita la intensa comunión de un tipo de producción o labor con fuerte arraigo local, entre productores, instituciones y sociedad civil. Se puede mencionar, en este grupo, la Fiesta de la uva y el vino de Villa Rodríguez (San José), la Fiesta del Arroz en Isidoro Noblia (Cerro Largo), la Fiesta de la Madera de Piedras Coloradas (Paysandú) o la Fiesta de la Sandía y la Forestación de Tranqueras (Rivera).¹²¹ Este tipo de fiestas son organizadas por agrupaciones de productores rurales junto a los pobladores e instituciones locales.

Figura 2 - "Fiesta del Arroz". Villa Isidoro Noblia, Cerro Largo.



Fuente: Fotografía de Federico Estol, acervo personal del autor.

¹²¹ Este caso es un ejemplo de cómo afectan las coyunturas productivas en las fiestas, antiguamente se denominaba solamente "fiesta de la sandía" pero al tener cada vez mayor protagonismo la forestación se decidió cambiar el nombre del evento.

Fiestas religiosas

Las celebraciones religiosas son espacios donde se manifiestan las diversas devociones, en las que individuos, familias y grupos intentan acercarse al mundo espiritual, a lo trascendente. Generalmente se solicita una intervención sobrenatural a fin de solucionar problemas cotidianos que afrontan las personas, al mismo tiempo que se agradece por los favores recibidos. La ritualidad en este tipo de expresiones está fuertemente marcada por las ceremonias y liturgias que se van sucediendo, convirtiéndose en lugares y momentos propicios para conmemorar los misterios centrales de la fe y expresar su devoción (PIZANO et. all. 2004, p. 23). En este análisis serán consideradas solamente aquellas celebraciones religiosas que tengan una alto convocatoria popular y que se desarrollen en espacios públicos.

En las fiestas católicas se evocan las imágenes y los acontecimientos de la vida de Cristo, de la Virgen María y de los santos (PIZANO et. all. 2004, p. 24). Además de las liturgias en el propio santuario, se desarrollan procesiones que son recorridos que realizan los fieles hacia los propios santuarios u otros lugares previamente definidos.

En principio existen dos tipos de celebraciones religiosas: las que responden a las prácticas de los primeros pobladores del Uruguay, como son las asociadas al santoral, en el departamento de Canelones a las vírgenes patronas (San Ramón, en San Ramón, Virgen del Carmen e Carmelo y Virgen de Dolores en Dolores, por ejemplo respectivamente).

Por otro lado están aquellas celebraciones cuyo origen es más cercano en el tiempo las cuales se vinculan con devociones traídas posteriormente por inmigrantes de zonas concretas como Teggiano, Italia, que refieren a los “santos italianos” (San Roque, Colonia Estrella en Melilla y San Cono en Florida); o también las relacionadas con la Virgen María (Virgen de Lourdes en la Gruta de Lourdes en Montevideo, la Virgen del Verdún en Minas o la Virgen de Schoenstatt en Nueva Helvecia). En general estas celebraciones son organizadas por comisiones privadas, con rasgos similares a las cofradías, asociadas a predios y santuarios de las parroquias locales o a descendientes de los primeros inmigrantes que trajeron la imagen al país y la Iglesia participa brindando los servicios religiosos.

Por último se destaca en esta selección la celebración de lemanja en Montevideo el 2 de febrero, organizada y desarrollada por grupos de culto umbandas y kimbandas de origen afro brasileño.

Fiestas folclóricas

El fin de estas es poner en valor elementos de las tradiciones rurales y criollas, principalmente del pasado y referidas, muchas veces, a la

memoria construida, pero conectadas a la actualidad. Algunos de estos elementos son: la danza y la música, como principales exponentes se encuentran el Festival Nacional del Folklore en la ciudad de Durazno, el Festival del Payador en San José de Mayo; tareas y oficios, donde se destaca la Fiesta del Alambrador y Trenza de payadores en el valle del Hilo de la vida en Minas (Lavalleja); la Gran Yerra de Chapicuy en Paysandú, la fiesta del Mate en San José de Mayo, el gaucho y su entorno, ejemplo de estas puede ser la fiesta Valentín Aparcero¹²² en el pequeño pueblo de Valentín en Salto; la jineteada¹²³ con el Festival de Jineteadas de Palmitas en Soriano, la Semana Criolla en el parque Roosevelt de Canelones, entre muchas otras.

Se evidencia una apropiación de elementos folclóricos en determinadas localidades, lo que conforma una identidad propia a pesar de pertenecer al mosaico identitario nacional, por ejemplo, San José de Mayo “Capital de la Payada”, Palmitas “Capital de la Jineteada”, Lascano “Capital del asado con cuero”. También son momentos donde se pone en valor y se renuevan las propuestas musicales, donde se dan a conocer nuevos cantores y grupos artísticos. El mayor ejemplo de como se da esta revalorización de las tradiciones criollas y gauchescas, es la Fiesta de la Patria Gaucha.¹²⁴ Es el arquetipo de este tipo de celebraciones y la más reconocida a nivel nacional. Se desarrolla sobre los márgenes de la Laguna de la Lavanderas de la ciudad de Tacuarembó y consiste en una competencia entre aparcerías en distintos rubros, tales como gastronomía, la flor del pago, recreación de fogones criollos, pruebas de rienda y jineteadas, etc. Además las agrupaciones desfilan por las calles luciendo su vestimenta y objetos de época, hay una misa criolla, un escenario y una gran feria con productos asociados al tipo de celebración (ponchos, cuchillos, monturas, sombreros, entre otros). Este tipo de festejos tienen una dispersión bastante equitativa por el territorio y sus organizadores principales son las aparcerías y las intendencias.

¹²² “Uruguay está de fiesta”, serie de cortos documentales sobre las fiestas uruguayas, este capítulo dedicado a la fiesta de Valentín Aparcero. Ludo contenidos, 2011.

¹²³ Un elemento a destacar es el importante crecimiento que tuvo la jineteada en las últimas décadas, cristalizando en una ley, la 17.958, por la que fue declarada “Deporte Nacional a las Destrezas Criollas” el 21 de abril del 2006.

¹²⁴ Se sugiere acercarse al trabajo del antropólogo Álvaro Di Giorgi, 2002.

Figura 3 - "Fiesta de la Patria Gaucha". Tacuarembó.



Fuente: Fotografía de Federico Estol, acervo personal del autor.

Fiestas étnicas

El territorio uruguayo recibió diversas oleadas migratorias y fue constituyéndose como crisol multiétnico y cultural. Aunque las diferentes llegadas de inmigrantes se produjeron en diferentes momentos y coyunturas (por ejemplo el traslado forzado de esclavos africanos o el estímulo para la radicación de colonos europeos) todas las colectividades aportaron consigo tradiciones, danzas y músicas, gastronomías, imaginarios, formas de pensarse a sí mismos y a su entorno. Estos sentimientos de profundo arraigo a sus territorios de origen y sus ancestros, fueron dándole una fisonomía particular a muchos de los festejos.

Las fiestas *étnicas* se desarrollan en general, en las zonas asociadas con los principales asentamientos de inmigrantes, básicamente europeos, por ejemplo ciudades puerto en el sur y litoral del país. Su antigüedad, de entre cincuenta y cien años, está directamente relacionada con los periodos de mayor arribo y asentamiento de los grupos.

Luego de las religiosas, las fiestas étnicas son las más antiguas y se ven dos tipos bien diferenciados. Por un lado las que surgen luego de asentados los grupos de inmigrantes, como forma de mantener ciertos lazos con su patria natal a través de sus costumbres. En esta categoría pueden destacarse la Fiesta Rusa de San Javier en Rio Negro, la Fiesta de las Antorchas en Villa La Paz, Colonia o la Fiesta Suiza en Nueva Helvecia, Colonia. Otro tipo aparece luego de que se conforman como una colectividad, a iniciativa de sus descendientes reunidos en asociaciones civiles, con el fin de mantener, rescatar y difundir los valores patrimoniales de sus

antecesores. En este grupo se encuentran: la Fiesta de las colectividades de Mercedes, la Bierfest en Nueva Helvecia o las Hogueras de San Juan del barrio de Pocitos de Montevideo en las que se revaloriza la cultura catalana.

Figura 4 - "Bierfest". Nueva Helvecia, Colonia.



Fuente: Fotografía de Federico Estol, acervo personal del autor.

Conclusiones

Queda aún mucho por hacer, por recorrer, por investigar pero, sobre todo, por abordar con un enfoque multidisciplinario y relacional. Porque se habla de mujeres y hombres, familias, grupos humanos que deciden reunirse en una plaza, santuario o desfilar por las calles por algo que sienten profundamente, para luego legarles a sus sucesores ese patrimonio. La fiesta como herramienta conceptual es parte de nuestro PCI o patrimonio vivo y, dentro de este, pertenece al ámbito denominado por UNESCO como *usos sociales, rituales y actos festivos*.

En resumen, las fiestas uruguayas se dividen en: artiguistas, carnavalescas, de la producción, folclóricas, religiosas, étnicas, ferias y de camaradería. El principal objetivo de las celebraciones es cohesionar a los individuos y grupos, las celebraciones generan y reactualizan sentimientos de pertenencia a un pueblo o territorio.

Las fiestas referidas en este trabajo presentan tres características principales: son percibidas por la mayor parte del colectivo como parte de un imaginario común, sean habitantes o no de la localidad; dependen de un colectivo para su existencia, por lo que requiere de un tipo preciso de organización; y se desarrollan en espacios públicos legitimados. Además, se distinguen por ser también una herramienta para el beneficio social, casi la totalidad de las fiestas generan ingresos que se vuelcan en obra social. Cuantas policlínicas, hogares de ancianos, guarderías, escuelas, bibliotecas o vecinos que pasaran por dificultades, se han beneficiado a lo largo de las décadas es difícil saberlo con exactitud, pero seguramente sean mucho más de lo que se puede imaginar.

Si se hace el esfuerzo analítico de ver generalidades en las fiestas uruguayas o de situarlas en regiones específicas de nuestro territorio, podrán alcanzarse algunas respuestas. Las fiestas artiguistas se potencian en aquellas zonas directamente vinculadas al accionar del prócer. Por otra parte, cuanto más al sur y cerca de la zona metropolitana se realice la observación más fiestas religiosas habrá y, cuanto más al norte, mayor cantidad del tipo folclórico. Las fiestas étnicas se vinculan con los lugares de asentamiento de comunidades inmigrantes, principalmente en la faja costera portuaria. En tanto que el carnaval uruguayo dista de ser una expresión homogénea y es, por el contrario, la suma de diversas expresiones influenciada por múltiples fenómenos. Lejos de inferir un determinismo geográfico en estas manifestaciones culturales, estas son resultado de una mutua vinculación, a modo de sistema, entre grupos humanos y entorno.

El tema no se agota en estas apreciaciones y es de vital importancia la existencia de futuras investigaciones en la materia. La riqueza de la temática y su impacto son sumamente importantes. En este sentido cabe recordar que las celebraciones del Uruguay movilizan a cientos de miles de personas, generan empleos y recursos propios para cientos de localidades, además de favorecer el desarrollo y autoestima local. Aunque se debe caminar despacio, sobre suelos firmes y certeros y evitar atajos conceptuales o afirmaciones aventuradas, se propone utilizar este enfoque regional y dialéctico entre, fechas históricas o sagradas, territorios, paisajes y poblaciones; legados, fronteras, interpretaciones y memorias que se tejen continuamente.

Referencias

CABRERA, Hernán. Cartografía de las Fiestas Tradicionales Uruguayas. En **Regionalización Cultural del Uruguay**. Montevideo: DNC-MEC, 2011. Disponible en: http://www.mec.gub.uy/innovaportal/file/14013/1/regionalizacion_cultural_del_uruguay.pdf Acceso: 3 de agosto de 2013.

CAULA, Nelson. **Documento de análisis sobre el estado del arte del patrimonio cultural inmaterial en Uruguay**. Montevideo: Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación, 2005.

DI CANDIA CUTINELLA, Antonio. **El Patrimonio Inmaterial en “Guías Paisaje Uruguay”**. Montevideo: BMR. 2012

DI CANDIA CUTINELLA, Antonio. Fiestas Artiguistas en **Almanaque del BSE Edición por los 100 años**. Montevideo: BSE, 2011

DI GIORGI, Álvaro. **El magma interior. Política, cultura y territorio en la Fiesta de la Patria Gaucha**. Montevideo: Trilce, 2002.

Dirección Nacional de Cultura. **Calendario 2010 de Fiestas Tradicionales**. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 2009.

Dirección Nacional de Cultura, Informe de Gestión 2007-2010. En: Programa de Fortalecimiento a las Fiestas Tradicionales Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, 2010.

ESTOL, Federico y DI CANDIA CUTINELLA, Antonio. **Fiestas del Uruguay**. Montevideo: Mar Dulce, 2009

PRATS, Llorenç. **Antropología y Patrimonio**. Barcelona: Ariel, 1997.

UNESCO. **Convención para la salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial**. 32ª Conferencia General, 2003. París. Disponible en: <http://portal.unesco.org>

PIZANO, Olga; ZULETA, Luís Alberto; RAMILLO, Lino y REY, Germán. **La fiesta, la otra cara del patrimonio. Valoración de su impacto económico, cultural y social**. Bogotá: Convenio Andrés Bello, 2004.

Filmografía consultada

SEIMANAS, Ignacio y RODRÍGUEZ, Gonzalo. **La línea imaginaria**, corto documental. 2011. Disponible en: <http://ludo.com.uy/site/documentary/linea>. Acceso: 30 de julio de 2013.

SEIMANAS, Ignacio: **Uruguay está de Fiesta: Valentín aparcero**, corto documental. 2011. Disponible en: <http://ludo.com.uy/site/documentary/fiestas>. Acceso: 30 de julio de 2013.

Autores
Programa de Pós-Graduação em
Memória Social e Patrimônio Cultural



SOBRE OS AUTORES

Organizadores

ANA MARÍA SOSA GONZÁLEZ—Possui graduação em História pelo Instituto de Professores Artigas –IPA– Uruguai (1997), Mestrado (2007) e Doutorado (2011) em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –PUCRS–. Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, bolsista do PNPDI/CAPES. Tem experiência em estudos migratórios e comunitários, memória e patrimônio, trabalhando interdisciplinarmente em História, Antropologia, Psicologia Social e Ciência Política. Atua principalmente nos seguintes temas: história oral, uruguaios residentes no Brasil, identidade, narrativas, memórias traumáticas e representações, comunidades transnacionais, memória e patrimônio cultural. Desenvolve o Projeto sobre *Políticas Públicas de Memória: cidadania e usos do passado no âmbito do Mercosul*, junto ao subprojeto *Memória e Políticas de Memória: Patrimonialização e memórias traumáticas no âmbito do Mercosul (1984-2011)*.

MARIA LETICIA MAZZUCCHI FERREIRA—Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –PUCRS–. Professora Associada da Universidade Federal de Pelotas. Tem experiência na área de Patrimônio, atuando principalmente nos seguintes temas: patrimônio industrial, patrimônio imaterial, tradição, memória, museus. É docente no Programa de Pós-Graduação (Mestrado/Doutorado) em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. Coordenou o projeto *Instituições, legislação, territórios e comunidades: perspectivas sobre o patrimônio material e imaterial no Brasil e Argentina*, envolvendo a UFPel e a Universidade de Buenos Aires. Realizou estágio de pós-doutorado no Laboratoire d’Ethnologie et d’histoire de l’institution de la culture (LAHIC-EHESS) em Paris, pesquisando sobre o tema de políticas públicas de patrimônio imaterial. Coordena, pelo lado brasileiro, o projeto de cooperação com o Laboratoire d’Anthropologie et Sociologie de la Mémoire, Identité et Cognition Sociale (LASMIC), da Universidade de Nice, França, participando de projeto de investigação internacional financiado pela ANRS (Agence Nationale de Recherche Scientifique) do governo francês. Áreas de interesse: museus, regimes memoriais, patrimônio cultural, patrimônio industrial, políticas públicas de patrimônio e memória.

WILLIAM REY ASHFIELD – Doutor em História del Arte y Gestión del Patrimonio Cultural en el Mundo Hispánico, pela Universidad Pablo de Olavide, Sevilla, España. Professor Titular da Cátedra de *Historia de la Arquitectura Nacional*, Faculdade de Arquitetura, Universidad de la República, Uruguai –UDELAR- e Coordenador Geral do Diploma de Posgrado de Patrimonio Edificio, da mesma Faculdade. É Professor Titular da Cátedra de Historia del Arte, Facultad de Humanidades y Comunicación de la Universidad de Montevideo. Presidente da Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación, Uruguai, no período 2007-2009, e Vice-presidente no período 2005-2006. Docente do *Programa de Posgrado en Gestión del Patrimonio Cultural*, Facultad de Arquitectura, Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina.

Colaboradores

ALBERTO QUINTELA – Director General de la Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación - Ministerio de Educación y Cultura del Uruguay, período 2010-2015. Doctor en Derecho y Ciencias Sociales – Universidad de la República – Uruguay. Docente en la Facultad de Arquitectura de la Udelar (imparte la disciplina Arquitectura Legal). Ha trabajado como Asesor Legal en la Dirección de Planificación de la Intendencia de Montevideo y ha sido asesor en la redacción de varios planes territoriales en el Uruguay. Integró ICOMOS - Consejo Internacional en Monumentos y Sitios.

ANTONIO DI CANDIA– Licenciado en Ciencias Antropológicas y actual maestrando en la Universidad de San Martín de Buenos Aires. Actualmente trabaja como asesor del viceministro del Ministerio de Educación y Cultura en temas de patrimonio cultural. Específicamente coordinando el GrupoTangoMec, que lleva adelante el Plan Nacional de Salvaguardia para el Tango. Participó en proyectos relacionados con el patrimonio inmaterial, inventario de fiestas tradicionales uruguayas, cortos documentales “Uruguay de Fiesta”, consultor en varios proyectos audiovisuales. Integró desde su conformación el área de Patrimonio Inmaterial de la Comisión Nacional del Patrimonio. Ganador de una beca de posgrado para realizar un curso intensivo de patrimonio inmaterial desarrollado por el Ministerio de Cultura de España y también incluyó la representación de Uruguay en un encuentro iberoamericano de especialistas en patrimonio inmaterial. Es co-autor del libro FIESTAS DEL URUGUAY publicado en el año 2009 por Mar Dulce.

ESTER JUDITE BENDJOUYA GUTIERREZ – Doutora e Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PU-CRS- (1993 e 1999). Especialista em Educação pela UFPel (1976) e em Ges-

tão do Patrimônio Cultural pela UFPel/UNESCO (2004). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFRGS (1973). Professora Associada do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. Docente efetiva do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

FRANCISCA FERREIRA MICHELON– Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul–PUCRS, 2001. Professora efetiva do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, e no Curso de Bacharelado em Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis da Universidade Federal de Pelotas. Editora da Revista Electrónica *Memoria em Rede*. Coordenadora do Projeto do Memorial do Anglo da Universidade Federal de Pelotas e do Projeto “Patrimônio Industrial e lugar de memória: o Frigorífico Anglo de Pelotas – Brasil e de Fray Bentos – Uruguai”.

IVANA MORALES PERES DOS SANTOS–Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – PPGMP – UFPEL. Assessora do Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul. Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural – PPGMP – UFPEL.

JULIANE CONCEIÇÃO PRIMON SERRES– Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Maria (2001), mestrado em Museologia - Universidad de Granada - Espanha (2010), mestrado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2004) e doutorado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2009). É professora na Universidade Federal de Pelotas - Curso de Museologia e Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Coordena o GT História e Saúde da ANPUHS. Tem interesse nos seguintes temas: saúde e doença, história da saúde pública, da lepra, museus e patrimônio relacionado a lugares de sofrimento.

MANUEL ESMORIS – Maestría en Gestión Cultural, Universidad de Barcelona. Responsable del proyecto “Barrio Peñarol”, patrimonio industrial ferroviario”, de la Intendencia de Montevideo. Docente y asesor en marketing cultural, de museos, patrimonio, formulación de proyectos culturales e indicadores para la gestión de organizaciones culturales.

NERY GONZÁLEZ– Egresado de la Facultad de Arquitectura- UdelAR; ejercicio activo de la profesión hasta abril de 2005, actuando desde entonces en tareas de investigación y docencia en el área patrimonial (CLAEH, CEDODAL, Facultad de Humanidades); presidente de la Sociedad

de Arquitectos del Uruguay (1985-87); secretario ejecutivo de la Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación (1998-2003); delegado uruguayo en la Bienal Iberoamericana de Medellín (2010); actual asesor del Plan de Gestión de Colonia del Sacramento. (blog: <http://blogs.montevideo.com.uy/patrimoniosxng>).

RENATA OVENHAUSEN ALBERNAZ– Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil. Docente no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural -UFPEL, e na Faculdade de Direito. Pesquisa temas relacionados a direitos culturais de grupos minoritários, multiculturalismo e pluralismo jurídico.

RONALDO BERNARDINO COLVERO – Professor Doutor da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – Campus São Borja. Professor efetivo no Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio na Universidade Federal de Pelotas – UFPEL.

VIVIANE TRINDE BORGES– Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), onde ministra a disciplina Prática Curricular Patrimônio Cultural. Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com estágio na École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS, Paris. Coordenadora do Programa de Extensão "Arquivos Marginais: crime e loucura em SC", o qual criou o Centro de Documentação e Pesquisa do Hospital Colônia Sant'Ana (CEDO-PE/HCS) e atua na organização dos Prontuários da Penitenciária de Florianópolis. Dedicase principalmente aos seguintes temas: patrimônio cultural, história da loucura e da psiquiatria, saúde e doença, crime, punição, biografia, história oral.

SOBRE O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL

O Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – PPGMP - iniciou suas atividades em 2006 com o nível de Mestrado, ingressando a primeira turma em 2007. O surgimento desse Programa esteve atrelado a várias circunstâncias que refletem o esforço de ações patrimoniais na cidade de Pelotas. A cidade se destaca no campo do patrimônio desde a década de 1970, quando foi escrito o primeiro documento formal no qual se instaurava o debate e as ações previstas para a proteção do conjunto arquitetônico representativo do período charqueador: a Carta de Pelotas. Mesmo que fortemente marcadas pela valorização do patrimônio edificado, essas ações e debates se refletiram nas políticas públicas de patrimônio e, colateralmente, na disseminação de um sentimento de valorização do passado e de suas expressões materiais, surgindo o que se poderia denominar de valor ao patrimônio.

No período entre 2006 e 2009 algumas alterações foram feitas no corpo docente com reflexo direto no perfil do curso, tais como a incorporação de outras áreas afins aos estudos patrimoniais e a abertura de novos campos investigativos. Em 2012, foi aprovado pela CAPES o Doutorado interdisciplinar em Memória Social e Patrimônio Cultural.

O Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural objetiva qualificar profissionais de diversas áreas do conhecimento para atuar em instituições do setor público, privado ou não governamental, respondendo direta ou indiretamente às questões referentes à memória social e ao patrimônio cultural, bem como para atuar nas diferentes instâncias de gestão de memórias, além de vir a promover a valorização da autoestima das comunidades por meio de suas ações voltadas à preservação da memória social e do patrimônio cultural, envolvendo pesquisa, educação, proteção e intervenção.

Considerando sua proximidade com os chamados países platinos, o PPGMP vem fortalecendo pesquisas e reflexões acerca de processos memoriais e patrimoniais voltados ao MERCOSUL, ampliando igualmente as redes de colaboração com instituições uruguaias e argentinas.

Dentro do quadro de ações voltadas à comunidade acadêmica e científica, o PPGMP disponibiliza um periódico eletrônico semestral, *Memória em Rede* e realiza, anualmente, o Seminário Internacional em Memória e Patrimônio, atualmente em sua sétima edição.

Para maiores informações, acesse a página oficial do programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural: <http://www.ufpel.edu.br/ich/ppgmp>.



SOSA GONZALEZ, A. M.; FERREIRA, M. L. M.; ASHFIELD, W. R.
Patrimônio cultural: Brasil e Uruguai: os processos de patrimonialização e suas experiências. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2013.



Editoração eletrônica:
Távola Grupo Design Gráfico
www.tavolagruppo.com.br